

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

EMANUELLY JACKELINY PISSINATI MARTINS

Perversão Materna: Uma compreensão psicanalítica da violência materna sob a
perspectiva da psicodinâmica perversa

Maringá
2021

EMANUELLY JACKELINY PISSINATI MARTINS

Perversão Materna: Uma compreensão psicanalítica da violência materna sob a perspectiva da psicodinâmica perversa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Linha de Pesquisa: Psicanálise e Civilização

Orientador: Prof. Dr. Paulo José da Costa

Co-Orientadora: Prof^a. Dra. Viviana Carola Velasco Martinez

Maringá
2021

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

M386p

Martins, Emanuely Jackeliny Pissinati

Perversão materna : uma compreensão psicanalítica da violência materna sob a perspectiva da psicodinâmica perversa / Emanuely Jackeliny Pissinati Martins. -- Maringá, PR, 2021.
170 f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José da Costa.

Coorientadora: Profa. Dra. Viviana Carola Velasco Martinez.

Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2021.

1. Psicanálise. 2. Violência. 3. Maternidade. 4. Perversão Materna. 5. Perversão - Psicologia. I. Costa, Paulo José da, orient. II. Martinez, Viviana Carola Velasco, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

CDD 23.ed. 155.6463

Rosana de Souza Costa de Oliveira - 9/1366

FOLHA DE APROVAÇÃO

EMANUELLY JACKELINY PISSINATI MARTINS

Perversão Materna:

Uma compreensão psicanalítica da violência materna sob a perspectiva da psicodinâmica perversa

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo José da Costa
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Profa. Dra. Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. Fabio Roberto Rodrigues Belo
Universidade do Federal de Minas Gerais - UFMG

Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Aline Spaciari Matioli
IFPR/ Instituto Federal do Paraná

DEDICATORIAS

A Thiago, meu marido e companheiro, quem participa ativamente de minhas construções.

Aos que se permitem desconstruir a maternidade socialmente imposta às mulheres.

Às mães que carregam silenciosamente suas angústias aniquiladoras.

AGRADECIMENTOS

Ao meu estimado orientador Prof. Dr. Paulo José da Costa, que acreditou mais uma vez em meu trabalho e me acolheu em momentos tão árduos desta trajetória. É extremamente gratificante poder trabalhar com alguém que tanto admiro;

À Prof.^a Dr.^a Viviana Corola Velasco Martínez, pela contribuição nos primeiros momentos deste trabalho que resultaram em muita aprendizagem e ressignificações;

À Prof.^a Maria Elizabeth Tavares dos Reis por mais uma vez aceitar o convite de ser parte desta banca. pela possibilidade de reencontro e, novamente proporcionar valiosas contribuições com seus apontamentos;

Prof. Dr. Fabio Roberto Rodrigues Belo pelas valiosas indicações bibliográficas que me abriram um novo campo de perspectivas psicanalíticas tanto para novos contornos a esta pesquisa, quanto na escuta psicanalítica;

Ao Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan por trazer a cor da poesia para estas linhas, pelo comentário extremamente significativo a respeito de minha forma de escrita, o qual foi força motriz para que meu desejo e prazer pela escrita se recompusesse;

Profa. Dra. Aline Spaciari Matioli por participar desta caminhada desde o meu primeiro dia de inscrição no Doutorado e por tantas trocas edificantes;

À Lilian pelas mediações e pela receptividade em seus espaços;

Aos integrantes do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Psicanálise e Civilização, pelas contribuições teóricas;

À Wal, secretária do Pós-Graduação em Psicologia, por ter sido sempre atenciosa e polida na resolução de minhas dúvidas e necessidades;

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pela oportunidade de realização desta tese de doutoramento;

A Thiago, meu amor que foi o maior apoio de toda essa jornada, se não fosse o seu suporte e sua paciência nos momentos mais difíceis, certamente não chegaríamos até aqui. Esta conquista também é sua;

Aos amigos que se sustentaram firmes os laços e persistiram ao meu lado sempre me apoiando nesta jornada perante minhas ausências;

A toda a equipe do CRAS Santa Felicidade por todo o incentivo e concessões indispensáveis para que eu pudesse estar presente em atividades deste Programa;

Aos não mencionados, que jamais serão esquecidos e foram direta ou indiretamente fundamentais neste percurso por torná-lo mais leve.

EPÍGRAFE

“O silêncio não resiste a ouvidos
atentos, nem a portas abertas.”
(Molin, 2017, p. 84)

Perversão Materna: Uma compreensão psicanalítica da violência materna sob a perspectiva da psicodinâmica perversa

RESUMO

Partimos do pressuposto de que atos violentos cometidos por genitoras podem ser ocasionados pelo fato destas mulheres apresentarem uma psicodinâmica perversa e percebemos que a literatura psicanalítica sobre este tema é escassa, além de dotada de lacunas e incertezas (condição natural daquilo que ainda é desconhecido). Assim sendo, esta tese buscou entender psicanaliticamente os atos violentos cometidos pela mãe, ou substituta, sob a perspectiva da psicodinâmica perversa materna, onde analisaremos 3 casos de mães (ou mulheres ocupantes da função materna), que cometeram atos de violência extrema, crueldade e humilhação com crianças e adolescentes. O método utilizado foi o psicanalítico, por meio do qual adotamos uma postura de abertura às ideias e emoções que surgiram no contato com os casos analisados. Compreendemos, de modo geral, que a mãe perversa traz em sua história marcas insuportáveis de vivências com seus objetos primários, bem como de um ambiente que não lhe ofereceu amparo e proteção. Isso provocou-lhe a cisão egóica e sua psicodinâmica, por ser regida pelas pulsões destrutivas, gera os atos de descargas de hostilidade e violência direcionadas aos objetos indefesos, seja criança ou adolescente. Deste modo, estas mulheres repetem as cenas traumáticas vividas e internalizadas na forma de angústias devastadoras. Nesta repetição há uma reedição de papéis dos atores da cena perversa, na qual a mãe (outrora vítima) se coloca como sujeito ativo e triunfante em relação a outrem (ao infante colocado numa posição passiva). Assim, defendemos aqui que o ato perverso revela que estas genitoras estão presas em seu mundo interno repleto objetos aniquiladores, ao ponto de atacarem seus infantes devido ao que estes despertam nelas.

Palavras-chave: Perversão Materna. Violência. Perversão. Psicanálise.

Maternal Perversion: A psychoanalytic understanding of maternal violent acts from the perspective of perverse psychodynamics

ABSTRACT

It could be suggested that violent acts committed by mothers may be caused by the fact that these women have perverse psychodynamics. It is understood that the psychoanalytic literature on this topic is still scarce and has many gaps and uncertainties. Therefore, this thesis aims to psychoanalytically understand the violent acts committed by the mothers, or substitutes, from the perspective of maternal perverse psychodynamics, where 3 cases of mothers (or women occupying the maternal role), who committed acts of extreme violence, cruelty and humiliation towards children and adolescents, have been analyzed. This psychoanalytic method, where a posture of openness to the ideas and emotions that arose in contact with the analyzed cases, has been adopted. It is generally understood that perverse mothers bring in their stories an extraordinary degree of unbearable marks of experiences with their primary subjects, as well as an environment that did not offer them support and protection. Such circumstances provoked an egoic split and its psychodynamics, as it is governed by destructive drives, generating acts of hostility, and violence discharges directed at helpless subjects, whether children or adolescents. In this way, these women repeat the traumatic scenes experienced and internalized in the form of a devastating anguish. In this vicious cycle, there is a repeat of the roles of the actors in the perverse scene, in which the mother (another victim) is placed as an active and triumphant subject in relation to others (the infant placed in a passive position). Thus, this thesis concludes that the perverse acts suggests that these mothers are trapped in their inner world filled with unconscious and overwhelming thoughts, resulting in the physical and emotional attacks of their own infants.

Keywords: Maternal Perversion. Violence. Perversion. Psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO 1: SOBRE O MÉTODO: DELINEANDO UM PERCURSO.....	18
1.1 A Escassez de Material Científico.....	18
1.2 Em Busca de Casos.....	19
1.3 A Psicanálise Fora da Clínica.....	20
1.4 A Transferência e a Interpretação Extraclínica.....	22
1.5 Possibilidades Interpretativas e o “Como se Fosse”.....	24
CAPÍTULO 2: A PERVERSÃO A PARTIR DOS ESTUDOS DE FREUD.....	27
CAPÍTULO 3: NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A PERVERSÃO.....	42
3.1 O Masoquismo Como Paradigma da Perversão.....	42
3.2 Excessos Libidinais, Desamparo e Fragmentação Do Ego Infantil.....	49
3.3 A Vingança Como Estratégia de Sobrevivência.....	54
3.4 O Ódio e a Hostilidade Como Força Motriz da Perversão.....	62
CAPÍTULO 4 A PERVERSÃO FEMININA.....	67
4.1 A Perversão Feminina e a Restrição Anatômica.....	67
4.2 Possibilidades Para Além de Uma Ideologia Binária.....	71
4.3 Sobre Feminilidade.....	77
4.4 A Perversão Libidinal.....	80
4.5 O Fetiche.....	86
4.6 Maternidade e Perversão.....	87
4.6.1 Mãos que seguram o vazio.....	97
CAPÍTULO 5: PERVERSÃO PELA VIA DA MATERNIDADE: CASOS SELECIONADOS.....	102
5.1 Um Crime Americano.....	102
5.2 Infância Interrompida.....	104
5.3 Um Caso na Vara da Infância e Adolescência (Documentos e Entrevista).....	107
5.3.1 Dados documentais e histórico do caso.....	107
5.3.2 Dados obtidos por meio de entrevista com Valquíria.....	110
5.3.3 Dados obtidos por meio de entrevista com Ana.....	116
CAPÍTULO 6: CONJECTURAS PSICANALÍTICAS SOBRE A PERVERSÃO MATERNA	119
6.1 Mobilizações Contratransferenciais.....	120
6.2 Aspectos Gerais Sobre a Perversão Materna.....	128

6.2.1 A pele: via de concretização da atuação perversa.....	128
6.2.2 Os ataques violentos como proteção da angústia aniquiladora.....	129
6.2.3 Tentativas de recobrir a falha do objeto primário.....	131
6.2.4 Mães sem culpa?.....	132
6.2.5 Identificações, passividade, dominância.....	135
6.2.6 O despertar do polimórfico-perverso pelo contato com o infante.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	150
ANEXO 1: TERMO DE COMPROMISSO.....	161
ANEXO 2: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	162

INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento deste trabalho, buscamos compreender psicanaliticamente a perversão materna como reminiscência de momentos arcaicos que se expressam de modo subjacente por certos atos violentos cometidos pela mãe, ou substituta, em relação aos seus filhos. Para isso fizemos um levantamento na literatura psicanalítica acerca desta temática e analisamos alguns casos de mães (ou mulheres que ocupam a função materna) que cometeram atos de violência extrema¹, crueldade e humilhação com crianças, de modo que colocaram a vida destas em risco, ou até mesmo acarretaram no infanticídio. No campo da perversão, pela teoria freudiana, temos uma dificuldade de pensar na mulher perversa se tomamos o fetichismo como paradigma da perversão pelo fato deste fenômeno tomar na maioria das vezes o sujeito masculino como objeto de estudo, por isso, além dos estudos freudianos, adotamos também o masoquismo como paradigma, a fim de lidar com esta dificuldade e, com esta medida, tecemos nossa tese. Metodologicamente, fizemos uma escolha de nosso aporte teórico e vamos trabalhar com Freud, Laplanche e alguns conceitos de Ferenczi, que nos pareceram suficientes para colocar o objeto em debate e interpretá-lo.

A temática desta tese surgiu a partir de uma lacuna encontrada em nossa dissertação de mestrado, intitulada *As Medéias de Ontem e de Hoje: Uma discussão sobre o filicídio* (Martins, 2015). A dissertação versou sobre a psicodinâmica materna nos casos em que a genitora assassina seus filhos, como no mito de Medéia, da tragédia de Eurípides (trad. 2006). Na análise desse fenômeno do filicídio, foram propostos diversos argumentos, exceto a possibilidade de que ele pudesse ser cometido como resultado de uma perversão materna.

Vejamos brevemente as hipóteses levantadas a partir daquela pesquisa (Martins, 2015), pois, pelo estudo do filicídio, foi possível compreender um pouco sobre a complexidade da psicodinâmica concernente às mães que matam seus filhos. Em primeiro lugar, observamos que é necessário aprender a lidar com as próprias emoções enquanto pesquisadores, especialmente ao ser preciso lidar com atos de brutalidade. Muitas vezes, o caminho da pesquisa se tornou um tanto quanto árduo, pela dificuldade de se desprender da ideia do amor materno como algo inerente às mulheres que exercem a função materna, e dar espaço à compreensão de que o amor de uma mãe por um filho não é inato, uma mulher não nasce predisposta a amar incondicionalmente seus herdeiros, mesmo que a cultura se empenhe em afirmar o contrário. Apesar do arcabouço biológico – que pode favorecer a função da

¹ Aqui trataremos o conceito de violência aproximando-o das definições de hostilidade, apontadas por Stoller (1975/1986), conforme será exposto adiante.

maternidade —, o contexto social e familiar, numa relação dinâmica com as características psíquicas de cada mulher, irá configurar a tônica para sua relação com seus filhos.

Na esfera social, ainda com base nos resultados da pesquisa de mestrado, encontramos que, em tempos remotos, o filicídio cometido por mães já era pensado e atuado. Graças à preservação de algumas narrativas da mitologia grega, é possível ter contato com os conteúdos culturais daquela época, as quais expressam a presença desse tipo de pensamento que permite chegar às vias de fato. Além disso, pela representação do mito de Medéia na versão de Eurípides (trad. 2006), verificamos a que ponto a fúria feminina é capaz de chegar. A personagem, por se sentir desonrada e substituída por outra mulher, arquiteta sua vingança contra Jasão, de modo a retirar dele a garantia da continuidade geracional, por meio do assassinato dos próprios filhos. A heroína não nega seu sofrimento pela perda do marido e de suas crianças, mas naquele momento, para ela, mais valia provocar a dor no outro que a feriu, a continuar com os filhos e sentir-se abandonada, pois perdera o homem que tanto amou, o qual era a maior razão de sua existência. (Martins, 2015)

Nesse contexto, de haver algo excessivo nos motivos que levam uma mãe ao filicídio, foi possível entender que tais atos implicariam em razões inconscientes, algumas delas relacionadas a experiências remotas de mulheres que carregavam em si uma fantasmática negativa da maternidade. Tal representação pode ter diferentes motivos, passando especialmente pela relação familiar vivenciada em sua infância, pela experiência conjugal ou por aquilo que a criança representa pela clivagem do Ego.

Ainda naquele trabalho, apresentamos também casos da atualidade em que, não apenas por motivos de vingança, mulheres tomaram atitudes como Medéia. Notamos que um dos fatores mais implicados no assassinato dos filhos, estava relacionado às experiências da infância da própria mãe, especialmente as vividas com a sua genitora e se ela fora capaz de reprimir suas pulsões agressivas no trato com os seus filhos. A filha, agora mãe, ao se ver diante do exercício da maternidade, poderia revisitar as experiências remotas e oferecer riscos ao seu infante. E caso não tenha elaborado suficientemente os conteúdos oriundos de suas pulsões agressivas, isso seria um indicador da possibilidade de um vínculo mãe-bebê desfavorável à preservação da vida infantil. A criança poderia se tornar alvo de violência decorrente de eventos da pré-história materna. Cabe destacar que não devemos recair sobre uma perspectiva reducionista de causa e efeito neste sentido, pois não existe uma relação direta entre o que foi vivido e os atos violentos, sendo que as experiências entre a menina e sua mãe passam por mediações e o acontecimento de tornar-se mãe também contribui para uma construção própria do psiquismo feminino. Deste modo, não se revive diretamente a

experiência remota, mas estas passam pela leitura e releitura psíquica dessa mãe, que agora não dá conta de cuidar do seu bebê e decide matá-lo. (Martins, 2015)

Em nossa dissertação, também apontamos que o sofrimento perpassaria por estas mulheres, tal qual Medéia, frente à morte dos filhos, mesmo que por instantes. Isso foi observado em alguns movimentos que denotaram a existência da culpa e alguma forma de amor para com a criança. Evidenciamos ainda os casos de psicose, nos quais haveria a dificuldade materna de reconhecer o infante como um sujeito diferente e separado de si. Os ataques à criança que culminariam em seu óbito seriam uma luta entre esta mulher e suas fantasias, em que o filicídio representaria a triunfo dos desejos inconscientes perante as ameaças da realidade. (Martins, 2015)

Deste modo, pode-se perceber, a partir do desenvolvimento da nossa pesquisa de mestrado (Martins, 2015), que a temática sobre a perversão não foi abordada, atribuindo-se às causas do filicídio a razões distintas, tais como: a vingança contra o cônjuge; as problemáticas referentes ao vínculo mãe-filho; e quadros psicóticos. Foi na defesa da dissertação, quando a Prof^a. Dra. Viviana Carola Velasco Martinez (que fazia parte da banca) apontou para o fato de a perversão não ter sido considerada, que nos demos conta já naquele momento não haver materiais que tratassem desta temática, nem de maneira específica, nem por meio de um conceito mais abrangente, que poderia ser a perversão feminina. Diante dos apontamentos revistos em nossa dissertação, notamos uma tentativa de mostrar que, apesar de terem cometido o filicídio, estas mulheres amavam de alguma maneira suas crianças, ou seriam vítimas de suas histórias, ou sofriam de uma psicopatologia grave. Além de tudo, identificamos a presença do sentimento de culpa na maioria dos casos estudados, o que nos levou, de certo modo, a não dedicar uma atenção aqueles que não apresentavam algum arrependimento pela morte dos filhos. Neste sentido, encontramos em Lima (2019) a seguinte afirmação referente à dificuldade de reconhecimento da mulher enquanto sujeito desejante e apto a cometer um ato violento que não seja por razões amorosas e desprovido de culpa:

. . . sendo a criminalidade feminina associada apenas a questões passionais (comumente ligadas ao parceiro, já envolvido em situações ilícitas; ou no contexto amoroso) conserva-se a ideia de que esta mulher permanece no campo doméstico. Por si só, a mulher seria desacreditada de possuidora de uma capacidade agressiva, de potencial agressivo, tal qual é vinculada à posição passiva, cuidadora. (Lima, 2019, p. 161).

Nestas palavras, por mais que tenhamos abordado sobre a relação mãe-filho, percebemos hoje que, naquela pesquisa, de certo modo, evitamos passar pelo ponto de que as mães teriam uma capacidade agressiva em si mesmas, embora tenhamos tratado de atitudes e condutas de extrema agressividade. Isso também nos fez lembrar que, em uma disciplina do

doutorado, ministrada pelo Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik, em uma atividade que consistia na descrição breve do que seria trabalhado em nossas pesquisas, ele comentou que, em alguns trechos, parecia que pedíamos desculpas ao leitor por adentrar em tal temática, ali, já comunicávamos inconscientemente um incômodo em lidar com este assunto.

Mas também percebemos menos solitários nesse movimento, quando notamos que a literatura de forma geral também caminha nessa direção, de não falar sobre certos aspectos. Queiroz (2002) afirma e justifica que a dificuldade deste tema deve-se ao reduzido número de autores que tratam sobre esta questão, por ser "um terreno movediço, incerto, fronteira com outras psicopatologias" (p. 94), e reflete que a mulher é comumente relacionada ao desejo masculino, quando implicada na temática da perversão. Ao pesquisarmos sobre a perversão feminina, nos deparamos com diferentes olhares, que nem sempre são convergentes; e também há os empecilhos morais que, muitas vezes, contribuem para a negação da perversão feminina, ou mais especificamente em mães. Esta informação, por mais que seja datada de 18 anos atrás, é confirmada mais recentemente por Lima (2019), ao reconhecer também que,

. . . na vida cotidiana, no imaginário social, é comum que as pessoas esperem que o amor materno seja incondicional e, assim, muitos negam a possibilidade da mãe, da mulher, fazer algum mal ao filho. Se erra, é pela proteção, em nome do cuidado – muitos pensam. . . .

É nesse caminho que a maternidade, tantas vezes, acaba sendo pensada como uma expressão de sentimento – não caberia o negativo; o oposto do amor (que por sinal, é dito a *perversão*) é pouco considerado. Parte disso pode ser resultante da imagem da mulher devotada, amável, dócil, cujo propósito, quando mãe, é amar e proteger a prole. (pp. 160-161; itálicos da autora).

França (2014) também anuncia que, quando a sociedade se depara com a morte de uma criança provocada por uma mulher, isso geralmente gera comoção, mas quando se trata de perversão por parte de mulheres – “. . . presente em quase 10% dos casos de pedofilia. . . .” (p. 211) – há a tendência de que esta não seja denunciada, “. . . afinal, trata-se de uma acusação considerada fora de propósito, uma vez que as mulheres é que cuidam das crianças. . . .” (p. 211). A autora questiona se isso ocorreria pelo fato de haver uma “. . . discriminação positiva. . . .” (p. 211) como forma de negação social, por não querer saber que isso existe, como se houvesse uma recusa generalizada sobre tal realidade em prol da manutenção de uma crença social.

Ao longo de toda a trajetória de desenvolvimento desta tese, compartilhamos com uma condição já indicada pela autora supracitada: a escassez de material a respeito da perversão feminina (e quando se fala em perversão materna, isto se torna ainda mais raro). As produções psicanalíticas acerca do tema são dotadas de lacunas e incertezas (condição natural daquilo que ainda é desconhecido). Neste sentido, a dificuldade pode ser entendida no que a autora

pontuou: “. . . a leniência da sociedade e o silêncio da psicanálise tem a ver com a inevitabilidade da sedução materna, tão necessária à nossa entrada na vida” (França, 2014, p. 212). Segundo a autora, as mulheres perversas representam a figura materna como perigosa e geradora de vulnerabilidade, evocando a necessidade da atividade compulsiva perversa como forma de liberar a insuportável angústia sexual, por envolver o desejo inconsciente de provocar dor nos outros; “. . . o resultado disso seria não fazer amor e, em vez disso, fazer ódio” (França, 2014, p. 217).

Quanto à amorosidade atribuída à figura materna, Badinter (1985) expõe que a maternidade é vinculada apenas ao amor incondicional como uma construção da burguesia após a Revolução Francesa, quando era interessante à aristocracia patriarcal demarcar o espaço da mulher no seio familiar, como aquela responsável pelos cuidados dos assuntos familiares e dos filhos, como forma de assegurar aos homens os cargos de trabalhos remunerados. Podemos entender que desde então, todos, enquanto sociedade e meio científico, são tomados por tais ideais.

Na cultura, a imagem de amor incondicional é comumente vinculada à figura da mãe. O que fica bem demarcado durante as comemorações do dia das mães, quando nos deparamos com *slogans* que enaltecem isto, como se pode encontrar na página virtual Frasesdobem (2020), em um link dedicado a apresentar frases desta data: “Mãe, sinônimo do verbo amar. . . . Mãe: princípio de tudo e sinônimo de amor. . . . Mãe de barriga ou mãe de vida, mãe desde sempre ou escolhida. Os tipos mudam, mas o amor não”. (n. p.). Assim, de acordo com Lima (2019), “. . . falar de maternidade. . . remete a uma questão social, daquilo que se espera da mulher. A maternidade, dessa forma, seria quase que uma performance sociocultural da mulher” (p. 33). A mesma autora ainda afirma que “As funções das mulheres estiveram sempre relacionadas à preservação da vida e da família, aos hábitos de cuidado e da intimidade, dos temas do afeto, da fragilidade e do acolhimento, da solidariedade.” (p. 83).

Gutman (1958/2018) também informa que, lamentavelmente, a cultura confunde como sinônimos o “. . . 'ser mulher'. . . 'ser maternal'. . . 'ser feminina'. . . Parece que as mulheres devem ser amáveis, doces, tolerantes etc. Em qualquer circunstância social ou profissional” (p. 305). Alerta que muitas mulheres constroem suas identidades com base no que se espera socialmente em relação à maternidade e acabam se sentindo culpadas em momentos nos quais se vêem diante da possibilidade de usufruir da vida, da sexualidade, do dinheiro e ter ambições, ficando presas à uma obrigatoriedade de altruísmo, pois é socialmente autorizado ao homem se beneficiar de tais elementos integrantes da vida. Também as escolhas profissionais (professoras e da área da saúde) são esperadas socialmente serem ocupadas por

mulheres, como se o exercício da maternidade e de tais atividades de certo modo se equivalessem.

Desde o início da construção desta tese, e depois de longo percurso de estudos, pudemos constatar pelo levantamento bibliográfico que a violência provocada pela figura materna contra seus próprios filhos, ou crianças que cuida, apresentava notável escassez de materiais em comparação ao mesmo fenômeno causado por homens. O assunto predominante em tais materiais se referia ao homem enquanto agressor, à figura do pai vinculada à maior possibilidade da ação violenta, como se fosse algo natural ao gênero masculino ou algo mais suportável socialmente e, portanto, algo mais possível de ser divulgado por ser menos aterrorizante. Com isto, não queremos dizer que todo homem que agride o infante é necessariamente um perverso, mas queremos dizer que a violência causada pelo homem é algo que socialmente se supõe, em alguns discursos, como própria do gênero e que isto acometeria o campo científico. Lima (2019) compartilha deste pensamento ao afirmar que

Na cultura social, tornou-se maior a crença de que os pais poderiam bater nos filhos, mães, não. De modo geral, a autoridade ficou representada na figura do pai (real, simbólico, imaginário). Com maior frequência, as expressões: *Eu vou contar isso para seu pai*, ou ainda, *quando seu pai chegar em casa, você vai ver*; e mais *se seu pai ficar sabendo disso*. . . . Às mães, assim, o papel mais esperado seria aquele que intercede, acolhe, protege; uma *Maria*. A mãe protetora, zelosa, portanto, seria a verdadeira mãe, a *verdadeira mulher*. (p. 74, itálicos da autora)

Mais adiante, no mesmo material de Lima (2019), encontramos nova menção sobre a dicotomia em relação aos gêneros e aos comportamentos admitidos socialmente aos homens e às mulheres:

Esse ideal, em grande parte, vem associado a um entendimento de feminino. Embora todas as emoções possam estar presentes em todos os seres humanos, muitos deles são categorizados e divididos de acordo com o gênero do sujeito, em categorias heteronormativas. Aos homens, por exemplo, o direito à agressividade; à mulher, a capacidade de acolhimento, do cuidado. (p. 160).

Diante deste cenário de escassez científica acerca de uma realidade existente (porém negada), justificamos a necessidade de dedicarmos atenção ao tema. Se não falarmos a respeito da violência provocada pela figura materna, principalmente no presente caso desta investigação àquela relacionada à perversão, permaneceremos no campo da negação, do simplismo em rotular tais mulheres como loucas ou más, conforme assinalam Iaconelli (2012) e Lima (2019). Quanto a isso, Dametto (1994) afirma que “A negação destes sentimentos que viraram tabu na sociedade ocidental advém de serem extremamente dolorosos. . . . firma-se então, entre todos, um pacto inconsciente de não falar sobre o assunto” (p. 23).

Bonnet (2008) defende que a perversão manifesta através da violência também se expressa com mulheres, mais do que se imagina, ela está presente na mulher manipuladora,

agressiva que, no caso das mães perversas, viola suas próprias crianças num ato de invocar seus problemas de infância que a movimenta para a vingança através deles, esta é a mãe que excede, passa do ponto. É difícil para todos, em diferentes níveis, imaginar que uma mãe possa chegar a esse estado. Por isso o autor duvida que avanços e desmistificações possam acontecer teoricamente sobre mulheres perversas, apesar de alguns trabalhos dedicados ao assunto, como a obra *L'ultime tabou: Femmes pédophiles, Femmes incestueuses*, de Poiret (2006), cuja autora apresenta casos de pessoas que foram abusadas sexualmente na infância por mulheres, inclusive entrevista algumas das agressoras sexuais. Neste livro, ao buscar por pontos de vista de magistrados, policiais e psiquiatras, alguns se colocam em posição de negação deste fenômeno, daí a descredibilidade de Bonnet (2008) sobre o progresso desta temática.

A perversão materna existe em variadas formas de manifestação, conforme podemos depreender da afirmação de Lima (2019), e pode se manifestar de diversas maneiras:

No cotidiano da atividade forense é possível observar várias mães que praticam maus-tratos de ordem física e psicológica com seus filhos, muitas vezes, de modo muito sutil. Aqueles que não nos saltam aos olhos, por vezes, agregam violências, através das mensagens enigmáticas emitidas, tão ou mais nocivas que uma violência explícita (p. 154).

Dentre as formas de maus-tratos, dedicaremos no desenvolvimento desta tese às ações de extrema violência, violência explícita – como caracterizou Lima (2019) – e humilhação infligidas à criança que se cuida, sejam os próprios filhos ou os de terceiros, uma vez que a violência sutil, ou a agressividade em geral, acarretaria em outros olhares que talvez não contemplem a especificidade da temática aqui investigada, que é a psicodinâmica perversa. Do contrário, entraríamos em uma espiral infinita de casos que não seriam condizentes ao propósito deste estudo. Devemos aqui distinguir o que iremos analisar como atos violentos vinculados à perversão e o que é a agressividade. Esta última é própria do ser humano, afirma Freud (1929/1996n), em “O Mal-Estar na Civilização”:

. . . os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que, no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes [pulsionais] deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade. . . em circunstâncias que lhe são favoráveis [a agressividade]. . . também se manifesta espontaneamente e revela o homem como uma besta selvagem, a quem a consideração para com sua própria espécie é algo estranho (p. 117).

Isso significa que todos estão propensos a ser agressivos, pois temos em nossas origens as marcas da hostilidade, que a todo tempo coloca a vida em civilização sob ameaça. Somos construídos também com a pulsão de morte em nosso psiquismo, uma energia que visa o retorno ao inorgânico; ou seja, vai no sentido contrário da manutenção da vida. Desta forma, as pulsões agressivas precisam ser contidas por meio de limites estabelecidos, a fim de que a

vida em sociedade seja preservada e assegurada. A violência extrema aqui será compreendida como um desdobramento da agressividade que não foi processada por mecanismos psíquicos de elaboração e, por isso, é externalizada de forma rudimentar, direcionada à destrutividade do outro.

Quanto à violência, podemos dizer que se trata de perversão? Segundo Costa (1984), a especificidade da violência está no envolvimento do desejo de provocar o mal, humilhar, gerar sofrimento ao outro. O ato violento porta a marca de um desejo, o emprego deliberado da agressividade. Deste modo, a violência engloba a intenção (consciente ou inconsciente) de destruir. Na busca por definições encontramos que “A palavra violência deriva do Latim ‘*violentia*’, que significa ‘veemência, impetuosidade’. Mas na sua origem está relacionada com o termo ‘violação’ (*violare*)” (Significados, n. p., 2013). No *Dicionário Online de Português* (2018) temos como definição:

Qualidade ou caráter de violento, do que age com força, ímpeto; Ação violenta, agressiva, que faz uso da força bruta. . . . Constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, que obriga essa pessoa a fazer o que lhe é imposto: violência física, violência psicológica. Ato de crueldade, de perversidade, de tirania: regime de violência. Ato de oprimir, de sujeitar alguém a fazer alguma coisa pelo uso da força; opressão. (n. p.).

Também encontra-se, em uma página de conteúdo jurídico, outra definição compatível a estas apresentadas:

Em definição ampla, violência é qualquer ação física ou não física que é repudiada pelo meio social e que é também prevista em lei. Vale salientar a relevância de não confundir violência com agressão. Agressividade é qualquer ato também repudiado pelos costumes sociais. . . . Enquanto violência é um crime, agressividade não passa de mera “falta de, e, ausência de catequização comportamental não é crime. (Jusarena, 2012, n. p.).

Mas o que diferenciaria a agressividade materna daquela de cunho perverso? De acordo com Peixoto Jr. (1999), a psicodinâmica perversa estaria associada às pulsões destrutivas primárias, especialmente ligadas ao ódio. Todo sujeito pode cometer atos agressivos, e até cruéis, mas nem todos terão uma psicodinâmica perversa. Para esta pesquisa, estendemos esta reflexão à constatação de que algumas mães batem em seus filhos, mas isso não quer dizer que todas as mães que o fazem sejam perversas, mas algumas serão. O que se pode dizer, com base no autor supracitado, é que o perverso se movimenta na via da satisfação incessante, oriunda da destrutividade e do ódio em ação.

Retomando o aspecto da agressividade, Kernberg (1995) aponta que o perverso encontra satisfação pela via da agressividade intensa, oriunda de momentos pré-edípicos. Por essa perspectiva, o relacionamento das mães perversas com seus filhos estaria marcado pela realização consciente de ações de hostilidade como via de obtenção de prazer. Nesse caso, em nossa pesquisa, tomamos como exemplo uma mãe que espanca, ou abusa do infante

repetidamente, e sabe o que faz. Não estamos falando aqui daquela mãe que, num momento de explosão, ataca seu filho e, quando se dá conta do que fez, sofre com a culpa e o arrependimento por ter agido no calor da emoção. Nos neuróticos, a crueldade também se manifesta, mas por diferentes mecanismos em comparação ao perverso, como a destrutividade se voltar para o próprio Ego.

Concernente ao contexto familiar, Mandelbaum, Mandelbaum e Brito (2002) encontraram em Kafka a afirmação de que a violência é inerente ao funcionamento da dinâmica familiar, podendo haver algo que extravase pela imposição e atravessamento dos limites da criança quando o adulto, pela hostilidade e crueldade, restringe significativamente as possibilidades de desenvolvimento do infante. Embora a família seja reconhecida como fonte originária de violência, há distinções entre aquelas passíveis de serem vividas pelo infante – que não geram consequências limitadoras ao seu desenvolvimento – e aquelas que afetam sua capacidade de autonomia e pensamento próprio. Nesta mesma via, Gutman (1958/2018) qualifica a violência como uma ação provocada ao outro, a qual ultrapassa os limites de sua tolerância. Lembra que pode ser uma classificação subjetiva, pois o que uma pessoa pode entender como violento, outra pode não ver do mesmo modo e que, muitas vezes, os sujeitos que assim se relacionam raramente reconhecem a violência em seu entorno; entendem que seus atos são válidos e toleráveis, que a agressão física pode ser classificada como uma norma vigente, como forma de educação.

Aulagnier-Spairani (1975/1979) afirma que a violência proveniente da figura materna pode ser primária, ou necessária, quando a mãe nomeia o mundo da criança, impõe-lhe significados, mas tal forma de violência é imprescindível para que ocorra a aquisição da linguagem e o reconhecimento da realidade externa. Por outro lado, haveria um tipo de violência secundária; esta, por sua vez, teria uma carga excessiva e geraria prejuízos ao desenvolvimento infantil. Um exemplo para tal forma de violência pode ser apontado com base no caso apresentado por Sinason (1987), no qual, diante das demandas do bebê, a mãe o obriga a engolir o leite, mesmo que não seja esta a necessidade do infante; o ato representa uma satisfação da ansiedade materna. Isso caracterizaria uma forma de abuso em uma cena trivial que, aparentemente, não seria sexual, mas que, em sua essência, traria o ato sexual consumado e impositivo. Em tais casos, a criança é tomada como objeto para a satisfação das necessidades narcísicas de sua mãe, já que as necessidades do bebê não são consideradas.

Na realidade, sabemos que o devotamento materno não existe incondicionalmente, nem está presente em todos os contextos familiares. Mães violentas existem, mas as pesquisas psicanalíticas parecem ainda não terem dedicado tanta atenção ao estudo desses fatos. O que

temos de aproximação ao tema são os postulados de Freud (1905/1996s), quando assinalou o reconhecimento da ambivalência, a partir da qual é possível considerar a existência do amor e do ódio na relação com o filho.

Winnicott (1956/1993a) apresentou o conceito de “preocupação materna primária” (p. 491), como uma fase na qual a mãe canaliza sua energia libidinal exclusivamente para satisfazer as necessidades do bebê, o que proporciona ao infante um estado de confiança no mundo externo. Contudo, o autor reconhece que esta condição psíquica não é uma situação inerente a todas aquelas que têm um bebê, pois a maternidade passa por interferências sociais (fatores do ambiente em que a genitora se insere) e individuais (referentes aos registros que a mãe possui desta fase, os quais podem ser positivos ou negativos na relação com o bebê). De acordo com o autor, no caso das mulheres identificadas com a figura masculina, a preocupação materna primária pode ficar comprometida, de maneira que esta mãe não realizará um movimento empático com o bebê e, ao invés disso, se ocupará com outras atribuições, sendo que a presença do infante pode ser remetida à frustração e à castração. Esta mulher, ao não fornecer condições favoráveis ao bebê, no atendimento de suas necessidades e na articulação de sua relação com o mundo externo, pode favorecer um cenário no qual ocorram intrusões no universo psíquico infantil, de modo a comprometer seu desenvolvimento. Ou seja, a mãe suficientemente boa permite que o bebê passe pela frustração; a mãe que não o protege, viabiliza a ameaça da aniquilação, sendo reconhecida por Winnicott (1947/1993b) a presença do ódio na maternidade, especialmente no processo inicial de adaptação da mãe ao bebê e diante das interferências do filho na sua vida privada. Pontuamos que o ódio materno pode se manifestar em doses possíveis de serem vividas pelo bebê. São os casos em que tal sentimento se manifesta de forma sutil, de modo que o bebê seja capaz de vivenciar aquilo que lhe é direcionado, sem causar prejuízos no desenvolvimento biológico e psíquico. Mas pode ocorrer de maneira excessiva, intolerável à criança, por meio de intrusões provocadas pela própria mãe (é para estes casos que iremos dedicar nossos estudos). Mathelin (1999) afirma que apesar destas considerações sobre a dubiedade relacional, a maternidade é vislumbrada de forma unilateral na sociedade ocidental: “Pensar que existiria um amor materno sem violência, sem ódio, sem ambivalência seria tão radical quanto negar a existência do inconsciente” (p. 14). É fato que o ódio se manifesta e pode, inclusive, ser atuado pela mãe.

Sobre o fato de aceitarmos os desejos de destruição como parte do ser humano (e inclusive das mães), sabemos que isto não é uma tarefa fácil. Freud (1929/1996n) considera tal aceitação de nossos aspectos destrutivos como uma tarefa árdua:

Recordo minha própria atitude defensiva quando a ideia de um instinto de destruição surgiu pela primeira vez na literatura psicanalítica, e quanto tempo levou até que eu me tornasse receptivo a ela. Que outros tenham demonstrado (e ainda demonstrem) a mesma atitude de rejeição surpreende-me menos, pois “as criancinhas” não gostam quando se fala na inata inclinação humana para a “ruindade”, a agressividade, a destrutividade, e também para a crueldade (Freud, 1929/1996n, p. 126).

É preciso pensar sobre a perversão materna. Caso contrário, estaremos, enquanto profissionais e sociedade, favorecendo a consolidação do pacto inconsciente a que Dametto (1994) se referiu. Não abordar sobre o assunto é uma maneira de fomentar a ideia romantizada do amor materno como incondicional e inato à mulher, conforme já mencionamos anteriormente. (Martins, 2015)

Com base em toda a exposição acima, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de discutirmos e ampliarmos as ideias psicanalíticas acerca dos atos excessivos, extremamente cruéis, perversos, cometidos por mães, ou por quem desempenhe a função materna.

Uma possibilidade para superar as barreiras que nos impedem de uma aproximação destas mulheres seria, em primeiro lugar, reconhecermos em nós a existência da pulsão de morte e os desejos inconscientes de cometermos atos violentos. Ao aceitarmos nossa realidade psicológica e, quando vamos além de um olhar superegóico para estes casos, podemos criar em nós um espaço psíquico que. . . nos permita visualizar os conteúdos encobertos (Martins, 2015, p. 101).

É fato que trata-se de um tema difícil de ser estudado, justamente por defrontar-se com o paradigma social acerca da maternidade. Mas dedicar-se ao estudo das situações em que as manifestações da pulsão agressiva materna atinge o infante de maneira invasiva e insuportável, na perspectiva da psicodinâmica perversa, buscando compreender esse processo, pode contribuir com as discussões que permitam, quem sabe, favorecer a superação da negação, da visão moralista, dos bloqueios sociais que dificultam o enfrentamento de tais condições. Este trabalho tem sua importância pela quebra de paradigmas que podem gerar aberturas de novas portas, de novos olhares e caminhos.

Esta tese se divide em seis capítulos, sendo que no primeiro, apresentamos o método adotado, as explicações sobre os casos a serem analisados e discorreremos acerca do fato de ser um trabalho baseado em análises que não estão enquadradas na atuação clínica, segundo o modelo tradicional e clássico.

No segundo capítulo trazemos uma discussão geral acerca da perversão, para posteriormente chegarmos ao conceito mais específico, que é a perversão materna. Para isto, apresentamos os caminhos teóricos traçados por Freud em seus estudos da perversão com o objetivo de elucidar os conceitos engendrados pelo autor sobre a psicodinâmica do sujeito perverso, bem como nos valem de outros autores que contribuem para a elucidação do tema.

No terceiro capítulo, trazemos compreensões pós-freudianas sobre a perversão em autores como Laplanche, Ferenczi, Stoller e Bonnet.

O quarto capítulo traz aspectos descritivos focados nas temáticas do feminino e da perversão materna, com o intuito de que tais construções teóricas possam dar embasamento à compreensão de nosso objeto de estudo.

No quinto capítulo, apresentamos os casos selecionados, que relatam situações de atos destrutivos, hostis e violentos presentes na relação de mulheres com crianças, analisados psicanaliticamente pelo prisma da perversão materna.

Nesta sequência, descrevemos aspectos contratransferenciais referentes ao contato com os casos estudados e esboçamos uma análise dos dados descritos no capítulo anterior como tentativa de explicar a psicodinâmica da perversão materna e seus elementos.

Por fim, nas considerações finais, além de um apanhado geral do que fora trabalhado nesta tese, levantamos possibilidades de intervenção e aspectos do trabalho com este público específico.

CAPÍTULO 1

SOBRE O MÉTODO: DELINEANDO UM PERCURSO

Nosso objeto de investigação é a perversão materna. Assunto complexo, instigante, problemático, pelas múltiplas perspectivas pelas quais pode ser abordado, inclusive a negação dela. Quando nos propomos a trilhar esse caminho, sabíamos que não seria tarefa fácil, tendo em vista a especificidade de tal temática e as dificuldades inerentes ao percurso. Para tanto, algumas escolhas tiveram que ser feitas, entre elas o delineamento metodológico usado na presente investigação.

1.1 A Escassez de Material Científico

Desde os levantamentos bibliográficos preliminares acerca da temática para a elaboração do projeto que culminaria na presente pesquisa, assim como na revisão mais sistemática da literatura, quando já no desenvolvimento desta investigação, ficou evidente que uma das dificuldades seria a carência de materiais que tratassem do assunto.

Ao pesquisarmos a literatura científica sobre violência no contexto familiar, foi significava a predominância da temática sobre homens como agressores de crianças. Quando buscamos refinar as referências encontradas e incluimos na busca o descritor “mulher”, o resultado que sobressaiu foi dela predominantemente como vítima de violência doméstica.

Ainda sobre a disponibilidade de materiais, nos deparamos com a mesma condição de insuficiência de produção acadêmica, ao fazer um levantamento mais específico, usando os descritores “perversão”, “perversa”, “materna”, “maternidade” e “mãe” em diferentes idiomas (português, francês, inglês, italiano e espanhol), nas bases de dados eletrônicas, como PsycInfo, PePSIC, IndexPsi, SciELO, Lilacs e Psique. Até fevereiro de 2021, encontramos um total de 23 artigos, que falavam sobre política e economia (5 artigos), psicologia do desenvolvimento infantil sem foco na psicodinâmica materna (9 artigos), perversão de forma geral com a palavra mãe somente nos trechos explicativos sobre a castração (6 artigos). Apenas 3 artigos abordavam a temática da perversão materna diretamente: Martin-Lavaud (2014), que fala sobre o caso de uma criança atendida pela autora e levanta os aspectos que a fazem entender se tratar de uma mãe perversa; Suárez e Romero (2017), que discutem sobre a realidade vivenciada por suas pacientes, a partir de relatos clínicos que as levam a pensar em uma dinâmica de mãe provavelmente perversas; e Vanier (2017), retratando sobre a maternidade como um lugar que possibilita a expressão da perversão feminina. Estes dois

primeiros materiais serão apresentados detalhadamente ao longo de nossa pesquisa, enquanto que o último será utilizado somente em alguns pontos que interessam às discussões desenvolvidas nesta tese, por se tratar de um trabalho construído pela perspectiva da psicanálise lacaniana (que não é a abordagem usada nesta pesquisa). Encontramos também, ao longo das pesquisas, a dissertação de Lima (2019), em que a autora se propõe a “. . . refletir sobre a possibilidade da existência de um lado perigoso do cuidado maternal” (p. 12), mencionando algumas reflexões que se relacionam com o objeto de estudo de nossa investigação.

Em função da escassez de material específico, certamente que precisaríamos construir um arcabouço teórico que nos sustentasse em nossa pesquisa, sem nos restringirmos somente ao parco resultado do levantamento bibliográfico efetuado. É por isso que recorreremos a autores que tratam da perversão em geral, da perversão feminina, para chegar posteriormente a discutir a perversão materna, tentando ter respaldos para as nossas discussões.

1.2 Em Busca de Casos

Um outro desafio com o qual nos defrontamos foi o como fazer uma investigação sobre a perversão materna, sendo que não tínhamos na clínica casos em que pudéssemos nos basear. Inclusive porque sabemos de que esse tipo de caso não é fácil de ser encontrado nos consultórios. Optamos por fazer um caminho diferente e buscamos casos de violência física provocada por mães, ou mulheres na posição materna, em meios diversos, na tentativa de que pudéssemos, posteriormente, encontrar um meio de articulá-los com os conceitos psicanalíticos acerca da perversão.

Em relação a casos que expressam, em princípio, manifestações possivelmente perversas, o cenário já é diferente, pois muitos relatos podem ser encontrados sobre mães/mulheres que cometeram atos violentos com filhos/crianças, inclusive filicídio, dos quais citaremos um deles ao longo da tese. Como já destacamos na Introdução, não podemos deixar de mencionar Medéia, a personagem mítica na versão trágica de Eurípides (trad. 2006) pela impactante força da violência contra os filhos, que, ao ser tomada pela fúria diante da traição de seu marido, consome o filicídio. Também há vasto material em casos policiais que podem facilmente ser encontrados na internet e em jornais de grande circulação, dos quais podemos citar, apenas como exemplo, o comovente caso Nardoni, em que os pais são condenados pela morte da filha Isabella, de 5 anos de idade. Dentre as inúmeras possibilidades, chamou-nos a atenção dois materiais que, pela riqueza de detalhes dos casos

tratados, julgamos que nos auxiliariam no nosso processo investigativo e os elegemos como nossos objetos de análise, para podermos tecer desdobramentos acerca das possíveis especificidades da perversão materna. O primeiro material é um livro, intitulado *Infância interrompida, a comovente história real de uma criança esquecida* (Glass, 2013), sendo a autobiografia de uma testemunha da crueldade materna. O segundo é o filme *An American Crime* (Um crime Americano, de O'Haver (2007), baseado em fatos reais, acerca da violência de uma mulher que assume os cuidados de duas adolescentes.

Nessa procura por meios que pudessem viabilizar nossa investigação, coincidiu de termos contato com uma psicóloga da Vara de Infância e Juventude, Família e Anexos, de uma comarca situada no noroeste do estado do Paraná. Explicamos nosso objetivo e solicitamos a ela se haveria em seu setor de trabalho algum caso que se aproximasse do nosso objeto de pesquisa e se poderíamos ter acesso aos materiais jurídicos para que tomássemos como fonte de dados. Segundo a profissional, naquela época, acabara de receber um caso que chegara aos seus cuidados, justamente por diversas denúncias de violência materna extrema. Com isto em vista, solicitamos a autorização judicial daquela instância, que foi concedida, bem como submetemos o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética da Universidade Estadual de Maringá, sendo aprovado com o nº CAAE 03695818.7.0000.0104. Quanto a este caso, foi possível fazer tanto a análise documental, quanto uma escuta da mãe acusada e de sua filha.

1.3 A Psicanálise Fora da Clínica

Diante das possibilidades encontradas para viabilizar nosso processo investigativo (um livro, um filme, um caso judicial), vislumbramos que, se não era possível trabalhar com um caso clínico *stricto sensu*, certamente poderíamos assumir a psicanálise fora da clínica, também chamada de aplicada, de extensa ou de extramuros.

Segundo Mezan (2002), Freud foi o pioneiro da modalidade de pesquisa psicanalítica fora do contexto clínico, ao tomar elementos culturais e sociais (obras de arte, mitos, produções literárias) como objeto de estudo. A única diferença é apenas o fato de tê-la nomeado de forma diferente, ao chamar de psicanálise aplicada. Posteriormente esse termo foi substituído por psicanálise extensa ou psicanálise extramuros. Ainda de acordo com Mezan (2002), por intermédio do olhar investigativo, o pesquisador, ao analisar fenômenos sociais e culturais, mantém uma postura de atenção flutuante para detectar os conteúdos que emergem nele, a partir de sua relação com o seu objeto de estudo. Baseia-se, portanto, na utilização do método psicanalítico fora do contexto clínico padrão.

Freud (1919/1996q), em seu artigo “Sobre o ensino da psicanálise nas universidades”, afirma sobre a valiosa contribuição dos conhecimentos psicanalíticos para as ciências em geral – da medicina aos outros campos do conhecimento – pois trata-se de uma ciência que se propõe a investigar os processos psíquicos e as funções mentais, mas não oferece um método limitado e particularizado de aplicação estritamente médico-clínica. Pelo contrário,

. . . estende-se também à solução de problemas da arte, da filosofia e da religião. Nessa direção já produziu diversos novos pontos de vista e deu valiosos esclarecimentos a temas como a história da literatura, a mitologia, a história das civilizações e a filosofia da religião. (Freud, 1919/1996r, pp. 186-187).

Sobre os avanços da psicanálise fora da clínica, Martinez (2003) pontua que, em 1986, o *Collège des Hautes Etudes Psychanalytiques* foi fundado em Paris, com o intuito de expandir a pesquisa psicanalítica como um todo, abrangendo esferas teórico-clínicas e histórico-culturais. Quatro anos depois, este mesmo *Collège* organizou um colóquio chamado “Psicanálise além da cura”, com o objetivo de debaterem sobre os alcances desta ciência, seus objetos e método. Grandes nomes da psicanálise estavam presentes neste momento, como Laplanche, Bonnet e Green.

Os membros deste colóquio definiram que chamar este método de psicanálise aplicada, como era chamado até então, inclusive tendo sido proposto por Freud,

. . . de alguma maneira, deformaria a natureza própria do seu meio original, que é a clínica. Outro problema refere-se à proliferação de trabalhos e a arbitrariedade com que foram tratados, principalmente em torno de suas fontes metodológicas, provocando, assim, uma espécie de cisão entre a psicanálise clássica, a do tratamento, e a psicanálise ‘transportada’ ou ‘exportada’, ‘deportada’, enfim. Fazendo da prática da primeira, a do tratamento, uma Grande Arte, porém uma arte menor a psicanálise que se dedica aos fatos culturais e sociais (Martinez, 2003, p. 49).

Laplanche (1987/1992a) propõe o termo psicanálise extramuros, justificando tal mudança pelo entendimento de que o conceito de psicanálise aplicada estaria voltado para algo fechado, pronto, acabado, contrário ao que propõe o próprio método psicanalítico. Assim nomeada pelo autor, por tratar-se do uso do método psicanalítico para além da clínica tradicional, preserva os fatores fundamentais da clínica: observação, investigação e interpretação, os quais se estendem para a análise dos fenômenos culturais, da sociedade, das obras de arte e quaisquer elementos que não estejam restritos ao espaço físico da clínica propriamente dita. O autor refere-se à psicanálise como um movimento cultural que, além de se fazer no contexto clínico, pode ser feita “. . . fora-dos-muros. . . ” (Laplanche, 1992, p. 12). A psicanálise, ao se voltar para o estudo da cultura, “. . . faz com que o homem psicanalítico não seja somente um homem segundo a psicanálise, estudado pela psicanálise, mas um homem que doravante está marcado culturalmente pela psicanálise” (Laplanche,

1992, p. 12). Apesar dos diferentes nomes, adotaremos aqui a nomenclatura de psicanálise extraclínica, por entendermos que este termo não se prende a um autor específico, ou escola psicanalítica, o que nos permite alguma flexibilidade para adotar os referenciais teóricos que considerarmos necessários aos nossos propósitos, ao invés de nos restringir a um único ponto de vista.

O nome psicanálise extraclínica foi eleito por um consenso entre os pesquisadores presentes naquele colóquio acima referido e foi proposto para se referir ao estudo psicanalítico em que o analisando está ausente. Daí derivaram-se novos questionamentos sobre a legitimidade, os objetos, o método, “. . . a analisabilidade, a interpretação, a transferência, a contratransferência, a escuta. . . .” (Martinez, 2003, p. 49).

Tais questionamentos são relevantes para esta tese, uma vez que, além do caso judicial, serão analisadas produções, as quais terão apenas o pesquisador e suas vivências como sujeito que observa, investiga e interpreta. A escuta e a interpretação, realizadas no contexto extraclínico, se tornam aqui um dos desafios na busca de se chegar a algum nível de compreensão do fenômeno estudado.

1.4 A Transferência e a Interpretação Extraclínica

Na situação extraclínica, ao invés de uma relação feita a dois, temos o que Martinez (2003), sustentada na compreensão laplancheana, pontua como uma relação autotransferencial que se opera no interior de apenas um sujeito.

Pois bem, se ao emprestar ao texto um ouvido psicanalítico aceitamos, por um lado, a idéia de um duo de laços autotransferências [sic], por outro lado, teríamos que reconhecer que essa mesma idéia está necessariamente associada à ocorrência de uma análise que, dada a sua peculiaridade só pode ser a do próprio leitor-analista, isto é, uma auto-análise ligada, talvez, também por um laço, à do autor a ser lido. (Martinez, 2003, p. 52).

Neste tipo de pesquisa também é preciso estar atento aos pontos levantados por Mello Neto (1995), no artigo “Psicanálise extraclínica: solipsismo sem fim?”. Nele o autor questiona: qual seria a transferência existente na ausência de um paciente? Para responder a esta indagação, afirma que diante da interpretação de uma produção cultural, o analista coloca sua própria transferência no processo de análise, no qual o texto, a obra de arte, ou qualquer outro elemento da cultura, entraria no lugar do sujeito analisado. Haveria, então, uma transferência compartilhada (entre pesquisador e seu objeto de estudo) com a finalidade de esclarecer um fenômeno e torná-lo um conhecimento científico.

Deste modo, para Mello Neto (1995), há uma comunicação inconsciente entre o

material estudado e seu investigador. Este tem suas emoções mobilizadas, o que permite realizar interpretações a partir do que é suscitado contratransferencialmente, como ocorreria na relação com um paciente no contexto clínico. Nas análises realizadas pela psicanálise extraclínica são consideradas as implicações da subjetividade do pesquisador, que analisará o material e seus conteúdos, os quais provocarão reações inconscientes e conscientes no pesquisador, sendo tais reações passíveis de interpretação, pois comunicam conteúdos latentes por uma linguagem metafórica. Esse processo proporciona a construção de conhecimentos socioculturais.

Quanto à interpretação, que nos permitirá o encontro de significados para os conteúdos encontrados nos materiais analisados (livro, filme e entrevistas), buscamos fazer conjecturas relativas ao objeto pesquisado em busca da compreensão e da formação de uma “. . . hipótese a ser colocada constantemente em confronto com o objeto estudado” (Martinez, 2003, p. 44), de modo que as concepções de tal objeto seriam gradativamente evoluídas a cada nova pesquisa.

Conforme Mezan (2002), tais materiais podem despertar, de maneira contratransferencial, emoções no analista que se originam do autor e seu inconsciente. Mesmo que não haja o discurso de um paciente, a própria obra (filme e livro), o relato das entrevistas e os materiais judiciais analisados, falam por si mesmos, contendo neles algum sentido a ser entendido, e de certo modo proporcionam elementos semelhantes ao que uma pessoa transmitiria ao analista. Neste caso, a associação livre estará em sintonia com a contratransferência suscitada pelo material pesquisado, proporcionando inúmeras ligações entre os diferentes elementos, tornando possível elaborar uma interpretação.

Dizemos que a interpretação dos casos de violência materna, através das leituras e escutas, formará um campo transferencial em que o pesquisador, na postura de analista, buscará encontrar, no caso desta pesquisa, explicações para o funcionamento psíquico das mães perversas. Para isso, buscaremos reconhecer a construção dos personagens envolvidos nos casos a partir das características apresentadas pelos autores para compor o enredo e os acontecimentos da trama. Para o estudo do filme e do livro selecionado haverá, também, nossa relação transferencial enquanto sujeitos investigadores que farão interpretações a partir de mobilizações inconscientes. O reconhecimento da psicodinâmica das mães perversas se construiu processualmente. Mesmo que não soubéssemos o que se mobilizava de nosso inconsciente, algo se despertava paulatinamente e se revelava de forma indireta. Esse algo que se evidenciava indiretamente, até se tornar algum elemento perceptível conscientemente – embora não revelasse exatamente o que estava inconsciente –, possibilitou, aos poucos,

associar o que era percebido e evocado emocionalmente, e assim construir um sentido aos materiais estudados.

Com relação às entrevistas na Vara da Infância e da Juventude, devemos explicar que o caso nos chegou por meio de uma colega, atuante nesta instância, que tinha conhecimento da temática da pesquisa e nos informou que recebera um caso muito próximo ao nosso objeto de estudo. Havendo esta abertura para o contato com a mãe, submetemos em seguida a proposta ao Comitê de Ética da UEM, conforme assinalado acima. Nesta proposta estabelecemos que seria realizada a escuta de uma mãe e sua filha que havia sofrido violações e violências por parte daquela, caso obtivéssemos anuência da Juíza e das entrevistadas. Além disso, pontuamos que seria oferecido suporte psíquico à mãe entrevistada, via atendimentos, caso a mesma desejasse posteriormente. A escuta desta genitora e de sua filha foram de grande importância para a análise e elucidações da perversão materna, pois ao termos alguns esclarecimentos acerca da história de vida da entrevistada, pudemos ter maior dimensão das reverberações no ciclo familiar. Desta experiência, que será partilhada em momento ulterior, tomamos como objeto de análise e interpretação o que foi apresentado verbalmente pelas entrevistadas, bem como outros elementos não verbais (expressões faciais e corporais, entonação de voz, hesitações, silêncios, lacunas e outros desta mesma categoria). Elementos estes essenciais ao trabalho psicanalítico, vez que o inconsciente se revela especialmente por meio destes aspectos que escapam da via racional.

Apesar de não ser um contexto clínico, houve o contato com a mãe e com a criança.² Para tanto, além das descrições dos materiais analisados, tanto das entrevistas, quanto dos documentos judiciais, pautamos as interpretações nos dois tempos destes estudos; no que ocorreu num primeiro momento – do contato inicial com as entrevistadas (mãe e filha) – e no que se passou secundariamente, quando se desvelou o que era transferencial e contratransferencial, haja visto que, por serem manifestações inconscientes, nem sempre são percebidas de primeira, geralmente é possível pensar nelas e reconhecê-las em tempo posterior ao encontro com o outro. Ou seja, muitas vezes, o sentido daquilo que foi vivido no contato presencial só se torna consciente e, portanto, nominável, em momento póster, pelas transcrições e releituras de registros, por exemplo, que nos guiaram a elaboração do material.

² Sobre este caso, haveria a possibilidade de pensarmos que marcaria um contexto clínico, vez que o próprio Freud realizou algumas escutas únicas e as apresentou como casos. Apesar desta possibilidade ser existente, nesta tese, optamos por classificar metodologicamente como extraclínico, por compreendermos que não houve a busca voluntária pela escuta analítica e, também, por entendermos que o que rege o trato com os materiais não difere da clínico no que se refere ao método psicanalítico.

1.5 Possibilidades Interpretativas e o “Como se Fosse”

Conforme discutido até aqui, evidencia-se que o método psicanalítico, configurado no contexto da psicanálise extraclínica, é nossa escolha para nos nortear nessa busca de ampliar os sentidos acerca do presente tema, com base numa leitura do tipo flutuante em que é dedicada atenção homogênea a todo o conteúdo dos materiais selecionados (livro, filme, relatos e documentos judiciais), objetos de análise. Portanto, é a partir dessa postura investigativa, sem se prender a detalhes, de modo a seguir o fluxo das correlações inconscientes e conscientes produzidas na mente do pesquisador, que se vai construindo possibilidades compreensivas acerca do problema investigado. Conforme apresentado por Iribarry (2003), o pesquisador se coloca como sujeito da investigação, e passa pelas construções de conhecimento pautado também em seu pensamento clínico. A isto podemos acrescentar a posição de Garcia-Roza (1984/2011), quando o autor refere-se à pesquisa com o método psicanalítico como algo que vai além da mera observação dos fatos, pois os fenômenos são compreendidos por um atravessamento subjetivo, pelo qual se faz a observação a partir de um lugar teórico, o que possibilita produzir construções científicas criadas com a finalidade de uma nova inteligibilidade.

Desta forma, os estudos reflexivos proporcionados pelo método psicanalítico podem produzir novos conhecimentos quando o pesquisador psicanalista se coloca em um campo de criatividade e, ao mesmo tempo, de rigor científico, ao se lançar em um campo interpretativo, sustentado nos pressupostos psicanalíticos. Articular materiais extraclínicos, com base no pensamento clínico, é passar por um processo muito singular de pesquisa, no qual o material estudado passa pela interpretação e possibilita ressignificações e a construção de algo novo, pautado em investigações que buscam compreender a complexidade dos fenômenos. Assim, ao psicanalista é recomendado posicionar-se diante da pesquisa de forma a viabilizar as problematizações e questionamentos, além de sistematizar as análises para fazer avançar os conhecimentos em Psicanálise.

Nosso posicionamento diante do objeto de estudo proposto nessa investigação, seguindo o método psicanalítico, nos levou a pensar que os materiais selecionados, sobre os quais nos debruçamos para tentar “ouvi-los”, permitiriam desenvolver compreensões acerca da psicodinâmica da perversão materna. Contudo, aqui adotamos a mesma postura de Martínez (2001), quando analisa o mito de Cuchulain, e propõe tomá-lo “. . . como se fosse” (p. 42) um caso de perversão. Da mesma maneira, tomaremos as mães, ou figuras representativas de suas funções, contidas nos materiais selecionados, como suposição de casos

em que há a manifestação da perversão materna. Isto não quer dizer que o sejam em sentido estrito, pois não há como determinar a existência da estruturação perversa em termos diagnósticos, o que seria inadequado, considerando o tipo de dados com que trabalhamos, principalmente por estarmos no campo da psicanálise extraclínica. Mas, certamente, há elementos que nos permitem fazer tal suposição, cujas evidências que nos levaram a pensar assim serão demonstradas ao longo do trabalho. Por isso, o “. . . como se fosse” (Martinez, p. 42, 2001), nos permite pensar os casos pela perspectiva da perversão, para que possamos investigar o que está envolvido na perversão materna.

As conjecturas aqui desenvolvidas serão apenas a nossa proposta de compreensão. Temos clareza sobre a multiplicidade de outras interpretações cabíveis a cada um dos casos aqui estudados. O nosso desejo aqui presente é de trazer à tona um olhar psicanalítico, entre outros possíveis, sobre as manifestações da perversão materna.

CAPÍTULO 2

A PERVERSÃO A PARTIR DOS ESTUDOS DE FREUD

O amor do pervertido é uma peça de teatro na qual um simples figurante avança em direção à cena e toma o lugar do primeiro personagem. (Binet, 1887/2001, p. 127)

A palavra perversão, segundo Graña (1998) é formada pelo prefixo *per-* que remete a algo introduzido, e por *-vertere*, que estaria ligado a algo oposto, invertido; portanto, perversão designaria aquilo que é contrário, desvirtuado. Etimologicamente, o autor explana que, no latim, algumas palavras se aproximam do termo perversão, as quais são: *perversus*, que designaria algo inverso com tendência para o mal e *perverto*, vinculado ao não cumprimento e ao extermínio das regras, leis e normas sociais ou religiosas.

Segundo a definição apresentada por Ferreira (1998), trata-se do “1. Ato ou efeito de perverter(-se). 2. Corrupção, desmoralização, depravação. 3. Alteração, transtorno. . . . 4. *Med.* Desvio ou perturbação de uma função normal, sobretudo no terreno psíquico” (p. 1318). Para Ferraz (2000/2010)³, esse termo “. . . tem origem no latim *perversione*, designa o ato ou efeito de perverter-se, isto é, tornar-se perverso ou mau, corromper, depravar, desmoralizar. Pode designar ainda a alteração ou o transtorno de uma função.” (p. 24). O mesmo autor ressalta que na “. . . medicina, esse termo foi reservado para designar o desvio ou a perturbação de uma função normal, sobretudo no terreno psíquico e, mais propriamente, no terreno da sexualidade.” (p. 25).

Nesta mesma direção, sobre a origem do termo perversão e seu uso no vocábulo médico, Lanteri-Laura (1979/1994) comenta que:

. . . trata-se de um empréstimo do latim clássico *perversio*, criado a partir de *perversium* supino do verbo *pervertere*, cujo sentido primário era “revirar”, “inverter”, mas que assumiu muito depressa a acepção de “virada inoportuna”; aliás, desde as primeiras vezes em que foi empregado, o termo *perversão* comportou uma significação pejorativa, e a metáfora subjacente era de uma reviravolta ruim. (p. 24).

Laplanche e Pontalis (1967/1985), no *Vocabulário da Psicanálise* descrevem o termo perversão, como um

Desvio em relação ao ato sexual “normal”, definido este como coito que visa à obtenção do orgasmo por penetração genital, com uma pessoa do sexo oposto. Diz-se que existe perversão quando o orgasmo é obtido por outros objetos sexuais (. . . pedofilia, bestialidade, etc.), ou por outras zonas corporais. . . . e quando o orgasmo é subordinado de forma imperiosa a certas condições extrínsecas (feticchismo, travestismo, escopofilia e exibicionismo,

³ Ressalto aqui a importância de Ferraz (2000/2010), pois sua obra intitulada *Perversão* foi um guia valioso para a identificação dos textos freudianos sobre a temática e que foram utilizados neste material.

sadomasoquismo); estas podem proporcionar, por si sós, o prazer sexual. De forma mais englobante, designa-se por perversão o conjunto de comportamento psicosexual que acompanha tais atipias na obtenção do prazer sexual. (p. 432)

Sobre a perversão, Stoller (1975/2015, p. 34) se posiciona do seguinte modo:

Acredito que a perversão existe; que suas conotações ultrajantes refletem uma consciência turva de que, no cerne do ato perverso, existe o desejo de fazer mal a alguém; e que o conceito deveria ser preservado — não por ser uma arma de propaganda, útil à preservação da sociedade, mas pelo fato de a condição poder ser demonstrada.

Apesar de encontrarmos que as definições, o uso e a classificação da perversão já são utilizados há bastante tempo, as produções sobre o tema ainda são em número menor se comparadas às outras formas de funcionamento psíquico. Ferraz (2000/2010) faz a mesma constatação, focado nas produções freudianas, quando afirma que o pai da psicanálise, apesar de ter desenvolvido teorizações acerca da perversão, não a desenvolveu tanto quanto as outras categorias psicopatológicas: “Freud pouco ou nada referiu-se à clínica da perversão” (p. 19). Queiroz (2002) também afirma que há muitas produções sobre a neurose e a psicose, mas a perversão parece ter sido destinada a uma espécie de limbo, o que gerou escassez de literatura.

Seria esta escassez já um sintoma social e científico sobre a dificuldade de se falar/estudar sobre sujeitos que desejam provocar o mal? Refletir esta questão não é a proposta deste estudo, podendo ser objeto de outra pesquisa, mas isso já nos aponta um caminho árido ao se tentar abordar tal temática, ainda mais no contexto da maternidade, como já discutimos anteriormente. Entretanto, resgataremos algumas proposições teóricas freudianas, acerca deste tema, para que possamos, posteriormente, discutir a perversão materna, pois, mesmo que Freud não tenha discutido sobre isso especificamente, a metapsicologia e a psicodinâmica da perversão são aqui fundamentais.

Um dos grandes passos da teoria freudiana foi a apresentação do sexual perverso. Esta trajetória já se inicia por volta de 1896, quando Freud (1896/1996c) começa a observar as manifestações ditas perversas, por meio da análise das psiconeuroses e da histeria. Ainda nesse primeiro momento, segundo Ferraz (2000/2010), há influências da sexologia do século XIX quando faz uso da relação negativo/positivo entre a neurose e a perversão. Também os termos *aberrações* e *inversão* são descritivos da perversão; ademais, a própria nomenclatura adotada *perversão* teria sido oriunda destas teorias médicas.

Para a compreensão do pensamento freudiano relativo à perversão, também é pertinente observar as posições de Freud no que concerne à sexualidade em sua trajetória teórica. Para tanto, cabe partir da teoria da sedução em direção ao desenvolvimento teórico sobre a perversão estruturado por Freud. Em “A psicoterapia da histeria”, houve uma aproximação da perversão quando Freud (1895/1996e) levantou a possibilidade de que suas

históricas tivessem sido seduzidas por seus pais ao expor seus entendimentos acerca dos casos clínicos atendidos. Um ano mais tarde, Freud (1896/1996g), na “Carta 52”, expõe que os sintomas apresentados por suas pacientes seriam causados por experiências vividas com um sujeito sedutor (perverso), geralmente o pai. Nessa carta, consta que o homem estaria ligado a uma posição ativa e que uma experiência sexual em tenra idade poderia culminar em perversão na fase adulta. Já no caso do feminino, a vivência precoce de tal experiência resultaria em uma neurose, dada a condição passiva deste gênero (aqui notamos a delimitação da perversão ao masculino). No caso feminino, o perverso provocaria na pessoa seduzida sintomas neuróticos de histeria. Contudo, na “Carta 69” (1897/1996h), Freud informa ter abandonado sua teoria da sedução e um dos motivos para isso foi por entender que, na maioria dos casos, a sedução relatada por suas pacientes era fruto de fantasias; ou seja, a sedução não teria realmente ocorrido, como havia postulado anteriormente.

Um pouco depois do abandono da teoria da sedução, Freud (1905/1996s), em “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, usa o termo perversão de uma maneira desprovida dos julgamentos conservadores de sua época, o que permite uma distinção da visão médica⁴ daquele período, trazendo um olhar diferenciado sobre o assunto:

As perversões não são bestialidades nem degenerações no sentido patético dessas palavras. São o desenvolvimento de germes contidos, em sua totalidade, na disposição sexual indiferenciada da criança, e cuja supressão ou redirecionamento para objetivos assexuais mais elevados — sua “sublimação” — destina-se a fornecer a energia para um grande número de nossas realizações culturais (Freud, 1905/1996r, p. 55-56).

O psicanalista, neste momento, usou o termo perversão para se referir à sexualidade infantil como polimórfica perversa; ou seja, a criança é dotada de uma sexualidade marcada por várias finalidades a fim de atingir seu objetivo de satisfação e prazer, as quais podem permanecer no adulto na forma de fixação em um objeto. O autor apresenta que a satisfação sexual infantil se diferencia da sexualidade adulta por não possuir uma única zona erógena (genital), numa primazia da pulsão parcial; a satisfação da criança, obtida de forma generalizada por todo o corpo, seria semelhante ao processo ocorrido na perversão.

Para Ferraz (2000/2010), o polimorfismo existe devido ao fato de que, na tenra idade, o sujeito recebe estimulações em todas as suas zonas erógenas (boca, ânus, genitais, pele), e tais regiões continuam como fonte de prazer ao longo da vida, constituindo a sexualidade de cada um. Assim, a perversão é apresentada como uma característica inerente ao ser humano,

⁴ Embora alguns autores como Graña (1998, citado por Ferraz, 2010) alertem que a psicanálise foi influenciada por pensamentos moralistas e preconceituosos, pautados nas leis e na religiosidade para tratar sobre a perversão, Ferraz (2000/2010) ressalta que a obra freudiana, apesar de suas ambiguidades, merece seu reconhecimento como antimoralista e libertária no que concerne à sexualidade. Este autor, inclusive, retoma do pai da psicanálise o reconhecimento de que “não conhecemos os limites da vida sexual normal e que, portanto, não deveríamos nos referir com indignação às perversões sexuais,” (Ferraz, 2000/2010, p. 36).

que faz parte da construção da sexualidade, mas pode se apresentar como patológica sob determinadas condições no indivíduo adulto. Na perversão, as zonas pré-genitais (boca e ânus/oral e sádico-anal) são os eixos centrais da sexualidade, enquanto nos adultos não perversos os órgãos genitais assumiriam este lugar central. Esta relação é feita pelo autor, ao explicar que

A perversão seria, em uma palavra, a manutenção da sexualidade infantil perverso-polimorfa na vida adulta. O que diferencia a sexualidade infantil daquela do perverso é o fato de que, na criança, tudo ainda é apenas potencialidade. Nenhum eixo organizador, tirânico, dominou a cena sexual. No adulto perverso, ao contrário, a sexualidade está definida e cristalizada: um eixo pré-genital preside a vida sexual, tão despoticamente quanto a genitalidade o faz na vida sexual “normal” (Ferraz, 2000/2010, p. 34).

Contudo, tais características perversas não se restringem apenas à vida sexual, mas se expandem às relações objetais como um todo. Deste modo, é possível verificar que a sexualidade pré-genital assume o controle total da sexualidade, impondo-se de modo imperioso e organizando-a. Ocorre, assim, a eleição de um objeto que fará parte da realização de uma fantasia sexual pré-genital, a qual se institui como forma exclusiva para a obtenção do prazer, mas, concomitantemente, é geradora de sofrimento psíquico ou prejuízo na vida do indivíduo e/ou conflitos com terceiros. Ferraz (2000/2010), baseado nos constructos freudianos, ressalta ainda que

As fantasias de tipo pré-genital, que vêm, na prática, a ser as fantasias perversas, coexistem tanto no neurótico como no perverso. Elas desempenham, aliás, um papel central na formação do sintoma neurótico, sendo um dos lados do conflito entre os apelos pulsionais e a censura. Se sobrevém o recalçamento, então o cenário da neurose está desenhado. Mas, salienta Freud, nem sempre é assim. O perverso, não se sujeitando às forças que no neurótico prevalecem, põe em prática as fantasias pré-genitais; não as utiliza apenas como acessório para sua excitação, mas faz delas o centro mesmo de sua vida sexual. Assim, o perverso seria tudo aquilo que o neurótico almeja ser mas não encontra permissão para tal. (p. 33).

Freud (1905/1996s) explica a perversão como um comportamento sexual fixo que remete à sexualidade infantil polimórfica perversa. O que diferencia a perversão e a neurose, neste momento teórico, seria a fixação em determinada prática que produziria a satisfação sexual. Freud aponta que a escolha objetual perversa é orientada pelas experiências das fases pré-genitais. “Em linguagem psicanalítica, a normalidade implica a integração das fantasias primitivas e das atividades pré-genitais (sádicas, masoquistas, voyeristas, exibicionistas e fetichistas próprias da sexualidade infantil perverso-polimorfa) com as atividades genitais” (Ferraz, 2000/2010, p. 26). Ainda segundo Ferraz (2000/2010), a normalidade seria aqui a capacidade de se obter prazer pleno pelo ato sexual e de se estabelecer um relacionamento afetivo. A normalidade psíquica estaria atrelada à primazia da normalidade sexual (genital).

Ao tratar a neurose como o negativo da perversão, Freud (1905/1996n) postulou que enquanto naquela o sujeito passa pelo Complexo de Édipo, reconhece a alteridade e aceita a

castração, de modo que as leis e normas sociais são internalizadas ao passo que os desejos incestuosos sucumbem ao recalçamento, no perverso, contrariamente, diante da constatação das diferenças anatômicas, a castração é recusada. Como consequência, tem-se um desenvolvimento contrário ao do neurótico, na manutenção da fantasia de uma mãe fálica e uma forma de satisfação rudimentar (pela via das pulsões parciais).

Ferraz (2000/2010) aponta com base nos pressupostos freudianos que, se por um lado, o neurótico tem suas estruturas egóicas organizadas com base nas exigências do ambiente e apresenta conteúdos geradores de angústia e conflito recalçados, na perversão o sujeito sabe quais são seus desejos mais íntimos (aqueles recalçados pelo neurótico) e atua em prol de realizá-los, sem o sentimento de culpa ao agir para a sua satisfação. O perverso não teria impedimentos psíquicos (diques) para a realização da satisfação sexual por meio de modelos infantis. Sem o recalçamento, os conteúdos inconscientes alcançariam a satisfação libidinal sem barreiras.

O grande avanço científico apresentado por Freud foi a compreensão de que os desejos manifestos nas perversões estavam mascarados nas psiconeuroses: a neurose é o negativo da perversão. Todos possuem desejos inconscientes, de modo que os elementos da perversão fazem parte de toda constituição do psiquismo humano. Porém, os perversos colocam tais elementos em cena.

Assim, tal apresentação denota que, no sujeito perverso, a organização genital adulta não seria possível pela fixação em uma zona pré-genital eleita como organizadora psíquica. Apesar disso, tanto o neurótico, quanto o perverso, possuem fantasias pré-genitais, com o diferencial de que, no neurótico, elas seriam formadoras do sintoma neurótico envolto pelos apelos pulsionais e seus impeditivos causados pelo recalçamento. Já o perverso seria aquele sujeito que atende aos apelos pulsionais, os coloca em prática e os toma como ação principal de sua sexualidade. Foi o que Freud (1905/1996I) observou no caso Dora, quando percebeu que o neurótico apresenta em seu inconsciente as mesmas fantasias do perverso; porém, para a obtenção de prazer, são feitas substituições em função do mecanismo de recalque. Com isso, a perversão, na concepção freudiana, passa a ser uma forma de atuação dos desejos latentes existentes em todas as pessoas neuróticas, conforme ressaltado por Ferraz (2000/2010).

Freud (1908/1996p) escreveu “Sobre as teorias sexuais das crianças”, onde explicou que, inicialmente, todos teriam um pênis, conforme a imaginação infantil. A criança, ao se deparar com a ausência do pênis em certos indivíduos e ter de lidar com a castração, sente-se ameaçada. Além disso, é neste período que o ato sexual passa a ser visto como ato sádico e é

nesta fase que podem estar vinculados o horror ao sangue, as fantasias envolvendo a urina, a exibição das nádegas e o beijo. Contudo, a sexualidade adulta só pode ser alcançada após uma série de vivências infantis, especialmente no que diz respeito ao interesse pelos genitais. Há na criança o interesse pelo genital masculino. Em tal momento, existe no menino um grande interesse pelo pênis e a crença de que todos possuem algo parecido com o seu (ou que ele crescerá um dia, no caso daqueles em que se nota a ausência). Perceber a ausência do pênis colocaria a criança diante da angústia de castração, pela ideia de que aquelas pessoas que não o possuem assim o são por terem-no perdido, como forma de punição e que o mesmo pode ocorrer com a criança. Daí haveria a passagem pelo complexo de castração, o qual seria superado conforme acordos psíquicos do próprio sujeito. Contudo, caso após o reconhecimento da castração se mantenha a crença da universalidade do pênis pelo movimento de recusa (*Verleugnung*), há a fixação em um momento pré-genital e a clivagem do Ego, o que seria um indicativo de perversão.

A fixação também mostra uma ligação, seja direta, seja indireta, com experiências antigas vividas com o objeto, as quais se relacionariam com a história particular do indivíduo, ou com uma condição para a fixação da libido devido à força de uma pulsão parcial, conforme comentam Laplanche e Pontalis (1967/1985), ao se referirem às ideias freudianas. Também Freud (1914/1996r), em “Sobre o narcisismo: uma introdução”, explica sobre a possibilidade de fixação devido ao tempo em que determinada experiência possa ter durado e a quantidade libidinal investida. Sendo assim, a fixação teria forte relação com as origens de alguns distúrbios psíquicos, uma vez que devido a ela o desenvolvimento psíquico pode ser interrompido, já que as fases ulteriores correm o risco de não serem experimentadas pelo indivíduo; ou se o forem, ocorrem com sérios comprometimentos.

Sobre isso, conforme apresenta Aulagnier-Spaurani (1967), a estrutura perversa coloca em prática aquilo que os neuróticos reprimem; ou seja, na perversão é possível considerar, ao mesmo tempo, as exigências do Id e as da realidade, sem que uma anule ou interfira na outra. Não há nem o recalçamento dos desejos (como ocorre na neurose), nem rejeição à realidade (como ocorre na psicose). A ausência da ação do recalque permite que os conteúdos mais arcaicos estejam presentes na estrutura egóica.

Freud (1915/1996o) se refere às pulsões como uma energia psíquica constante, cuja origem é somática e sua forma de satisfação dar-se-ia por meio de um objeto; assim como seria a ligação entre o somático e o psíquico. Ao receber estímulos exógenos (dos quais muitas vezes o sujeito é capaz de desviar, por serem de origem externa) e endógenos (impossíveis de fuga, por terem uma origem interna ao sujeito), passaria por uma elevação da

excitação e buscaria pelo equilíbrio das tensões internas por meio da descarga pulsional pela via motora. As pulsões exerceriam um tipo de pressão constante e ativa que, através de um objeto, atingiria a finalidade pulsional de obtenção da satisfação. A fixação estaria na relação de uma ligação muito forte entre ambos.

A pulsão teria como possíveis destinos a reversão ao seu oposto, o retorno ao Ego, o recalque e a sublimação. No primeiro destino, a reversão poderia ser de conteúdo (amor em ódio, sadismo em masoquismo). Segundo Freud (1915/1996o), a atividade inicial para a satisfação da pulsão ocorreria pelo sadismo (ativo) e, posteriormente, se reverteria em masoquismo (passivo). Essa reversão da finalidade (ativa para passiva) também abrangeria o retorno da pulsão ao Ego, ou seja, o sadismo voltaria para o próprio sujeito. A mudança estaria apenas no objeto, pois a finalidade seria a mesma; então, o prazer do masoquista seria ainda proporcionado pela humilhação ao causar dor e sofrimento. “O desejo de torturar transforma-se em autotortura e autopunição, não em masoquismo. A voz ativa, não muda para passiva, mas para voz reflexiva. . . .” (p. 133). Quando o destino é o recalque, existe a tentativa de eliminar, ou tornar inconsciente um desejo ou uma lembrança traumática. Quanto à sublimação, por fim, seria a obtenção da satisfação pulsional por meio de atividades socialmente aceitas e sem relação direta com a sexualidade.

Ainda de acordo com Freud (1915/1996o), o objetivo sexual, ao sofrer uma alteração, deixa de ser o coito e pode ter relação com aquilo que faria parte das preliminares, envolvendo os órgãos do sentido, o vestuário e outras ações. Aqui estaria uma possibilidade de não haver o total desenvolvimento da pulsão rumo à sexualidade adulta, caso a satisfação fosse obtida apenas por estas formas pré-edípicas. Prosseguir nas fases do desenvolvimento libidinal significa ter que se deparar com a castração materna e com a possibilidade da própria castração; daí o retorno a momentos primevos como forma de se proteger desta vivência. O perverso colocaria em cena o que lhe teria causado horror e uma dor insuportável. Em seu mecanismo de resolução do conflito haveria um deslocamento a algo ligado à cena anterior, podendo ser o olhar ou ser olhado, agredir ou sentir dor, uma textura, um odor ou qualquer outro elemento que fosse usado para sustentar a recusa da castração e as consequências de seu reconhecimento.

Em relação aos sentimentos de amor e ódio, Freud (1915/1996o) elucida que este último se apresenta como uma das primeiras defesas do Ego na relação com o mundo externo, diante do que causa desprazer ao sujeito que se encontra num estado autoerótico e narcísico, em sua condição de psiquismo primitivo. O amor teria sua origem pelas fontes de prazer e, em momentos iniciais do desenvolvimento libidinal quase não se distingue do ódio, na

organização sádico-anal

. . . a luta pelo objeto aparece sob uma forma de ânsia (urge) de dominar, para a qual o dano ou o aniquilamento do objeto é indiferente. O amor nessa forma e nessa fase preliminar quase não se distingue do ódio em sua atitude para com o objeto. Somente depois de estabelecida a organização genital é que o amor se torna o oposto do ódio. (Freud, 1915/1996o, p. 143).

Com o desenvolvimento e a integração da vida sexual, o ódio pode se misturar ao sentimento amoroso. Aqui estaria a ambivalência que demarca tão fortemente as primeiras relações do indivíduo. Freud (1915/1996o) também explica que, na ruptura de uma relação, a manifestação do ódio, ao invés do que muitos pensam como sendo o oposto do amor, seria apenas uma regressão do sentimento amoroso “. . . à fase preliminar sádica, de modo que o ódio adquire um caráter erótico. . . .” (p. 144).

Na “Conferência XXI: o desenvolvimento da libido e as organizações sexuais”, Freud (1917/1996i) sustenta que, na perversão o orgasmo e a descarga genital são atingidos completamente, mesmo que o objeto e a finalidade se pareçam demasiadamente diferentes do que se apresenta à sexualidade genital adulta (apesar de alguns destes fazerem parte da sexualidade normal, como o beijo). O diferencial estaria no fato de que

A sexualidade pervertida é, via de regra, muito bem centrada: todas as suas ações se dirigem para um fim – geralmente um único fim: um dos instintos componentes assumiu predominância, e, ou é o único instinto observável, ou submeteu os outros a seus propósitos (Freud, 1917/1996i, p. 327).

Deste modo, a sexualidade neurótica e a perversa seriam diferenciadas pelo objeto que recebe investimentos libidinais e as finalidades pulsionais, sendo que na primeira os genitais teriam primazia sobre as pulsões parciais. Ademais, o autor supracitado afirma que, na sexualidade infantil, a pulsão não está centralizada em nenhuma finalidade ou objeto, não haveria qualquer tipo de predominância nesse caso. Ao descrever o desenvolvimento libidinal, afirma que na perversão os prazeres da vida infantil não seriam abandonados, pelo contrário, tomariam o lugar central das descargas de energia e na obtenção de satisfação. Falar de sexualidade adulta nesse período da teoria freudiana, é se referir à pulsão genital como aquela que se sobressaiu às demais.

Mais tarde, Freud (1919/1996t), em “Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo das perversões sexuais”, ressalta que o espancamento pode não se tratar de algo vivido realmente, mas de alguma cena que possa ter sido vivenciada como tal e despertado prazer autoerótico; logo, haveria uma fixação em tal sensação que comprometeria a passagem aos estágios mais avançados do desenvolvimento. Isso caracterizaria “. . . um traço primário de perversão. . . .” (Freud, 1919/1996s, p. 195). Inclusive, ao testemunhar cenas de espancamento reais vividas por outras crianças, isto seria, geralmente, uma experiência excitante e rememorada

em “. . . anos posteriores, que o castigo não causasse à criança qualquer dano mais sério. . . .” (p. 194). Nesse artigo encontra-se que um dos componentes da sexualidade desenvolver-se-ia de forma prematura e contribuiria para o mecanismo de fixação, acarretando “. . . uma constituição peculiar e anormal no indivíduo. . . .” (p. 195). Esta fantasia de espancamento (que praticamente é equivalente a uma ação masturbatória), também seria uma inversão do desejo sexual da criança, em manter uma relação passiva com a figura paterna. Estes aspectos poderiam passar, posteriormente, por processos de sublimação e repressão, de forma que não persistiriam na vida do sujeito e que poderia ter o desenvolvimento normal de sua sexualidade. Contudo, a persistência da perversão na vida adulta (fixação), levaria ao que Freud nomeou naquele momento de “aberração sexual em adultos” (p. 196). O autor ainda alerta que o fato de haver em alguns sujeitos a tendência à perversão, não significa que ela necessariamente ocorrerá; ademais, não descarta a relevância das experiências posteriores além das primárias.

A fantasia de espancamento seria uma experiência vivida em etapas. Na primeira delas, o prazer se sustenta pela fantasia infantil de que o pai bate em outra criança, que fosse alvo de ciúmes (um irmão ou irmã, se existirem). Esta cena gera excitação na criança que observa e lhe desperta a fantasmática de ser a única pessoa amada por este pai (a outra seria odiada). Tal momento é representado pela frase “*O meu pai está batendo na criança*” (Freud, 1919/1996s, p. 199, itálicos do autor). O espancamento é associado à privação de amor; então, se o pai bate naquela criança não a ama, seu afeto estaria voltado exclusivamente ao infante que produz tal fantasia.

Em seguida, numa fase intermediária, por identificação, a fantasia construída envolve ser espancada pelo pai. As palavras que definiriam este momento seriam: “*Estou sendo espancada pelo meu pai*” (Freud, 1919/1996s, p. 199, itálicos do autor). Aqui a criança se coloca na posição passiva e se configura como o momento essencial para o masoquismo. Tal momento, expressaria o sentimento de culpa, o qual seria responsável, juntamente ao sentimento amoroso, pela transformação do sadismo em masoquismo; a fantasia de ser espancado se dá pela convergência dos sentimento de culpa e de amor.

Diante de tais experiências, a dor e o castigo físico são associados a algo prazeroso, excitante. Pela culpa, o desejo seria transformado em fantasia de punição. O que temos aqui é um cenário em que o momento do desenvolvimento psicosexual, no qual a criança vive o desejo incestuoso e pela culpa o sadismo se converte em masoquismo, isto marcaria os movimentos de regressão e repressão.

Se a organização genital, que mal conseguiu firmar-se, defronta-se com repressão, a consequência não é apenas a de que toda representação psíquica do amor incestuoso se torna

inconsciente, ou permanece inconsciente, mas existe também outro resultado: um rebaixamento regressivo da própria organização genital para um nível mais baixo. ‘O meu pai me ama’ converte-se em ‘o meu pai está me batendo’. Esse espancado é agora uma convergência do sentimento de culpa e do amor sexual. *Não é apenas o castigo pela relação genital proibida, mas também o substituto regressivo daquela relação*, e dessa última fonte deriva a excitação libidinal que se liga à fantasia a partir de então, e que encontra escoamento em atos masturbatórios (Freud, 1919/1996s, pp. 202-203, *itálicos do autor*).

Essencialmente, esta seria a via do masoquismo que, apesar de sua grande importância, raramente se torna consciente ao sujeito, por ser intensamente reprimida.

Na terceira fase desta fantasia, a figura do pai é substituída (deslocada) por uma figura de autoridade que espanca outras crianças (nas quais o infante se vê), enquanto a criança ocupa o lugar de um espectador. “A situação do espancamento, que originalmente era simples e monótona, pode passar por alterações e elaborações as mais complicadas; castigos e humilhações de outra natureza podem substituir o espancamento” (Freud, 1919/1996s, p. 199) Tal fantasia demarcada no estágio da primeira infância e do prazer autoerótico, denota uma perversão infantil que faz parte dos processos de desenvolvimento psicosexual, a qual, se recalçada, desencadeará uma neurose. Entretanto, sem os mecanismos de contenção desta sexualidade infantil, ao persistir na vida adulta, pode-se desenvolver “. . . uma perversão que consuma toda a vida sexual do sujeito” (p. 205).

Nesse mesmo texto, Freud (1919/1996t) também destaca a importância do complexo de Édipo na formação das estruturas psíquicas e aponta que:

A fantasia de espancamento e outras fixações perversas análogas também seriam apenas resíduos do complexo de Édipo, cicatrizes, por assim dizer, deixadas pelo processo que terminou, tal como o notório “sentimento de inferioridade” correspondente a uma cicatriz narcísica do mesmo tipo. (p. 206).

Com isso, Freud (1919/1996t) observa que o masoquismo é oriundo do sadismo, que regride (devido à culpa) e se volta contra o próprio sujeito pela repressão que opera de três maneiras: “. . . torna inconscientes as consequências da organização genital, obriga essa organização a regredir ao anterior estágio sádico-anal e transforma o sadismo desse estágio em masoquista” (p. 207). Assim, das três etapas da construção da fantasia de espancamento, a primeira e a última (sádicas) são lembradas de forma consciente e a fase intermediária (masoquista) permanece inconsciente.

Freud (1919/1996t) descreve a construção destas fantasias em relação ao menino e à menina, da seguinte maneira:

O sexo dominante da pessoa, aquele que é mais intensamente desenvolvido, reprimiu no inconsciente a representação mental do sexo subordinado. . . . aquele lado dele que pertence ao sexo oposto. . . . nos homens, o que é inconsciente e reprimido pode ser traduzido a [pulsões femininas]; o que ocorre, de forma inversa, nas mulheres (p. 213).

É claro que, em um olhar para além do anatômico, devemos pensar na identificação dos sujeitos, que pode ser com o masculino ou o feminino, independente do gênero, de modo que as mulheres podem se identificar com o masculino e qualquer sujeito pode ser ativo ou passivo. “Tanto no homem como na mulher, encontram-se impulsos instintuais masculinos e femininos, e que cada um igualmente pode muito bem ser submetido à repressão e, assim, tornar-se inconsciente” (Freud, 1919/1996s, p. 215).

A fixação em tais fantasias ao longo da vida engendraria o psiquismo perverso. De acordo com Chasseguet-Smirgel (1984/1991), no texto freudiano acima indicado encontra-se a descrição das fantasias sadomasoquistas impessoais dos pacientes e a ideia de perversão se apresenta como uma fixação libidinal relacionada ao desenvolvimento prematuro da sexualidade, que afeta as etapas posteriores do desenvolvimento psíquico. Por isso, em consonância com o pensamento freudiano, a solução perversa carregaria a regressão ao momento sádico-anal. Ferraz (2000/2010) comenta que, para além da negação da castração, o perverso faria uma transmutação da realidade muito ampla, isso o faz construir

. . . a equação fezes-bebê-filho. . . o perverso transforma os objetos mais singulares em um magma indiferenciado, análogo ao bolo fecal, manifestação característica do sadismo. A mistura seria a chave para organização das fantasias presentes nas cenas sadianas: equivalência entre zonas erógenas, confusão entre sexos, acasalamentos de indivíduos de gerações diferentes e relações incestuosas. (Ferraz, 2000/2010, p. 103).

Freud (1923/1996d) continua sua conceituação sobre a perversão em “A organização genital infantil: uma interpolação da teoria da sexualidade”. Neste texto, apresenta que o mecanismo de recusa (*Verleugnung*)⁵ da castração sustentará a perversão, como se pode notar no seguinte excerto:

Sabemos como as crianças reagem às primeiras impressões da ausência de um pênis. Rejeitam o fato e acreditam que elas *realmente*, ainda assim, vêem um pênis. Encobrem a contradição entre a observação e a preconcepção dizendo-se que o pênis ainda é pequeno e ficará maior dentro em pouco, e depois lentamente chegam à conclusão emocionalmente significativa de que, afinal de contas, o pênis pelo menos estivera lá, antes, e fora retirado depois. A falta de um pênis é vista como resultado da castração e, agora, a criança se defronta com a tarefa de chegar a um acordo com a castração em relação a si própria (Freud, 1923/1996d, pp. 161-162, itálicos do autor).

Explica que a criança quando se depara com a descoberta da ausência do pênis, constrói fantasias para que não seja preciso encarar esta realidade assustadora. Em tal movimento, ela realmente ainda enxerga um pênis em todos os sujeitos, mas em determinado momento a ausência do pênis e a castração deverão ser constatadas e aceitas. Para superar esta constatação e poder passar pelo desenvolvimento psíquico, os acordos mentais se fazem necessários.

⁵ Adotaremos como tradução para este termo a palavra recusa, salvo em citações diretas, nas quais será preservada a tradução dos autores.

Em “A dissolução do complexo de Édipo”, Freud (1924/1996a) destaca a recusa do menino em aceitar que a mãe não tem o pênis, que resulta numa ideia fundamental à sua conceituação psicanalítica da perversão: a recusa da percepção infantil da castração materna como experiência terrorífica ao infante. Deste modo, o objeto edípico precisa ser renunciado com muito custo para a dissolução do complexo de Édipo. Como saída alternativa para este impasse, pode ocorrer, ao invés do recalque, a cristalização da recusa da castração, e, com esta, o retorno da figura materna com pênis, dando origem à fantasia da mulher fálica.

Na perversão, o mecanismo de recusa

. . . representa uma obstrução ao trabalho do recalque, com a respectiva perturbação da trama edípica, o que favorece a confusão entre os papéis e contornos sexuais. Desaparecem as diferenças, os limites e as normas, visto que a função paterna fica enfraquecida e os impulsos incestuosos não encontram delimitação clara (Ferraz, 2000/2010, p. 44).

Podemos entender, conforme Ferraz (2000/2010), que o sujeito perverso obtém prazer pela via narcísica ao se fixar em uma pulsão parcial que não foi recalçada. Neste processo, existe a recusa do reconhecimento da alteridade, pois não se vive completamente a fase do complexo de Édipo, haja vista que a castração materna não é aceita (embora se saiba que ela exista), por isso é mantida a fantasia de mãe possuidora de um pênis. Freud (1927/1996k) aponta que não há o recalque, e sim, uma recusa da realidade (recusa da castração), de modo que o Ego se divide. De um lado, existe a percepção da realidade, por outro, esta percepção é rejeitada.

Sobre o fetichismo, Freud (1927/1996k) expõe que

Ao anunciar agora que o fetiche é um substituto para o pênis, decerto criarei desapontamento, de maneira que me apresso a acrescentar que não é um substituto para qualquer pênis ocasional, e sim para um pênis específico e muito especial, que foi extremamente importante na primeira infância, mas posteriormente perdido. . . . o fetiche é um substituto do pênis da mulher (da mãe). . . . (p. 159).

Pelo mecanismo de recusa (*Verleugnung*), o autor pontua que o fetiche ocupa o lugar do falo materno anteriormente imaginado e difícil de ser abandonado. Neste caso, o filho carrega a insígnia de ser um falo concreto (não apenas imaginado) que comprovaria materialmente a potência materna.

O que passaria pelo perverso é a vivência da castração materna como algo insuportável de modo que seria eleito um objeto (fetiche) para esconder essa falta. Com isso, na psicodinâmica perversa a castração é percebida, mas ao mesmo tempo recusada (o sujeito sabe e não sabe, simultaneamente). Por ser uma experiência angustiante, o fetiche teria como função organizar o psiquismo.

O fetiche marcaria momentos antecedentes à constatação da castração. Do ponto de vista da altura da criança, antes que a visão atinja a região genital os membros inferiores seri-

am os primeiros a serem vistos, tais como: pés, calçados, roupas íntima e pêlos. Como exemplo, temos o fetiche por pés, dado que na visão ascendente da criança, haveria a visão dos membros inferiores antes da visão da ausência do pênis. Seria para este momento anterior, quando ainda se acreditava na existência do pênis materno, que haveria o deslocamento libidinal e a eleição de um objeto como fetiche.

A isso, Freud (1927/1996k) adiciona que os registros anteriores à percepção da castração são demarcados por uma psicodinâmica infantil, que construiu um registro da existência da mãe fálica a partir da crença na onipotência materna. Ao se deparar com o mundo externo, a criança se defronta com o oposto de sua realidade interna, ao se ver diante da castração. De tal modo, o mundo interno, demarcado pelo desejo, entraria em conflito com as percepções oriundas de fora. Diante de tal condição, o mecanismo de recusa seria acionado pelo Ego. Então, o registro de uma percepção se forma e o Ego a deforma. Os processos psíquicos secundários são inibidos, o Ego se divide e o valor atribuído ao pênis materno é deslocado a outro objeto. Da recusa, duas impressões incompatíveis encontrariam sua harmonia num mesmo objeto (fetiche), de tal modo que ele teria a função de mediador e comunicador das partes do Ego. Esta possibilidade só existe porque a escolha do fetiche é um processo primário, inconsciente, fundamentado no funcionamento primário onde só caberia a satisfação e, devido à intolerância à frustração, tudo aquilo que mostre algum tipo de risco e que remeta à castração é recusado.

A partir daí se torna possível compreender como ocorre a relação do perverso com a realidade. Esta última é recusada por remeter à ausência do falo na mãe, juntamente às frustrações e às angústias envolvidas na ameaça de castração. Isso permite ao sujeito a manutenção da ideia de que o pênis materno existe e de que a castração não pode recair sobre ele.

A relação dúbia com a castração reflete na forma com que o sujeito se relaciona com os objetos. “A afeição e a hostilidade no tratamento do fetiche – que correm paralelas com a rejeição e o reconhecimento da castração – estão mescladas em proporções desiguais . . . de maneira que uma ou outra seja mais facilmente identificável.” (Freud, 1927/1996j, p. 163).

No texto “A divisão do Ego no processo de defesa”, Freud (1940/1996b) apresenta o conceito de clivagem para explicar o funcionamento psíquico sustentado pela dubiedade dos registros contraditórios. O Ego do perverso compõe um cenário que sustenta constantemente a recusa da castração, ou seja, vive em dois tipos de correntes que jamais se tangenciam ou interagem entre si, sendo um lado voltado à realidade e outro ao desejo. Sobre isto, Ferraz (2000/2010) aponta que a dinâmica egóica funciona “. . . em dois registros diferentes e antagônicos, sem que um anule ou influencie o outro. . . .” (p. 46).

As pessoas perversas geralmente apresentam uma vida aparentemente de acordo com as normas sociais (aos olhos da sociedade, daqueles que convivem com o sujeito perverso e sequer imaginam o que esconde consigo como segredos). Isso acontece devido à clivagem do Ego; de um lado o sujeito vive uma vida aparentemente “normal” (pautada na realidade), e de outro, como sua sexualidade é pautada nos prazeres pré-genitais, esconde uma vida regida por formas perversas de satisfação sexual, na qual a realidade externa é substituída pelos próprios desejos. Desta maneira, apesar de uma vida superficialmente regida pelas normas sociais, o perverso consegue manter comportamentos considerados inapropriados de acordo com as regras preestabelecidas pela sociedade. Conforme a explicação freudiana, temos que, na perversão, o Ego mantém-se dividido e isso permite a recusa da realidade traumática; daí a existência de duas formas do funcionamento psíquico.

Por um lado, com o auxílio de certos mecanismos, rejeita a realidade e recusa-se a aceitar qualquer proibição; por outro, no mesmo alento, reconhece o perigo da realidade, assume o modo desse perigo como um sintoma patológico e subsequente tenta desfazer-se do medo. . . . tudo tem que ser pago de uma maneira ou de outra, e esse sucesso é alcançado ao preço de uma fenda no ego, a qual nunca se cura, mas aumenta à medida que o tempo passa (Freud, 1940/1996b, p. 293).

Pela cisão egóica, a contradição não existe. Os opostos convivem simultaneamente e de forma independente – um não exerce interferência sobre o outro - de modo que a antítese não necessita ser simbolizada ou passar pela formação de compromisso, como ocorreria no caso do neurótico. A perversão seria, portanto, resultante de uma tentativa que visa evitar o conflito entre o desejo (Id) e a realidade (mundo externo). Assim, na perversão

Devem ser mantidas, lado a lado, duas atitudes psíquicas excludentes se consideradas simplesmente pela lógica da consciência: uma atitude que se ajusta ao desejo e outra que se ajusta à realidade. Essa forma de funcionamento mental só pode se manter se houver uma alteração no ego, já que uma parte deste deverá desligar-se de um fragmento da realidade, ou seja, da castração (Ferraz, 2000/2010, p. 46).

Portanto a perversão situa-se em dois eixos: de um lado, a angústia da castração apresentada pelas distinções sexuais, o medo da perda do objeto de desejo; de outro lado, as defesas buscam formas de lidar com a angústia, uma vez que tais mecanismos são marcados pela fixação e pela recusa da realidade

Com isso, pode-se compreender que a perversão distingue-se da neurose e da psicose de acordo com sua organização e seu funcionamento. O perverso também sente prazer genital, mas de uma forma comprometida e dependente da sexualidade parcial, como podemos verificar no estupro em que há satisfação genital, mas em primeiro lugar o prazer está na submissão da vítima. É por meio de atividades compulsivas, infinitas e insaciáveis que suas pulsões buscam satisfação. Dentre tais atividades, podem estar aquelas inclinadas aos atos

hostis e destrutivos, oriundos da fase sádico-anal, em direção ao outro ou a si mesmo. Devido à divisão egóica, as capacidades de elaboração são enfraquecidas; conseqüentemente, há o empobrecimento do domínio de si mesmo no sentido de não haver recursos psíquicos para conter algumas pulsões.

Com estes apontamentos, podemos ver que a perversão está relacionada com um tipo de representação vinculada ao corpo, à distinção anatômica demarcando a confirmação terrorífica da castração materna e denuncia a falta, provocando conseqüentemente a angústia. Deste modo, os mecanismos vinculados à perversão tem como objetivo principal encontrar formas de lidar com tal vivência, especialmente no sentido de encarar a castração como algo que não exista e não seja perigoso. Na ação perversa a principal função do objeto é ocupar o lugar de objeto sexual parcial (desumanizado e descartável), que participa passivamente da encenação ritualizada do perverso. Chasseguet-Smirgel (1984/1991) anuncia que a ritualidade do ato perverso se sustenta pela necessidade compulsiva de se lidar com os conteúdos inconscientes. Por isso, geralmente se expressa pelas vias da agressividade, ódio, destrutividade e hostilidade.

A hostilidade é, frequentemente, fácil de ser encontrada. Em várias perversões, ela é condição central do conteúdo que se manifesta e denota, até mesmo para o observador pouco treinado, a qualidade bizarra da condição. Quanto mais grosseira a hostilidade, menos dúvidas temos de estar lidando com uma perversão. (Stoller, 1975/2015, pp. 91-92).

Veremos no próximo capítulo os estudos realizados por autores pós-freudianos que abordam a perversão sob outras perspectivas e nos serão de grande valia para as tessituras analíticas posteriores, concernentes à perversão materna.

CAPÍTULO 3

NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A PERVERSÃO

Aqui discorreremos sobre autores dedicados ao estudo das perversões e seus mecanismos, com o intuito de avançar os constructos analíticos e expandir as compreensões teóricas. Assim, poderemos examinar a perversão materna a partir de prismas complementares, mesmo que distintos em certas concepções psicodinâmicas.

3.1 O Masoquismo Como Paradigma da Perversão

Laplanche (1968/1992b) afirma que a posição originária do ser humano é masoquista. Quando a excitação começa a circular no sujeito, ele precisa se submeter a uma condição que a mesma se movimenta em seu corpo, ou seja, há uma subjetivação que limita o corpo e é limitada por seus contornos. Num primeiro momento, o sujeito se encontra virtualizado, num estado de não existência do Ego e de total dispersão pulsional, de zonas erógenas parciais. Neste estágio inicial não há submissão a nenhum contorno corporal, cada zona erógena funciona separadamente. O corpo originário, anárquico, não é um corpo pulsional. Ao receber investimentos narcísicos graduais, o bebê recebe um contorno do adulto e isso é provocador de conflito, pois de um lado haverá uma pulsão ligante, de outro, uma pulsão que desliga. A primeira força faz circular a pulsão pelo contorno corporal e favorece a subjetivação do bebê. Para que isto ocorra, ele deve se assujeitar, inclusive em sua tópica corporal, o que aponta para uma forma masoquista, na qual o gozo advém da passividade, dados os limites que a pulsão ligante impõe contra a dispersão inicial. Nota-se que as primeiras formas do masoquismo não estão ligadas à dor, e sim à submissão, à obediência. Ao se apropriar destes contornos, conforme o possível, o ser humano se constrói como sujeito; ou seja, a subjetivação se dá por uma via masoquista. (Laplanche, 1968/1992a)

Este mesmo autor aponta que Freud apresenta o masoquismo como algo conscientemente doloroso e inconscientemente prazeroso, como se o masoquismo fosse a obtenção de prazer pelo desprazer; “. . . do ponto de vista econômico: a tendência a reduzir a tensão a zero (Nirvana), tendência de morte, agressividade (ou autoagressividade) e busca por sofrimento ou desprazer podem dificilmente ser remetidas à unidade” (Laplanche, 1968/1992a, p. 40, tradução nossa) e seria como uma tentativa de retornar ao inorgânico. Por outro lado, a obra freudiana indica que, por vezes, a pulsão de morte é aquilo que leva o

sujeito a se autoagredir. Isso é apontado por Laplanche (1968/1992b) como uma contradição freudiana referente à teoria do masoquismo.

Uma das críticas a Freud é de que não existe agressividade que não seja sexual (no plano da autoconservação, a agressividade se apresenta como algo virtual, que na prática não existe). A teoria freudiana fala da formação da sexualidade a partir de atividades não sexuais, como se estas fossem a base para a sexualidade se construir nos sujeitos. Quando a agressividade sai do campo autoconservativo e se transforma em sadismo, ou masoquismo, se insere no campo sexual. Belo (2018) explica que a diferença entre o ser humano e o animal é de que o primeiro, quando é extremamente agressivo, faz o uso do sadismo mobilizado pelo campo do desejo (pois é possível não o fazer), diferentemente do segundo que o faz como forma instintiva para preservar sua vida.

Assim as “fontes” da sexualidade não são apenas. . . as zonas erógenas, mas também o corpo como um todo. . . A sexualidade só aparece como pulsão isolável, notável, no momento em que a atividade não sexual, a função vital, se destaca de seu objeto natural ou o perde. . . Para a sexualidade, é o momento refletido. . . que é constitutivo: é o autoerotismo, atividade sexual sem objeto ou a atividade que substituiu o objeto por uma fantasia, por um objeto refletido no sujeito (Laplanche, 1968/1992a, pp. 41-42, tradução nossa).

Belo (2018) explica, a partir desta definição laplancheana, que a sexualidade do indivíduo se constitui a partir da libido advinda do meio externo, a qual se torna posteriormente algo interno ao sujeito para assim se manifestar pela via do erotismo ou pela relação sexual.

Quando o pai da psicanálise aponta o sadismo e o masoquismo como antagônicos, Laplanche (1968/1992b) propõe que tais esquemas se complementam, ao invés de anularem uns aos outros, havendo coexistência dos “. . . pares de opostos: escopofilia-exibicionismo devem igualmente ser levados em consideração a fim de completar a noção sadismo-masoquismo” (p. 43, tradução nossa). Ao abordar sobre o objetivo sádico, no sentido sexual, causar a dor pode se manifestar de modo retroativo: ao provocar sofrimento no outro, o sádico sente um prazer masoquista em si mesmo por se identificar com o objeto, sua satisfação advém da heteroagressividade, ou seja, o fantasma masoquista é imperativo, mesmo na posição sádica.

Ainda sobre a agressividade e seus movimentos, Laplanche (1968/1992b) fala sobre a autopunição como uma via reflexiva da pulsão. “A necessidade de atormentar se torna um tormento infligido sobre si mesmo, autopunição e não masoquismo. Da via ativa do verbo se passa para uma voz média reflexiva” (Laplanche, 1968/1992a, p. 44, tradução nossa). A voz ativa seria o sujeito ferir alguém; a passiva, quando ele é lesionado por outra pessoa; a voz média reflexiva seria uma via em que ele mesmo se machuca. Esta ideia traz a noção de que a

agressividade se torna sadismo ou masoquismo, se houver uma cena interna ao sujeito em que ele se identifica em alguma dessas posições. No masoquismo o Ego se identifica com o objeto que ele espanca e o prazer está em provocar-lhe humilhação e, ao mesmo tempo, pelo sujeito se identificar com tal objeto, sente-se humilhado. Na teoria laplancheana, inicialmente se goza da posição passiva para depois ser ativo. Se submeter, se apassivar aos investimentos libidinais que recebe do adulto, é a primeira forma do masoquismo acontecer. Para ser sádico, é preciso que antes se tenha sido masoquista.

O retorno da agressividade em autoagressão corresponde à emergência da sexualidade – quando se agride o objeto a ação só se torna sádica se fizer parte de uma fantasia, se o sujeito agressor obteve prazer em imaginar a cena violenta. A agressão retorna ao aparelho psíquico enquanto fantasia. Sobre isto, não podemos pressupor o campo da sexualidade, se ele não for atravessado pela fantasia. (Laplanche, 1968/1992a)

No esquema apresentado por Laplanche (1968/1992b), a heteroagressão se localiza no plano da autoconservação, é não sexual. Essa dispersão corporal só vai se tornar pulsional (se deslocará ao plano sexual) quando houverem forças pulsionais instaladas no corpo, a partir do estabelecimento de limite advindo da intersecção do ambiente. O conflito acontece na contraposição entre a forma desestruturada inicial e os limites apresentados pelo adulto pelo cuidado excitante, no sentido de ser prazeroso. É da autoagressão primária que derivam o sadismo e o masoquismo. Parte da pulsão de destruição permanece no sujeito (não é exteriorizada), compondo o masoquismo originário; outra parte é colocada à serviço da sexualidade, sendo ela o sadismo. Pelo esquema laplancheano, após o estado de autodestruição, tem-se o masoquismo primário e dele serão formados o sadismo e o masoquismo. Ou seja, para se estruturar o masoquismo, a pulsão já deve estar razoavelmente organizada na tópica.

A origem da passividade pressupõe um jogo entre a dispersão pulsional (marcante do tempo originário em que o sujeito não estava integrado) e as limitações pulsionais impostas pelos investimentos recebidos do adulto. A primeira é uma força de desligamento e de ataque egóico que se contrapõe às pulsões ligadas ao narcisismo, à constituição do Ego e à tópica. Para que o Ego se constitua, é preciso que o psiquismo esteja numa posição masoquista para aceitar as limitações pulsionais impostas pelo meio externo, deste modo, a dispersão pulsional se encaminha para uma forma mais organizada e, também, limitada. (Laplanche, 1968/1992a)

Para Laplanche (1968/1992c), a disparidade entre o adulto e o infante compõe uma cena originária sadomasoquista, na qual a criança, em sua passividade, ao receber os conteúdos do adulto, não possui recursos suficientes para elaborar tudo o que lhe chega. Esses

conteúdos se tornam restos e formarão a fantasia inconsciente, “. . . fonte da pulsão sexual humana. . . .” (p. 455, tradução nossa).

Desta posição inicial, Belo (2010) aponta que o masoquismo originário tomaria destinos, sendo alguns deles as perversões, conforme as elaborações que ocorreriam subsequentemente pelo psiquismo do sujeito. Nela as formas relacionais – principalmente aquelas entre um adulto e uma criança – se constituem pela sedução libidinizante em alto grau de intensidade, de forma que, ao invés de uma mera implantação do “. . . mundo simbólico dos afetos. . . .” (p. 1), condição inevitável na relação adulto-criança, segundo a Teoria da Sedução Generalizada, ocorre a intrusão da sexualidade inconsciente do adulto na criança, sendo esta uma forma de “. . . sedução mortífera, perversa propriamente dita. . . .” (p. 1). Esse segundo modo de sedução, a mortífera, impõe ao infante a impossibilidade de responder aos conteúdos recebidos do adulto, pois não há trocas nesse tipo de relação. Sua diferença em comparação com o primeiro modo de sedução indicado acima, “. . . é uma questão de *gradação*, da forma. . . e talvez nem tanto do conteúdo. . . .” (p. 04, itálicos do autor).

O processo de subjetivação se dá pela saída de um estado em que o sujeito não pode, não consegue, não é – a dispersão pulsional é um amontoado de pulsões ativas, mas se comparada à constituição do Ego, ela é totalmente apassivante – para um estado de ser, fazer, conseguir e existir. O ideal é que isso se dê paulatinamente. Seu início parte de quando a mãe excita o bebê e faz com que as pulsões sejam dispersas e ao mesmo tempo fornece continência ao infante, viabilizando sua organização. A mãe ocupa uma posição ativa e ajuda-o a construir uma tópica totalizante. A condição passiva só se dá para a criança quando ela já tem sua tópica construída. A passividade é sentida *a posteriori* da formação da tópica, quando a fantasia foi instaurada. (Laplanche, 1968/1992a)

Laplanche (1968/1992b) retira as ações iniciais do campo sexual e as situa no campo autoconservativo, pois o corpo não é dotado de uma pulsão que brota nele mesmo. A pulsão vem de fora, precisa ser inscrita num campo fantasmático e num circuito de prazer, caso o Ego se constitua como um objeto visto na fantasia. Há um campo que é puramente virtual e outro vinculado à sexualidade propriamente dita. A constituição humana tem a ver com certa libidinização, do estabelecimento de circuitos de prazer em obedecer, em ser de um determinado modo baseado na identificação com o outro. Ser, neste caso, passa necessariamente pela identificação; ou seja, a constituição psíquica perpassa por se espelhar no outro, identificar-se como sujeito por meio do outro. Isso nos traz uma relação de poder em que esse novo sujeito é aquilo que o nomeiam (em forma de corpo, designação de gênero e outras determinações que posicionam o infante na relação sustentada pelo sadomasoquismo).

O sujeito agressor se identifica inconscientemente com aquele que apanha, com sua passividade. O sadismo tem uma fonte dupla, baseada em suas contingências históricas. Uma delas é o masoquismo originário (contra o qual o sujeito luta e se identifica projetivamente neste objeto que é humilhado). A segunda fonte está na parte de ser prazeroso dominar o sujeito, numa posição de se apoderar do objeto. É mais fácil dominar o que está fora do que aquilo que está dentro do sujeito sádico. A passividade ataca o perverso, o violenta internamente e ele se esforça para lutar contra ela. O sujeito forja um eu para se defender desses ataques advindos do início da vida psíquica, tendo em vista que todos os seres humanos são masoquistas originariamente. (Laplanche, 1968/1992a)

Laplanche (1968/1992b) retoma os 3 tempos apresentados por Freud (1919/1996t), em “Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo das perversões sexuais”, para demonstrar que o primeiro estágio (meu pai bate em uma criança que eu odeio) corresponde a um momento das diferenças sexuais entre adulto e criança, de um sujeito sexual para um não sexual. O segundo estágio, que é puramente fantasioso e fundado no inconsciente (praticamente inacessível na análise), se caracteriza por uma via sexual que fomenta a culpa e, ao mesmo tempo, busca dar sentido (de forma regressiva) ao coito com o pai. Este estágio é propriamente masoquista e demarca a “. . . gênese da sexualidade que é ao mesmo tempo gênese do fantasma masoquista” (p. 50, tradução nossa). Ao fantasiar a agressão, o infante se movimenta num sentido de fazê-la voltar-se contra si mesmo. A fantasia é um ataque que desorganiza, mas insiste, ao mesmo tempo, em promover uma limitação, uma organização. É assim que o psiquismo se divide em consciente e inconsciente. Assim, as intrusões realizadas pelo adulto à criança em sua condição de impotência pulsional colocam em sua pulsionalidade uma delimitação. Nesta relação o adulto revive “A posição ‘narcísica masoquista’. . . . fantasiando retroativamente uma posição infantil de submissão e de coadaptação vital entre a atividade materna e a dependência infantil, e imagina essa posição como geradora de sofrimento”. (Laplanche, 1968/1992a, p. 53, tradução nossa).

Esse movimento revela a identificação do adulto com o bebê impotente. Sobre tal condição, o adulto instala no bebê a passividade. O Ego que vai se formando enquanto sofredor, desamparado, ao receber a intromissão da sexualidade adulta. Assim Laplanche (1968/1992b) mostra que o narcisismo é sempre masoquista e o masoquismo é sempre narcisista. Na fantasia do adulto que segura um bebê e teme que ele caia, há uma fantasia sádica e masoquista simultaneamente. Quando a fantasia acontece, significa que essas forças pulsionais não foram controladas.

Laplanche (1968/1992b) encerra o texto dizendo que o princípio de realidade é

masoquista, uma vez que, para lidar com ele, o Ego precisa abrir mão do princípio de prazer, da dispersão, da pura atividade satisfatória para que a pulsão circule de uma certa forma, delimitada por fronteiras e espaços.

Baseado em Darcourt, o autor supracitado afirma que princípio de realidade se forma pelo masoquismo moral,

. . . aceitar e se conformar com o princípio de realidade é aceitar um certo sofrimento e isso pode ser amplificado por uma infiltração masoquista; pode-se ir até o paradoxo de se questionar se é preciso um certo grau de masoquismo para aceitar e se submeter ao princípio de realidade (Darcourt, 1967, p. 24, citado por Laplanche, 1968/1992a, p. 58, tradução nossa).

Para empreender e sustentar qualquer ação em direção à realidade, é necessário que um prazer masoquista esteja em jogo no dia-a-dia. Ou seja, a eficácia do princípio de realidade se dá por conta da existência do prazer masoquista ligado à satisfação do adiamento da obtenção de prazer.

Na concepção laplancheana, a ideia do princípio de realidade é, de certa forma, o Princípio da Fantasia, é o preço que se paga por conseguir organizar o sexual dentro de nós, é fazer com que ele circule num tempo da fantasia. Se o sujeito quer aproveitar algo da excitação sexual, é preciso fazê-la movimentar-se de um certo modo, em um certo tempo. Se o sujeito quer viver tudo da pulsão sexual, o Ego se despedaça completamente, desaparece. A fantasia é o preço que se paga por esse corte diante da impossibilidade de viver plenamente o prazer e isso necessariamente faz o sujeito abrir mão de muita coisa para se submeter às normas e regras civilizatórias. O delírio seria um excesso da fantasia, uma ruptura, uma fenda maior que a provocada pela fantasia. Se submeter é inevitável, o sujeito não se constitui sozinho, sua formação depende de seu assujeitamento. (Laplanche, 1968/1992a)

Laplanche (1999) questiona a psicanálise de Freud por esta apontar o masoquismo como um momento posterior ao sadismo, pelo fato do último sugerir haver primeiro uma posição ativa e depois uma posição passiva e que a existência do masoquismo estaria no prazer pelo desprazer. Laplanche (1999) diz que a pulsão sexual de morte ataca o Ego desde o início da vida, assim o masoquismo é uma primeira forma de se defender da pulsão de morte. Os pesadelos reproduzem cenas traumáticas e comunicam a realização do desejo egóico em sobreviver ao traumático (oniricamente o Ego prova sua capacidade de sobreviver ao trauma). Deste modo, temos que o masoquismo proporciona prazer onipotente por sobreviver ao perigo da morte, é uma comprovação de que se é capaz de suportar a dor, de ultrapassá-la vivendo-a. Masoquismo e onipotência sempre se articulam, por esta via o Ego se vê maior e melhor, mais potente que a dor e a destruição. O prazer não é consciente, decorre do limite da

sobrevivência; não se trata da erotização da dor⁶.

Laplanche (1999) toma esta teoria para discorrer que a pulsão sexual de morte é composta pelos “restos” das excitações advindas da situação antropológica fundamental, (situação originária do bebê no início da vida extrauterina, na qual é desprovido de uma organização psíquica e, por isso, se encontra em relação assimétrica com o adulto dotado de um inconsciente e em posição de alteridade). Estes resíduos guardados no inconsciente atacam o Ego permanentemente, são difíceis de passar por elaboração e se ligam a experiências primordiais e intromissoras desorganizadoras. Nesta via, o Ego reproduz a situação em que fora violentado, apassivado e vive prazer ao constar sua sobrevivência. Este movimento é uma resposta a um ataque pulsional, o prazer masoquista não está na dor sentida, é um prazer inconsciente advindo pelo ato de sobreviver psiquicamente ao mesmo tempo em que se confirma ser independente daquele que faz sofrer, é como se o sujeito pensasse diante do agressor: “. . . eu vou sobreviver a isso sozinho, eu não preciso de você, pode me bater” (Belo, 2020b, n. p.).

Laplanche (1999) explica que a diferença essencial do masoquismo proposto por Freud é que a pulsão de morte é compreendida como uma força endógena e não sexual, ou seja, o masoquismo se sustenta nas origens da vida pulsional, não se explica como uma força biológica, se constitui a partir das mensagens enigmáticas⁷ recebidas do adulto e é “. . . intrinsecamente sexual. . . .” (Laplanche, 1999, p. 20). Então, a proposição laplancheana faz uma crítica ao que entende como um biologicismo freudiano; por isso, distingue aquilo que chama de “. . . sexualidade pulsional e sexualidade instintual, ou ainda entre a sexualidade infantil, uma sexualidade que se pode chamar de preliminar na qual está o pré- e o paragenital, de uma parte, e uma sexualidade instintual genital, de outra parte. . . .” (p. 20). Trata-se de uma sexualidade ligada à fantasia e que não funciona segundo o princípio de prazer (na via da redução da tensão), e sim, em busca de excitação. O prazer não está em manter a tensão elevada, mas em autoalimentá-la sem descarga. O masoquismo verdadeiro se retrata pela busca desta elevação tensional por meio de um outro, “. . . é a elevação de tensão em si mesma e a busca por seu aumento que confirma, como uma espécie de relíquia, de resto arqueológico, a origem exógena da sexualidade” (p. 23).

O masoquismo originário demarca o início da sexualidade humana, quando o pequeno

⁶ Neste caso, a relação sexual adulta que envolva o sadomasoquismo não envolve uma dor dilacerante. Aqui se goza da passividade em uma cena restrita ao sexual genitalizado, sem que o sujeito se coloque em risco de morte.

⁷ Mensagens dotadas de um conteúdo sexual ignorado pelo adulto que as emite ao infante, as quais são excessivas e impossíveis de tradução, vez que a criança não é dotada dos mesmos recursos psíquicos que o adulto.

ser humano é atacado pela fantasia do adulto, o qual se apresenta como um inimigo do Ego. O masoquismo originário resulta de uma primeira tentativa de elaboração infantil. O sadismo no adulto é da mesma ordem do masoquismo, porém a sexualidade que lhe chega transborda, escapa de suas capacidades infantis. Conforme Belo (2020c, n. p.) a dor de ser atacado psiquicamente é maior que qualquer sofrimento físico; não ser acolhido se transforma em dor corporal pela via masoquista, que visa fugir e se apoderar do padecimento, se colocar como soberano na cena, se empoderar.

Belo (2020d, n. p.) afirma que o masoquismo é um paradigma da perversão. O sujeito perverso se organiza em uma pulsão parcial fazendo com que o outro, seu objeto, se organize da mesma forma (parcial). Para o sujeito sádico, a passividade é tão insuportável que, diante da presença de uma figura completamente passiva ao ambiente externo e dependente do mesmo, a violência vem como um mecanismo de ataque a este que lhe apresenta a possibilidade de obtenção de prazer nesta posição. Assim a passividade é simbolizada pelo sujeito sádico pela violência do corpo alheio no intuito de apaziguar o ataque interno pulsional provocado diante da constatação de outras formas de obtenção de prazer.

Deste modo, diante dos conceitos de Laplanche (1999) e das explanações de Belo (Belo, 2020b, n. p.), é possível também pensar na perversão a partir do masoquismo e das diferentes posições do adulto e da criança na relação. Isso viabiliza um olhar para além do fetichismo apresentado por Freud e nos leva às proposições de Ferenczi (1933/1992b) para seguirmos os desdobramentos analíticos.

3.2 Excessos Libidinais, Desamparo e Fragmentação Do Ego Infantil

Nessa via das relações discrepantes entre o adulto e a criança apontadas pela teoria laplancheana, Ferenczi (1933/1992b) aponta em “Confusão de línguas entre os adultos e a criança” sobre a linguagem da ternura e a linguagem da paixão. A primeira trata-se, conforme pontuado por Belo (2020a, n. p.), de uma pré-linguagem do mundo infantil feita pelo brincar e dotada de doçura, distinta da sexualidade adulta; trata-se de um momento em que não existe ambivalência. É nesse ponto que Ferenczi, segundo Belo (2020a, n. p.), se diferencia de Freud ao defender que o amor vem antes do ódio na constituição psíquica. A segunda linguagem, do adulto, é a linguagem da sedução, dotada de amor e ódio, de ambivalência, portanto.

O que salientamos nesta tese são os apontamentos de Ferenczi (1933/1992b) sobre “. . . a importância fundamental do trauma na constituição do aparelho psíquico e, para isso, usa o exemplo do abuso paradigmático infantil. . . .” (Belo, 2020a, n. p.), no qual “. . . faz o

uso de um exemplo excessivo, hiperbólico e hiperviolento. . . ” (Belo, 2020a, n. p.), o que muito nos interessa nesta tese. Ao ser violentada, a criança não reage, pois se sente inibida por um medo muito intenso frente ao adulto. Segundo Ferenczi (1933/1992b), o ponto culminante deste sentimento de temor provoca a submissão da criança de modo a “. . . se identificar totalmente com o agressor” (p. 352). Como uma forma de fazer o abusador desaparecer, o mesmo é introjetado pelo infante e some da cena; porém, a culpa do adulto também passa por este mesmo processo de introjeção de forma que se torna parte do mundo interno infantil, assim, a criança passa a agir de modo que “. . . mereça punição. . . . torna-se um ser mecanicamente obediente, ou teimosa. . . . Sua vida sexual não se desenvolve, ou toma formas perversas. . . .” (Ferenczi, 1933/1992b, p. 352). A identificação do agressor como defesa é um mecanismo devastador ao infante, pois faz a própria criança desaparecer, vez que seu Ego é invadido por algo insuportável e conseqüentemente desestruturador. Nas palavras de Ferenczi (1933/1992b), temos que o psiquismo desta criança apenas funcionará sob a regência do Id e do Superego, uma vez que, embora o mecanismo de introjeção seja uma defesa, o mesmo não garante a proteção do Ego; este, na verdade, deixa de existir em consequência do efeito devastador do trauma.

Diante do choque e da angústia de morte provocados pelo trauma, a criança passa como que subitamente a se apresentar de forma adultizada, que prematuramente amadureceu. Ferenczi (1933/1992b) aponta para um tempo da criança que precisa ser preservado da sexualidade inconsciente do adulto.

. . . a criança que sofreu uma agressão sexual pode repentinamente, sob a pressão da urgência traumática, desenvolver todas as emoções de um adulto já maduro, as faculdades potenciais para o casamento, a paternidade, a maternidade, faculdades virtualmente pré-formadas nela. Pode-se então falar simplesmente, para opô-la à regressão de que falamos habitualmente, de *progressão traumática* (patológica) ou de pré-maturação (patológica). Penso nos frutos que ficam maduros rápidos demais, e saborosos, quando o bico de um pássaro os feriu, e na maturidade precoce de um fruto bichado. (Ferenczi, 1933, p. 354, itálicos do autor).

Assim, Ferenczi (1933/1992b) explica que tudo aquilo que é excessivo, seja o amor, seja a punição, se torna insuportável à criança e “. . . tem um efeito de fixação. . . .” (p. 353) a algo que antecede o trauma e resulta na clivagem do Ego, como Freud (1927/1996k) já havia apontado, a qual pode ocorrer tantas vezes quanto for necessário. Isso nos leva a pensar que o fator desestruturante do psiquismo infantil é o ódio traumatizante do adulto introjetado pela criança (a qual funciona na linguagem de ternura). As sucessivas clivagens egóicas que a criança pode sofrer sugerem a ideia de que os ataques recebidos da mãe perversa, podem ser tão devastadores ao ponto de culminarem na estruturação de um sujeito psicótico, conforme também foi refletido pelo Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan durante o exame de qualificação e

se confirma quando consideramos as ideias do autor acima indicado.

Se os choques se sucedem do decorrer do desenvolvimento, o número e a variedade dos fragmentos clivados aumentam, e se nos torna rapidamente difícil, sem cair em confusão, manter o contato com os fragmentos, que se comportam todos como personalidades distintas que não se conhecem umas às outras. . . . Espero entretanto que seja possível encontrar caminhos que permitam ligar os diversos fragmentos. (Ferenczi, 1933/1992b, p. 354-355).

Esta seria a confusão de línguas à qual Ferenczi (1933/1992b) se refere para caracterizar a linguagem de ternura da criança que se entrecruza com a linguagem da sedução adulta e é impactada em sua inocência pelo ódio que lhe atravessa e a torna um sujeito “. . . culpado do amor. . .” (p. 356). O autor continua afirmando que

. . . é este sentimento de culpa e o ódio contra o sedutor, que conferem às relações amorosas dos adultos o aspecto de luta pavorosa para a criança, cena primitiva que se termina no momento do orgasmo; enquanto o erotismo infantil, na ausência da “luta dos sexos”, permanece ao nível dos jogos sexuais preliminares, e conhece satisfações apenas no sentido da saciedade, e não no do sentimento de aniquilação do orgasmo. (Ferenczi, 1933/1992b, p. 356).

Aqui podemos pensar na dinâmica do perverso ao se fixar nas cenas primitivas por um pavor terrorífico e aniquilador, diante do que se apresenta a este sujeito no encontro de sua realidade externa com a realidade psíquica.

Cromberg (2010), apesar de tratar especificamente da pedofilia, nos traz alguns pensamentos agregadores ao assunto desta tese, que coadunam com Ferenczi (1933/1992b). Retrata o adulto abusador infantil como um “. . . predador psíquico. . .” (p. 35), pois viola não só o corpo, mas o espaço psíquico e a capacidade de fantasiar da criança, que é percebida como um ser inanimado. O perverso é capaz de construir discursos convincentes para defender suas maldades e costuma dizer em seus depoimentos que o ato que o levou ao julgamento fora algo isolado, que se passou uma única vez, mas, na verdade, as crueldades eram recorrentes, e ele sabe disso. Isentos de empatia, o que predomina é o seu universo pulsional interno excitado pela condição de poder diante do infantil indefeso. Em linhas gerais:

As pessoas perversas lidam com seus parceiros como se eles não fossem reais, só bonecos a serem manipulados no palco em que a perversão reina. Todo o trabalho da construção da fantasia a ser encenada pelo perverso tem como corolário esta desumanização do objeto sexual. Este não pode ser encarado como pessoa ou alteridade. Muito embora, na prática, o objeto seja uma pessoa real com sua personalidade, o perverso busca nele uma criatura sem personalidade ou apenas um fragmento anatômico dela. Este fato explica porque o objeto é sempre descartável e nos mostra, também, a razão pela qual a promiscuidade faz parte quase necessária da vida sexual do perverso. (Cromberg, 2010, p. 36-37).

Deste modo, assim como Laplanche (1968/1992c), Cromberg (2010) afirma que o ato perverso, em sua brutalidade, é um evento traumático na medida em que adentra ao psiquismo infantil pela via da intrusão, indo na contramão daquilo que seria ligante e integrador, ou seja, o psiquismo da criança não é capaz de elaborar. “Seu impacto insuportável cinde ou

fragmenta o ego e isola o acontecimento e a dor a ele associada.” (p. 37).

Cromberg (2010) reconhece que os eventos violentos não geram nas vítimas a mesma sintomatologia; porém, o que há em comum em todos os casos é o primeiro momento demarcado por sentimentos de “. . . recusa, o ódio, o desgosto e uma resistência violenta ao agressor. Logo em seguida, vem um medo intenso que a deixa física e moralmente sem defesa.” (p. 37). Com isso, o Ego infantil anulado se torna incapaz de protestar contra os ataques pulsionais do adulto. Isso nos faz lembrar a teoria ferencziana, a autora anuncia sobre a criança tomada como vítima: “A vida sexual não se desenvolve, ou toma formas perversas, psicóticas ou neuróticas. Mas as crianças que sofrem uma agressão sexual podem, repentinamente, sob pressão da urgência traumática, desenvolver todas as emoções de um adulto já maduro.” (Cromberg, 2010, p.37). Ademais, temos também os casos de identificação com o adulto abusador, quando, na tentativa de elaborar o excesso de carga pulsional recebida, perpetuam as experiências vividas com o abusador.

Ainda sobre os efeitos provocados no Ego, França (2010) é mais uma autora que reafirma sobre a violência abrupta dilacerar as fronteiras intrapsíquicas ainda frágeis, daí temos a clivagem egóica e a disfunção no mecanismo que inibe o funcionamento psíquico pautado nos processos primários. Estes, ao se manifestarem de forma imperativa, fomentam as alucinações de modo que são abaladas “. . . todas aquelas funções mentais descritas como produções dos processos secundários: o pensamento de vigília, a atenção, o juízo, o raciocínio, a ação controlada. . . .” (França, 2010, p. 170).

No artigo intitulado "A criança mal acolhida e sua pulsão de morte" (1929), Ferenczi pontua que as crianças recebidas de maneira rude pelo ambiente externo, sem afeto, sem proteção, absorvem a aversão sofrida de forma consciente e inconsciente de modo que seu desejo de viver se rompe, a possibilidade de morrerem se torna mais facilitada que em outras crianças e, em caso de sobreviverem, experimentam um grande desprazer e desconfiança em relação à vida. Em seus estudos, o autor observou que estas crianças mal acolhidas, cuidadas por mães impacientes, percebem esta condição de desamparo e apresentam tendências suicidas e na vida adulta os sintomas manifestos estão ligados à impotência sexual, facilidade de adoecimento das vias respiratórias (asma) e brusca queda da temperatura corporal durante o sono (como uma repetição traumática do próprio nascimento) ou até mesmo ataques epiléticos, como reedições de uma experiência traumática mortífera – neste caso sem causalidade biológica. Seriam sujeitos que, pelo prazer da vida empobrecido em tenra idade, teriam uma capacidade de viver rebaixada, fragilizada. O autor aponta que o desenvolvimento biológico do ser humano, em condições favoráveis, ao receber os cuidados necessários, ocorre

de maneira veloz na vida embrionária e extrauterina; do contrário, como no caso das crianças vítimas de sujeitos perversos, o desenvolvimento fica comprometido.

As crianças não bem-vindas, não desejadas no contexto familiar, não recebem investimentos libidinais. Sem ternura, demonstram um infantilismo emocional, pensamentos pessimistas, insegurança e ceticismo.

Eu queria apenas indicar a probabilidade do fato de que crianças acolhidas com rudeza e sem carinho morrem facilmente e de bom grado. Ou utilizam um dos numerosos meios orgânicos para desaparecer rapidamente ou, se escapam a esse destino, conservarão um certo pessimismo e aversão à vida.

. . . A “força vital” que resiste às dificuldades da vida não é, portanto, muito forte no nascimento; segundo parece, ela só se reforça após a imunização progressiva contra os atentados físicos e psíquicos, por meio de um tratamento ou de uma educação conduzida com tato. De acordo com o declínio da curva de morbidez e de mortalidade na meia idade, a pulsão de vida poderia contrabalançar as tendências para a autodestruição. (Ferenczi, 1929/1992a, pp. 49-50).

Ou seja, se a criança não for acolhida se mortificará, algumas vezes de maneira real. O tato, o contato físico, embora não seja a única necessidade infantil, tem sua importância relacionada ao cuidado e acolhimento do adulto que ao realizar investimentos libidinais no infante promove um aumento da força da pulsão de vida, vez que o autor retoma a ideia de que, no início da vida, a criança ainda está muito mais ligada à pulsão de morte que à de vida; portanto, nos primórdios de sua existência a força vital não se encontra tão resistente diante dos acontecimentos aos quais a criança se depara, o que pode influenciar num deslizamento da mesma para um estado de inexistência do Ego.

Para Ferenczi (1929/1992a), diante de uma mãe ausente emocionalmente, a criança experimenta o sentimento de abandono; daí, pode-se ter como saída um movimento reparador de perdoar essa mãe que não lhe apresentou razões para que ela estivesse no mundo e não ofereceu condições adequadas para sua estruturação psíquica pela via do amor, ternura e cuidado e assim a criança poderia encontrar saídas menos prejudiciais ao seu desenvolvimento. Porém, se ocorrer a clivagem egóica, uma das partes desempenha o cuidado maternal com a outra de tendência autodestrutiva. Esta última advém daquilo que foi sentido como maus tratos, descuido e se manifestará pelos conflitos oriundos dos traumas ligados à pulsão de morte vividos na infância e que tendem a se repetir, pois são sujeitos aprisionados à pulsão mortífera.

Nesta vertente, segundo França (2005), o maior conflito existente no início da vida é entre “. . . a exigência pulsional e a proibição, pela realidade, dessa satisfação. . . .” (p. 31). O controle pulsional decorre das observações dos membros familiares pelo infante. Nesse movimento, a criança é totalmente atenta a brechas pelas quais a transgressão seja autorizada.

“Enxergar na conduta dos pais, ou estar em seu discurso, uma dupla mensagem que, a um só tempo, proíbe e autoriza a transgressão será o trunfo que a disposição perverso-polimorfa da sexualidade infantil precisará para reinar através dos tempos” (p. 32). Por esse olhar de extrema atenção, a criança busca nas falhas e escapes pulsionais das figuras parentais, vias de driblar as imposições da castração e tornar possível a realização de pulsões parciais mesmo na vida adulta, mesmo que sejam proibidas socialmente. “Aliás, a infância é um momento privilegiado para observarmos a alquimia capaz de transformar o desejo em lei, utilizando-se da força das fantasias perversas e da interação destas na relação com o outro” (p. 32). Com base nestes pensamentos, França (2005) afirma que a “. . . errância das pulsões parciais. . . assim como o reinado da sexualidade perverso-polimorfa na infância, [é] capaz de deixar como rastro na sexualidade adulta, um matiz polimorfo” (p. 32). Os desejos encontraram caminhos de satisfação sem a necessidade de obedecer às normas sociais. Ou seja, a criança, ao perceber brechas entre a lei e o que observa em sua vivência familiar, encontra viabilidade para a obtenção de prazer sem limites. O adulto, quando seduz a criança por meio de ações que escapam por estas rachaduras e produz uma satisfação intensa vivida por ambos, comunica ao infante que as formas de obtenção de prazer são permitidas sem censura.

França (2005), ao apontar sobre os caminhos para a satisfação dos desejos, parte do conceito de que o princípio de realidade e a autopreservação devem ser mediados e submissos ao princípio de realidade de modo que o infante se torne sujeito. Para que este processo ocorra cabe ao adulto não se render às forças pulsionais perante o bebê a fim de que se sustentem os diques fundadores da inserção cultural do sujeito na cultura. Os fracassos nas funções maternas e paternas podem gerar o aprisionamento da criança em fases pré-genitais, o que culmina em um sujeito de atuações autodestrutivas, que se coloca em situações de risco por ter sua vida sexual regida pela pulsão de morte. O Ego clivado fomenta uma disputa entre suas duas partes coexistentes e de funcionamento por vias que demarcam uma faceta perversa e outra adaptada ao meio social. Para o perverso, segundo a autora, o objeto não é reconhecido em sua inteireza, integralidade, singularidade, o objeto é parcializado.

3.3 A Vingança Como Estratégia de Sobrevivência

Bonnet (2008), baseado nos conceitos laplancheanos, desenvolve uma perspectiva sobre a perversão que vai além da violência instintiva, em busca de desvendar as mensagens embutidas nos atos agressivos do perverso. Como este autor se baseia nos conceitos laplancheanos, também defende que o perverso foi vítima de uma sedução brusca e violenta

geradora de ruptura psíquica, mas acresce que este evento tem como desdobramento o desejo de vingança. Se um adulto apresenta uma determinada forma indispensável, essencial, de atingir prazer, isso se deve à construção de uma fantasia ao longo de sua história, que em alguns casos, se formou como uma estratégia de sobrevivência.

No primeiro capítulo da obra *La perversion: se venger pour survivre*, Bonnet (2008) apresenta um questionamento que mobiliza a humanidade por mais de um século: se devemos ter medo do perverso. É fato que esta categorização geralmente é utilizada para denominar alguém com o qual se deve ter cuidado e que se encontra numa categoria à parte de qualquer classificação psíquica; inclusive, para evitar julgamentos, alguns manuais de psiquiatria a substituíram por outros termos, a fim de evitar o impacto desta denominação. Contudo, a psicanálise não vê razão para deixar de usá-la e mantém esta terminologia pautada na teoria freudiana que, de acordo com seu ponto de vista, em momento algum, se referiu à estigmatização dos comportamentos humanos, ou tomou a perversão como algo pejorativo ou condenatório. Portanto, para o autor, não há motivo para temer o termo que designa uma forma de organização psíquica, a qual pode estar diluída na vida do sujeito neurótico, sem que seus atos se destaquem. Quando se trata de casos patológicos, a perversão revela um sujeito que não tem controle de seus comportamentos pela inevitabilidade pulsional. Por isso, são levados a ter comportamentos para satisfazê-las e, mesmo assim, apenas em alguns casos pode representar perigo à vida alheia (formas de sadismo ou pedofilia, por exemplo). Até nesses casos o autor nos diz que o medo só faz agravar a situação. É claro que devemos orientar as crianças a não aceitarem o que vem dos estranhos, ou a tomarem certos cuidados no convívio social. O que o autor tenta propor é que, mesmo no ápice de seu devaneio, o sujeito perverso perigoso é um ser humano que merece uma oportunidade para que possa evoluir conforme lhe for possível. O autor afirma, contudo, que o medo suscitado pela perversão é inegável e se explica por ser uma estrutura psíquica que libera as pulsões inconscientes mais degradantes, o que provoca um sentimento de medo no outro, além de causar inquietações pela sua forma de organização que viabiliza o acesso ao prazer, sem considerar os diques internos engendrados no psiquismo neurótico.

Sobre os casos que apresentam risco a um terceiro, Bonnet (2008) explica o pensamento recorrente, de que todo abusador já foi abusado em sua infância, deve-se ao fato de todos se identificarem com a sedução e a agressão vividas em algum momento da primeira infância; tal ideia está ancorada nas fantasias originárias. É como se pensássemos inconscientemente: “. . . Eu também já fui seduzido, sei o que é isso; ele [o perverso] passou por uma experiência mais grave que a minha, é normal ter reagido desta maneira” (Bonnet,

2008, p. 31, tradução nossa). Todos, de alguma maneira, foram seduzidos; porém, nem todos na vida adulta agem com outros seres, da mesma maneira como foram tratados nos momentos iniciais de vida, pois há um abismo entre a fantasia e o ato. O autor define que estes destinos diferentes se explicam pela possibilidade de cada um simbolizar, ou não, as seduções vividas. O perverso se encontra nesse último grupo (conforme já mencionado por outros autores anteriormente apresentados), por ter vivido uma sedução trágica e excessiva. Desse modo, replica literalmente suas vivências com crianças, por exemplo na pedofilia. O traumático não se concentra na sedução precoce e intensa propriamente dita, mas no que ela representará ao seduzido: um corte abrupto na relação com a figura cuidadora (objeto primário), o que será desorganizador e afetará o processo de simbolização. Desta forma, este sujeito, na vida adulta, buscará criar um laço com os objetos, no intuito de inverter a experiência de ruptura do vínculos e de amenizar o excesso pulsional que o invadiu outrora. Isso se expressará pela montagem da cena perversa. (Bonnet, 2008)

Os conteúdos agressivos, não processados, ganham uma força capaz de tomar por completo o sujeito ao ponto de que ele, num movimento vingativo contra a forte angústia provocada pela ausência do outro que lhe era um suporte egóico, se torne o agressor e reproduza a sedução presenciada em magnitude mais intensa do que vivera. É como se, inconscientemente, ele pensasse pela via vingativa: “. . . Me fizeram isso, eu devolvo cem vezes mais, eu refaço de um jeito pior ainda. . . .” (Bonnet, 2008, p. 33, tradução nossa). Nesse ponto o autor aproxima a pedofilia do sadismo, uma vez que, em ambos, ao ser tomada como parceira sexual, a criança terá despertados os sentimentos de culpa e de conivência que intensificam as repetições do passado num momento ulterior.

Em casos nos quais os pais deixam a criança abandonada com os conteúdos a serem metabolizados psiquicamente, ela se desenvolverá com uma demanda interna de que não consegue associar a nada. Importante lembrar que tais fatos não demarcam apenas um evento na primeira infância como um fato único, isolado. Eles se desenrolam diariamente com novas seduções intoleráveis num cenário em que cada vez mais se tem mensagens enigmáticas a serem processadas; todas em um tempo no qual a criança é passiva e a tudo recebe. A criança, tal como é vista pelo adulto (outrora seduzido) que lhe agride, representa a dupla idealizada (um substituto inverso do pai). A vítima eleita representa o adulto perverso na época de sua infância, que não teve reação diante dos maus tratos sofridos por não ter condições desenvolvimentais para se defender. É a dupla seduzido e sedutor que se vê num único sujeito e que se tenta destruir dentro de si através do outro. (Bonnet, 2008)

A lógica da vingança encontra suas raízes em um profundo sentimento de decepção,

frente a um objeto que não correspondeu às demandas; isso gera intensa frustração. Nesse ponto do livro, Bonnet (2008) retoma o ato de Medéia, que assassinou os filhos como uma forma de anular estes que eram frutos de uma relação sedutora e também como uma tentativa de apagar tudo o que se passara.⁸ Tal ato foi resultante de seu sentimento de frustração e abandono, despertado pela relação com Jasão, quando este se separa dela⁹. O que nos interessa aqui é a tomada desse enredo para ilustrar, num olhar psicanalítico, que a ruptura do laço amoroso pode ter remetido Medéia a conteúdos avassaladores em seu inconsciente já instalados antes de tal ocorrência, conforme preconiza Bonnet (2008). Deste modo, o infante é confundido com os objetos internalizados pelo adulto na infância, este imagina que se livrará desses objetos lançando-os à criança. “É assim que a partir de uma sedução de vida, se desenvolve uma sedução de morte, com todas as consequências decorrentes. . . .” (p. 38). Não se repete apenas um algo acontecido no passado, mas que ainda é presente inconscientemente, pois se trata de um conteúdo repetitivo, insistente no psiquismo, que clama por se expressar e ser formulado.

No capítulo 5 do seu livro, Bonnet (2008) faz o questionamento sobre a ausência de emoções no perverso. O autor discorda de alguns posicionamentos que caracterizam o perverso como frio, desumano e impiedoso, defendendo que o perverso não ignora os sentimentos de sua vítima, bem como também há sofrimento no psiquismo desses sujeitos. O que está em jogo é provocar no seu objeto afetos, de modo que os possa recuperar de maneira positiva (na verdade atua de forma a suscitar emoções de si no outro, fora de seu corpo). O sádico, em sua ação com a vítima, sente-se soberano. É daí que o autor parte da reflexão de que poderia haver uma projeção negativa no objeto tomado pelo perverso, na qual a obtenção do prazer adviria daquilo que lhe é insuportável, como uma vingança reversa. Deste modo, as relações estabelecidas pelo perverso, contrariamente ao que a maioria pensa, são baseadas nesses afetos que necessitam ser exteriorizados por meio da projeção daquilo que não foi simbolizado e da inversão pulsional e afetiva. Tudo o que é rejeitado em seu próprio universo psíquico é passado para a criança. Conforme propõe o autor,

Quando uma criança reage a uma situação perturbante investindo em excesso um afeto, e não encontra o eco esperado, este afeto se fixa, se repete e procura todas as ocasiões para se manifestar. Ele se torna assim o testemunho de uma ruptura de relação, engendra com o tempo um desejo de retorção para restabelecer o contato a todo custo, e é nestas condições que ele chega a este ou àquele sintoma para conseguir alcançá-lo. (Bonnet, 2008, p. 71,

⁸ Ressaltamos que Bonnet (2008) adota a postura de interpretação da personagem mítica (Medéia), mas defendemos a ideia de que deve-se evitar interpretar diretamente o personagem mítico. Somos a favor de trabalhos que tomem a narrativa trágica e seus personagens como modelo e função.

⁹ Não entraremos em detalhes sobre este mito, pois o mesmo já foi trabalhado em nossa dissertação de mestrado (Martins, 2015), que resultou nos desdobramentos desta tese.

itálicos do autor, tradução nossa).

O sadismo mortífero classificado por Bonnet (2008), é apresentado como a forma mais acentuada e perigosa da perversão sádica. O corpo do outro é tomado de forma destrutiva e humilhante, com o objetivo de lidar com o transbordamento pulsional perverso. Estes atos revelam o ódio do perverso em relação à falha do objeto primário, ao mesmo tempo que tem seu caráter de buscar um tipo de ligação com o outro, através do cenário perverso. Para o autor, no sadismo perverso (bem como no masoquismo, quando este se revela pelo campo da perversão) o prazer é viabilizado pelo físico, numa relação entre o Ego e a pele (órgão excitável que realiza a comunicação entre o exterior e o interior do corpo), pela dor e pelo sofrimento naquilo que pode ser tocado, apalpado. A pele e o corpo agredidos podem ser entendidos aqui como uma zona erógena, na qual o perverso se fixou em razão de atribuir a ela um “. . . significado intrínseco à sensação de prazer ou de sofrimento difuso localizado nesta região, ou simplesmente uma deficiência que manifesta o impacto.” (Bonnet, 2008, p. 77, tradução nossa).

No caso da tomada do corpo infantil como vítima, o perverso se confunde com a criança, com a sua condição de inocência e ingenuidade, ao ponto de que o ato violento se torna uma forma de controlar e protestar contra os afetos despertados anteriormente. Quando se chega ao ponto de um infanticídio e o adulto perverso é questionado, geralmente teremos como resposta que aquilo não foi desejado, que se queria o bem da criança; isso revela que um afeto do qual se pensava ter controle escapou de seu domínio. (Bonnet, 2008)

O afeto se encontra no centro da lógica vingativa do perverso, sem que ele acesse suas emoções, pois o objeto é confundido com a emoção. Tal condição não se limita à perversão, se fazendo presente em todas as relações parentais em que os pais tomem os filhos como tentativa de “. . . objetivar certos afetos e tentar se livrar deles. . . . No caso da perversão, o afeto se faz objeto e o objeto se faz humano, real” (Bonnet, 2008, p. 76, tradução nossa). Entretanto, alguns o fazem de modo mais simbolizado (no caso dos pais neuróticos) que outros. (Bonnet, 2008)

A mesma intensidade pela qual o perverso foi olhado por seu objeto primário é carregada de afeto e será depositada sobre a criança, com o intuito de se afastar dos conteúdos suscitados de sua trajetória pessoal. O distanciamento de sua própria história ocorre pela interposição do outro enquanto objeto que se possa, de alguma maneira, descarregar a tensão pulsional evocadora de emoções insuportáveis ao ponto de que suas ações se organizam de modo a colocá-las distantes. (Bonnet, 2008)

Acerca da atuação e da montagem da cena perversa, Bonnet (2008) explica que não

são meras reproduções de cenas passadas, mas, também, do que faz parte do inconsciente atual, e que a única maneira de dar vazão a tais conteúdos, é ferir sua vítima num círculo repetitivo ininterrupto e exaustivo, já que sua elaboração não acontece na construção de tais cenas. Nota-se, desse modo, conforme Bonnet (2008), que a ação perversa é concebida como uma maneira de projetar pulsões impossíveis de serem simbolizadas no tempo em que a sedução ocorreu, e também posteriormente; por isso as repetições. A principal fonte de prazer do perverso ocorre dessa maneira.

Para Bonnet (2008), o sujeito sádico insiste em retornar às origens de seu trauma. Ele busca isso através do outro, provocando-lhe algum tipo de prejuízo, por meio de uma violência que tem sua força equiparável à intensidade de suas pulsões internas. Mas esta relação não se reduz simplesmente a uma questão de força. Tudo é montado pelo sádico de uma maneira cuidadosa e estratégica para aliviar a pressão pulsional e ter domínio sobre ela. A clivagem faz parte desta estratégia e se associa à recusa da realidade, o que acarreta uma dubiedade assustadora. De um lado, tem-se uma vida comum, de outro comete-se as piores atrocidades. Bonnet (2008) destaca estes aspectos como especificidades do sadismo perverso.

No ato perverso sádico são colocadas em ação todas as sexualidades parciais e seus representantes pulsionais. As pulsões, para o sujeito, são a porta de entrada na encenação perversa. A libido, em seu estado primário e constante, o impulsiona para o desejo concreto de provocar sofrimento e assim oferecer uma saída à pulsão que é satisfeita em sua totalidade, ou seja, no máximo de sua expressão violenta e destrutiva. O objeto parcial que atende à meta ligada à fonte pulsional se torna uma fonte de prazer. “A *fonte* para o perverso sádico, é a zona erógena onde seu desejo ganha corpo, e que permite a ele se organizar, a se circunscrever: são as mãos que estrangulam, os braços que atacam o corpo do outro.” (Bonnet, 2008, p. 89, itálico do autor, tradução nossa). É no momento de seu ato que o perverso sádico encontra prazer em satisfazer suas pulsões parciais, como já pontuado por Freud (1927/1996k). O sadismo coloca em ação toda a sexualidade pré-genital, em uma cena onde sua vítima é situada em um lugar no qual se torna impossível qualquer reação ou resposta. A vítima é imobilizada pela impossibilidade de entender o que se passa (e isso já foi defendido por autores antecedentes). No psiquismo existe a seguinte relação: “Tua sedução me fez sofrer. . . . ou me matou, como sujeito livre e capaz de reagir; agora é minha vez de provocar sofrimento, ou de acabar com um sujeito livre e capaz de reagir.” (Bonnet, 2008, p. 95, tradução nossa).

Desta forma - tal qual em Laplanche (1968/1992c) e Ferenczi (1933/1992b) - em Bonnet (2008) encontramos uma compreensão do ato perverso enquanto escoamento das

pulsões terroríficas, que habitam o inconsciente do sujeito, originadas de suas relações com a figura primária que exerceu uma sedução transbordante. Tal experiência estava aquém das possibilidades de metabolização por esse sujeito enquanto criança, sendo, portanto, traumática. Pela separação brusca com o objeto, a vingança se constitui como uma maneira de sobreviver ao profundo e devastador sentimento de abandono. Tais experiências primárias geram fantasias persecutórias inconscientes e, por isso, o objeto tomado pelo perverso é alvo de agressões como uma forma de provocar-lhe dor e angústia.

O autor defende que esses traumas podem ser trabalhados de alguma forma em uma análise, pois o psiquismo do perverso é dotado de uma organização semelhante ao neurótico. Se olharmos apenas do ponto econômico, teremos a pulsão de morte contrabalanceada por uma pulsão de vida; por uma perspectiva simbólica, podemos identificar seus objetos internos inomináveis contrabalanceados por uma realidade externa dotada de significações, isso permite olhar para estes objetos internos e realizar algum tipo de trabalho analítico com este grupo.

Para Bonnet (2008), de modo geral, o sadismo se perverte quando a via perversa se torna um recurso psíquico diante da falha do objeto primordial. Não há outro caminho senão a busca pela vingança e pelo prejuízo de outrem. Por suas atuações, o sádico perverso atesta com segurança e sem piedade a realidade da sedução de forma radical. Ele nos comunica por meio do dano à vítima acerca de sua realidade interna, sobre a desorganização gerada pela falha materna em sua infância. Na organização desses sujeitos, destaca-se o

. . . compromisso entre as pulsões violentas primárias e a pulsão parcial . . . se a raiva é a fonte [da perversão sádica], ela entra em conflito com uma forma de amor ou de busca pelo outro, e é levando em consideração essa dualidade fundamental que uma evolução é possível. (Bonnet, 2008, p. 97, tradução nossa).

Dentre as classificações propostas pelo autor supracitado, nos interessa o tipo de perversão quanto ao desvio de sua finalidade, demarcada pelo desafio dos ideais sociais do meio ao qual o sujeito pertence, sendo que sua atuação pode representar perigo aos sujeitos mais frágeis por uma ação agressiva diretamente dirigida a eles. Nesse sentido, nos casos das figuras maternas perversas, o corpo da criança é tomado como um objeto que dê continência ao que não foi elaborado, aos restos presentes no inconsciente. É como se ela tentasse resolver os conflitos do passado pela via do corpo infantil. Para Bonnet (2008), o perverso depende do outro para obter fruição de seus desejos. Mas não é apenas a vítima que se torna objeto, o próprio perverso se objetaliza, uma vez que limita-se a estar em oposição à criança. Sujeito e objeto se vêm aprisionados em movimentos que buscam mitigar a angústia de devastação egóica. O perverso repete com a criança a cena em que se sentiu como um objeto a fim de

tentar controlar sua violência interna. No empenho de se proteger, seus atos (que podem chegar à morte do objeto) servem como uma forma de apagar completamente o que carrega dentro si (objeto persecutório); porém, isso só é possível pela presença do outro. “O perverso se vinga pela realidade de um dano sofrido [– a ruptura da relação com o objeto primário –] frequentemente danoso ao psiquismo e ele não sabe como e nem porquê.” (Bonnet, 2008, p. 109, tradução nossa).

Bonnet (2008) aponta para alguns critérios clássicos que nos ajudam a entender a perversão para além da clivagem do Ego e da recusa da castração. O autor coloca como ponto central que mobiliza essa organização psíquica o desejo de vingança e “. . . cada tipo de perversão representa um ritual às exigências precisas para honrar o deus da vingança. . . .” (p. 235, tradução nossa). Segundo o autor, na perversão os processos de retorno-reversão são erotizados ao ponto de formarem no inconsciente um sistema de economia libidinal. Porém, nas perversões extremas esse sistema não é suficiente, fazendo-se necessário, além disso, que “. . . um sujeito seja sacrificado, reduzido ao estado de objeto, manipulado, e por vezes, jogado sem nenhuma precaução” (p. 236, tradução nossa). Tal esquema é motivado pelo funcionamento pulsional primário, de modo que as pulsões parciais encontram vias para se imporem na vida do sujeito perverso. “É a lei de talião em sua versão mais radical: uma vida, por uma vida.” (p. 236, tradução nossa). O perverso passou por sofrimentos não apenas relacionados aos não ditos ou traumas precoces (estas experiências são encontradas em outras psicodinâmicas), mas o que agrava seu estado psíquico é a ruptura de um laço primário indispensável à sua sobrevivência emocional em tenra idade. Por isso, nesses casos, o objeto sofre ao ponto de desaparecer.

Na perversão o desejo se faz imperativo. Ele assume o lugar de qualquer outra regra existente, sendo o prazer a lei universal que rege a vida do perverso e lhe dá a sensação de ser todo-poderoso. Da mesma forma, a vingança ganha proporções universais. A separação vivida lhe gerou a sensação de que um universo lhe foi retirado. Portanto, é desse mundo que se pretende vingar-se de alguma forma. A vingança se manifesta por uma encenação ritualizada na realidade atual do sujeito e só nela pode ecoar a realidade psíquica inconsciente, pois “. . . a sedução foi real [e] a reação será real também. . . .” (Bonnet, 2008, pp. 237-238, tradução nossa). Sua prática nunca será renunciada enquanto não se descobrir formas mais elaboradas de onde e como investir o desejo de vingança, visando obter a satisfação almejada.

Outro ponto característico da perversão é que “. . . a vingança é uma *fonte de prazer incomparável a qualquer outra. . . .*” (Bonnet, 2008, p. 238, tradução nossa, itálicos do autor). Isto deriva da excitação recebida do objeto primário que deixou no sujeito uma carga

explosiva, sendo que o autor acima compara essa relação aos *kamikazes* carregados de uma quantidade de explosivo tão alta que qualquer elemento externo poderia causar uma explosão. Assim, no psiquismo perverso, basta um elemento da realidade corresponder a um objeto interno para causar uma explosão. É justamente para evitar esta eclosão que o perverso constrói um cenário que fará contrapeso para que ele rejeite a violência do outro. Com tal estratégia, busca-se minimizar e limitar a explosão mortal, “. . . é desfrutar ou morrer. Ou, mais precisamente, se vingar para sobreviver” (Bonnet, 2008, p. 238, tradução nossa) ao ataque da pulsão sexual de morte, dos restos não elaborados da sedução mortífera.

Outra característica apontada por Bonnet (2008) é a sofisticação da vingança. Segundo o autor, para que os sujeitos perversos cometam seus atos socialmente ditos como destrutivos e desumanos, tiveram que fazer uso de uma “. . . inteligência maquiavélica. . .” (p. 239, tradução nossa) para atingirem suas finalidades, para reconstituir a cena de sedução primária, O perverso atua “. . . jogando o jogo dos pais sem censura, na realidade, expondo-se assim a uma representação direta do desejo de vingança” (p. 239, tradução nossa), compreendendo, de alguma maneira, que foi vítima de uma morte psíquica e assim busca retomar e organizar as coisas à sua maneira. É nessa convicção que o perverso baseia sua vida e, por isso, não passa pela culpa, nem pelo remorso. Desse modo, Bonnet (2008) retoma conceitos freudianos e reafirma que a clivagem do Ego e a recusa da castração fazem parte do psiquismo perverso, mas no centro desta dinâmica, o que lhe garante sua especificidade é a pulsão de vingança, mantenedora do funcionamento psíquico dentro de uma coerência construída pelo sujeito e que lhe garante uma estratégia de sobrevivência.

Quanto à recusa da castração, é a consequência do sentimento de toda-pulsionalidade associado ao desejo de vingança, que conduz o sujeito a reconstituir a cena primitiva se iludindo sobre as diferenças dos sexos. Em todos os atos perversos, é preciso ver sobretudo um tributo ao deus da vingança e uma prática eficaz para comungar de um prazer infinito que ele encarna. Trata-se então de uma vingança totalmente inconsciente em suas fontes e sua sofisticação. (Bonnet, 2008, p. 240, tradução nossa).

3.4 O Ódio e a Hostilidade Como Força Motriz da Perversão

Como Bonnet (2008), Stoller (1975/2015) discorre sobre a perversão atrelada à vingança e, se debruça mais especificamente à compreensão do ódio e da hostilidade como sentimentos reativos causados a partir da experiência traumática. O segundo autor, tal qual os autores supracitados, pontua que, no caso da perversão, se a teoria da sedução fosse considerada como uma cena real, teríamos que a criança, em uma posição passiva, passaria por uma situação violenta, provocadora de um trauma real. Deste modo, a reatividade se

expressaria como uma vingança pela via do ódio do que fora vivido outrora, como uma tentativa de lidar com aquele momento de passividade, que seria substituído pela posição ativa. Stoller (1975/2015) afirma que a descarga da hostilidade dirigida a objetos incapazes de se defenderem por meio da violência, tratar-se-ia, portanto, de uma atuação em que o perverso se coloca como sujeito ativo e triunfante em relação a outrem. O autor parte desta perspectiva já levantada por outros autores para explicar que a perversão estaria estruturada a partir do ódio em sua forma erótica, vez que o ato perverso visa provocar dano e sofrimento para que o prazer seja vivido por meio da hostilidade, que não é o mesmo que agressividade. Sobre essa diferença Stoller (1975/2015) informa que a perversão é

. . . a forma erótica do ódio. . . . motivada pela hostilidade. Por “hostilidade” eu me refiro a um estado em que alguém deseja danificar um objeto — o que a torna diferente da agressividade que, em geral, implica apenas o uso da força. A hostilidade, na perversão, toma a forma de uma fantasia de vingança que se oculta nas ações que a consomem, e que serve para transformar um trauma de infância em um triunfo de adulto. Para que se produza o máximo de excitação, a perversão também precisa ser representada como um ato que envolve algum tipo de perigo. (Stoller, 1975/2015, pp. 34-35).

O autor supracitado comenta ainda que, pela fantasia, a cena sexual traumática é remontada em sua versão transmutada. O sujeito, que outrora era passivo na cena traumática, passa a ser ativo e triunfante na cena vivida na fase adulta, o que provoca a excitação sexual. Nessa perspectiva, como Bonnet (2008) ressaltou, a perversão é a revivência do trauma, precisamente pela via anatômica. No ato da perversão o trauma seria apagado do campo consciente, de forma que a experiência vivida em tempos remotos se transformaria “. . . em prazer, orgasmo, vitória. . . .” (Stoller, 1975/2015, p. 06, tradução nossa). O ato remontaria a mesma experiência anterior; porém, com um desenlace diferente, no qual a vítima de outrora passasse para a posição de glória. Destarte, a necessidade de repetir isso eternamente, e sempre da mesma maneira, provém da incapacidade de elaborar o trauma, de se livrar da sensação de perigo. A repetição precisa acontecer, pois a necessidade de reviver a vingança e o orgasmo são imperativas.

Stoller (1975/2015) faz um paralelo entre hostilidade e perversão, tomando a existência do risco, do perigo (consciente e inconsciente) como peça chave para a promoção de excitação e prazer.

. . . é necessário, também, reduzir a angústia sem aniquilar a excitação. O que se consegue ao se introduzir uma sensação de perigo na história. Uma sensação de perigo; em realidade, o perigo não pode ser grande, ou a angústia virá à tona. Portanto, o que deverá existir aí é tão somente uma impressão de perigo. (Stoller, 1975/2015, p. 38).

De acordo com Stoller (1975/2015), o fato de o ato perverso reproduzir um trauma de tempos remotos, visando um desfecho triunfante, passa pelo risco de ter este objetivo

fracassado. Portanto, a presença de uma condição perigosa no enredo perverso, deve ser de um grau reduzido, para que o sujeito ainda permaneça no controle da situação e, ao mesmo tempo, se sinta excitado diante da possível ameaça de frustração. “O perigo que consiste em vivenciar toda a experiência do trauma da infância é o primeiro a energizar a formação da perversão e, para alguns, ele é pior do que arriscar a própria vida, ou ser preso.” (p. 154). O que o autor se refere, com relação ao perigo, não está restrito ao que o ambiente externo possa apresentar, mas remete especialmente aos conflitos edípicos inconscientes não elaborados e que poderiam vir à tona diante do fracasso, mesmo que ínfimo. A excitação percorre esse intermédio entre a derrota e o êxito, de modo que este último esteja mais assegurado. “A perversão é a complexa trilha que costura seu caminho através dos perigos, até alcançar o triunfo da gratificação sexual.” (p. 157).

A sensação de haver alguma ameaça no ritual perverso, desde que baixo ou moderado, gera mais prazer pelo fato do sujeito acreditar estar no controle da situação e das adversidades, ou seja, realizar o ato perverso seria sobressair à possibilidade de falha. O possível contratempo controlável representaria um *plus* na excitação sexual, mas não deve ser real, pois isso geraria grande ansiedade; o importante é existir apenas a impressão de tal. Stoller (1975/2015) explica que o risco da fantasia pelo ato sexual não é o mesmo apresentado pela vida real, uma vez que, na perversão, haveria a necessidade da sensação do perigo de morte e, ao mesmo tempo, a ideia de que se tem controle sobre a cena. “É desse modo que, ao ficar excitada, a pessoa se move entre a sensação de perigo e a expectativa de escapar dele – o que a conduzirá diretamente à gratificação sexual. O perigo foi assumido e superado.” (Stoller, 1975/2015, p. 143).

Acerca da periculosidade envolvida no jogo perverso, Stoller (1975/2015) descreve alguns dos possíveis riscos: em nível consciente estão os perigos sociais de ser punido conforme as leis; ir contra aquilo que conscientemente é reconhecido como algo que não pode ser feito e, caso seja descoberto (fracasse), o perverso pode odiar a si mesmo por isso; trata-se de uma ação interdita pelos pais, pois crianças comportadas não agem de tal maneira (esta ideia pode ser consciente ou inconsciente); o ódio às figuras adultas que prejudicaram a liberdade sexual ao impor restrições ao sujeito e o acusarem ser culpado e isso não poder ser descoberto, “. . . odiar é errado e eu serei punido. . . ” (p. 161); os desejos sexuais e o ódio necessitam ficar escondidos no campo erótico, porque são maus e caso fossem revelados levariam à destruição do sujeito; o desejo de vingança e de destruição do objeto é vivido como algo que possa ser pressentido pelo objeto, de modo que este possa fazer o mesmo com o perverso.

Essas dinâmicas de perigo, vingança e triunfo presumivelmente alimentam outros tipos de derrotas e de frustrações infantis, que não envolvem o gênero nem os genitais. As tensões de cada estágio libidinal – oral, anal e urinário, fático e, finalmente, o Édipo plenamente desenvolvido – com suas exigências de controle biológico (de maneira sádica, na opinião da criança) feitas pelos pais, são batalhas em que o triunfo, para a criança, consistiria em estar no controle, enquanto a outra pessoa o perde. Creio ser esta a questão central nas perversões. Essa luta por controle, e o perigo a ela subordinado, podem incrementar a excitação – mas podem, também, ser exaustivos. (Stoller, 1975/2015, p. 167).

Stoller (1975/2015) pontua que a perversão advém de um trauma verdadeiramente ocorrido gerador de excitação precoce. Entretanto, na condição dessa vivência ser excessiva ao infante e não haver a possibilidade de descarga, ou gerar um sentimento intenso de culpa na criança (tais ideias também dialogam com a teoria ferencziana descrita em outro momento nesta tese e com as ideias de Laplanche acerca da articulação entre os momentos primários invasivos e intoleráveis à perversão). O que outrora fora vivido como trauma, se transforma perversamente num ritual em que o sujeito se coloca como triunfante sobre seu agressor; sua raiva se torna sentimento de vitória. Os detalhes traumáticos são rememorados pelos atos perversos, de modo que

. . . o passado se dissipa. Desta vez, o trauma é transformado em prazer, em orgasmo, em vitória. Mas a necessidade de repeti-lo — *ad infinitum*, sempre da mesma maneira – resulta da incapacidade de a pessoa se sentir completamente livre do perigo, do trauma. Ele aconteceu; e, exceto por aquele momento em que o ato de perversão é repetido, e se processa sem problemas, o indivíduo não pode fingir para si mesmo que o trauma não aconteceu – embora sua lembrança seja inconsciente. Não precisamos de uma construção nebulosa, como a “compulsão por repetição” para explicar por que o ato se repete: na perversão, a repetição acontece porque a pessoa quer escapar ao velho trauma, e porque a vingança e o orgasmo são suficientes como recompensa. (Stoller, 1975/2015, pp. 37-38).

Stoller (1975/2015) é mais um autor a afirmar que o ato perverso revela o trauma original, bem como a raiva provocada pelo mesmo e levanta a possibilidade de haver uma fantasia de vingança contra a figura provocadora do trauma. De acordo com Stoller (1975/2015), na perversão, posições e afetos são revertidos: agredido se torna vencedor; aquilo que era objeto passivo, alvo de hostilidade, passa a ser ativo; o impotente se torna poderoso. “Não se teme mais o mistério, ou a consciência, ou o mundo exterior. A perversão é mais uma obra-prima do intelecto humano.” (p. 143). Aquilo que não foi desvendado outrora, avança rumo ao prazer pela via da vingança. Por isso, “. . . o estudo da perversão é o estudo da hostilidade, mais do que o estudo da libido.” (p. 130). Com a estruturação perversa,

A vida pode prosseguir, a criança pode ir adiante em seu desenvolvimento, a autoestima e a esperança por gratificação são preservadas, e o triunfo é colocado, oportunamente (quando as ereções e o orgasmo se tornam possíveis) fora de perigo, desde que o ritual (a vigilância eterna) seja mantido e se torne autônomo. (Stoller, 1975/2015, p. 143).

Deste modo, o autor acima citado explana que o prazer perverso está no campo da fantasia, uma vez que o ódio e o medo advindos do trauma não contêm neles mesmos algo de

prazeroso. É pelo devaneio que o trauma se desconstrói imaginariamente e infinitamente em fantasias que alteram a sua realidade de modo a gerar prazer, uma vez que a não revivência do trauma é assegurada e o desfecho bem sucedido é garantido, por se tratar de uma construção sua. Assim, pode-se construir uma via que promove excitação e orgasmo.

Ademais, para o sujeito perverso, a totalidade do outro é insuportável. Como consequência, o objeto necessita ser fragmentado, clivado, desumanizado, de modo que fique isolado um elemento neutro, possível de ser tolerado, num objeto reduzido em uma forma indefesa, incapaz de afrontar seu criador. Stoller (1975/2015) reitera o posicionamento dos demais autores aqui estudados, quanto à relação do perverso com seu objeto:

As pessoas perversas . . . lidam com seus parceiros como se eles não fossem pessoas reais, mas fantoches manipulados no palco em que a perversão é atuada. No ato perverso, a pessoa revive *ad infinitum* a situação traumática ou frustrante que deflagrou o processo, só que agora o resultado é maravilhoso, em vez de horrendo, porque não somente se escapa da ameaça, como finalmente se obtém uma gratificação sensual imensa, atrelada à consumação do ato. A história completa, construída com precisão por cada uma das pessoas, para se encaixar exatamente às suas experiências particulares dolorosas, jaz ali, oculta, mas acessível, para que possa ser estudada, na fantasia sexual da perversão”. (Stoller, 1975/2015, p. 142).

Tal autor ainda acrescenta que “. . . se a pessoa escolheu esse objeto – homem, mulher, cão, parte do corpo, objeto inanimado, seja o que for – motivada pelo desejo de danificá-lo, e se o ato tem para ela o significado de uma vingança, então ele é perverso.” (Stoller, 1975/2015, p. 37). Tais objetos têm para o perverso o estatuto de uma anatomia ou “. . . fragmentos estereotipados da personalidade. . . ” (p. 39), não sendo reconhecidos em suas animosidades.

Levantados estes aspectos genéricos acerca da perversão em suas variáveis teóricas, passamos a olhar mais especificamente para o psiquismo feminino, com o objetivo de trilhar um caminho que nos direcione à elucidação da perversão materna e às manifestações de violência extrema vinculada a tal psicodinâmica.

CAPÍTULO 4

A PERVERSÃO FEMININA

“Conhecemos muito pouco sobre a perversão sexual nas mulheres, devido ao fato de que não a esperamos e, conseqüentemente, não a procuramos” (Welldon, 2008, p. 113)

Campos (2010) afirma que as pesquisas relacionadas à perversão feminina, geralmente, realizam um movimento de buscar explicações pautadas em questões sociais, tais como a globalização, o mundo pós-moderno, o consumismo, a perda do poder da função paterna e tantos outros eventos sociais que culminariam na perversão do feminino; ou seja, são pesquisas que elucidam a perversão por causas externas. De acordo com a autora, tais proposições são insuficientes para explicar a perversão feminina, tendo em vista que vê-las de tal modo seria admitir que antes das mudanças sociais advindas com a modernidade não existiriam mulheres perversas. Deste modo, Martin-Mattera (2014) reconhece “. . . a alta resistência para identificar em clínica uma perversão feminina. . . .” (p. 723).

Conforme os estudos historiográficos de Chaperon (2008), os psiquiatras da segunda metade do século XIX elaboraram a nomenclatura das perversões com casos exclusivamente masculinos. A concentração de estudos que envolvem a análise da perversão no gênero masculino pode nos indicar a existência de um pertencimento da perversão a um gênero específico. Isso poderia ser explicado, conforme Welldon (2008), em razão de um maior número de sujeitos do sexo masculino envolvidos com dados criminalísticos (especialmente casos perversos), em comparação com sujeitos do sexo feminino. Uma vez que o padrão libidinal masculino é tomado como parâmetro, bem como as manifestações da perversão, pouco sabemos acerca da perversão feminina. Assim, a autora declara: “A aparente escassez de diagnósticos de perversões nas mulheres parece ter a sua origem nos rígidos conceitos que sempre foram aplicados para a psicopatologia masculina” (Welldon, 2008, p. 114).

Mas pelo fato de a perversão existir devido a uma dinâmica psíquica específica, não poderíamos pensar em especificidades distintas entre a perversão que se manifesta no masculino e no feminino?

4.1 A Perversão Feminina e a Restrição Anatômica

Alguns vieses da psicanálise rejeitam a existência da perversão feminina, sustentados

na compreensão de que a menina, por saber que não tem, nunca teve e nunca terá o pênis/falo, fica impedida do uso do mecanismo característico da perversão (*Verleugnung*), já que a castração perpassaria pelo medo da perda do pênis. Percebe-se que o impasse para a construção de um olhar para perversão feminina está na restrição anatômica. Nesse sentido, Barros (2013) questiona: “Por que aqui a anatomia se torna tão relevante?” (p. 220).

Sobre a descoberta da castração, é de grande importância trazer aqui as observações feitas por Pommier (1985), quando ressalta que o falo não se resume ao pênis. O reconhecimento da castração deve-se, sim, à descoberta das diferenças anatômicas frente à nudez do corpo feminino. Entretanto, a falta tem uma significação mais profunda, no sentido do fálico e seu potencial. Sabemos que, na teoria psicanalítica, o falo está relacionado mais especificamente ao poder. Contudo, ainda existem interligações entre falo e pênis. O autor acima citado considera que há a possibilidade de que a mulher tome para si outros elementos que sejam para ela um significante fálico que não o pênis, mas que represente a ela algo que lhe proporcione completude e empoderamento. Havendo o elemento fálico na constituição psíquica feminina, ela poderia lidar com a castração pelo mecanismo de *Verleugnung*. Neste viés, é possível pensar na perversão de forma mais aprofundada, pelo escopo psicodinâmico, quando não se reduz a mulher aos seus atributos anatômicos. Ademais, Welldon (2008) ressalta que, mesmo desprovida de um pênis, a mulher pode se valer de seu corpo inteiro, especialmente da fecundidade, da maternidade e da capacidade de produzir uma vida para canalizar suas ações perversas (isso aparece nitidamente no caso de Violette, relatado neste material posteriormente).

Freud (1923/1996d) pontua a relevância das mudanças vividas ao longo do desenvolvimento sexual infantil, destacando, na tenra idade, a indistinção entre masculino e feminino até o estágio de organização pré-genital sádico-anal. Para o autor, é na fase genital que se começa a ter uma noção de masculinidade pelo falo ou pela castração, de modo que a feminilidade ainda não é identificada, o que ocorrerá apenas na puberdade, onde haverá o reconhecimento da polaridade sexual, das posições ativa e passiva.

Ainda sobre o momento em que os sujeitos se deparam com a castração, Aulagnier-Spairani (1967), ao falar sobre o feminino e suas transformações, realiza suas explanações a partir dos momentos iniciais da vida infantil, quando se percebe que a mãe não é fálica e que o objeto de desejo está no pai. Deste modo, os investimentos dedicados à mãe são transferidos à figura paterna. A demanda inicial pelo objeto (pênis) se transforma na demanda do desejo de possuir um filho. Nas palavras de Lima (2019),

O feminino, dentro da lógica fálica, acaba deixando de ser uma marca e sendo associado a

uma falta. Para Freud, é presente a fantasia da mulher em ter um filho como substituto ao falo. Assim, o destino das mulheres acabaria sendo, inevitavelmente, a maternidade como uma maneira de ascensão, de suprimir algo faltante. . . . O feminino, nesse viés, não seria pensado como uma marca do sujeito; não é um atributo de gênero, ele é significação da falta (p. 72).

Neste processo, a menina percebe que, na diferença sexual, o pai deseja sua mãe, bem como a mãe o deseja; e supõe que o pai deseja sua mãe por ser castrada. Ao supor ser esta a causa do desejo do pai, a menina passa a ser desejante também desta castração. Quando constata-se a diferença entre os sexos, assim como acontece a inveja do pênis, a castração materna também passa a ser objeto de inveja, conforme apresenta Aulagnier-Spaurani (1967).

Os pressupostos de Freud (1914/1996o) permitem compreender que a primeira escolha objetual dos indivíduos baseia-se na figura que amamenta, que oferece cuidados e proteção à criança, sendo eleita como objeto de amor (geralmente a mãe). Nesse sentido, ao revisar a literatura sobre esta questão, Lima (2019) destaca o quanto é complicado refletir sobre o complexo de Édipo feminino, comentando que, conforme já assinalamos acima,

. . . o primeiro objeto de amor da menina também é o mesmo objeto do menino: a mãe. É apontada como marca registrada desse processo, no entanto, uma significativa ambivalência entre amor e ódio por parte da menina, vez que, seu objeto de amor também será aquele com quem rivaliza. Na medida em que a mãe deixa de amamentar, educa, ela castra. É a menina quem vai sentir isso com um peso maior, vez que, é castrada de fato, de antemão – pela ausência do pênis. A angústia de castração nos meninos seria equivalente à perda do amor materno para a menina. Poderá se sentir, portanto, perseguida e inferiorizada em relação à correspondência do amor materno. Tal ambivalência irá caracterizar o vir a ser mulher. (Lima, 2019, pp. 81-82).

Outro tipo de escolha envolve a eleição de si mesmo como objeto narcísico. Freud (1914/1996o) esclarece existirem distinções nas escolhas objetais do sexo masculino e feminino. No caso do feminino – que nos interessa particularmente nesta pesquisa –, pode ocorrer na puberdade das mulheres a intensificação do narcisismo original, quando o amor próprio é sentido de modo tão intenso que a necessidade de ser amada é maior que a de amar, havendo na relação um distanciamento para com o objeto amoroso. Diante da maternidade, no caso dessas mulheres que investem a maior parte de sua energia libidinal em si mesmas, seus filhos passarão a ser vistos como uma parte do corpo materno e é pela via narcísica que o amor objetual delas é investido na criança. Acerca do desenvolvimento libidinal ser diferenciado entre os sexos, Welldon (2008) ressalta o enfrentamento por parte das mulheres de dilemas relacionados à reprodução, à menstruação e à gestação, que estariam diretamente ligados à identidade feminina, destacando-se como um diferencial de tal identidade a corrida contra o tempo, pois há uma limitação biológica relacionada ao tempo para ser mãe, que lhes garante um princípio de realidade muito mais penoso em comparação ao que se apresenta para o gênero masculino.

No texto intitulado “Feminilidade”, Freud (1932/1996j) esclarece que há a possibilidade do emprego do masculino para se referir à atividade e do feminino à passividade, embora por vezes tais termos possam ser usados tanto para fazer referência à esfera biológica (com base em características anatômicas), quanto se referir a determinantes sociais. Contudo, destacamos a importância de considerar aqui a afirmativa de Freud (1929/1996n), em “O Mal-Estar na Civilização”, quando em uma nota de rodapé declara que todos os sujeitos são dotados de características pulsionais masculinas e femininas, mesmo que biologicamente distintos e facilmente diferenciáveis entre si; ademais, psicologicamente, esta distinção não acontece de modo simplesmente visual, pois se define pela mescla entre passividade e atividade.

Para Abelhauser (2018), vetar às mulheres a psicodinâmica perversa seria uma visão muito simplista, pois existem mulheres “. . . diabólicas. . .” (minuto 39), as quais são sujeitos perversos que vão até o fim, até as últimas consequências para atingir sua satisfação através dos maus-tratos a outrem. Defendemos aqui que as características anatômicas não definem as identificações e as escolhas objetais inconscientes, de tal modo que uma mulher que se identifique primordialmente com o poder, pode apresentar uma psicodinâmica perversa pelo mecanismo de recusa da castração. Portanto, quando alguns autores afirmam ser a perversão uma exclusividade do homem, claramente privilegiam as características biológicas e trazem uma visão limitada, pois se todos concordam que a sexualidade polimórfica-perversa infantil está presente em meninos e meninas, há que se reconhecer a perversão como um dos modos de funcionamento psíquico também em ambos na vida adulta.

Stoller (1975/2015) apresenta um pensamento controverso aos postulados freudianos quanto à fantasia de uma mulher fálica. Para o autor, a primazia não estaria no pênis e sim como um mecanismo de recusa da superioridade feminina e seu poder misterioso de procriação, de produzir vida, ser onipotente com seus filhos. Nesta via, as crianças estariam originariamente identificadas à mãe (poderosa) e, para atingir a masculinidade, o infante que assim se identificar deveria romper o laço vincular mãe-filho, movimento que necessitaria ocorrer com auxílio da ação materna. A mudança maior aconteceria então para este sujeito que faz a mudança de objeto e passa pelo processo de desidentificação, que é ansiogênico e angustiante. Neste aspecto, podemos pensar não apenas no menino, mas também na menina que se identificará com o masculino e passará pelos mesmos processos. Stoller (1975/2015), diante desse posicionamento, questiona: “. . . por que as perversões mais frequentes e mais bizarras acontecem mais com homens?” (p. 98-99). Ele explica que, se pensarmos pela via da identificação, a perversão masculina seria um distúrbio no desenvolvimento da

masculinidade, pois ao se identificar com a mãe é como se houvesse internamente uma garotinha em um corpo de menino. Estas diferenças devem ser aceitas dentro de um certo tempo para que se atinja a masculinidade, ele deve se separar externamente do corpo de sua mãe, bem como internamente de sua identificação primária feminina. Tal tarefa nem sempre é executada completamente e, nesses casos, aconteceria a perversão. Isso nos leva a pensar que o processo inverso ocorreria na mulher perversa que, ao identificar-se com o pai, não conseguiria se desvincular das distinções necessárias ao caminho da feminilidade. Segundo o autor:

O desenvolvimento das mulheres, desde a primeira infância, é certamente repleto de trauma, frustração, ansiedade e conflito. A vanguarda da explicação psicanalítica contemporânea é capaz de explicar por que as mulheres são tão perversas quantos os homens; contudo, ela carece de argumentos que expliquem por que não é isso o que acontece. (Stoller, 1975/2015, p. 177).

A ideia de que a perversão ainda é um campo prioritariamente masculino nas pesquisas, haja vista a pluralidade de materiais acerca do homem enquanto pedófilo, fetichista, maníaco etc., há escassez de trabalhos que se dediquem à perversão em mulheres. Contudo, pensamos que considerar as atribuições da perversão voltadas ao homem de forma exclusiva, ou predominante, dependendo do autor, e além disso justificando-se pela presença do pênis, nos parecem olhares um tanto quanto limitantes e engessados, presos em um modelo anatômico. Tendo isto em vista, julgamos necessário tentar ir além dessa perspectiva que divide masculino/feminino, homem/mulher, e, quem sabe, nos ajude considerar os conceitos de mulher e de feminino ao pensar a perversão, para que possamos evoluir em nossos estudos e análises.

4.2 Possibilidades Para Além de Uma Ideologia Binária

A fim de ampliar o olhar para além das questões anatômicas levantadas pelo pai da psicanálise ao tratar sobre a castração, trazemos o ponto de vista laplancheano exposto na primeira parte da obra *Castração-Symbolizações* (Laplanche, 1980/1988). Nesse livro, na sessão intitulada “Castração: seus precursores e seu destino”, o autor faz uma leitura crítica de Freud sobre a castração como uma fantasia recalcente e questiona de que lado essa fantasia estaria: na cultura, no DNA, na genética? Aqui ele desconstrói a teoria anatômica freudiana e pensa sobre a diversidade. Traz como a castração se dá no campo da fantasia. Isso nos ajuda a trabalhar o objeto psicanalítico *per si*, vez que as fantasias se dão em momentos primitivos.

Acerca da castração, Laplanche (1980/1988) afirma que a psicanálise se ocupa da

compreensão da castração simbólica (não é a castração real, geralmente realizada em animais de estimação). O autor também revela que a castração não tem como ponto de partida o reconhecimento da distinção anatômica, “. . . notadamente o *nascimento*, que é considerado, com frequência, uma primeira castração. . . .” (p. 19, itálico do autor), também o desmame faz parte destas experiências iniciais e angustiantes que geram fantasias fragmentadoras.

Ao abordar sobre as teorias sexuais infantis, Laplanche (1980/1988) afirma haver inicialmente um conflito psíquico baseado num segredo percebido pela criança, ao questionar de onde vêm os bebês e ter como resposta dos adultos as fábulas da cegonha ou do repolho, por exemplo. Tais explicações são refutadas pelas crianças e estas passam a entender que existe alguma informação interdita ao universo infantil e acessível apenas para o mundo adulto. Disso decorre uma “. . . clivagem psíquica fundamental, que tem origem, portanto, no primeiro conflito psíquico, é a grande clivagem do indivíduo em inconsciente, por um lado, e pré-consciente-consciente, por outro.” (p. 27). Daí a criança passará a fantasiar os fatos de acordo com o que ela pode entender sobre a sexualidade. Ao retomar o material analisado por Freud acerca do pequeno Hans, Laplanche (1980/1988) conceitua o quanto a criança constrói a fantasia de que o pênis é indispensável para a condição de ser vivo, uma vez que os humanos e os animais o possuem, porém os objetos inanimados, não. Desta forma, o horror à castração está atrelado ao medo ou ameaça de inexistência.

Na concepção do autor supracitado, a partir do momento em que a criança adentra ao mundo adulto, tem acesso às concepções de gênero e passará para um outro estado de reconhecimento da diferença dos sexos (esta vinculada ao ter ou não ter pênis), a qual se fundamenta na castração (lei). Quando estas fantasias percorrem uma trajetória bem sucedida, se construirá uma promessa de troca (acordos mentais). “Nos casos desfavoráveis, o indivíduo poderia fixar-se em imagos grávidas, quase indestrutíveis, no inconsciente: imago da mulher com pênis, imago do ferimento, da mutilação, suscitada pela visão do sexo feminino.” (Laplanche, 1980/1988, p. 36).

A respeito do complexo de castração como parte da evolução e organização sexual infantil, este é atrelado à fase fálica. Durante a vivência deste primado genital, pela fantasia de que todos os sexos possuem o mesmo órgão genital, mesmo que as diferenças sejam percebidas, são entendidas como uma diversidade do mesmo genital, ou seja, o órgão sexual feminino é mantido em território desconhecido. A esse respeito, o autor tece explicações:

. . . *diferença e diversidade* A diferença (*Unterschied*) implica, desde o começo, uma polaridade, uma dualidade; ela se coloca sempre entre dois termos. Por outro lado, a diversidade (*Verschiedenheit*) pode existir, por certo, entre dois elementos, mas também entre *n* elementos. (Laplanche, 1980/1988, p. 39, itálicos do autor).

Acerca desses termos, Laplanche (1980/1988) pontua que a teoria freudiana, ao versar sobre sujeitos masculinos e femininos, refere-se à diferença, quando trata dos órgãos sexuais, de diversidade. Neste último aspecto, o autor destaca diferentes níveis: anatômico/morfológico, fisiológico/funcional e pulsional. O nível fisiológico contempla um dualismo sexual sobre o pênis e a vagina, está pautado na diferença. Sobre o nível anatômico, este abarca os órgãos sexuais e também passa por distinções quando se pensa na anatomia infantil e adulta, o que, para o psiquismo não tem interligação com o campo científico, racional. O que importa é a anatomia proveniente do corpo imaginado, daquilo que é interior ao indivíduo e abrange também os seios e o útero.

E nada impede, nesse nível anatômico, que se imagine um terceiro ou enésimo tipo de ser humano gênero órgão nada impede tampouco que se imagine não só esse terceiro órgão sexual, completamente diferente dos outros dois, mas também um indivíduo portador, simultaneamente de um e do outro sexo” (Laplanche, 1980/1988, p. 44).

O complexo de castração é tomado por Laplanche (1980/1988) como um momento de explorações e descobrimentos nos níveis cognitivo, emocional e pulsional. O pulsional se interliga à fase fálica. Esta não se designa a falar do pênis, um órgão genital, mas do valor simbólico do falo (de poder, notoriedade, destaque, existência e reconhecimento) que já existe desde a Antiguidade. O falo marca o corpo humano enquanto existente e único; por isso a lógica do complexo de Édipo circunda o fálico e o castrado. Diferentemente, o pênis demarca um lugar anatômico de excitação, que pode ser substituído por qualquer outra parte do corpo, sendo uma estrutura física. O falo deve ser simbolizado na fase fálica, a qual fundamenta o complexo de castração e o complexo de Édipo, realidades universais a todos os sujeitos. O autor afirma que esta fase é fundamentada pela lógica do par de opostos, como todas as fases da sexualidade. A fase oral se fundamenta na dualidade comer e ser comido; a fase anal, na atividade e passividade; a fase fálica pelo fálico-castrado; a fase genital pela lógica masculino-feminino. Na fase fálica ao corpo do sujeito são atribuídas insígnias (atributos físicos e de gênero que demarcam distinções entre masculino e feminino; dentre elas, o pênis ocupa a posição de insígnia por excelência, mas também ocupa o lugar do falo e de excitações precoces, o qual pode ser amputado, eliminado. Daí vem a constituição do complexo de castração. O falo é uma insígnia enquanto o pênis é uma qualidade de um corpo; o pênis é elevado à categoria de falo, uma insígnia identitária que marca um campo em oposição a outro. Essa operação simbólica é uma imposição que advém de uma lógica biológica como posição binária.

A castração está atrelada ao narcisismo, o qual proporciona a noção de integridade e totalidade do sujeito, tanto no aspecto físico (corporal) quanto psíquico, e favorece a unidade

egóica. Laplanche (1980/1988) ressalta que o complexo de castração se constitui de dois elementos complementares: “. . . a *percepção* da diferença dos sexos. . . .” (p. 57) – relacionada à chance de eliminação – e “. . . a *ameaça* da castração proferida. . . .” (p. 57). Num primeiro momento, o menino dirá que não vê nada, o que aponta a ambiguidade: “. . . não viu nada do que esperava ver, mas também vê que não há nada para ver, não há pênis. . . .” (p. 58). A negação da castração parte da recusa de uma percepção que é adicionada ao elemento da ameaça, pois tal movimento por si, não é suficiente para evitar a constatação da castração. A advertência castradora advém da manipulação do órgão genital, seguida pela reprovação de um adulto que a realiza, não de modo a cortar o pênis, mas geralmente de forma mais tênue, como cortar a mão, adoecer, enlouquecer. Tal ameaça provém, na maioria das vezes, de uma mulher que afirma sua autoridade apelando ao apoio de uma figura masculina (pai ou médico). A sequência entre percepção e ameaça pode alternar: a constatação das diferenças anatômicas pode certificar a veracidade da ameaça ou a percepção pode afirmar as diferenças. “A criança diz então: ‘Então era isso!’ (portanto é assim que se interpreta essa diferença perceptiva), ou seja: cortaram o pênis da menina” (p. 60). Ou seja, a interdição se dirige à uma parte da sexualidade do sujeito.

Laplanche (1980/1988) diferencia a “. . . castração como sanção da lei e a castração como a própria lei. . . .” (p. 63). O primeiro termo está relacionado à proibição do incesto e ao risco, no caso de uma transgressão. A sexualidade envolvida nesses processos é aquela fundamentada na fantasia edipiana (masturbação, autoerotismo), ou seja, a interdição se dirige à atividade sexual incestuosa atrelada “. . . à mãe que é implicitamente proibida, no inconsciente – ao mesmo tempo o da criança e do adulto.” (p. 64). A ameaça pode gerar fobias de ser devorado por essa mãe que interdita e que tem o apoio do pai, do rival do menino e quem verdadeiramente possui essa mãe. Tal lei atua sobre o objeto desejado e diferencia a mãe de outras mulheres, insere-a em outra categoria, uma categoria diferenciada das “. . . não-mães”, (p. 65). Já a castração enquanto lei, ocorre no nível perceptivo da lógica da contradição fálica, ter ou não ter, “. . . do mais e do menos, do mais e do zero *fálico-castrado*” (p. 66, *itálicos do autor*) e de como isso tudo se organizará no psiquismo da criança, já que a base de sua sexualidade está no reconhecimento de apenas um sexo, sendo que a ausência é atribuída à amputação do pênis.

Na vivência do complexo de Édipo há características simétricas e semelhantes para o menino e para a menina, “. . . há situações que são as mesmas, e não em espelho. . . .” (Laplanche, 1980/1988, p. 68). Para ambos, a relação com a mãe é a principal. No decorrer do desenvolvimento pré-edipiano para o edipiano, o menino permanece apegado à mãe, sua

rivalidade será com o pai. Já a menina, passa pelo desvio do objeto. Na menina, o complexo de castração ocorre de maneira distinta, uma vez que o seu apego será direcionado ao pai e sua rivalidade à figura materna. Apesar disso, a temporalidade ocorre de forma distinta. Se no menino o complexo de Édipo é dissolvido pelo complexo de castração, na menina isso se dá pela via contrária. Acerca da percepção e ameaça da castração, para a menina a simples percepção das diferenças basta para que ela crie fantasias sexuais sobre as diferenças anatômicas pela via da negação. Se o menino atribui a ausência do pênis à amputação, a menina entende que isso se faz por não terem lhe dado algo. Esta, assim como o menino, terá uma zona fálica externa (clitóris, o qual posteriormente será entendido como fonte de menos prazer em comparação ao pênis). Diante de sua ação masturbatória, não será a ameaça de castração o que lhe afetará. As advertências serão mais abrangentes, colocarão em risco a perda do amor e serão realizadas pela mãe (objeto primordial, primeira sedutora e sua rival). Com isso, não existe uma triangulação, a relação permanece na via pré-edípiana. A ameaça é muito mais intensa, pois não recai sobre um objeto específico; sua passagem pelo complexo de Édipo é mais complexa. “Ora, se a mãe é o objeto das fantasias masturbatórias e é também a interditora, nesse caso (diferença essencial em relação ao menino) o interditor é o próprio objeto.” (Laplanche, 1980/1988, p. 73).

O autor supracitado apresenta algumas diferenças (de função e de conteúdo) do complexo de castração entre o menino e a menina. Em relação à função, no menino a castração impede que sua mãe (uma única mulher dentre as outras) seja desejada, um tipo feminino é interdito. No caso da menina, o objeto passa radicalmente da mãe para o pai e deste para outros sujeitos masculinos. Quanto ao conteúdo, a oposição entre menino e menina está na “. . . angústia pelo pênis-inveja do pênis. . . .” (Laplanche, 1980/1988, p. 77); o primeiro estabelece a relação de que se o pênis da menina foi cortado, então a ameaça de que cortem o dele é real. A partir da percepção da garotinha, a castração é entendida como uma ausência por não lhe darem um pênis, mas isso não é universalizado, tudo se constrói como se apenas ela fosse injustiçada.

O complexo de castração na menina seria, portanto, uma designação errônea, dado que não giraria em torno de uma castração universalmente postulada como lei. . . . mas de um suposto dano, de um suposto prejuízo, logo imaginário, o qual estaria na origem dessa falta real, dessa privação tão difícil de constatar. Portanto, estaríamos usando neste caso os dois registros: o da frustração e o da privação. (Laplanche, 1980/1988, p. 78).

Como possíveis soluções à castração feminina está a negação (quando se pensa que tem um pênis, mas ele não é visto pela menina); a atenuação, que sustenta a ideia de que ele crescerá; pelo complexo de masculinidade, em que a menina buscará de todas as maneiras

adquirir o pênis; a renúncia da sexualidade, com a ameaça de toda sua sexualidade ser levada; e a vingança contra o sujeito masculino (que pode existir conjuntamente às anteriores) e visa remover o que lhe garante superioridade.

Temos aqui a grande contribuição de Laplanche (1980/1988) na releitura dessa proposição acerca da lógica fálica – cena onde acontece o complexo de castração – como uma fantasia infantil, binária, excludente. Em Freud, a percepção da distinção anatômica gera consequências psíquicas imediatas no menino e na menina, como se fosse um fenômeno natural para a entrada no complexo de Édipo. Laplanche (1980/1988) faz uma crítica a esta percepção, ao afirmar que isso não é natural e as diferenças precisam ser simbolizadas, não há garantia que as observações visuais engendrarão a entrada no complexo de Édipo. Num momento primário, a ausência do pênis seria entendida como uma diversidade (como, por exemplo, são as cores em suas pluralidades) e só mais adiante, pelas simbolizações, se chega à constatação das diferenças e de opostos como ocorre com a cor preta e branca, bem como com as concepções masculino e feminino enquanto campos contrários. É a partir da insígnia que o campo dos diferentes se insere e compõe a identidade sexual humana.

A diferença entre os gêneros não está garantida pela constatação das diferenças anatômicas. Isto acontece após a percepção das diferenças de gêneros, das marcas culturais de vestimentas e de corte de cabelo, por exemplo. A lógica fálica não é garantida pelo aparato biológico, mas sim, pelas simbolizações e pelos atributos (códigos históricos e libidinais próprios e comuns aos gêneros), não existindo uma essência entre masculino e feminino. O texto nos abre à uma desconstrução do masculino como fálico e ativo e do feminino como passivo, castrado, e nos conduz a uma leitura mais ampla de que nada disso existe no inconsciente, são elementos secundários e recalcantes. Nesta lógica fálica, uma insígnia é eleita como identitária e organizadora e exclui outras possibilidades estruturantes da identidade humana para eliminar a diversidade e imperar a lógica das contradições e oposições. A diversidade, ao ser recalcada, fundamenta o campo das diferenças e do poder dos portadores da insígnia (falo), conforme a reflexão de Belo (2019).

Deste modo, não faremos aqui uma defesa acerca do masculino/fálico e do feminino/castrado (estes não existem no inconsciente). De acordo com Belo (2019), a lógica de associar feminino-mulher-castrado é um código marcado por uma ideologia binária, heteronormativa, ligada ao recalçamento secundário e códigos tardios que não cabem quando se tem como paradigma da perversão o masoquismo originário. Para Laplanche (1980/1988), masculino e feminino não existem para o inconsciente. No caso da perversão, o que está em cena, em primeiro plano, é a sexualidade infantil, esta é a sexualidade que nos interessa neste

viés (o código castrado-fálico pode entrar no jogo, mas não necessariamente). O conceito básico que ressaltamos aqui é a ideia do masoquismo como paradigma da perversão, pois é ele que articula a sexualidade infantil nesse campo.

Nesta tese iremos considerar estas proposições e também contemplaremos o código castrado-fálico, pois entendemos que tais pontos de vista podem ser tomados de modo complementar, e não como completamente discordantes e opostos.

4.3 Sobre Feminilidade

Uma vez que tratamos sobre um tema que diz respeito à mulher, trazemos aqui algumas reflexões sobre o imaginário social do que seria o feminino, bem como algumas explicações de Birman (2002) acerca deste conceito.

Aulagnier-Spairani (1967) estabelece que os possíveis caminhos do psiquismo frente à constatação da castração podem ser a neurose, a perversão e a psicose, ou a feminilidade como uma solução diferente da psicopatologia. Na perspectiva dessa autora, a menina reconhece seu lugar de sujeito desejado, passando a compreender que a falta e a castração não são equivalentes e, pela via do amor, ela se permite desejar. Ao tomar o rumo da neurose, a mulher se recusa a ser reconhecida como objeto que apresenta a falta e ao mesmo tempo recusa o prazer. A via da psicose tem como seu ponto original momentos antecedentes à constatação da castração, embora este seja um fator relevante para a formação deste tipo de funcionamento. Já em relação à perversão – que nos interessa particularmente – o objeto de prazer e o sujeito do desejo são tomados como equivalentes, de modo que prazer e desejo passam a constituir um jogo erótico no qual a mulher perversa poderá alegar que o prazer oferecido ao outro ocorrerá em razão de seus esforços e sacrifícios. Esta seria sua única forma de obtenção de prazer e modo de se sentir reconhecida como objeto de desejo na relação perversa. Nessa condição que, segundo a autora, seria uma forma inversa do narcisismo, a mulher, ao se colocar como sofredora, também se revestiria com uma coroa de mártir. Ou seja, esta mulher se dispõe a pagar um preço alto pelo prazer que proporciona ao outro, pois é nesse esforço de renunciar ao seu próprio prazer que ela se sente reconhecida e digna de ser objeto de desejo. Deste modo, a perversão se constitui na construção de uma relação em que a mulher é, em sua fantasia, indispensável ao outro, por ser sua fonte exclusiva de prazer, ao mesmo tempo em que o toma como seu objeto, ao fantasiar que ele é dependente dela.

Não é raro encontrar associações entre os termos mulher, feminino e passividade como praticamente sinônimos. A correlação à passividade muitas vezes coloca o feminino como o

sujeito que suprime a própria agressividade e que se coloca como masoquista nas relações.

Temos em Freud (1932/1996j) a seguinte menção:

A supressão da agressividade das mulheres, que lhes é instituída constitucionalmente e lhes é imposta socialmente, favorece o desenvolvimento de poderosos impulsos masoquistas que conseguem, conforme sabemos, ligar eroticamente as tendências destrutivas que foram desviadas para dentro. Assim, o masoquismo, como dizem as pessoas, é verdadeiramente feminino. (p. 117).

Em duas composições de Vinícius de Moraes¹⁰ podemos encontrar um olhar social que nos leva a compreender este lugar idealizado e de prazer no sofrimento ocupados pela mulher. A primeira delas que destacamos aqui, uma composição em parceria com Baden Powell, tem como título “Samba da Benção” (Moraes & Powell, 1965). Vamos ao trecho que nos interessa:

...
 Senão é como amar uma mulher só linda
 E daí? Uma mulher tem que ter
 Qualquer coisa além de beleza
 Qualquer coisa de triste
 Qualquer coisa que chora
 Qualquer coisa que sente saudade
 Um molejo de amor machucado
 Uma beleza que vem da tristeza
 De se saber mulher
 Feita apenas para amar
 Para sofrer pelo seu amor
 E pra ser só perdão. . .

Da segunda composição, intitulada “Soneto da Mulher Ideal” (Moraes, n. d.), vamos nos ater aos versos abaixo, chamando a atenção para a repetição da ideia já presente no trecho citado acima, embora com algumas pequenas variações:

...
 Uma mulher tem que ter alguma coisa além da beleza
 Qualquer coisa feliz
 Qualquer coisa que ri
 Qualquer coisa que sente saudade
 Um pedaço de amor derramado
 Uma beleza. . .
 Que em da tristeza
 Que faz um homem que como eu sonhar. . .

Os versos viabilizam pensar a fantasia masculina radical (talvez não apenas masculina, mas de todo o contexto social, como modelo da feminilidade) de entender o feminino por este viés. Neles vemos que a figura feminina é retratada pelos artistas como alguém que deve ter beleza, mas que isso não basta, ela deve *saber ser mulher* e isto implica em aceitar resignadamente sofrer por amor. Mas, ao mesmo tempo, e apesar de sua dor, deve sorrir (esconder o que sente), manter a pose de princesa, ser amável e agradável, padecer no silêncio

¹⁰ Conforme apontamentos realizados pelo Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan, durante o exame de qualificação.

e, quem sabe, sentir prazer neste estado de dor emocional. Falamos nesta pesquisa de um tema a se pensar, que diz respeito ao cuidado para evitar que dramas trágicos sejam instalados em famílias, mas também falamos do feminino, da mulher, de algo que está muito distante da fantasia social da mulher educada, amorosa, delicada, submissa.

Sobre as exigências sociais feitas à mulher, lembramos dos constructos de Birman (2002). Segundo o autor, assim como também defende Badinter (1980), a feminilidade está vinculada ao reconhecimento da alteridade e que esta se encontra em homens e mulheres, é anterior ao Édipo, é uma condição pré-fálica e que tem muita potência na subjetivação. A ideia do autor é positivar esta noção de feminilidade, que na nossa cultura é muito negativa, sendo de um lado atrelada à fragilidade, dependência; de outro, ameaça da ordem social burguesa, dada a sua sexualidade excessiva, independente e selvagem, que poderia irromper-se a qualquer momento e descaracterizar a passividade que lhe foi atribuída como característica. Desse modo, sua sexualidade deveria ser atenuada, dado o potencial reprodutivo feminino e, ao mesmo tempo, destruidor.

Birman (2001) sugere uma reflexão sobre o feminino como o ponto de origem e originário do sujeito, o marco inicial do erotismo. Este autor retoma os preceitos freudianos sobre a feminilidade representada pela ausência e anuncia que aí estaria a origem do psiquismo: “. . . o feminino agora estaria na origem do mundo, isto é, no território fundante de nossa subjetividade. . . .” (Birman, 2001, p. 228). Deste modo, o autor buscou pensar o reconhecimento da alteridade como uma abertura ao estranho que há em si por meio do outro, encontro este que colide com os limites do Ego.

De acordo com Birman (1999), a feminilidade é atrelada a traços de incompletude, polimorfismo, desamparo e fragilidade, que remetem às formas iniciais de todos os seres humanos em momentos primordiais da existência e, por esta condição, o desejo se instalaria. O movimento direcionado ao erotismo se engendra justamente pela certeza dessas condições e a busca pela completude; o erotismo estaria ancorado no desamparo e na feminilidade. Assim, afirma o autor que “. . . a feminilidade e o desamparo originário do sujeito são os conceitos que unificam todos esses atributos sobre o erotismo, meticulosamente traçados no discurso freudiano, na tentativa sempre recomeçada de decifrar o emaranhado polissêmico da sexualidade” (Birman, 1999, p. 53). Como complemento a esta afirmação, o autor anuncia:

Para que a feminilidade possa se instituir como eixo de fundação do sujeito, necessário é que se possam perder as certezas do *phallus* na sua falácia grandiloquente. Esta é a condição do erotismo, para que se possa ser femininamente mulher e femininamente homem (Birman, 1999, p. 104).

Pela experiência do desamparo, todos encontrariam novas oportunidades de subjetivação. Pela via da feminilidade os sujeitos se despojariam das insígnias da falicidade, o que primeiramente provocaria horror (por lançar o sujeito ao desamparo); porém, seria a única via “. . . para se encontrarem criativamente com as suas falhas e fendas incontornáveis, para desistirem definitivamente do pesadelo letal da completude e da suficiência. . . .” (Birman, 1999, p. 129).

O que autor acima citado pontua é que, nos registros psíquicos, o feminino seria fundante da subjetividade, das marcas humanas e sua condição finita, incompleta e imperfeita. Esta verdade sobre a humanidade garante a dimensão erótica e pulsional. Na feminilidade, a experiência do desamparo viabiliza a sublimação, a construção de novos caminhos e destinos que tornem a existência possível e prazerosa diante da inevitabilidade do desamparo.

A feminilidade enquanto sublime ação indicaria as potencialidades humanas para a erogeneidade e para a experiência da criação, na qual se reconheceria implicitamente que a subjetividade seria, pois, imperfeita, incompleta, inconclusa e finita. Enquanto potência de devir e de vir-a-ser, o sujeito seria, enfim, sempre algo tosco e rude, marcado que seria pela pouco nobre carnalidade e fadado ao permanente e insistente recomeço de sua existência (Birman, 2001, pp. 242-243).

Na compreensão desse autor, a sexualidade se concebe a cada momento em que o encontro com o outro acontece; por isso ela é sempre provisória. Esta é a possibilidade que a experiência feminina proporciona: a contínua potencialidade do novo e de reinventar-se.

4.4 A Perversão Libidinal

Granoff e Perrier (1979) pontuam sobre a vivência da castração se dar de maneira diferenciada na mulher e no homem, assim, os sintomas da perversão aconteceriam para cada um dos sexos de maneira distinta. Tanto estes autores, quanto Dor (1987/2001), trazem uma compreensão dessa temática com base no direcionamento da energia libidinal. Nestas duas fontes defende-se que, mesmo que a mulher não apresente o fetichismo como mecanismo, existe a possibilidade de perversão libidinal. Neste mesmo sentido, Dor (1987/2001) esclarece que “. . . a mulher torna-se para ela mesma seu próprio fetiche à medida em que oferece seu corpo ao gozo. . . .” (p. 186); ou seja, a energia libidinal fica focada no próprio corpo, sem grandes investimentos em objetos externos. Contudo, para este autor, não existiria uma estrutura psíquica na mulher realmente organizada como perversa.

Quando nos remetemos ao corpo da mulher, Aulagnier-Spairani (1967) relaciona a perversão no psiquismo feminino ao masoquismo, dizendo que ela se manifesta na dualidade do misto de prazer e dor.

Para Queiroz (2002), a perversão feminina pode se expressar pela forma do desvio libidinal para o corpo. Para esta autora, a própria histeria poderia ser inserida nessa forma de desvio libidinal voltado ao corpo, devido ao recalque. O que ocorreria no caso da perversão seria o oposto da histeria. Naquele caso, a relação com o corpo seria ainda mais forte, pois estaria calcada em processos primários, sem a ação do recalque. Sem o recalque, a libido estaria governada pelos processos primários, mais centrados nas experiências físicas. Acerca do desvio libidinal destinado ao próprio corpo, Wellton (2008) distingue que os homens dirigem a libido a um objeto parcial externo e, “no caso das mulheres, o ato geralmente é dirigido contra si mesmas, seja contra seus corpos ou contra os objetos que elas entendem como sendo suas próprias criações, ou seja, seus bebês. . . .” (p. 117).

Sendo assim, para os autores acima indicados, a perversão ocorre de um modo narcísico, de forma que pode-se compreender este fenômeno no universo psíquico feminino como o ato de “. . . perverter a libido. . . .”, conforme Queiroz (2002, p. 97) conceitua. Esta forma de conversão libidinal ocorreria no próprio corpo feminino, ou seja,

No caso da perversão propriamente dita, as relações com o corpo ainda estão determinadas por procedimentos primários e, portanto, não é o recalque que está em ação. Assim, quanto mais nos aproximamos dos processos primários mais aparece o enraizamento da pulsão no corpo, mais aparece a ação da *Verleugnung* sobre os processos psíquicos. Tais processos dizem respeito ao registro das sensações e percepções pertencentes ao primeiro sistema. . . . Penso que a falência ou insuficiência do recalque pode também produzir um escoamento da libido para o corpo, mas de outra natureza. Neste caso, o processo é comandado pelas leis psicológicas do primeiro sistema, ou seja, pelo mecanismo da *Verleugnung*. (Queiroz, 2002, p. 97-98).

Sobre a inversão do destino libidinal, pelo viés de Queiroz (2002), “. . . se atribuímos à palavra perverter o sentido de desviar-se do caminho ou do destino, podemos encarar a possibilidade de. . . . perverter a libido.” (Queiroz, 2002, p. 97). Na perversão feminina, quando o processo de recalque não se dá completamente, a libido escoaria ao próprio corpo e sua forma primitiva de se relacionar com ele remete a fases pré-edípicas pautadas na lógica fálica. “Assim, quanto mais nos aproximamos dos processos primários mais aparece o enraizamento da pulsão no corpo, mais aparece a ação da *Verleugnung* sobre os processos psíquicos.” (p. 97). Deste modo, aquilo que não é recalado precisa se manifestar pela via física, provocar percepções e sensações. No caso materno, o que a autora destaca é “. . . a presença de uma mãe fálica, onipotente e devoradora, e de um pai fraco, capado, incapaz de interditar a mãe. . . .” (p. 106-107), com isso, a via corporal, como alvo perverso, serviria para confirmar a realidade da castração e ao mesmo tempo marcar sua onipotência.

Dor (1987/2001) coaduna com a perspectiva da perversão libidinal ao afirmar que tal movimento pode resultar em uma forma narcísica ou em maternagem excessiva. Pelo

narcisismo o corpo pode ser fetichizado, de modo que é reduzido à condição de um instrumento pelo qual se obtém prazer. Pela via da maternagem, a relação de erotomania é vivenciada por meio do corpo da criança que se torna um eco dos desejos maternos.

Segundo Granoff e Perrier (1979), o amor materno, ao invés de passar pela sublimação (ao reconhecer a criança como sujeito), passa pela perversão (quando a criança é percebida enquanto um fetiche que recobre as faltas/ausências insuportáveis ao psiquismo dessa mãe). Sibony (1987/2000) também refere-se à perversão libidinal como forma de manifestação em mulheres que apresentem o extremismo religioso, a toxicomania e, especialmente, a anorexia. Aulagnier-Spairani pontua que algumas defesas da potencialidade polimorfa da mulher incluem as relações passionais, alienantes (como dependência química ou vício em jogos) e algumas somatizações (sendo elas algumas formas de manifestação da bulimia, anorexia ou estados limítrofes).

Outro autor que levanta a discussão para a existência da perversão feminina é Claveur (1967/1990), o qual apresenta a perversão existente no casal heterossexual, numa relação em que a mulher se utiliza do amor para legitimar atos abusivos e manter o vínculo. A perversão feminina pode extravasar essa relação do casal e se estender para a relação da mãe com sua filha, quando o pai comete atos incestuosos e a mãe, em nome do que chama de amor ao marido, se porta como quem desconhece tais fatos, se silencia.

Em *A impostura perversa*, André (1993/1995) levanta o diagnóstico de um quadro perverso, em uma mulher que o procurou para atendimento. Esta mulher acreditava ter algo mais poderoso que o falo. Trata-se do caso de Violette, cujo histórico familiar é demarcado por uma infância em que aos seis anos de idade, pela oferta de uma moeda, sentou-se no colo de um cadeirante, o qual lhe acariciou e mostrou seu sexo a ela. Com a moeda ganha, comprou uma bola de sorvete. Curiosamente, “. . . um dos sintomas que a tinham levado a demandar uma análise era a persistência de uma sensação de uma ‘bola na garganta’ que a impedia de engolir os alimentos. . . .” (p. 80). Aos sete anos desenvolveu uma compulsão que a acompanhou até a vida adulta: passara a prestar atenção na braguilha de todos os homens que cruzavam seu caminho, além de atentar-se para o sexo das imagens de santos.

Violette era filha de um policial alcoólatra e agressivo no contexto doméstico. Ele gostava muito de falar sobre as mulheres de maneira ultrajante, especialmente diante de sua esposa. Com sete anos e meio a filha foi levada a um bordel já frequentado pelo pai. Na ocasião, ele estava embriagado e a obrigou a cantarolar canções com palavras de baixo calão. Na sequência, chamou a filha de “. . . mulher ferosa. . . .” (André, 1993/1995, p. 81).

Segundo André (1993/1995), a mãe de Violette foi descrita como alguém que evitava

o convívio social, tinha muito medo do marido e seus ataques violentos em momentos de entorpecimento. Para se proteger, ela reunia as filhas em torno dela. Na casa, fora instituída uma dinâmica na qual o pai fazia as refeições sozinho; as filhas, em um cômodo ao lado, aguardavam-no encerrar, para em seguida se alimentarem. Tal rotina se apresentava como profilática, vez que a mãe advertia as garotas para que, quando menstruassem, ficassem atentas aos comportamentos do pai, como um alerta de que “. . . ele tinha a firme intenção de se servir sexualmente das filhas.” (p. 82).

Violette se declarava homossexual e aos oito anos tinha práticas masturbatórias com uma amiga. “. . . aos dez anos, havia descoberto meios mais perversos de chegar ao gozo. Assim, servia-se do corpo dos bebês de quem lhe propunham que cuidasse para ganhar algum dinheiro, neles esfregando seu órgão genital até atingir o orgasmo.” (André, 1993/1995, p. 82). Nessa mesma idade, uma cena demarcou seu paradigma sexual com os homens: na companhia de uma amiga, disse a um grupo de garotos que se eles mostrassem seus genitais, elas também mostrariam os seus. Quando os meninos abaixaram as calças, as duas amigas saíram correndo e gargalhando.

No fim de sua adolescência, inserida na vida de prostituição, apresentou suas experiências com homens como algo penoso. A recompensa de sua vida sexual advinha das relações que mantinha com suas colegas, entre um cliente e outro. Costumava ter um ritual com elas, de espiar a relação sexual de outro casal e relatar à companheira o que se passava, de modo que esta reproduzia o mesmo com Violette. Desta forma, ela encontra uma

. . . via de acesso cômoda para as "coisas sujas", isto é, para as pequenas perversões características da fantasia masculina. Era realmente essa perversão masculina, à qual ela se recusava na condição de objeto sexual (exceto no contexto delimitado de seu trabalho de prostituta), que Violette atuava no âmbito de uma relação entre mulheres. Era seu jeito de expressar que era possível prescindir do pai (e do homem em geral), sem perder nada no nível do gozo. (André, 1993/1995, p. 83).

Conforme André (1993/1995), esta mulher apresentava uma inversão na escolha de objeto e na identificação sexual. Não era raro ela se deleitar nas relações a três (duas mulheres e um homem), ao ver a detumescência peniana após o orgasmo, em contraste com sua capacidade de gozar muitas vezes. Nesse momento ela assumia com a outra mulher o lugar do homem, enquanto tinham um expectador impotente. “O que ela queria sustentar era, em suma, que estava em melhores condições do que o homem para experimentar o gozo masculino com uma mulher.” (p. 85). Era como se ela se sentisse mais capaz, um super-homem, não lhe importava o órgão sexual, e sim sua potência. Seu interesse em outras mulheres percorria a via de ter a confirmação de sobressair aos homens. Estes não passariam de “. . . mulherzinhas. . . .” (p. 89). Ou seja, havia desprezo pelas mulheres que conseguiam se contentar com

sujeitos que ficavam impotentes, uma vez que Violette não se apresentaria nessa condição do macho desprovido de sua virilidade.

. . . Nela não havia nenhuma interrogação sobre um mistério da feminilidade, nem tampouco nenhuma busca de um objeto transcendental do desejo. O sexo feminino, para Violette, era objeto de uma evidência, simples e sem questionamento. Sua posição perante a sexualidade confundia-se com a de um homem amante do gozo que pagasse pelos serviços de uma prostituta para aliviar a pressão de uma pulsão. Assim, a questão do sexo estava resolvida para Violette, desde que ela pudesse fazer amor com outra mulher como um homem o faria. (André, 1993/1995, p. 89).

Na psicodinâmica de Violette se instituíra uma rivalidade com o pai e uma cumplicidade com a mãe (a qual suportava ser mulher como se fosse uma doença congênita), que tomava suas filhas como escudo, arma castradora, já que as colocava para dormir consigo de modo a não deixar espaço para o marido, o qual se via obrigado a dormir em outro lugar. Essa genitora construiu um clã: “. . . elas sabiam o que fazer para desarticular o desejo masculino. Diante delas, o homem só podia ser o *voyeur* impotente de uma aliança de mulheres que o manipulavam como a um instrumento.” (p. 92).

André (1993/1995) aponta para a fantasia de Violette como masculina e perversa, desejando uma mulher do mesmo modo que um homem, de modo a anular e aviltá-la como mero objeto sexual. Sua rivalidade se direcionava ao homem, diante do qual tinha a necessidade de provar ter algo melhor que o pênis.

Não era como sendo o falo que ela pretendia ser reconhecida, mas como o tendo; o que significa que, em sua estrutura, a mulher era fetichizada da mesma maneira que pode sê-lo na fantasia do fetichista perverso. Por isso é que, em seu caso, a fantasia era, direta e explicitamente, uma fantasia sexual, e não uma fantasia amorosa. (André, 1993/1995, p. 95).

Em sua fantasia estava a identificação com uma mãe fálica e a anunciação de que todos os homens eram castrados, como seu pai. Aliás, a virilidade não era atribuída a todas as mulheres, a condição fálica pertencia apenas a ela e sua mãe; as demais eram desvalorizadas. É nessa dualidade contraditória que André (1993/1995) aponta para a perversão como um movimento de reconhecimento e recusa da castração. De um lado, Violette via a mulher como castrada e desvalorizada; de outro, como mais poderosa que os homens. Essa dupla face se revelava em seu trabalho, pois ao se relacionar com homens não tinha prazer, mas se imaginava no lugar dele e reproduzia as cenas com sua parceira posteriormente, ou em sua fantasia. “A cada passo, Violette confirmava, assim, a castração do homem e sua própria não-castração; vez após outra, concluía que teria mais capacidade de fazer uma mulher gozar do que o homem, com seu orgãozinho ridículo e logo desinchado.” (p. 98).

A construção do fetiche para Violette estava não só voltada ao sexo feminino, mas também ao masculino, em sua busca por substituir o falo do pai por alguma coisa mais

potente, que não passasse pela condição detumescida. Além da busca pela manutenção da fantasia de não castrada, havia a necessidade de fortalecer a ideia de que um sujeito, que fosse homem de verdade, jamais seria castrado. A paciente se localizava no campo fálico por acreditar ter um falo mais potente que o de seu pai, tendo o falo recebido de sua mãe sempre ereto. (André, 1993/1995)

Não são apenas esses pontos que fazem André (1993/1995) interpretar o caso como uma perversão. Outros detalhes referentes ao relacionamento de sua paciente com crianças, o levaram a esta análise. Quando babá, Violette observou que os meninos, já em tenra idade, poderiam ficar com o pênis ereto, o que despertou-lhe inconscientemente a ameaça de morte do órgão masculino. Com isto somado às suas experiências familiares, tomou o lugar do homem, por se ver provida de um pênis imortal em seu inconsciente. Em relação ao corpo infantil, certa vez ela informou ter apreciado uma sessão de revistas pornográficas, das quais tinha o hábito de se deleitar, que lhe chamara a atenção uma sessão com fotos de relações sexuais com mulheres grávidas ou crianças. Tais imagens despertaram-lhe uma emoção muito especial, o que mais tarde foi revivido, quando ela mesma fez fotos semelhantes com um bebê entre suas pernas, próximo ao seu genital, proporcionando-lhe prazer extremo.

Parece, pois, que a criança, o corpo da criança, tinha para ela o valor de uma representação imaginária do falo. . . . se tratava, aqui . . . da criança enquanto algo que simbolizaria o instrumento do gozo sexual. . . . era a própria capacidade de *dar vida* e de trazer ao mundo que tinha, em Violette, a conotação de uma onipotência fálica. (p. 100, itálicos do autor).

Comentando acerca da maternidade, André (1993/1995) afirma que Violette reconhecia que se desse à luz uma criança, a tomaria como objeto para “. . . fazer coisas sujas com ela. . . .” (p. 100) e se contentar apenas com o bebê, sem buscar outras satisfações eróticas em outros planos, com outras mulheres. Um filho para ela não era relacionado ao tornar-se mãe. Seria “. . . a realização do órgão que, até aquele momento, ela se contentava em fazer existir imaginariamente.” (p. 100). Por ter essa compreensão, não queria ter um filho. Ou seja, a criança que tivesse não seria um falo simbolizado, como no caso da histeria, mas um falo em si mesmo, que faria Violette se ver em sua máxima potência. “Ela não se tornaria mãe, porém ‘mais-do-que-pai’.” (p. 100).

Enquanto órgão imaginário, representação de um falo onipotente, a criança, para Violette, *desafiava o pênis* do qual nem o pai nem a mãe tinham sabido dar-lhe um equivalente simbólico. Ao reunir suas filhas de encontro a si, como verdadeiros apêndices corporais, a mãe de Violette havia apontado a esta o segredo de uma potência que anulava o falo paterno, ou até o levava à morte. Assim desqualificado, o falo do pai não mais podia ser o representante simbólico de um dom destinado a permanecer irreal, mas vira-se reduzido a ser apenas o utensílio real de que uma mulher podia servir-se para dar expressão, ela mesma, à potência de vida e morte que possuía em si. (André, 1993/1995, p. 102, itálicos do autor).

Violette, ao falar em suas sessões sobre a anatomia genital feminina, retratava-a como

um pênis interno sempre ereto e capaz de gozar repetidamente, sem detumescer. A ejaculação, por sua vez, seria equivalente ao parto, com a significativa distinção de que, para ela, o espermatozóide, ao sair do corpo masculino, morreria após algum tempo, já o bebê, continuaria vivo, mesmo se essa mulher viesse a óbito. (André, 1993/1995)

4.5 O Fetiche

Saïet (2014) apresenta um caso analisado como perversão feminina, referente à prática muito íntima e individual de uma mulher, que atua de forma ritualística com seu objeto transicional (também conhecido em francês como *doudou*) todas as noites. Esta, com seu pedaço de tecido, age de modo a acariciá-lo, desliza-o por seu corpo (dedos, barriga, nariz e boca), realizando por vezes a sucção do objeto que lhe proporciona uma sensação de satisfação, calma e bem-estar, capazes de lhe permitir cair no sono. Na relação com o tecido, fica evidente, para o autor, o prazer autoerótico pela via sensorial. A priori, o *doudou* não tem ligação com a perversão, pois esta geralmente remete ao ato de infligir dor e aflição a alguém. Contudo, é preciso considerar que “o fato de os fetichistas não fazerem mal a ninguém não quer dizer que o seu comportamento não esconde, entre outros, a dinâmica da hostilidade” (Stoller, 1975/2015, p. 90).

Na relação com o objeto transicional citado, Saïet (2014) entende que a destrutividade pode ser encontrada no ato de atrito com o corpo e sua deterioração (raramente é lavado), pois o *doudou* permite a manutenção do narcisismo, pela obtenção do prazer por si mesma, pelo refúgio sensorial. “O *doudou*, como fósil de uma sexualidade infantil, de diferentes maneiras parece característico da experiência de perversão fetichista.” (p. 778). A isso, podemos adicionar as palavras encontradas em Khan (1987, citado por Ferraz, 2000/2010), de que “. . . o objeto do perverso tem o valor de objeto transicional, pois, devido à sua disposição a obedecer, ele pode ser criado ou inventado, manipulado, submetido a abusos, destruído, descartado, idealizado, tratado com ternura, etc.” (p. 115). Tal relação com o objeto é explicada em razão de que “. . . o perverso busca curar-se de sua falta de integração egóica, resultante das falhas nos cuidados maternos que implicam, por conseguinte, uma falha na transicionalidade.” (Ferraz, 2000/2010, p. 116).

Numa analogia entre fetiche e feitiço, Saïet (2014) descreve a ação mágica provocada pelo objeto inanimado, por meio do qual a mulher citada pela autora, em sua solução psíquica, construiu uma maneira de obter satisfação erótica infantil todas as noites. O prazer vivido por meio do *doudou*, embora pareça ter como finalidade exclusiva o adormecimento, gera uma

sensação tão miraculosa que Saïet (2014) a compara com o sono de satisfação do bebê, após receber o leite do seio materno. Isto nos remete à afirmação de Freud (1905/1996s) que vincula a reação de relaxamento e adormecimento da sucção, realizada pelo bebê durante a amamentação, com a sensação de orgasmo, relembrando o quanto a satisfação sexual produz o melhor dos sonos.

Desse modo, conforme Saïet (2014), o *doudou* está sempre à disposição como substituto do objeto de amor (o corpo materno) e pode ser usado a qualquer momento. Caso haja o desgaste do objeto (tecido), ele pode ser substituído. O *doudou*, segundo a autora, nesse caso é caracterizado como uma tentativa de exploração da vida sexual da mulher que, se nos basearmos nas proposições freudianas, “. . . em parte por causa da atrofia cultural, em parte por sua discrição e insinceridade convencionais, permanece envolta numa obscuridade ainda impenetrável” (Freud, 1905/1996k, p. 59). Pelo fato de ser uma mulher adulta que faz o uso de um objeto transicional, Saïet (2014) o entende como um fetiche eleito e não mais como um *doudou*, especialmente pela relação ritualística que a mulher constrói com o objeto antes de dormir.

Acerca das manifestações de fetichismo no feminino, Abraham (1910/1994) apresenta um caso em que a cleptomania de suas pacientes é correlacionada ao desejo de apropriação do pênis paterno, manifesto por um ato de revolta contra a castração pela compulsão ao furto. Outros olhares possíveis para a perversão feminina, manifestando-se por meio do fetiche, são encontrados em Spiegel (1967), que faz referência ao fetiche feminino relacionado aos sapatos, e Krafft-Ebing (1886/1995), ao vincular o tema com o fetiche por homens fardados, pés, ou bocas (substituto do órgão idealizado da mãe, o falo pré-genital). Também Granoff e Perrier (1979), ao se referirem à perversão feminina, pressupõem o fetichismo como alternativa mais possível para os desejos perversos da mulher. Nessa perspectiva, o filho seria participante de uma relação na qual faria o papel de objeto fetiche. Além desses autores, podemos ainda citar Suárez e Romero (2017), que apresentam reflexões fundamentadas em suas experiências clínicas, as quais destacaremos no decorrer do próximo tópico.

4.6 Maternidade e Perversão

Para Lacan (1959, p. 481), “Se há menos perversões nas mulheres do que nos homens, é que elas geralmente satisfazem suas relações perversas em suas relações com seus filhos”. Esta frase pode denunciar que, pelo fato de a perversão materna ocorrer no interior domiciliar, muito do que ocorre fica ocultado, escondido. Soma-se a isso a expectativa social da relação

entre mães e filhos, que aponta para o investimento amoroso materno dedicado ao infante, mas, em alguns casos, predomina o desamor, o desejo de colocar o outro em posição de submissão. Nessa perspectiva, ao invés de proporcionar condições para que a vida seja desfrutada, a genitora é para seu filho alguém que não gosta dele e não o permite desfrutar das experiências da vida.

Entendemos aqui que a mãe perversa, na relação com a criança, trata narcisicamente a si mesma, com mais importância que as necessidades infantis. A criança passa a ser objeto de prazer do adulto. O bebê não é considerado em sua singularidade e sua diferença para com o adulto é invisível, não havendo o reconhecimento da subjetividade do infante. Para tais mulheres, incapazes de verem seus filhos como seres que possam receber seus investimentos libidinais, o ato de dar à luz uma vida não é compreendido como a vinda de um novo sujeito ao mundo, o qual possui um destino em aberto. O que ocorre diferente a isto, é que o nascimento da criança passa a ser visto como uma possibilidade de satisfação própria e repetição de momentos outrora vividos pela mãe. Não existe distinção entre passado e futuro. Acerca das repetições passíveis de ocorrerem com a mulher adulta, em Freud (1932/1996j), na conferência “Feminilidade”, encontra-se descrito que a identificação com sua genitora pode se expressar tanto pela maternidade quanto na própria relação conjugal:

Sob a influência da transformação da mulher em mãe, pode ser revivida uma identificação com a própria mãe, contra a qual ela vinha batalhando até a época do casamento, e isto é capaz de atrair para si toda a libido disponível, do modo que a compulsão a repetição reproduz um casamento infeliz dos pais. (p. 141).

Em consonância a esta pensamentos temos que, segundo Gutman (1958/2018), o ser humano realiza projeções nos demais (crianças, inclusive) dos aspectos desprezíveis da própria personalidade, como a hostilidade. A perpetuação dos traços cruéis e violentos (internos ao sujeito adulto) na relação com a criança, ocorreria por um “. . . esquema circular: [que] começa quando a pessoa desconhece a si mesma. . .” (p. 283), vinculando-se a formas de violências e de desamparo vividas pelo adulto em sua própria infância. “Em muitos casos, o vínculo primário com a própria mãe está impregnado, consciente ou inconscientemente, de recordações extremamente violentas. Portanto, o amor está ligado à violência” (p. 285). A autora propõe que, no histórico das mães que agridem estejam também marcas de violência e que uma das formas possíveis do trabalho com esse público seria o reconhecimento de tais mulheres acerca da totalidade de suas histórias e a possível ruptura com o ciclo de repetições dos maus-tratos.

Milton (1994) também correlaciona os abusos vivenciados nos primeiros momentos de vida com a possibilidade da construção de um psiquismo perverso. No caso da menina, o

ambiente externo causa estímulos que alimentam e erotizam seu ódio e sua destrutividade, quando acontece a identificação com o agressor. Desse modo, diante da impossibilidade de se expressar de formas diferentes, e com vista a manter-se no controle, a mulher age com agressividade contra si ou com suas extensões.

A escolha de ser mãe, de acordo com Welldon (2008), pode ser sustentada por desejos perversos inconscientes, uma vez que pela maternidade se abriria uma oportunidade de controlar totalmente um ser vivo, que estaria submisso e em completa dependência dessa mulher. Dada esta condição infantil, independente das ações maternas, a criança permaneceria subordinada à mãe.

Welldon (1988) também afirma que mulheres perversas estabelecem relações agressivas consigo, ou com objetos vistos como extensões delas, ou criações suas (como seus filhos, por exemplo). A autora elucida que, para algumas mulheres, o momento da gravidez, o ato de gerar uma vida dentro do próprio corpo, pode causar o desejo de domínio total de seu filho, podendo acarretar na construção de um vínculo fusional e perverso, de modo que o bebê não seja reconhecido em sua humanidade, tornando-se objeto parcial. Nesse sentido, podemos acrescentar o pensamento de Stoller (1975/2015), quando explica que tais mulheres se favorecem da maternidade e tomam a sua prole como objeto fetichizado para exercerem controle e a dominação sobre ela. Masterson e Rinsley (1975) pontuam que a criança se torna refém dessa mãe, devido à relação simbiótica que se instaura entre o par; conseqüentemente tem-se a incapacidade infantil de progredir às outras fases do desenvolvimento psicosssexual.

Nesses casos, a mãe que agride o filho e se identifica com ele, estaria em verdade agredindo a si mesma, de modo que ocuparia assim uma posição masoquista que, enquanto tal, é descrita por Freud (1919/1996t) como resultante de um sadismo que outrora havia sido direcionado ao seu corpo. Na relação em que a criança, ao ser agredida fisicamente (mas ao mesmo tempo amada pelo agressor, aquele que cuida dela), percebe a violência como um substituto da relação sexual, por isso excitante, o sadismo ganha o significado de ser amado.

A esse pensamento freudiano, podemos adicionar uma citação de Welldon (2008) acerca da possível infância das mães perversas, a qual seria marcada por vivências de “. . . estimulação externa de seu próprio ódio e destrutividade, que passaram a ser erotizados em sua identificação com o agressor. . . . como um mecanismo de sobrevivência psíquica” (p.117).

A mulher, quando na relação com seu filho, faz deste seu objeto de amor e desejo. A mãe pode ocupar a função paterna em suas fantasias, quando impede a participação do pai nesta relação. Ao proibir intervenções paternas, a mãe tenta se fazer como sujeito completo

para sua criança. Concomitantemente, essa mulher não constrói para si outros desejos, além da maternidade. É possível que nesse mecanismo o filho se torne a causa do desejo perverso de sua genitora (quando ele é tudo na vida dela, sua propriedade, vez que o infante é criação sua). Em casos de uma mãe onipotente, em contradição com a imagem de um pai fraco e incapaz, a criança passa a ter uma percepção enganosa em relação às figuras parentais, conforme pontuado por Aulagnier-Spairani (1975/1979).

Martin-Lavaud (2014) fala sobre a perversão feminina e a prevalência de uma relação entre mãe e filho marcada pelo “. . . tudo ou nada. . . .” (p. 708, tradução nossa); isso quer dizer que ocorre, na conformação psíquica da mulher, a clivagem, a existência da ambivalência afetiva. As mães perversas, de acordo com a autora, acabam ocupando na vida dos filhos uma posição menos maternal e mais de, ora mulher sedutora, ora tirânica. A mãe, na sua posição de poder sobre a criança, faz desta uma fonte de prazer dos seus desejos infantis mais arcaicos.

Em seu artigo, Martin-Lavaud (2014) retrata um caso em que as manifestações afetivas maternas fazem do filho um parceiro amoroso, um objeto fálico, um fetiche. Nessa lógica perversa do desejo materno, a figura paterna fica distorcida nas relações familiares, o pai real e o pai fantasiado podem não ter correspondência entre si, passando a ser visto como a figura passiva na ligação libidinal com a mãe. Pensando nessa estrutura, podemos remeter os pensamentos aos enredos de histórias infantis, onde a madrasta/bruxa aparece em sua forma toda poderosa e ameaçadora à personagem principal, enquanto o pai pouco participa ou interfere no desenvolvimento dos fatos narrados.

Suárez e Romero (2017) indicam como ponto em comum observado em filhas de mães perversas, mulheres que posicionam a prole num lugar de exclusão, desamparo e de não serem importantes para as genitoras. Tais matriarcas transmitem mensagens como: “. . . não me perturbe. . . . me deixe em paz. . . . vá procurar o que fazer. . . .” (p. 356, tradução nossa), sendo tais verbalizações, ou mensagens subjetivas, transmitidas especialmente por meio das ações, raramente por meio de palavras, de modo que o laço amoroso entre o par não se constitui; ao invés disso, se instaura um vínculo de desamor.

De acordo com esse material apresentado por Suárez e Romero (2017), na busca pela análise como tentativa de elaborar esta relação permeada pela violência vivida com suas mães, ou, nas palavras das autoras “. . . por terem uma má relação com suas mães. . . .” (p. 356, tradução nossa), as pacientes diziam que, ao questionarem suas mães sobre a falta de carinho recebido, obtiveram como respostas: “. . . não sei, por que é assim. . . . que ela não era assim [que não sentia desejo de escutar sua filha...], que cada um é como é. . . . que ela nunca

sentiria isso. . . que não podia. . .” (p. 357, tradução nossa). Tais respostas são interpretadas pelas autoras como uma forma dessas mulheres perversas dizerem que “. . . não vão, nem querem mudar nada” (p. 357, tradução nossa).

Segundo Suárez e Romero, (2017), o pouco que lhes era oferecido nesse tipo de relação se restringia às necessidades básicas e aos estudos. No mais, eram geralmente colocadas a assumir diversas responsabilidades (trabalhos domésticos, cuidar dos irmãos, ocupar o lugar de uma mãe amorosa, inexistente na família). Tais responsabilidades eram tidas como seus deveres (nunca receberam algum reconhecimento por tais feitos, sempre eram tratadas como se não fossem suficientes diante das expectativas maternas), devendo ser assumidas, juntamente com a obrigação dos estudos. “Careceram de mimos, não foram premiadas com beijos, carícias. Nunca lhes disseram que eram felizes por sua existência, que estavam orgulhosos delas” (p. 358), pois essas mães não apresentaram um ambiente amoroso e amparador a suas filhas. Esse tipo de relação gera nestas últimas a incapacidade de se sentirem pertencentes a alguém ou a algum lugar. As mães perversas colocam suas filhas em um sofrimento pelo desamor.

Martin-Lavaud (2014) apresenta o caso do menino Dylan, em que o desejo maternal é articulado com a perversão. Embora o enfoque desse artigo seja voltado à psicodinâmica infantil, podemos salientar alguns pontos que enriquecem as nossas reflexões aqui. Esse menino de 7 anos foi encaminhado pela escola, com a queixa de que ele havia batido na professora e fazia o mesmo com os colegas de classe, além de insultar os adultos que eram responsáveis por ele, tanto na escola, quanto em casa. Dylan era filho único e sua mãe havia se separado do pai após ser vítima de violência conjugal. O diretor da escola afirmava que a relação da mulher com seu filho era excessivamente ambígua, dotada em certos momentos de bajulações e beijos e em outros de repressão, violência verbal e ameaças. Na interação com seu filho, a mulher se apresentava, por vezes, como sedutora e outras como tirana.

Na relação demarcada pela clivagem, organizada pelo “. . . tudo ou nada. . .” (Martin-Lavaud, 2014, p. 708, tradução nossa), Dylan fazia parte de um brinquedo em que a mãe o reprimia quando ele perturbava o parceiro dela e dizia que, se eles se separassem, a culpa seria do menino. A criança tinha conhecimento de detalhes da sexualidade materna, inclusive que ela não poderia mais ter filhos, pois não produzia mais óvulos. Ter esse conhecimento gerava um sentimento incestuoso em Dylan, haja vista que ele traria essa sensação de exclusividade para a relação com a sua mãe, o que se acentuava quando ela, ao se despedir dele na frente da escola, o enchia de beijos e abraços. Em certo período, após as férias, a equipe escolar soube que o padrasto de Dylan havia cometido suicídio. O fato se tornou

conhecido por meio da genitora, pois a criança demorou em torno de cinco meses para falar sobre o ocorrido e, quando o fez, se acusava como culpado. Passou a apresentar comportamentos de isolamento e enfrentamento dos adultos com uma tesoura.

Referindo-se à mãe de Dylan, Martin-Lavaud (2014) fala sobre uma mulher que se relaciona de forma dominadora com a criança, a qual deve satisfazer os desejos inconscientes. Nessa relação, a mulher satisfaz suas pulsões infantis de modo perverso, ao tratar o filho como um objeto que viabiliza a sua satisfação. “De fato, podemos considerar que se trata de uma perversão, quer dizer, de uma lógica organizada pela negação da castração materna” (p. 710). Pode-se dizer que a mãe de Dylan se relaciona com ele de modo infantil e não o reconhece enquanto filho, mas, sim, enquanto fetiche, objeto fálico, uma espécie de parceiro amoroso que está a serviço de suas fantasias, ao ponto de gerar a sensação de que nada mais lhe é necessário, pois ela está repleta do sentimento de amor, outrora dirigido ao seu próprio pai. Como Freud (1905/1996) afirmou, vivemos em busca do retorno das satisfações experimentadas em momentos anteriores à perda do nosso primeiro objeto de amor, tempo este que antecede o confronto com a castração. Uma das formas de tentar reviver estas experiências remotas, ocorre por meio da repetição. Uma vez que a criança (Dylan, no caso) se apresenta como uma possibilidade de reproduzir os momentos arcaicos, ela passa a ser vista como um objeto que está a serviço dos desejos maternos, sempre na forma de reações imprevisíveis. Martin-Lavaud (2014) afirma que, de certa maneira, Dylan era tomado como um “. . . objeto desfalicizado. . .” (p. 712), não era reconhecido por sua mãe como um ser humano e, por isso, vivia uma grande solidão “. . . como a do monstro produzido pelo Dr. Frankenstein no romance de Mary Shelley, que reclama precisamente de seu isolamento. . . (p. 712). Pode-se dizer que Dylan era tratado como alguém “. . . fora de si mesmo. . .” (p. 712), de modo que o sintoma mais evidente do menino eram os episódios em que sua agressividade aparecia como uma explosão.

Embora Martin-Lavaud (2014) descreva sobre a relação de um paciente perverso com sua mãe, isso nos fez pensar nessa genitora como a própria mãe perversa, mesmo que talvez o autor não tenha se direcionado por esta perspectiva. Ainda de acordo com o autor, tal mulher cuidara do bebê em suas necessidades corporais, de forma impessoal, ou seja, o suporte psíquico não aconteceria e os cuidados não passariam do banho, alimentação, troca de fraldas e o preparo para o sono. Desse modo, ao mesmo tempo em que a criança receberia a satisfação das necessidades básicas e primárias por meio de sua mãe, teria de amadurecer precocemente, dada a falta de suporte emocional desta genitora. Tais considerações, baseadas em Martin-Lavaud (2014), nos leva a pensar que Ferraz (2000/2010) comenta sobre a mãe

perversa:

Ela tenderia a tratar seu filho como se este fosse mais maduro do que na verdade é, o que provoca um desenvolvimento egóico precoce, por um lado, mas, por outro, estimula a manutenção de um vínculo primitivo do tipo autoerótico com ela, fomentando a expectativa constante de receber dela satisfação e, através dela, obter prazer (Ferraz, 2000/2010, p. 119).

Tal mãe, ao mesmo tempo em que teria intolerância frente às frustrações provocadas pelo infante, exigiria dele capacidades egóicas além de sua idade e estágio de desenvolvimento, sendo que “. . . a instabilidade da mãe, que tende a alternar exigências traumatizantes com atitudes excessivamente indulgentes, favorece a dissociação egóica e dificulta o desenvolvimento emocional, o que contribui para o engendramento de um adulto com traços infantis de personalidade. . . .” (Ferraz, 2000/2010, p. 120). Ora, parece ser esta a mãe do “. . . tudo ou nada. . . .” de Martin-Lavaud (2014, tradução nossa)! O perverso apenas trocaria os papéis na relação adulta, onde ele seria essa mãe e o seu objeto representaria a ele mesmo.

Podemos perceber que as teorias sobre a perversão feminina são múltiplas e se distinguem entre si. O que se destaca, por vezes, é a mulher perversa como uma figura fálica, dominadora e masculina; porém, esta visão mais antiga atualmente passa por mudanças, como faz Abelhauser (2013), ao abordar que a perversão não se restringe a explicações vinculadas a uma condição anatômica sobre ter ou não ter um pênis, mas destaca o modo como acontece a identificação da mulher com seus objetos de amor; ou seja, a intensidade com a qual ocorre esse processo subjetivo para com as figuras materna e paterna. É nesse sentido que Castanet (2003) também postula que, pela identificação mais intensa com a figura paterna, poder-se-ia encontrar uma explicação para casos de mulheres perversas, as quais mantêm em suas fantasias que sua condição é de um sujeito imbatível, ilimitado.

Durante a maternidade, frente ao choro do bebê, algumas mães tentam decifrar as necessidades das crianças, outras respondem ao choro do bebê com negligência, ou até mesmo com violência. Benhaim (2007/2003) pontua que, nos casos em que a mulher investe intensamente em fantasias narcísicas frente à maternidade, pode reduzir sua criança à condição de objeto pela qual buscará suas satisfações. Esta mãe, prisioneira da criança de seu próprio narcisismo, torna-se incapaz de reconhecer seu filho em sua totalidade e alteridade. É possível, também, que o infante seja vítima do abandono e do silêncio, quando a mãe é mobilizada por referências edípicas negativas. Desse modo, o filho será alvo de suas frustrações e violências, condenado à máxima alienação, ao ser colocado na posição daquele que deve realizar as fantasias maternas.

Benhaim (2007/2003) interpreta que o ódio materno pode se expressar pela via simbólica – quando a mãe passa a investir seus desejos em outros objetos, que não o bebê – ou pela via fantasmática – quando a criança é tomada como posse da genitora para viabilizar suas satisfações. Em ambos os casos, a criança não é objeto de desejo materno e se torna vítima da nocividade da genitora, pela via do abandono e do desamparo.

Nessa via em que predomina a violência mortífera, quando a criança se apresenta como um ser distinto da mãe, com seus desejos e demandas, os ataques violentos maternos podem surgir como maneira de silenciar esse outro, que tenta se fazer na relação. Assim, a agressividade e o sadismo que estariam recalcados “. . . vem à tona diante da presença da criança, a qual pode se revelar ameaçadora e estressante à mãe, especialmente em condições adversas, como, por exemplo, momentos de choro incessante, enfermidades da criança e educação” (Martins, 2015, p. 71). Tais ameaças seriam justamente a apresentação de uma realidade, do mundo psíquico infantil, do qual a mãe perversa percebe que não tem o domínio total sobre ele.

As mães perversas podem ser representadas como aquelas que veem as suas crianças como um orifício, onde implantam suas fantasias e necessidades. O mundo interno da criança funcionaria, por esta perspectiva, como depósito dos excessos intoleráveis maternos, algo comparável com os porões das casas, para onde se encaminham objetos que não são descartados no lixo, mas não se sabe o que fazer com eles. Então ficam ali, longe de vista (por se tratar de conteúdos sexuais inconscientes), mas a ocupar um espaço. Em tais casos de intrusão, o excesso libidinal recai sobre a criança de maneira feroz e destrutiva, numa relação em que o adulto não oferece mediações possíveis à organização do psiquismo infantil.

Segundo Bacelete (2013), uma função materna favorável ao desenvolvimento do psiquismo gera influências emocionais no bebê, ao formar uma dupla com ele e reconhecer a diferença entre ambos, o que permite ao bebê se identificar com o outro, sem que se confunda com ele. Quando a função materna é falha, incapaz de proporcionar um espaço seguro para que a criança possa gradualmente lidar com o mundo externo e à autonomia, a concepção dos limites e a capacidade do sujeito sentir-se capaz de suportar a ausência do objeto são comprometidas. O psiquismo perverso, portanto, se constituirá sustentado em angústias primitivas advindas da brusca separação entre o bebê e a figura materna. Daí a perversão se constitui como uma dinâmica, que tenta sustentar esse vínculo mãe-bebê. O objeto eleito pelo perverso “. . . representa o seio, a pele, o odor materno, e protege da castração e da separação.” (Bacelete, 2013, p. 36).

Por não conseguir prosseguir saudavelmente em seu desenvolvimento psíquico, sem

referências parentais sólidas para se identificar, o sujeito constrói uma imagem frágil e mutilada de si mesmo. Diante de uma angústia insuportável e terrorífica, se identifica com uma personalidade caricata, exagerada, fictícia e performática. Nele fica comprometida a capacidade de simbolização do traumatismo primário provocado pela falta do objeto, de modo que ao se relacionar transferencialmente com outro objeto, faz com que este sinta e sofra aquilo que ele mesmo não foi capaz de sentir e sofrer, pois naquele momento não havia recursos para lidar com aquela condição. Por isso, ocorre a cisão no ego, entre o que é possível de ser representado e o que não é. (Bacelete, 2013)

A autora acima citada defende, assim como outros autores anteriormente mencionados, que a perversão se constitui num tempo anterior ao complexo de Édipo, nas relações narcísicas primárias. As formas de interação pautadas no abuso, colocam o objeto na posição de mediador dos conteúdos não elaborados pelo perverso.

Esses modos de vivenciar a sexualidade são, antes de tudo, defesas erigidas frente à angústia que penetra o sujeito. O mal-estar decorre, principalmente, do sentimento de inadequação, de inadaptação, de irrealidade que atinge a subjetividade desses pacientes, que evitam a qualquer custo o retorno dessa experiência traumática com o objeto primário. Sendo assim, mantém ligações objetais que possibilitam, em certa medida, o contrato narcísico não estabelecido anteriormente, promovendo alguma simbolização dos elementos primitivos. No entanto, o sujeito se encontrará sempre à mercê da presença real desse outro externo. (Bacelete, 2013, pp. 45-46).

Bacelete (2013) ainda acrescenta que “. . . a indiferença do sádico ao sofrimento daquele a quem castiga, sua frieza e desafetação são resquícius das figuras que povoaram a história do sujeito, objetos que frequentemente se tornavam, além de apáticos, violentos e cruéis.” (p. 53). A autora reflete que na perversão, opostamente ao que é comum ser pensado, exista algum tipo de culpa inconsciente, a qual o sujeito vivenciou no momento do trauma e tenta se livrar (simbolizar o que está inconsciente, mas não recalcado) pelos rituais perversos. Isso nos faz retomar o texto freudiano, “Atos obsessivos e práticas religiosas”, que aborda os atos compulsivos e repetitivos como mecanismos para lidar com a culpa (obviamente, não se trata da mesma culpa do neurótico). Ao fim do texto, o autor traça que a religiosidade é uma forma que o sujeito escolhe para manejar e recalcar sua perversão. Contudo, acrescenta que mata-se em nome de Deus: “. . . lembramos a frequência com que são cometidos, justamente em nome da religião e aparentemente por sua causa, todos os atos proibidos pela mesma – ou seja, as expressões dos instintos por ela reprimidos.” (Freud, 1907/1996f, p. 116). Ou seja, este texto nos faz ver que, nas próprias proposições freudianas, as pulsões não são renunciadas nem pelo perverso, nem pelo neurótico religioso que pratica seus rituais; contudo, cada qual satisfaz suas pulsões ao seu modo.

Então uma mãe perversa pode se mostrar um pouco obsessiva e até mesmo ter a sua psicodinâmica, por vezes, confundida com a de uma neurose obsessiva, assim como pode ter defesas histéricas importantes e angústias psicóticas brutais subjacentes. No caso das mulheres aqui estudadas, o que as distingue de uma mãe neurótica, em termos de renúncia pulsional, é um menor grau deste movimento, o que culmina na estruturação de um psiquismo extremamente desorganizado, de modo que o outro não existe, ao ponto de haver uma desobjetalização violenta dirigida à criança.

O sujeito que ocupa a função materna, ao apresentar limitações em sua capacidade de reconhecer as necessidades infantis, torna comprometido o processo de separação, ao ponto de gerar

. . . clivagem e um mal-estar difuso, com o qual a criança se identifica. Podemos dizer, então, que esse núcleo de culpa primária não ambivalente repousa na confusão entre sujeito e objeto, indistinção que acarreta no aparelho psíquico infantil certo arrombamento, usado para escoar os materiais angustiantes da mãe e não o contrário. (Bacelete, 2013, p. 57).

Assim, a invasão violenta de afetos vivida pelo infante, será dirigida a um outro quando este atingir a vida adulta, o qual será eleito por sua resiliência diante dos ataques hostis; ou seja, necessita-se de um objeto que não se afaste e não revide os atos agressivos.

Conforme Bacelete (2013), o comportamento sádico estaria ligado a repetidos momentos marcados pela falta de reconhecimento do bebê em sua alteridade e à condução à saídas parcas quando se manifesta a agressividade do bebê, ou seja, a criança não conta com o suporte de um objeto que o acolha. Esta relação resultaria em uma série de traumatismos que englobariam mensagens oriundas do inconsciente, que percorreriam em ambos os psiquismos e provocaria uma sedução no tempo do narcisismo primário, quando inexiste distinção entre o eu e o objeto. Desse modo, temos

. . . o maior problema que enfrenta o sujeito sádico: encontrar uma forma de canalizar essa energia que o penetra a partir de sua relação com o objeto. . . no sadismo propriamente dito, como perversão, a violência praticada com o parceiro pode servir para esses fins. (Bacelete, 2013, p. 60).

A perversão pela via do sadismo não busca simplesmente prejudicar o objeto, mas visa externalizar algo vivido como insuportável. O agressor se identifica projetivamente com a vítima, a qual fica incumbida de cuidar do ofensor e suportar o que ele mesmo já viveu e não tolera. Nesse sentido, seu objeto deve simultaneamente ser destruído e aturar as violências recebidas.

Submetendo o outro a algo que ele mesmo experimentou, o sujeito tenta partilhar uma experiência, mas o grau de subjetivação de seu sofrimento e dessas vivências dolorosas determinará se essa reprodução incidirá sobre o objeto de maneira mortífera – como nos crimes violentos, assassinatos etc. cuja agressividade extrema inviabiliza qualquer resposta do outro – ou se deixará espaço para que ele apresente a aceitação desses movimentos

destrutivos, elaborando-os e devolvendo esses conteúdos ao sujeito. (Bacelete, 2013, p. 61).

A respeito do fetichismo, Bacelete (2013) explica que ele é eleito não apenas como uma sutura para curar a ferida gerada pela constatação das diferenças sexuais, mas, além disso, também o vazio e a passividade do feminino que provocam uma ferida egóica, a qual terá sua intensidade proporcional às falhas da função materna, instaladoras do vazio narcísico no sujeito. A passividade atinge de forma devastadora o sujeito, quando este se identifica com tal “. . . posição diante de um outro que obtém total controle sobre seu corpo e psiquismo. . . .” (Bacelete, 2013, p. 66). Ou seja, a formação do fetiche está vinculada a experiências passíveis de comprometimento da organização psíquica, anteriores à constatação da castração. A formação do fetiche se dará caso o objeto invista reciprocamente no sujeito, o que provocará prazer.

Desse modo, a saída fetichista testemunha a impossibilidade do objeto primário de exercer seu papel reflexivo e especular, gerando falhas narcísicas compensadas pela erotização de um fator externo que substitua o “brilho dos olhos” do outro. O fetiche seria, então, uma forma de substituir essa atividade de refletir o bebê para ele mesmo, algo que possa mostrar-lhe seus conteúdos internos. (Bacelete, 2013, p. 67).

Por um viés laplancheano, a autora supracitada afirma que o perverso é capaz de se identificar com as figuras parentais; e a questão de seu psiquismo pode estar justamente ligada a essa figura com a qual houve uma identificação falha, em razão desse adulto ilimitadamente fazer uso do corpo infantil para saciar suas necessidades narcísicas, tomando para si o corpo da criança que deveria ser reconhecida como sujeito. A força dessas pulsões inconscientes do adulto são desintegradoras e provocam um trauma na criança, que, por sua vez, se relacionará com o mundo de forma perversa. Isto é, agirá com os objetos eleitos da maneira que lhe foi insuportável viver o que se passou com a figura primária. Mesmo que a perversão se manifeste, geralmente por vias ativas, como a violência e a agressão, o que está encoberto por tais atos “. . . é um contrainvestimento do medo de ser penetrado, fragmentado.” (Bacelete, 2013, p. 141).

Num contexto favorável à construção do psiquismo, a autora acima indicada aponta que

. . . nos momentos de construção do psiquismo infantil a mãe realiza um trabalho de imitação de seu bebê, de seus afetos e sensações, pontuando-os, inserindo entonações vocais, expressões faciais e interpretações que auxiliam a criança a simbolizar essas experiências e, posteriormente, reconhecer-se como sujeito dentro de um eu circunscrito às fronteiras egóicas. Essas projeções maternas na superfície corporal da criança propiciam a distinção entre eu-outro no aparelho mental do bebê, e as excitações nele depositadas podem seguir a via da representação, ou seja, serem recalçadas, produzindo fantasias. (Bacelete, 2013, p. 132).

4.6.1 Mãos que seguram o vazio

Welldon (2003/2018) conta que se sentiu muito mobilizada emocionalmente, diante de um caso atendido sobre uma suposta medida de adoção. Diante disso, após o primeiro atendimento, decidiu espairer sua mente, indo a uma exposição de arte, onde teve a sua atenção dirigida a uma escultura que exibia uma mulher em uma cadeira, com os braços vazios, tendo por título “Mãos segurando o vazio” (p. 142). Tal obra lhe passava simultaneamente a impressão de superficialidade e ausência de sentimentos, mas, em um olhar mais atento, poderia transmitir “. . . uma dor psíquica insuportável que a sua experiência [de ser mãe] tinha de ser bloqueada. . .” (p. 142). A cadeira remeteu a autora a pensar sobre a “. . . necessidade de ser acolhida ou contida para a sua própria segurança (ou a de outros). . . .” (p. 142). Com essa experiência, a autora entende o quanto o caso lhe tomou subjetivamente e então ela passa a apresentar, no seu texto, sobre os ciclos de intergeracionais de repetições violentas, a partir do corpo da mãe e da maternidade “inadequada e inapropriada” (Welldon, 2003/2018, p. 142).

Welldon (2003/2018) comenta sobre o fato de algumas mulheres perderem suas crianças para os sistemas judiciais de adoção, se referindo a elas como sujeitos que objetivam apenas vivenciar a gravidez, como se este estado as remetesse a uma noção inconsciente de terem “. . . um corpo saudável e completo/inteiro. . . . Sentem a necessidade de engravidar, mas não de se tornarem mães, e estão prontas para dar seus bebês à adoção, já que o objetivo da gravidez foi alcançado.” (p. 144). A autora aponta ainda para os casos em que o infante é tomado como um fetiche pela matriarca, para sustentar sua fantasia de controle absoluto, pois bebês também podem ser vistos como uma negação da separação e da morte, assim como a repetição das gestações pode ser considerada como uma tentativa de preservar o objeto perdido. Este objeto está condenado a falhar, uma vez que o objeto perdido “. . . é sua própria mãe interna” (p. 144). O corpo materno e o bebê podem ser alvos de insatisfação e ódio para essas mulheres, o que expressaria que elas se relacionam com seus corpos de maneira compulsiva e, de forma inconsciente, fazem deles “. . . uma ferramenta de tortura eficaz ao tornarem-se mães. . . .” (p. 144).

Welldon (2003/2018) apresenta uma avaliação realizada de uma mãe, chamada de B pela autora, cujo histórico passa por abusos diários (masturbação, sexo oral e relação sexual), provocados pelo pai desde os 12 anos de idade. Quando tais abusos ocorriam, ela desejava estar morta para não viver aquilo. Na sequência, essa mulher foi prostituída pelo pai, o qual passou a alugar um local, onde era cafetão e oferecia a filha à práticas sexuais sadomasoquistas. Ele a embriagava e assistia a todas as cenas sexuais da filha com homens

mais velhos. A própria mulher acreditava que, além da questão financeira, a prostituição acontecia por seu pai sentir prazer em vê-la naquela condição de sofrimento pelo abuso sexual. Ao denunciar o pai a sua mãe, recebeu uma surra. O caso evoluiu para anúncios em jornais, em que seu pai a oferecia para trabalhos pornográficos e de prostituição. O enredo culminou num julgamento de ambos os pais, por estarem comprometidos mutuamente nas violências vivenciadas por sua filha.

. . . B teve de lutar contra os desejos profundos de matar a si mesma ou ao seu pai.

B disse-me que passou a maior parte da infância “abrindo minhas pernas para homens diferentes para tornar meu pai e eles felizes. Eu, que combatia muito a situação no início, no final simplesmente desisti de lutar. Então, comecei a considerar o estupro uma coisa tão cotidiana quanto as outras tarefas de casa” (Welldon, 2003/2018, p. 146).

Segundo Welldon (2003/2018), o abuso de álcool nesse período foi um recurso usado por B para não sentir dor. Além disso, atacava a si mesma, praticava automutilação nos braços e no rosto, gerando cortes que eram visíveis e perceptíveis aos outros. Na escola mantinha uma imagem de que tudo corria bem, mas, no fundo, a realidade era outra.

. . . “sempre fui muito boa em bloquear as piores partes. . . . Aprendi a viver num mundo onde nada é o que parece. Tudo o que sinto ao meu redor é medo em silêncio. O meu ódio de mim só foi aumentando com o passar dos anos a ser estuprada. Eu sentia que havia algo de errado comigo” (Welldon, 2003/2018, p. 146).

Conforme o relato de Welldon (2003/2018), aos 17 anos B saiu de casa com a mãe, na esperança de mudanças em sua vida, mas foi abandonada pela genitora. Isso a fez procurar o pai em uma ligação, o qual disse-lhe para voltar, pois ele estava arrependido de seus atos. Ao regressar, B passou a ser violada e espancada pelo pai, que se encontrava revoltado por sua saída de casa e responsabilizando-a pela partida de sua mãe. Era proibida de sair e as violências se intensificaram. Na última das vezes em que isso aconteceu, B foi espancada com uma faca, o que a levou a sair de casa e denunciar seu pai, que foi condenado pelos atos de “. . . prostituição, estupro e incesto. . . .” (p.147).

Ainda de acordo com Welldon (2003/2018), em seguida B se relacionou com um homem, sendo que ambos faziam uso abusivo de álcool e drogas. Com ele teve seus 3 primeiros filhos. Era espancada pelo companheiro e declarou se lembrar das cenas vividas com seu pai, quando era violentada. O relacionamento passou por muitos términos e retornos, em que as violências se agravavam no decorrer destas idas e vindas. Quando os Serviços Sociais retiraram suas crianças do convívio familiar, ela não compreendeu o motivo, já que seus filhos nunca foram agredidos. “Essa resposta revelou seu grau de desassociação, sendo totalmente inconsciente das consequências de longo prazo que as crianças sofreriam por testemunharem as constantes brigas ferozes dos pais e pelo histórico dos seus espancamentos nas mãos de seu próprio pai.” (p. 148).

Welldon (2003/2018) continua relatando que, mais tarde, B foi comunicada que um de seus filhos de 18 meses havia falecido, na casa da família em que estava abrigado. Ela não expressou qualquer reação de revolta contra tal família, ou às autoridades judiciais. Apenas manifestou culpa por não ter a criança sob seus cuidados, “. . . e sentiu uma necessidade urgente de substituição imediata para ele; um processo de luto patológico em pleno funcionamento.” (p. 148). A queixa de B ao dar à luz a um novo bebê era de que este não se parecia com o filho perdido, o que prejudicou o vínculo entre eles.

Claramente, ela era cronicamente incapaz de chorar, e esse novo luto trouxera à tona todos os seus velhos e aparentemente dormentes episódios de dor. Ela tentou resolver essa perturbação materna decorrente da perda não elaborada de um filho com “uma criança substituta” (Welldon, 2003/2018, p. 149).

Como desfecho, a criança foi encaminhada à adoção e esta medida pode ter sido uma via pela qual se tornou viável findar a relação com o outro filho. Na sequência da trajetória de vida de B, segundo nos conta Welldon (2003/2018), o seu ex-marido faleceu de overdose. Pouco tempo depois seduziu Denis, de 14 anos, do qual era babá esporadicamente. B ficou grávida do jovem e o considerava maduro, educado e gentil com ela, apesar de sua idade. Ambos ficaram felizes com a gestação, segundo seu ponto de vista. Embora esse contexto possa parecer novo, trata-se do mesmo vivido anteriormente, só que “. . . virado de cabeça para baixo. Ela agora era a abusadora” (p. 149). Se talvez este momento possa ter representado uma possibilidade de mudar seu destino, nada foi desta maneira. Com a gestação anunciada, os pais de Denis a levaram à justiça e ela foi acusada de abusar de um menor, o que lhe gerou como sentença dois anos em liberdade condicional. Denis não reconheceu a paternidade e B constantemente era ridicularizada pelo jovem e seus pais. “Ela nunca se sentiu capaz de reconhecer o grau de crueldade e o comportamento sádico de Denis em relação a ela” (Welldon, 2003/2018, p. 150).

Ao nascer, a criança foi retirada dela e levada a um abrigo, até que fosse decidido se seria encaminhada à adoção ou se B tinha a possibilidade de ficar com sua guarda. A partir disso, B passou a ser atendida por Welldon, a qual foi encarregada de avaliar o caso e indicar os rumos desta mãe e sua filha. Ao longo de seis sessões de avaliação psicológica realizadas com B, Welldon (2003/2018) observou na mulher a tentativa de lhe transmitir a mensagem de alguém que havia superado e solucionado todos os seus problemas.

Pareceu-me que seu sorriso fixo e sua prontidão contínua para rir de qualquer comentário que era feito continham uma negação da dor e de sentimentos profundamente feridos.

O problema da divisão e da negação totais de seus sentimentos de frustração, raiva e dor é que todos eles podem surgir inesperadamente, seja em atos de autodestruição ou atos contra o mundo exterior. Eu sentia que era impossível prever se estes poderiam ser dirigidos

contra a sua nova menina. (Welldon (2003/2018, p. 152).

Até o momento em que Welldon (2003/2011) escreveu tal material, B não havia estabelecido vínculos saudáveis com seu bebê, completamente explicáveis por sua história traumática. A autora afirma que mulheres com histórico semelhante ao de B, geralmente manifestam o desejo de ter mais filhos, ou de exercer atividades laborais que envolvam o cuidado de crianças ou deficientes. Dificilmente reconhecem que esses anseios se ligam com suas próprias carências emocionais e seus desejos de serem cuidadas de uma forma idealizada. Contudo, a atuação destas mulheres em tais áreas pode ter graves consequências. A partir das análises desse caso, Welldon (2003/2018) considerou ser um risco manter a criança com B. Levantou como hipóteses a possível precariedade de cuidados oferecidos à criança depois de passado o entusiasmo da novidade de se ter um bebê. Welldon (2003/2018) considerou também a continuidade do ciclo de repetições patológicas e de abusos que a jovem poderia oferecer ao infante, como forma de perpetuar as violências experimentadas desde a sua tenra idade.

Welldon (2003/2018) destaca que, ao invés de oferecer à B sua criança de volta, “. . . devemos oferecer a esta jovem, que é tão emocionalmente e mentalmente danificada, uma ajuda profissional para ela mesma” (p. 154, itálicos da autora). Numa retomada da história de vida de B, a autora ressalta que o único momento em que esta mulher possa ter se aproximado de uma nova perspectiva de vida, foi novamente abusada por Denis e sua família, quando sua esperança talvez fosse estar no controle, elevar sua autoestima e exercer a maternidade em um cenário idealizado como melhor. Diante de tudo isso, ela se depara mais uma vez com a frustração e o desamparo. Assim, a autora encerra o material com uma reflexão cabível a esta tese e sua relevância a nível comunitário e de políticas públicas:

Espera-se, com este caso, tentar deixar claro que a única recomendação possível a ser feita é um plano psicoterapêutico são, eficaz e realista, a ser implementado no âmbito de psicoterapia analítica individual e/ou de grupo. Essa seria a única maneira de quebrar esse ciclo de abuso (Welldon, 2003/2018, p. 155).

Considerando o que vimos apresentando até o momento, podemos pensar que a perversão feminina tem sua singularidade de manifestações, dentre as quais está a perversão materna, a qual, em alguns casos, pode ser observada por meio da hostilidade para com sua criança. No capítulo seguinte apresentamos três histórias que podem nos levar a pensar melhor sobre tal forma de manifestação perversa.

CAPÍTULO 5

PERVERSÃO PELA VIA DA MATERNIDADE: CASOS SELECIONADOS

Nas produções sociais (literatura, histórias infantis, cinema, mitologia, mídia, reportagens jornalísticas), é possível encontrar relatos reais, ou narrativas baseadas em fatos, de situações que envolvam atos de violência da figura materna em relação a crianças. Alguns casos selecionados serão apresentados nesta sessão, com o intuito de discutirmos e analisarmos a perversão materna pela perspectiva psicanalítica. Cabe ressaltar aqui que a violência nos casos apresentados é interpretada como forma de satisfação dos desejos perversos maternos. Certamente que os mesmos materiais poderiam ser tomados por outros ângulos de análise, mas não os consideraremos, tendo em vista nosso propósito investigativo.

Na sequência, além dos casos descritos anteriormente, apresentaremos os enredos baseados em casos verídicos, que selecionamos para discutir a temática. O primeiro deles trata-se do filme *Um Crime Americano*, de O'Haver (2007); o segundo, trazemos o livro *Infância Interrompida, a Comovente História Real de Uma Criança Esquecida* (Glass, 2013); por fim, apresentamos um caso entrevistado na Vara da Infância de uma cidade situada no noroeste paranaense.

5.1 Um Crime Americano

No filme do diretor Tommy O'Haver (2007), *Um Crime Americano*, encontramos a narrativa baseada em um caso real, ocorrido em Indiana (Estados Unidos), nos anos 90 que foi construída a partir de relatos de pessoas envolvidas na situação. Na história, as irmãs Sylvia Likens (16 anos) e Jenny Likens (15 anos) viviam com seus pais, que viajavam por inúmeras cidades, por trabalharem em um circo itinerante. Diante da necessidade de uma nova viagem a trabalho, deixam suas filhas sob os cuidados de Gertrude, uma mulher divorciada que os conheceu na igreja e se propôs a ficar com as adolescentes. Em troca dos cuidados, Gertrude receberia a quantia de 20 dólares por semana. A mulher tinha seis filhos: Paula (17 anos), Stephanie (16 anos), Johnny (13 anos), Marie (12 anos), Shirley (10 anos) e um bebê chamado Kenny. Sylvia e Paula se tornam amigas e esta última confia à primeira que está grávida de um rapaz casado, mas pede para que mantenha segredo.

No dia seguinte, após todos chegarem da escola, Gertrude diz estar desapontada com os pais de Sylvia e Jenny, pois o pagamento estaria atrasado. Por isso, resolve puni-las fisicamente com cintadas. Mais tarde, chega o pagamento, acompanhado de uma carta às

filhas. Entretanto, esta é jogada no lixo e nada é dito às meninas. Paula e Sylvia saem com amigos numa certa noite e o amante de Paula se encontra escondido com ela, para dizer que eles não podem mais se ver. A garota suplica para que mantenham contato, ele recusa e a agride. Sylvia observava os dois às escondidas, interrompe a cena dizendo para que ele pare, pois Paula está grávida do rapaz. Paula fica furiosa e ameaça Sylvia a pagar pela revelação. Ao encontrar-se com Gertrude, a garota diz que Sylvia está proferindo mentiras a seu respeito. Sylvia é obrigada a se desculpar e, além disso, a matriarca pede para que seu filho Johnny segure a garota para que Paula se vingue, agredindo-a fisicamente.

Na saída da escola, Jenny mostra para sua irmã a carta de seus genitores, que havia encontrado no lixo. Elas ligam para seus pais e contam sobre as agressões que estão vivendo, em uma ligação muito breve. Gertrude descobre e acusa Sylvia de ter roubado seu dinheiro para fazer a ligação, e, como forma de punição, queima a mão da jovem com um cigarro. Em cenas mais adiante, é dito a Gertrude que Sylvia tem espalhado rumores acerca da gravidez de Paula. Ao chegar em casa, Sylvia é julgada por tal suposição e também por flertar com um rapaz durante o almoço na igreja. Com o intuito de dar exemplo aos outros adolescentes da casa, Sylvia é obrigada a inserir uma garrafa de vidro que se quebra em sua vagina diante de todos. Isso é contemplado por Gertrude, que fuma um cigarro enquanto tudo ocorre e as outras crianças riem do acontecimento. Depois disso, Sylvia é levada ao porão, onde fica trancada por determinação de Gertrude. Enquanto isso, as pessoas de fora que questionam sobre a adolescente, são informadas que ela foi levada a um internato.

Johnny começa a levar seus amigos da vizinhança ao porão, para se divertirem torturando e humilhando Sylvia. Estas visitas se tornam constantes e acontecem com a ciência e aprovação de Gertrude. Chega o momento em que Paula diz à mãe que acha já ter sido suficiente o que Sylvia estava vivendo; porém, suas palavras são ignoradas.

O pastor faz uma visita à família, para falar que sabe a respeito da gravidez de Paula e que fora comunicado sobre os abusos que ocorrem com Sylvia. A matriarca nega esta última afirmação, alegando sobre o fato de Sylvia ter sido mandada para outro lugar por ser uma má influência para as outras crianças. Após a partida do pastor, todos os moradores da casa são obrigados a ir até o porão para que vejam Gertrude gravar no abdômen de Sylvia, usando uma agulha quente, os dizeres: “Eu sou uma prostituta e me orgulho disso” (O’Haver, 2007, tradução nossa). A mulher determina que Ricky encerre a frase.

Sylvia morre de hemorragia cerebral, nua, desnutrida e violentada no chão do porão. Os jovens da casa encontram a adolescente e avisam a mãe, a qual continua a insistir que Sylvia estava fingindo. Uma das crianças chama a polícia. Quando os policiais chegam, Jenny

pede para que a tirem dali e lhes conta tudo o que teria acontecido. Numa mudança de cena, onde todos aparecem em um tribunal, Jenny diz que Sylvia nunca havia feito mal algum a ninguém. Acrescenta que nunca reagiu contra tudo o que vira, pois seria tratada do mesmo modo que a irmã. Após negar todos os fatos, Gertrude é condenada como culpada e sentenciada à prisão perpétua, as crianças encaminhadas à reformatórios e os adolescentes são também penalizados judicialmente. Embora os vizinhos percebessem algo de estranho na casa e alguns ouvissem os gritos de Sylvia, nunca chamaram a polícia para investigar a casa de Gertrude.

Conforme comenta Borgo (2014), é importante ressaltar que o diretor do filme, Tommy O'Haver, teve grande cuidado com o teor do enredo e em como apresentar as cenas, para evitar qualquer conotação pornográfica, em função de que, na verdade, Sylvia era mantida nua e acorrentada no porão em que era habitualmente espancada e torturada.

5.2 Infância Interrompida

A narrativa de Cathy Glass (2007/2013), de título *Infância Interrompida, a Comovente História Real de Uma Criança Esquecida*, discorre sobre a vida de uma garotinha, Jodie, de 8 anos, cujos comportamentos são extremamente agressivos. Em função disso, já havia passado por cinco tentativas de adoção em famílias diferentes, mas nenhuma teve sucesso devido às dificuldades de se relacionarem com Jodie. Até que a menina se encontra com Cathy¹¹ (autora do livro), assistente social e acolhedora de crianças em processo de adoção, quando ainda não tinham encontrado um lar definitivo para a criança. Cathy era a última esperança do serviço social para acolhimento de Jodie. O histórico da menina era de uma mãe usuária de drogas, um pai alcoólatra e uma série de ferimentos em casa ao longo dos últimos anos como “. . . queimaduras, escaldaduras, cortes, machucados e um dedo quebrado.” (Glass, 2013, p.14). Esse histórico familiar fez com que os pais perdessem a guarda e, por isso, Jodie foi encaminhada aos serviços sociais de acolhimento com o objetivo de que a família pudesse se reestruturar para futuramente morarem juntos de novo. Em condição de acolhimento, Jodie passaria a visitar esporadicamente os pais a fim de que os vínculos familiares não se fragilizassem.

Jodie não frequentava a escola e tinha uma professora particular. Era diagnosticada com comprometimento do desenvolvimento; em alguns momentos agia como uma criança de

¹¹ Cabe lembrar que o nome da autora trata-se de um pseudônimo, a fim de preservar as identidades das pessoas envolvidas nas narrativas.

3 anos, tinha reduzida habilidade motora e má coordenação, apresentava graves ataques de raiva, sendo que, em uma das famílias pela qual passou, conseguiu quebrar uma porta de madeira. Ao iniciar a sua convivência com Cathy, logo no primeiro dia, a garota defecou em suas próprias roupas e passou fezes em sua face, reagia com bastante raiva aos cuidados recebidos. Tinha momentos de monólogos ininteligíveis e, por vezes, reproduzia algumas frases como: “Cozinhar! Limpar! E essas malditas crianças no meu pé o dia todo! Não sei por que eu tive você. Você é chata demais.” (Glass, 2013, p. 42). Frases eram citadas também durante suas brincadeiras: “Mike, se você não prestar atenção no que está fazendo, eu vou matar você de tanto chute” (Glass, 2013, p. 43).

Ao conhecer as filhas de Cathy, Jodie mandou-as sair dali, pois dizia que a casa era dela e recebeu as meninas com chutes e cotoveladas. Também apresentava pânico por escuro, só podia ficar na cama se a luz estivesse acesa e a porta bem fechada. Em sua primeira noite na casa, Jodie apareceu no quarto de Cathy com as palmas da mão e o rosto cobertos de sangue. Ela havia se cortado com um canivete advindo da família acolhedora anterior. Foi um início de relação muito exaustivo, repleto de dificuldades para todos. Jodie afrontava as regras da casa, defecava nas calças em determinados momentos, ficava extremamente furiosa quando eram impostos limites, se mostrava fechada e distante em relação a todos da casa. Em certo momento, Jodie tentou subir na cama de Adrian (filho mais velho de Cathy) durante a madrugada, enquanto este dormia, mas foi interceptada pela acolhedora. Também se masturbou na sala da casa, em uma situação em que Adrian acabara de retornar da escola.

Quando Jodie visitava os pais, voltava feliz e abarrotada de sacolas cheias de doces e brinquedos. Todavia, por vezes, fazia comentário de querer assustar seu pai, como ele fazia com ela. Em certo momento, Cathy se depara com uma situação em que Jodie levantou o vestido de sua boneca e lambeu entre suas pernas. Ao ser questionada sobre o que estava fazendo, explica que estava beijando-a, que a boneca gostava. Ao dizer que geralmente as pessoas beijavam no rosto, Cathy tem como resposta: “. . . é que homens beijam aqui – e apontou a vulva [da boneca]” (Glass, 2013, p. 82). De maneira confusa, Jodie conseguiu dizer que havia vivido aquela cena no quarto e no carro de seu pai. Nesse momento, Cathy consegue se vincular à Jodie e, de forma lúdica, a menina mostra o que acontecia muitas vezes em sua casa. Ela ficava deitada em seu quarto, no escuro, de pijama e, quando dormia, seu pai entrava no quarto. Jodie encenou tudo o que acontecia entre ela e seu pai, bem como acrescentou que “. . . quando a gente tava no carro ele fazia xixi na minha boca. . . .” (Glass, 2013, p. 90).

Quando Cathy pergunta se alguém havia visto o pai fazer aquilo, é surpreendida com a afirmação: “A mamãe viu. Eu disse pra ela mandar ele parar, mas ela não fez nada. Ela ria e olhava. Todos eles fizeram.” (Glass, 2013, p. 118). E assim, Jodie revelou que além dos pais um casal de tios também participava desses episódios:

. . . o papai me segurou quando foi a vez do tio Mike. Eu estava chorando e gritando, aí o papai botou a coisa dele na minha boca. A tia Bell disse que isso ia fazer eu calar a boca. E aí todos eles riram. . . . A tia Bell era boazinha. Não fez coisas. Ela só olhava. (Glass, 2013, p.118-119).

Jodie também revelou que, no carro, estavam ela e seus pais. Sua mãe havia tirado fotos da menina com o pai no banco de trás.

Numa situação em que Cathy leva Jodie a uma consulta com a ginecologista, a menina diz preferir que fosse um homem fazendo o exame, pois “. . . mulheres machucam mais do que os homens, porquê elas não tem pinto. . . . a minha mãe e a tia Bell tinham que usar umas coisas. . . . Elas enfiavam dentro de mim” (Glass, 2013, p. 154). Apesar dos pequenos avanços de Jodie ao entrar em contato com a família de Cathy, foi necessário o encaminhamento da menina para um abrigo de crianças, onde as estruturas gerais forneceriam melhores oportunidades de desenvolvimento para ela; lá teve a oportunidade de realizar alguns pequenos avanços cognitivos e motores. Em uma tomografia ficou revelado que, possivelmente, suas dificuldades tinham relação com golpes repetidos recebidos na cabeça quando ainda bebê.

Ao fim, após exaustivas investigações, a polícia desvela que os pais, tios e também avôs de Jodie, faziam parte de um grupo de pedófilos, o que só foi comprovado por fotografias encontradas nos computadores deles, a partir de uma denúncia feita pelo pai de uma antiga colega de Jodie, que frequentava a casa quando ela ainda residia com seus pais.

Os crimes contra Jodie, embora relatados por Cathy às autoridades, nem todos foram consideradas por não haver provas suficientes. “O pai de Jodie e os outros homens foram acusados com relação a outra criança e pela posse e produção de fotografias. . . . A mãe de Jodie e duas outras rés foram absolvidas. . . . ” (Glass, 2013, p. 285) por falta de provas. Conforme a própria autora compreende, tais tipos de criminosos são difíceis de serem acusados judicialmente, pois não se acham culpados e agem como se não estivessem fazendo nada de errado. Sob o prisma da autora, a narrativa se encerra com um desabafo:

O pavoroso abismo em que Jodie viveu é um mistério tão sinistro e tão perverso que é preciso implorar que alguém acredite. . . . é difícil compreender o que passa pela cabeça de pais que parecem não se importar nada com sua filha e não apenas não cuidam dela, mas se empenham em destruí-la para seu próprio deleite perverso. (Glass, 2013, p. 288).

Em relação ao choque provocado na autora e personagem da história em pauta, há também um trecho em que ela se choca com suas concepções acerca da maternidade, quando se depara com as revelações de Jodie sobre a participação de sua mãe nas situações de violência. Cathy menciona que “. . . a participação atuante da mãe de Jodie no abuso era uma pavorosa inversão do papel materno e de tudo o que sentimos que as mães deveriam ser. . . .” (Glass, 2013, p. 155). Neste olhar temos o choque com a figura materna amorosa, bondosa, caridosa (é o que as mães supostamente deveriam ser, mas nem todas o são).

5.3 Um Caso na Vara da Infância e Adolescência (Documentos e Entrevista)

Apresentamos, a seguir, dados extraídos da leitura documental e da escuta realizada em entrevista, referentes a um caso atendido na Vara da Infância de uma cidade da região noroeste do Paraná. Este caso trata-se da medida protetiva de duas crianças que, na ocasião, se encontravam em situação de acolhimento institucional, em função de denúncias sobre agressões físicas e psicológicas cometidas pelos responsáveis. No período de realização do contato com o caso, os infantes, Ana, e Pedro¹², tinham 11 e 3 anos respectivamente.

5.3.1 Dados documentais e histórico do caso

Discorreremos aqui acerca dos dados encontrados por meio da leitura de documentos oficiais, produzidos pela rede envolvida com o caso (escola, instituição de contraturno, Conselho Tutelar e o Abrigo Municipal para Crianças e Adolescentes). Trata-se de um conteúdo descritivo e de denúncia dos fatos. Com base nos textos do processo, o fato passou a ser de conhecimento da rede pública da cidade em 2017, quando Ana informou, na instituição de contraturno escolar que frequentava, sobre ela e o irmão sofrerem agressões físicas e psicológicas em casa, provocadas pela mãe, Valquíria, e por seu padrasto, Otávio.

A partir do conhecimento dessa informação, bem como de observações de marcas de agressão e apatia em Ana, a instituição de contraturno enviou um relatório ao Conselho Tutelar, o qual solicitou mais informações à escola. As mesmas informações sobre as hipóteses de maus-tratos foram confirmadas pela instituição de ensino. Assim, o Conselho Tutelar acompanhou Ana em exames de lesões corporais e foram confirmados sinais que caracterizavam violência física (marcas roxas nos braços, nas pernas, nas costas e na cabeça).

¹² Todos os nomes apresentados são fictícios, a fim de proteger a identidade dos sujeitos envolvidos.

Este órgão realizou uma visita domiciliar à família, informou sobre as denúncias e advertiu a genitora sobre sua conduta, a qual se comprometeu a não repetir os atos de agressão.

Os responsáveis alegaram aos órgãos judiciais terem batido em Ana, pois esta havia furtado 50 reais da bolsa da mãe e, em outro momento distinto a este fato, desapareceu por um dia inteiro, chegando em casa apenas às 23 horas, acompanhada pela mãe de uma amiga da escola, a qual explicou que, após a aula, Ana e a amiga foram até a sua casa; ao adentrar à residência de sua mãe, foi agredida, recebendo socos nas costas e na cabeça. Contudo, nos relatos das instituições frequentadas por Ana, constavam informações sobre o quanto ela era advertida e proibida pela genitora de relatar os fatos vividos em sua casa, sofrendo frequentes ameaças: “*diziam que se contasse na escola, apanharia ainda mais em casa*” (sic.). Na ocasião em que ocorreu a visita do Conselho Tutelar, sua mãe a impediu de se alimentar em casa e de visitar colegas em suas respectivas residências, como forma de castigo. Segundo relatos da instituição de ensino, no dia seguinte à visita do Conselho Tutelar, Ana chegou “*apavorada e extremamente ansiosa*” (sic.), pois o padrasto lhe disse que ela iria para uma prisão se continuasse a dizer aquilo. A escola precisou acalmá-la em função dela estar em pânico.

Também era responsabilizada constantemente pelos cuidados domésticos, tais como cuidar do irmão e limpar a casa. Não era raro faltar à escola para cuidar do irmão mais novo, pois a mãe a fazia acordar às 5 horas da manhã para realizar estas tarefas. Ademais, segundo informações relatadas pela infante à escola, ela era obrigada a limpar a casa, enquanto a genitora ficava no celular. Era punida fisicamente (com paus, chinelo, cinta, cabos e fios), quando o irmão fazia algo errado. Além disso, lhe era imposto usar roupas de manga longa para que as marcas não ficassem visíveis. A equipe escolar também afirmou em seu relatório que a aluna nunca pegou objetos de outros alunos – mesmo que os pais não comprassem material escolar para ela –, ou dinheiro; nunca comprou alimentos na cantina (embora nos arquivos judiciais a mãe diga que garantia um certo valor para o lanche), sempre ia muito mal arrumada (suas roupas eram todas doadas, velhas e furadas) e com os cabelos bagunçados. Sempre com aspecto de criança muito assustada, tinha medo de se vincular aos funcionários da escola e tinha poucas amizades.

Quando estava em grupos, pouco falava e pouco expressava suas emoções. Nunca aparecia em festividades e, ao fim de um dia de festa na escola, uma professora passou em frente à sua casa avistando-a na janela e indagou o motivo de não ter comparecido à comemoração. Informou que ficara trancada em casa, necessitando fazer serviços domésticos e cuidar do irmão, pois a mãe saía para trabalhar e o padrasto estava dormindo.

Nos documentos judiciais encontra-se que, em tenra idade, Ana convivia em outro estado com a mãe, em um bar. Nesse período a criança fora entregue por Valquíria a uma pessoa desconhecida, que agredia muito Ana. Aos cinco anos de idade, a menina retornou a conviver com sua genitora, após esta casar-se com o atual padrasto. A criança disse na escola, e em relatos judiciais, que avisava sua mãe sobre os maus-tratos sofridos na outra casa, mas recebia como resposta que isso acontecia por ela ser muito travessa. Na rede de ensino, Ana informou que, além da violência física, os responsáveis cometiam agressões verbais, chamavam-na de “*negrinha, cabelo ruim*” (sic.). Em ambos os relatórios das instituições (escola e instituição de contraturno), há registros de que ela não possuía brinquedos e, quando era aberto espaço para recreação, agia de modo mais infantilizado que pessoas da mesma idade; ademais, estava “*sempre triste e apática*” (sic.).

Em um dos documentos analisados, encontra-se que “*um dia apanhou tanto, que até os alunos choraram ao ouvir sua história*” (sic.). Embora Valquíria dissesse sobre os maus comportamentos de Ana em casa, ambas as instituições declararam que a menina sempre teve um comportamento “*maravilhoso*” (sic.) ao longo dos dois anos em que frequentou os locais, nunca apresentou qualquer tipo de indisciplina. Conforme um dos relatos,

Está cada dia mais ficando claro que Ana está pedindo socorro e que as agressões tanto físicas, quanto psicológicas vêm aumentando muito. E nós nos preocupamos muito. Ana é uma menina muito querida, amorosa e dedicada, contradiz com tudo o que a mãe relata. (sic.).

A escola buscou conversar com Valquíria, que repetiu várias vezes não querer mais a filha. Dizia que queria deixá-la na escola e, mesmo com a sugestão da equipe escolar em buscar atendimento psicológico, a genitora alegava que não perderia tempo com isso. Ana informou que uma vez relatou à mãe sobre agressões sofridas pelo padrasto e teve como resposta que “*ela merecia*” (sic.). Ademais, a “*mãe não a deixa frequentar a casa das amigas e que quando ia a alguma festinha de aniversário na companhia da mãe e do irmão, ela não podia brincar, pois precisava olhar o irmão*” (sic.).

Além de ser obrigada a acordar de madrugada para fazer serviços domésticos, apanhava já no início do dia, segundo testemunhos da vizinha, que ouvia os choros. A escola relata que a mãe não chamava a filha pelo nome, apenas de menina; e só passou a comparecer às reuniões após ter sido feita a denúncia. Certa vez disse na escola: “*meu marido nos sustenta, então pode fazer o que quiser com Ana*” (sic.), pois ela seria uma “*desgraça*” (sic.) em sua vida e que não havia motivos para reclamar, uma vez que não lhe faltava comida. A infante também foi ameaçada de ser deixada na rua ou entregue ao Conselho Tutelar, pois só “*dava desgosto*” (sic.) à mãe. Em outra ocasião, em um feriado, Ana relatou que, enquanto

Valquíria e Otávio assistiam TV e se distraíam com o celular, foi obrigada a limpar toda a casa. Quando estava lavando o banheiro, o irmão mais novo derrubou um dos produtos de limpeza e a genitora escutou o barulho. A mãe, ao adentrar no local e se deparar com a cena, “*deu uma surra*” (sic.) nela e, mesmo que o irmão tenha dito que era culpa dele, isso não foi suficiente para interromper as agressões, recebendo tapas e socos nos braços, nas pernas e nas costas.

Ana e Pedro foram retirados do convívio familiar e encaminhados ao Abrigo Municipal Infantil da cidade em que residiam, conforme ordenado por medida de proteção judicial. Segundo dados emitidos pelo psicólogo do local de acolhimento, na chegada dos irmãos ao espaço, notou-se que Ana era bastante “*adultizada e ocupante da função materna na relação com o irmão*” (sic.). Na instituição, não se interessava por brinquedos e jogos, preferindo ajudar os funcionários da equipe nas tarefas que envolviam o cuidado com menores e nas atividades domésticas. Tentaram limitar um pouco tais atividades para que pudesse aprender a brincar, pois parecia não conseguir fazer isto. Assim, visavam retomar a infância que parecia não ter tido. Ao se alimentar, fazia as refeições de forma bastante lenta e em pequenas porções, “*parecia um modo de prolongar seu único momento de tranquilidade*” (sic.), segundo o entendimento do psicólogo da instituição. A escola informou que, a partir do momento da retirada do convívio familiar, Ana mostrou-se diferente no espaço escolar, “*mais alegre e sorridente*” (sic.). Parecia estar aliviada. A equipe do Abrigo compreendeu que Ana, de fato, ficava como responsável pelas atividades domésticas da residência da família e pelos cuidados ao seu irmão. Com Pedro, atuava como tradutora de suas necessidades, uma vez que este, aos 3 anos de idade, quase não falava, apenas gesticulava. O irmão foi descrito pela equipe institucional como bastante agitado, opositor, glutão e acima do peso, não sabia brincar. Das poucas palavras que sabia dizer, a maioria era de baixo calão: “*puta e filha da puta são as palavras que ele mais diz, da maneira dele*” (sic.), informou a equipe do Abrigo que via em suas falas e comportamentos agressivos reproduções de algo ouvido em casa. De acordo com os profissionais do local, no momento do acolhimento, Valquíria não esboçou reação emocional em relação à saída de Ana, mas ficou desesperada quando disseram que Pedro também seria levado. Na primeira visita às crianças, chorou apenas quando viu o filho mais novo e não pediu para ver Ana, embora a menina tenha se aproximado, era como se não estivesse ali.

5.3.2 Dados obtidos por meio de entrevista com Valquíria

A escuta de Valquíria foi realizada em um encontro de 2 horas, de forma individualizada, no Fórum da Comarca, na sala do Serviço Auxiliar à Infância e Juventude (SAIJ), conforme autorizado pela Juíza de direito do setor. Nessa escuta, substituímos a psicóloga do setor que realizaria o mesmo trabalho. Posteriormente, com os dados obtidos, produzimos um relatório na mesma formatação que o serviço judicial demandava em todos os casos atendidos pela Vara da Infância, o qual foi enviado ao juiz, após leitura e revisão da psicóloga responsável que viabilizou este momento. Valquíria chegou pontualmente e parecia estar apreensiva, segurava as mãos enquanto aguardava ser chamada. Ao adentrarmos na sala, oferecemos água, mas ela não aceitou. Em seguida explicamos que, além do que era necessário para o relatório judicial, coletaríamos dados para a nossa pesquisa de doutorado, e que, portanto, apenas algumas informações chegariam ao conhecimento das partes judiciais do caso. Garantimos o sigilo das identidades na elaboração da tese de doutoramento. Perguntamos se ela autorizava, ao que respondeu concordando em participar da pesquisa. Então lemos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ao qual ela assinou. Nesse momento pensamos que ela não tinha muita saída. Como se tratava de um processo em que ela estava sendo julgada, talvez teria pensado que qualquer resposta negativa poderia ser usada contra ela. Ademais, aquela mulher já havia passado por diversos questionamentos em audiências ocorridas previamente, as quais também tivemos acesso e talvez ela já tivesse sua fala pronta. Sua situação de vulnerabilidade era evidente ali, mas tentamos lhe garantir que nosso único objetivo era compreender as relações entre ela e os filhos, bem como não pretendíamos julgar, pois além de não trabalharmos naquela instituição, esta não era a nossa função. Isso ficaria aos encargos do juiz responsável pelo caso. Apesar de nossos esforços, reconhecemos a possibilidade de Valquíria não se sentir segura naquele contexto, com algum prejuízo para a relação de confiança entre nós, pois supomos que possam ocorrer prováveis tentativas da parte dela de se proteger da esfera judicial, representante máxima da lei e das interdições sociais.

Pedimos para ela contar um pouco da sua história e Valquíria começou seus relatos com os mesmos dados apresentados diante do juiz, com as mesmas falas e observações que tivemos acesso, por meio de gravações realizadas com ela previamente, que constam nos documentos da Vara da Infância. Disse que no período em que conheceu o atual marido, pagava para uma família cuidar de Ana, mas que sempre passava pelo local para ver se estava tudo bem. Tratava-se de uma família residente no mesmo bairro em que ela trabalhava como “*garota de programa*” (sic.). Perguntamos como ela havia conhecido a família, respondendo que a viam no bar com a criança e se dispuseram a cuidar dela em seus momentos de trabalho.

Quando conheceu o companheiro Otávio, nesse mesmo bar, informou-o que tinha uma filha e este aceitou sua condição, inclusive *“foi ele quem pediu para levar Ana morar com a gente”* (sic.). Sobre o pai da criança, disse ser uma pessoa com a qual se relacionou por pouco tempo, mas não foi algo sério e que ele não se importou quando esteve grávida, inclusive negou a paternidade. Diante de uma fala que parecia já decorada, sem emoções, passamos a perguntar sobre elementos que não fizeram parte dos inquéritos judiciais. Indagamos sobre como foi a gestação e os primeiros anos de vida de Ana. Diante desse questionamento, a mãe nos pareceu um pouco surpresa e incomodada. Talvez por serem questionamentos ainda não feitos, sem respostas previamente pensadas que a faziam acessar outros espaços internos.

Valquíria disse que a filha nasceu aos 7 meses. Durante o período de gestação e puerpério não trabalhou como garota de programa, como fazia até então. Era sustentada por um cliente mais velho e que não lhe faltou nada material. Na sequência, de uma forma repentina, sem continuidade ao que estava dizendo, novamente com uma fala que parecia decorada e que também já havia sido informada às autoridades, disse que, após Ana contar na escola sobre ter apanhado em casa, ela passou a enfrentar os adultos da casa. Segundo a mãe,

tudo o que acontecia dizia ‘tô nem aí pra vocês’, tudo era a professora dentro de casa, mas, mesmo assim, eu dizia que quem manda nela sou eu e ela logo respondia ‘vocês vão ver o que vão ganhar, a professora tá arrumando um canto pra mim’. Ana mudou muito depois que o padrasto bateu nela. (sic.).

Questionamos o que ela pensava sobre essa mudança e a relação com o fato de ter apanhado. A mãe informou que Otávio nunca havia batido na menina, mas que ela estava *“insuportável”* (sic.) ultimamente. A mãe já não sabia mais o que fazer com ela. Perguntamos como foi essa surra e a genitora disse: *“ele bateu na menina com cinta na bunda dela”* (sic.). Segundo esta, após a visita do Conselho Tutelar, quando tentava falar com Ana, a filha colocava os dedos nos ouvidos para não escutar e às vezes falava aos pais para que batessem nela, pois assim avisaria ao Conselho. Toda esta declaração a mãe já havia feito perante o juiz em momento anterior; mais uma vez parecia estar diante de uma fala decorada, uma reprodução dos vídeos que acessamos, sem emoção, sem pausas para pensar, parecendo uma manifestação ensaiada. Diante desse fato, indagamos sobre como era viver aquele momento, de ter que falar muitas vezes sobre o mesmo assunto com tantas pessoas, e se ela tinha o respaldo de um advogado de defesa. Valquíria respondeu que ele apenas a orientou a dizer a verdade, que ele iria trabalhar para defendê-la e tirar seus filhos da instituição de acolhimento, mas não prosseguiu com sua resposta. Apenas nos olhou, esperando a próxima pergunta (ou esperasse um direcionamento nosso por não conseguir direcionar sua fala para seu mundo

interno). Não parecia ter ficado confortável com aquele assunto. Solicitamos para que ela prosseguisse com sua fala, conforme desejasse.

Retomou a falar de modo muito semelhante ao que já constava nos vídeos a que assistimos de depoimentos anteriores, e prosseguiu informando que Ana passou a ficar diferente a partir do momento em que apanhou do padrasto, inclusive furtou dinheiro que seria destinado ao pagamento de uma conta. Além disso, conta que, ao dialogar com a escola, foi orientada a esconder dinheiro em casa para isso não se repetir. Disse não entender o motivo pelo qual “*a menina*” (sic.) fez isso, pois comprava comida para o lanche da escola, mas a filha se recusava a levar, prefere comer a merenda, tanto da escola, quanto da instituição de contraturno. Afirmou ainda: “*nem quando eu era solteira ela ficava sem jantar*” (sic.). Perguntamos como isso era garantido, já que quem cuidava de Ana era uma outra família. Ela respondeu, depois de alguns segundos de silêncio, certificar-se de que a filha estava se alimentando. Quando estava livre, passava na casa da família para ver como ela estava. Sobre a relação feita entre o dinheiro furtado e sua ideia de que havia gasto o valor com comida, informou ter encontrado uma bolsa embaixo da cama da menina, com bolachas diferentes das que haviam em sua casa. Mas não soube afirmar de onde vinham; achava que eram fruto da quantia que Ana supostamente havia furtado. Também disse que, certa vez, “*a menina*” (sic.) lhe pediu dinheiro para comprar uma camiseta que a escola havia solicitado, mas, ao perceber que o tempo passou e a camiseta não chegara, foi à escola e verificou que o valor não foi entregue aos professores.

Disse acreditar que as mudanças de comportamento estivessem ligadas ao vínculo de Ana com a sua professora atual. Segundo a mãe, “*é a mesma que deu aula no ano passado*” (sic.). Entretanto, ao ser questionada sobre os comportamentos da filha em 2017 (ano em que conheceu a referida profissional), disse que não notou nada diferente, apenas neste ano (2018) “*quando o Conselho Tutelar apareceu na casa foi que ela piorou*” (sic.). Informou que a infante apanhou “*apenas duas vezes, mas levou duas pisas¹³ porque mereceu*” (sic.) e que outras vezes eles somente aconselhavam a menina, diante de algum comportamento inadequado. Também acredita que tudo foi “*um circo armado*” (sic.) por Ana, para que pudesse morar com a professora, especialmente por esta ter dito à aluna que não tinha filhos. Indagamos qual seria o motivo dela desejar morar com a professora. Valquíria declarou: “*ela queria viver solta, e como eu não soltava, ela fez tudo isso*” (sic.). Disse ainda não ser um motivo válido, já que a infante e o padrasto “*sempre se deram*” (sic.). Na sequência, questionamos sobre como ela via a relação entre ambas, uma vez que havia mencionado

¹³ Termo utilizado em algumas regiões do Brasil para designar bater, espancar ou dar palmadas

apenas sobre o vínculo com o padrasto. A mãe apenas disse que era boa também, mas que muitas vezes Ana tinha algumas atitudes que a fazia perder a paciência e a obrigava a tomar tais medidas, como “*pisões e castigos*” (sic.).

Na sequência, perguntamos como Ana era anteriormente, tendo em vista ela ter mencionado sobre a mudança da filha. Informou que a filha sempre foi mentirosa e chorava muito na infância. “*Só de olharem para ela, já chorava, não sei por que*” (sic.). Acrescentou também que a menina nunca soube brincar, nem perder nos jogos, sendo “*invejosa e fica pedindo coisas igual do amigo, não quer qualquer coisa*” (sic.). Informou que, quando pede a filha para que faça algum trabalho doméstico, tem como resposta: “*não sou empregada de ninguém*” (sic.). Questionamos o que ela entendia das respostas da filha em relação aos presentes. Disse que ficou muito mimada, mas que isso fazia parte da personalidade da filha, entendia que esse comportamento já se manifestava desde quando ela “*chorava por qualquer coisa*” (sic.).

Também indagamos sobre a resposta proferida por Ana, diante das solicitações para realizar atividades domésticas, ao que respondeu: “*a menina é muito preguiçosa*” (sic.) e que precisava fazer tais trabalhos para se tornar mulher de verdade (o conceito de mulher dela estava pautado justamente no olhar social de mulher que deveria dar conta dos afazeres domésticos). Mesmo diante de tais respostas, a mãe a obrigava a fazer as atividades supracitadas e dava broncas até ela levantar do sofá e atendê-la. Para mostrar o quanto a filha era indisciplinada, tomou como exemplo o fato de que, algumas semanas antes de ser levada ao abrigo, Ana guardava uma roupa íntima suja de fezes dentro da mochila. Quando Valquíria lhe perguntou o motivo de ter feito aquilo, sua filha respondeu estar com medo de apanhar se a mãe visse sua calcinha naquele estado, por isso preferiu escondê-la. De acordo com a mãe, o mesmo tipo de material foi encontrado dentro de uma caixa de sapato, sob o guarda-roupa, pela equipe do Conselho Tutelar, quando foram buscar as crianças e solicitaram seus objetos pessoais para serem levados com eles. Sobre esse comportamento das roupas íntimas sujas, a mãe disse entender como falta de higiene, já que Ana também não escovava corretamente seus dentes. Perguntamos qual era a postura de Valquíria quando se deparava com tais eventos, ao que ela disse inicialmente tentar falar como era para ser feito, mas ao longo do tempo desistiu, pois “*ela já sabe o que deve ser feito, faz isso para nos provocar e nos atacar*” (sic.).

Investigamos sobre a história de vida de Valquíria. Informou que seu pai lhe agredia muito fisicamente na infância. Foi obrigada a interromper os estudos devido ao falecimento de sua mãe, aos 11 anos, para cuidar da irmã mais nova e da casa. Como a convivência com o

pai era difícil, saiu rapidamente de casa, pois ele passou a se envolver com outras mulheres e *“todos tinham muito medo dele, era violento com os outros, mas a mãe não deixava ele me bater, sofri muito quando ela morreu”* (sic.). No intervalo de tempo entre a morte da mãe e a saída do convívio com seu pai, Valquíria era levada aos bares com seu genitor, onde ele se relacionava com mulheres diferentes a cada noite; se lembra de dormir apoiada nas mesas. O pai chegou a se casar com outra mulher, a qual tinha uma filha mais nova que Valquíria (de 4 anos) e recebia tratamentos bem diferentes. Valquíria era acordada pelo pai às seis da manhã e tinha que fazer chá para o desjejum. Ingeria essa bebida durante a manhã (sua próxima refeição era apenas no almoço), enquanto a meia-irmã tinha bolachas recheadas e achocolatados à sua disposição por livre demanda. Nesse período a entrevistada devia limpar a casa e fazer a tarefa escolar. À tarde, quando retornava da escola, devia fazer o jantar e passar pano no chão. Não se lembra de brincar, não se recorda de ter brinquedos, sua única memória era de brincar de cozinhar com latas velhas, que encontrava em um terreno abandonado ao lado de sua casa, para onde ia aos fins de semana, mas era obrigada a levar a filha da madrasta, de modo que tentava brincar enquanto tinha que cuidar da criança. Aos 12 anos ganhou da companheira de seu pai uma calça jeans e duas calças de moletom, as quais foram usadas até o ensino médio. Só teve calças novas aos 15 anos, quando se mudou para a rede estadual e era obrigada a usar uniforme, fato que a deixou extremamente feliz. Tinha apenas uma calça e uma camiseta do uniforme para usar a semana toda, mas já se sentia melhor por não ter que usar calças de moletom, que já estavam curtas e apertadas. Nesse período do ensino médio, numa manhã de domingo em que a mesma foi à igreja, a madrasta lhe disse para que se despedisse de seu cabelo. Ela saiu sem entender o recado. Quando voltou à casa, foi colocada em uma cadeira, a mulher amarrou seu cabelo, que era longo, e cortou-o acima da nuca. A madrasta disse que estava com piolhos e que a culpa era de Valquíria. Ficou sem se olhar no espelho naquele domingo, foi almoçar na casa do pai de sua madrasta e se lembra de ouvi-lo brigar com a filha por tomar aquela atitude. No dia seguinte, ele mesmo a levou numa cabeleireira, como uma tentativa melhorar seu cabelo picotado. Pela primeira vez Valquíria se viu com o cabelo curto diante do espelho do salão. Se lembra de ter chorado muito naquele dia. O profissional do salão apenas alinhou as pontas, *“não tinha muito o que fazer com aquele cabelo de joãozinho”* (sic.). O meio avô passou em uma loja de departamentos e comprou algumas presilhas de cabelo para ela antes de deixá-la na escola. Disse: *“acho que ele fez isso para eu me sentir menos feia, mas não adiantou muito, eu estava horrível”* (sic.). Antes de entrar, se lembra de sentar no meio fio e chorar, por não querer que seus colegas a vissem daquela forma. Nunca foi questionada por qualquer funcionário da

escola sobre aquela mudança repentina. Seu pai também não esboçou qualquer reação diante desse fato. Sobre a dinâmica familiar nesse período, também se lembrou que na casa só podiam cantar músicas religiosas. Um dia assoviou uma música que ouvira com as amigas na escola e recebeu tapas em sua face como punição. Foi nessa mesma época que passou a trabalhar como garota de programa e passou a se envolver com homens mais velhos, que arcavam com algumas despesas e possibilitaram sua saída de casa.

Atualmente não tem contato com nenhum familiar, ao passo que Ana também não os conheceu. Disse que, apesar do que viveu, foi isso que a fez se tornar mulher e a ser forte, que as crianças da atualidade são pessoas “*mimadas*” (sic.) por serem muito protegidas. Diante disso, afirmou: “*na minha época não tinha isso de Conselho Tutelar, a gente tinha que respeitar os adultos e obedecer. Agora a gente não pode nem educar que já tem gente na porta achando que está fazendo coisa errada*” (sic.).

A genitora, ao final da entrevista, falou sobre Pedro, o filho mais novo. Disse que este ficava doente constantemente quando nasceu. Informou se preocupar por ter recebido a informação de que ele estaria com febre no Abrigo, e destaca:

“Não me conformo por terem levado o Pedro, tinha que ter ido uma assistente social lá para ver o que acontecia, mas nunca entraram em casa antes, só para pegar os documentos das crianças quando eles já tinham levado elas. . . . ele não faz mal criação, não pede nada, se não oferecer, ele não pede, só fica com o celular e na televisão e acorda o pai quando precisa ir no banheiro” (sic.).

Valquíria informou que, diante dos fatos, ultimamente seu sono estava desregulado, dormia muito mal e só trabalhava, pois realmente necessitava financeiramente. Disse querer os seus filhos de volta, especialmente Pedro, que não tinha nenhum problema, que não “*dava trabalho*” (sic.) e acrescentou: “*mesmo que Ana dissesse que se arrependeu, eu ia perguntar por que ela fez isso, mas eu sinto muita falta. . . dos dois*” (sic.).

5.3.3 Dados obtidos por meio de entrevista com Ana

No mesmo dia, em um horário distinto, foi realizada também a escuta de Ana, através de entrevista. Logo no início, ela demonstrou sentir-se muito confortável no espaço, estava sorridente. Perguntei a ela por que estava com aquele sorriso. Disse que estava muito feliz no Abrigo, já havia estabelecido boa relação com todos do ambiente e gostava das atividades que realizava no local. Citou como atividades preferidas: ajudar nos cuidados de crianças menores e nos cuidados da casa, como “*lavar louça e ariar panelas*” (sic.). Nesse momento, descreveu

minuciosamente como realizava tal atividade. Demonstrou alegria por ter brinquedos e livros naquele espaço, diferente de sua casa, acrescentando:

“lá em casa tenho só uma boneca e um ursinho que as tias da escola me deram. Um dia minha mãe comprou um KinderOvo para mim e outro para o meu irmão, mas ela mandou eu dar o brinquedo para ele, porque eu não tenho mais idade para brincar, mas eu queria para mim o brinquedinho que veio no Kinder, era tão bonitinho” (sic.).

Ao ser indagada sobre como era a relação com seu irmão, afirmou que, quando ela apanhava, Pedro ia ao seu quarto para abraçá-la, mas a mãe o impedia, o que provocava choro no irmão por não poder se aproximar. Falou que quando conheceu o padrasto, pensou que ele era uma pessoa boa, mas depois que começou a apanhar dele e da mãe, viu que não era como imaginava. Contou que apanhava bastante da genitora, quando não fazia os serviços da casa corretamente, ou quando algo acontecia com seu irmão: *“uma vez ele caiu e eu levei uma pisa porque eu tinha que estar cuidando dele”* (sic.). Perguntamos o que ela achava disso, mas não soube responder. Afirmou que, ao ter dito à professora sobre as agressões vividas em casa, se sentiu bem e protegida pelas pessoas da escola e do Conselho Tutelar; que não o fizera antes por medo de ser mais agredida em casa.

Ana também informou que, após a visita do Conselho Tutelar em sua casa, foi proibida de jantar naquele dia, como forma de castigo imposto pela mãe: *“minha mãe mandou eu passar fome e depois que eles jantaram eu tive que lavar a louça do jantar”* (sic.). No outro dia, ganhou um pacote de bolachas na escola de sua professora, ao informar que não havia jantado e que, para sua genitora não ter conhecimento de que portava alimento, escondeu-o embaixo do colchão. Acerca do que esperava que ocorresse a ela, respondeu: *“se eu voltar pra casa não vou apanhar mais e nem vão me xingar, assim eu vou ter uma vida legal e muito boa, porque um dia minha mãe disse que se eu continuasse falando essas coisas na escola ela ia pisar no meu pescoço e cortar a minha munheca”* (sic.). Nesse momento hesitou e inquiriu: *“o que é munheca?”* (sic.). Explicamos que significava pulso. Ela fez um semblante de espanto e ficou em silêncio por alguns segundos. Ao retomar a fala, citou sobre as possibilidades do que ela esperava que ocorresse. Disse que sabia sobre as chances de retornar a sua casa, permanecer acolhida, ou ser adotada e, dentre estas, afirmou: *“prefiro ser adotada, depois ficar onde eu tô e, por último, voltar para casa”* (sic.). Perguntamos a ela o motivo de tais preferências. Explicou que se sentia mais segura no Abrigo, pois em sua casa não tinha tempo para brincar e que sua rotina era baseada em chegar da escola, fazer tarefas, jantar, limpar a casa e ir dormir. Questionamos também se ela sentia falta de algo em sua casa. Respondeu com um movimento de cabeça, de forma negativa.

Este caso se encerrou com a decisão judicial de que as crianças retornassem ao convívio familiar. A genitora foi orientada a realizar sessões de psicoterapia, porém não compareceu aos atendimentos da rede pública.

CAPÍTULO 6

CONJECTURAS PSICANALÍTICAS SOBRE A PERVERSÃO MATERNA

Neste capítulo trazemos algumas conjecturas acerca do que foi possível analisar, a partir dos materiais apresentados no capítulo anterior. Certamente que eles poderiam ser analisados por diversas outras perspectivas, mas, em conformidade com o objeto de estudo proposto nesta tese, tomamos os conteúdos presentes nos materiais selecionados pelo vértice da psicodinâmica perversa, como se fossem casos em que se manifestam a perversão materna. Portanto, não temos a pretensão de esgotar todas as possibilidades, muito menos de explorar as múltiplas dimensões psicopatológicas e psicodinâmicas pelas quais se poderia trilhar. A partir de algumas evidências, considerando os aspectos teóricos acerca da temática que apresentamos nos capítulos anteriores, nos ateremos ao recorte proposto.

No delineamento do presente processo investigativo, nos questionamos acerca de como teríamos dados para analisar. O caminho que nos pareceu mais viável foi esse escolhido, selecionando, entre tantos possíveis materiais, o que julgamos ser mais adequado, tendo em vista os limites de nosso próprio trabalho. Levamos em conta que uma mãe perversa raramente chegará aos consultórios em busca de análise, ou psicoterapia, com a demanda necessária ao desenvolvimento de um processo de autoconhecimento. Não é impossível, mas pouco provável, pela própria psicodinâmica perversa. Portanto, supomos a inviabilidade de, no prazo do doutorado, aguardar o aparecimento de uma mãe que nos proporcionasse material clínico com tais características.

Então, optar pelos materiais que selecionamos foi o recurso que conseguimos, a fim de obter os conteúdos necessários para analisarmos e servir de suporte para nossas conjecturas. Evidentemente não fizemos uma escolha às cegas dos materiais selecionados para a discussão, pois todos eles trazem casos de violência extrema, que geram prejuízo ao desenvolvimento das crianças. Tanto é que o primeiro deles culmina em morte e os outros deixam nas crianças marcas que comprometem suas capacidades psíquicas e cognitivas. Há nos materiais outros elementos que, por inferência, supomos evidenciar alguns aspectos perversos, que servirão de suporte para as nossas conjecturas e possíveis classificações da perversão materna, com base na relação com o objeto, com o objetivo de facilitar a didática, pois temos clareza sobre a multiplicidade destes aspectos no psiquismo de um único sujeito. Antes disso, procuraremos esboçar uma discussão acerca dos elementos contratransferenciais e as reflexões despertadas a partir destes.

6.1 Mobilizações Contratransferenciais

Em *Um crime Americano*, de O'Haver (2007), podemos perceber que Gertrude, como representante da figura materna para as irmãs Sylvia e Jenny, em seu primeiro ato usa um cinto como instrumento de violência. Como este instrumento é comumente utilizado por pais, que optam por esta forma de tratamento aos filhos, pode-se passar despercebida esta cena. Mas quando nos lembramos o motivo (atraso do pagamento), já podemos ter um primeiro sinal de que algo extrapola as relações, digamos, comuns, pois as jovens não eram responsáveis por uma dívida assumida pelos genitores. Posteriormente, a omissão da carta dos pais provoca um estranhamento no primeiro contato com o filme. Por que Gertrude faria isso? A dívida, razão da violência anterior (punição com o cinto), foi paga. Não estaria tudo bem agora? O motivo do descontentamento de Gertrude não teria sido resolvido? Como no primeiro contato com o material não sabíamos ainda de quem se tratava aquela personagem, e não tínhamos a dimensão de sua hostilidade, pensamos agora que, talvez, ter levantado esses questionamentos, seria um mecanismo de negação da violência que já estava anunciada, mas que, por causar desconforto, seria melhor pensar que ela entregaria a carta em um momento ulterior e que, ao fim da história, ela se tornaria uma boa substituta materna.

O sadismo, o gosto pela violência e o prazer pela humilhação do outro ficam mais evidentes quando, diante do conflito juvenil entre Paula e Sylvia, a primeira é orientada pela mãe a agredir a segunda com a colaboração de seus filhos, inclusive um deles segurou Sylvia, participando assim diretamente do ato violento. Tudo isso foi engendrado pela pessoa que representava naquele cenário a figura materna. Ao mesmo tempo, nota-se que Gertrude, ao colocar seus filhos como atores daquela cena, pode ter incitado neles a via do prazer por meio da satisfação polimórfica-perversa no ato de agredir (sadismo) e ver alguém ser agredido (*voyerismo*). Ao mesmo tempo em que participavam da cena violenta, também viam o sofrimento de Sylvia. Ali, naquela vivência, podem ter compartilhado com a matriarca o deleite daquele momento, ou, pelo menos, terem sido despertados para isso. Nós, enquanto espectadores, não sentimos conscientemente o deleite em tal cena, nos vimos tomados por um sentimento de espanto com a capacidade maldosa da personagem Gertrude de provocar o sofrimento alheio por qualquer motivo e se aprazer com cenas assim. Daí por diante, as violências só nos faziam sentir raiva da personagem, tensão, asco, angústia e profunda tristeza pelos acontecimentos sofridos pelas irmãs. Nota-se que aqui, para uma estrutura neurótica, os mecanismos de defesa são despertados de modo a não se ter acesso justamente ao que já está

recalcado: a satisfação dos desejos polimórfico-perversos. Por isso temos reações que visam repelir este sujeito.

Diante da agonia das irmãs Sylvia e Jenny, na tentativa de comunicar seus pais sobre o sofrimento vivido, novamente ocorre a punição. A ligação é descoberta por Gertrude e associada a um possível roubo de dinheiro (como é um filme relativamente antigo, as jovens usam um orelhão para falar com os pais e, para isso, era preciso ter dinheiro para comprar fichas telefônicas). Como consequência desse movimento, nos deparamos com uma cena que horroriza e choca: um cigarro é apagado na mão de Sylvia. Gertrude é a autora dessa ação. Mais uma vez o impacto com algo que extrapola, que é sentido como um ir além dos limites, tanto de uma jovem em lidar com a dor tão intensa, quanto com a desproporção (no nosso ponto de vista como observadores) entre a causa e o efeito, de tudo e nada, de um furto que não era confirmado e a queimadura. Impactou o fato de não haver coerência entre o suposto erro cometido pela jovem e o consequente castigo, numa incongruência assustadora. Relacionamos a ação contundente de Gertrude ao mecanismo do perverso que busca dominar o objeto em sua relação, tornando-o passivo, impedindo qualquer tentativa de libertação, de pedido de ajuda, desconsiderando a recusa da jovem em se manter na posição passiva. Ver cenas como estas, provocadas em crianças ou em jovens, parece gerar algo muito diferente quando se considera os filmes com cenas semelhantes entre adultos. É que o infantil, ou o adolescente em que consideramos na mesma condição, remete à fragilidade e à necessidade de cuidados, não há uma relação horizontal, como seria de se supor entre dois adultos. Neste último caso, presumimos que o adulto agredido, geralmente terá mais condições de se defender do que uma criança, ou um adolescente, especialmente no caso das irmãs Sylvia e Jenny, que dependiam de Gertrude para garantir suas necessidades básicas de abrigo e alimentação. Desse modo, a relação de dominância e passividade era estabelecida e garantida por Gertrude. Pensar que ela estava numa posição de poder diante das jovens, que não tinham a quem recorrer, nos pareceu o estopim para despertar os prazeres perversos em seu psiquismo, tomando Sylvia e Jenny, como objetos desprovidos de subjetividade, estando apenas a serviço da satisfação de sua sexualidade primitiva. Isto fica mais evidente em relação à Sylvia, pois, mais do que sua irmã Jenny, esta parece não se conformar à posição que lhe é imposta, reagindo, tentando de algum modo se manifestar, recebendo assim maior opressão para que se submeta à condição passiva.

Na narrativa de Cathy Glass (2007/2013), *Infância interrompida, a comovente história real de uma criança esquecida*, ao longo das linhas dos últimos capítulos que descrevem as experiências de Jodie e desvelam a dinâmica de seu ambiente familiar, marcada pelos

atravessamentos da sexualidade adulta na psicodinâmica da criança, expostos de maneira tão rica e detalhada, é impossível não construir uma imagem mental das cenas e sentir um nó na garganta, ao se pensar em todas as violências que aquela garotinha, em tenra idade, já teria vivido: violência sexual, agressão física, negligência e abandono, que provocaram consequências irreversíveis em suas capacidades cognitivas e em sua vida psíquica. Aqui nos deparamos com um caso de uma genitora pedófila, que foi absolvida de suas acusações judiciais por faltas de provas.

Ao pensar nos sentimentos suscitados pelo contato com este material, a lembrança que nos vem refere-se à primeira revelação feita por Jodie, com descrições tão detalhadas, que não conseguimos mais ler as linhas seguintes. A interrupção da leitura se deu em função de que, quando nos demos conta, já estávamos em lágrimas, tomados por intensa comoção ao pensar no sofrimento daquele sujeito tão novo, olhando sua mãe na sala em que era abusada, pedindo ajuda e nada era feito, ou em momentos em que a própria mãe abusava sexualmente da filha. De algum modo, nos colocamos no lugar da vítima e nos sentimos capturados pelas suas dores ao longo da narrativa. Quando conseguimos nos recompor das lágrimas para continuar a leitura, ocorreu que esta não foi mais interrompida. A partir daí a mobilização aconteceu de outro modo, pois precisávamos saber o que aconteceria com aquela mãe, se a justiça seria feita para aquela garotinha. Na verdade, o desejo foi de haver alguma punição. Os novos detalhes das agressões cometidas com Jodie ainda eram, literalmente, difíceis de serem digeridos, visto que a dor no estômago sentida não era só figurada, mas real em alguns detalhes. A cada nova informação sobre os abusos que surgiam na leitura, mais raiva e asco sentíamos daquela mãe (e, também, dos outros membros familiares que participavam dos fatos com ela). Até que nos deparamos com o final do caso e pensamos: como assim, a mãe não foi punida também? Saiu ilesa, após tudo o que cometeu. Interessante pensar que, quando a perversão se apresenta diante de nós sentimos raiva destas mulheres violentas, nossos mecanismos psíquicos parecem nos mobilizar a necessidade de que o outro que pratica tais barbaridades seja punido, é o típico movimento do neurótico que se vê incomodado com aquilo que um dia foi recalcado em seu psiquismo. De alguma maneira, é como se desejássemos realizar esse mesmo movimento no sujeito que não o efetuou, reprimindo-o judicialmente, pela via externa, vez que internamente isso não lhe foi possível.

Sobre o caso da Vara da Infância e Adolescência de uma cidade no Noroeste do Paraná, o primeiro contato foi por meio dos documentos judiciais tecidos pela escola e pela instituição de contraturno. Tais documentos, bastante objetivos e descritivos (conforme as características dos documentos oficiais), apresentavam dados sobre as condições de vida de

Ana (como o seu irmão Pedro não frequentava nenhuma instituição, não havia relatos sobre ele). Já de início, as informações, conforme apresentadas no capítulo anterior, chamaram a nossa atenção, pois duas instituições tinham pontos de vista bem semelhantes, o que já nos fizeram pensar que os profissionais de ambas percebiam a aluna em situação de sofrimento. Nos relatos, o que mais nos chamou à atenção e causou espanto, foi a restrição alimentar como forma de castigo, sendo Ana impedida de jantar. Como se isso não bastasse, a menina foi obrigada a lavar a louça de tal refeição. Ficamos imaginando uma criança com fome, punida, sendo obrigada a realizar tal atividade e qual seria o pensamento da mãe para tomar tal medida. No mesmo momento, nos lembramos que as mães que já atendemos na clínica, tomavam outras medidas para educar e corrigir seus filhos, restringindo o uso do celular, da internet, ou de visitar os amigos por algum tempo. Mas esse tipo de punição, pela via da restrição de uma necessidade básica, era bem atípica, a via alimentar servia para demonstrar afeto e punir, isso nos deixou indignados. Neste paralelo entre os tipos de mães, podemos também pensar que o incômodo advém de mecanismos projetivos pelos quais lançamos nas genitoras de modo geral a mãe suficientemente boa que tivemos, ou até mesmo nossa crença pessoal de sermos capazes de ocupar a função materna satisfatoriamente, sem realizar violências como tais que ameaçam a segurança e o desenvolvimento físico, mental e emocional.

Após o contato com os materiais, no dia em que fomos ao órgão judicial realizar a entrevista com Valquíria e Ana (mãe e filha), antes de ter o contato com elas, foram disponibilizados pela psicóloga do serviço, vídeos das audiências prévias realizadas com a mãe, nos quais ela relatava o que acontecia na realidade familiar e respondia aos questionamentos do juiz. Os vídeos nos geraram a sensação de que suas frases não eram naturais, pareciam decoradas, orientadas, com o uso de palavras e termos técnicos, que não condiziam ao seu nível de escolaridade, nem correspondiam ao restante das construções verbais, como, por exemplo: *“estas alegações não condizem com a verdade”* (sic.) e *“a menina merecia uma sova memo porque faz mau criação”* (sic.). Ficamos nos perguntando se ela tivera contato com a primeira frase em algum outro lugar, ou sido orientada pelo advogado de defesa. O fato é que não correspondiam e, quando questionada parecia já ter as respostas prontas, não hesitava para falar. É claro que não podemos descartar o fato de estar diante do juiz como gerador de ansiedade e modificar a forma natural de agir de qualquer pessoa que esteja naquela situação. Quando interrogada acerca das informações declaradas pelas instituições, não esboçava sentimentos, mas era possível observar em suas expressões físicas a indicação de um possível desconforto (se mexia mais na cadeira quando as perguntas

abordavam os maus-tratos, mexia o tempo todo no nariz e apertava a nuca, escondia as mãos entre as pernas, tudo bem sutil, mas estes sinais apareciam apenas nestes momentos). Enquanto assistíamos, percebíamos que havia algo estranho ali, como se, talvez quisesse esconder realmente algo, talvez esconder algo de si mesma que fosse gerador de sofrimento para ela se entrasse em contato.

Na entrevista com Valquíria fomos encontrá-la na sala de espera. Estava acompanhada pelo marido, com as pernas cruzadas, enquanto balançava o pé. Apresentamo-nos com um leve sorriso e pedimos para que nos acompanhasse. Indicamos-lhe o local para sentar-se e oferecemos um copo d'água, que ela não aceitou. Continuava com um semblante tenso. Após fazer todas as explicações e pedir seu aval para realizar aquela entrevista, percebemos que a atmosfera ficou um pouco menos tensa. A tensão provavelmente era tanto dela quanto nossa, naquele ambiente novo para todos nós, com a densidade de uma esfera judicial desconhecida e a pressão em dizer as palavras certas de ambas as partes. Quando iniciamos, observamos que as mesmas frases, argumentos e relatos apresentados nos vídeos foram os que ela utilizou em nossa conversa. Ao indagarmos acerca de sua vida pessoal e outros elementos não solicitados nas audiências, parecia um pouco desconfortável, mas logo começou a se abrir e se mostrar menos defensiva. Nós também nos sentimos mais confortáveis. Notamos que sua forma de falar era bem rudimentar, não realizava concordâncias verbais, nem fazia o uso de palavras complexas, fazia pausas entre uma lembrança e outra, algo bem diferente do que foi percebido nos vídeos, ou no início da escuta. Ao final, ela expressou sutilmente algo que recebemos como uma expressão de raiva em relação a Ana, quando disse que, por causa da menina, seu filho havia sido retirado de casa (diante desse comentário, sentimos grande desconforto com a culpabilização da menina e a isenção materna de suas responsabilidades pelo que ocorrera com sua prole). Foi quando passou a falar sobre ele. Nesse momento vimos mais evidentemente seus sentimentos aflorarem, pois ela chorou ao falar do filho e pensar nele em uma instituição de abrigo. Ao retomarmos sobre Ana ela se recompôs. Um novo semblante foi apresentado, mais frio, menos emocional, parecia ter se sentido traída pela filha, a qual desvelou os segredos daquele grupo familiar. Também falou com normalidade sobre bater na filha, quando afirmava sobre alguns comportamentos agressivos, dizendo que a menina “*merecia*” (sic.), pois necessitava aprender. Quanto à denúncia de colocar Ana em restrição alimentar, tudo foi negado, como fizera nos vídeos; porém, esta mulher nos entrega uma mensagem em suas entrelinhas, quando diz que não se pode sequer “*educar os filhos, que logo tem alguém em sua porta*” (sic.). Podemos supor que, para ela, educar é sinônimo de

violência. Tal fala talvez manifeste certo desamparo das esferas jurídicas em punir e não ter suporte das políticas públicas.

Em alguns relatos da genitora de que Ana não tinha motivos para reclamar de sua vida, tivemos a noção do quanto sua perspectiva de vida estava pautada no plano material e que sua filha, ao fazer demandas para além da comida posta à mesa, falava algo que a própria mãe não conseguiu reivindicar do ambiente externo. Inclusive ao mencionar que a filha estava “*insuportável*” (sic.), nos questionamos posteriormente o que seria insuportável? Os comportamentos da filha, ou aquilo que ela mobilizava e despertava na mãe?

Quando, ao se referir à filha, dizia “*a menina*” (sic.), nos deu a impressão de tratá-la sem nome, sem identidade, nos fez pensar na distinção entre ser *uma* criança e ser *a* criança, como apontado por Iaconelli (2012), ao falar sobre o reconhecimento materno do filho enquanto sujeito com nome. Também nos despertou atenção sua concepção do que é ser mulher, ao contar sua história e correlacionar os sofrimentos vividos com ser forte; para ela, ser mulher é sofrer, cuidar dos afazeres domésticos, dos irmãos, é obedecer sem questionar.

Ao realizar a entrevista com Ana, ela mostrou-se muito confortável, a atmosfera do ambiente parecia estar mais amena em comparação ao momento da entrevista com a mãe. Sobre isso, devemos pensar o que era dela e o que era nosso. Talvez o fato de não estarmos diante da figura agressora nos fosse mais tolerável; talvez ela se sentisse também protegida em qualquer contexto que não fosse seu lar. Ela demonstrava estar à vontade com aquele espaço, sorridente, se sentou confortavelmente no sofá da sala. Também sentimos tal situação de maneira diferente, em comparação ao contato com a mãe. Pensamos que isso se deva tanto pela forma como a menina estava, quanto pela aliança estabelecida contratransferencialmente com a criança. Ana observou a sala em que estávamos com curiosidade, aceitou água e descreveu com naturalidade todos os elementos declarados nos relatórios escolares. Também observamos que as frases já eram um pouco prontas, quando passamos a falar de aspectos mais emocionais, não abordados anteriormente pela esfera jurídica. Ela apenas citava os fatos e quando questionada sobre o que sentia, dizia-se triste, mas sua expressão era a mesma. No momento em que ela nos descreve como realizava as atividades domésticas, não tivemos dúvidas de que aquela garota fazia constantemente atividades, as quais a mãe disse que ela nunca fazia. A riqueza de detalhes em sua descrição nos gerou surpresa. O final de sua entrevista também nos deixou um pouco perplexos, quando ela afirma que o último lugar em que gostaria de estar era em sua casa, pois desta maneira ela anunciava o quanto estava sofrendo em seu lar. Ficar em uma instituição que abriga menores é, frequentemente, gerador de sofrimento. A destituição da criança de seu lugar, seu quarto, seus objetos pessoais, ir para

um lugar onde nada é exclusivamente seu, com tantas pessoas diferentes, crianças que chegam e vão embora semanalmente, não são experiências simples de se tolerar. Se ela dizia que preferia isso ao convívio familiar, parece não haver dúvidas de que, apesar de sofrer nessas condições, ainda assim era melhor.

No abrigo, Ana parecia sofrer menos. Talvez lá se sentisse mais segura, protegida, amparada e contida por outros adultos, como aconteceu inicialmente ao relatar à professora sobre suas vivências. Isso nos leva a pensar que a real causa da mudança identificada pela mãe, não tinha relação com ter apanhado do padrasto, mas por ter se sentido protegida por terceiros, após denunciar os abusos vividos. Uma vez que a professora de Ana foi precursora nas denúncias judiciais, inferimos que Valquíria tenha alimentado um sentimento de raiva em relação a essa mulher que, além de se apresentar como um terceiro da relação que estabeleceu limites na dinâmica entre mãe-filha, também construiu um vínculo afetivo com a aluna ao ponto de provocar fantasias persecutórias em Valquíria, o que se constata quando esta exprime que Ana mentia sobre o que acontecia em casa por querer morar com a professora.

Com a escassez de investimentos recebidos no ambiente familiar, podemos pensar no furto como um mecanismo da menina de tomar para si algo que talvez percebesse como seu, mas que teria de obter por si mesma, pois não lhe era dado espontaneamente pelos pais. Sua subjetividade desconsiderada pela mãe, os tratamentos tão impessoais, suas “*sujeiras*” inaceitáveis, uma criança vista como quem “*dá trabalho*” (sic.) por desejar e pedir, denota que suas demandas eram vistas como algo ruim, negativo, já que o irmão era o oposto por não pedir nada (por ser uma criança passiva, a mãe fazia com ele o que quisesse). Além disso, o fato de Ana não querer “*qualquer coisa*” (sic.), mostrar-se como um ser desejante, vai de encontro com os desejos da genitora, de forma que Valquíria, pela hostilidade, impõe seu desejo sobre a filha, como uma mãe onipotente. Ana é forçada a ocupar um lugar de objeto da mãe, já que Pedro não apresenta resistências para estar nesse mesmo lugar. Isso explicaria as calcinhas sujas guardadas, como se ela é quem devesse dar conta de seus conteúdos internos. Crianças nessa condição não têm alternativa, precisam se tornar adultas antes da hora para que possam cuidar de si mesmas, como o fruto que é picado pelo pássaro e precisa amadurecer, como mencionado por Ferenczi (1933/1992b). Ana passara por diversas formas de violência (física, verbal, emocional): abandono de incapaz – por ser deixada em casa sozinha e com seu irmão –; negligência, inclusive pelos cuidados físicos que não lhe eram dedicados, conforme relatórios das instituições e quando era exposta ao contexto de um bar, em que foi reconhecida em sua vulnerabilidade por uma pessoa de fora que se dispôs a ficar com ela; socos, ataques verbais e inexistência de espaço para ser criança. Sua resposta final nos causou

tristeza em pensar esses fatores e que talvez ninguém pudesse ter a dimensão de seus sofrimentos no seio familiar, nem mesmo ela, até aquele momento, pois a vítima do perverso só terá consciência do que se passara, quando se tornar adulta e tiver recursos psíquicos para dar nome ao que foi vivido. Talvez isso também nos comova, pois em algum momento de nossa infância tenhamos pensado em fugir da casa de nossos pais diante de situações frustrantes.

Reconhecemos o quanto o impacto com tal material trouxe mobilizações contratransferenciais em torno das crianças e adolescentes atingidas pelos efeitos das investidas de mães perversas. Apesar da mobilização emocional diante de tanta crueldade, foi necessário dedicar nossas reflexões para essas mães, a fim de metabolizar os efeitos da contratransferência e compreendê-las por um movimento de ir além do impacto inicial. Ressaltamos que este ir além não foi uma tarefa simples, pois entrar em contato com a maldade sempre nos mobiliza enquanto seres humanos dotados de diques pulsionais. Mas, como o próprio método psicanalítico preconiza, foi necessário vivenciar esse momento para metabolizá-lo e assim enxergar o que estava escondido, e assim, se abrir às novas possibilidades de compreensão. No caso entrevistado na Vara da Infância, devemos ressaltar que um olhar julgador à mãe possa ter se estabelecido e fomentado por estarmos em uma esfera que preza pela defesa e proteção do infante. Contudo, no decorrer desta tese, foi preciso não nos restringirmos a esta função julgadora. A raiva evocada contrasferencialmente pode comunicar um movimento de identificação projetiva. Neste sentimento de raiva, usamos um recurso de proteção do Ego contra a ameaça, em prol da sobrevivência, por meio do ataque e tentativa de destruição do objeto. Tal vivência emocional também permite separar o dentro e o fora, assim, se expulsa e afasta o que é mau.

Num paralelo à fase oral, seria como cuspir o que é ruim para que não seja internalizado. A raiva contratransferencial sentida por nós pode indicar o ódio da entrevistada Valquíria por sua mãe dirigido aos entrevistadores/analistas e, neste movimento regredido, desperta a agressividade primária no *setting*. O ódio despertado no analista pode ser comparado ao da mãe que sofre exigências impetuosas do bebê.

Ao olhar tanto para estas crianças e adolescentes abusadas, percorremos também a infância dessas mulheres que reproduzem com os filhos os seus traumas. Tudo o que é vivido e afetado nos pequenos, de alguma maneira, em maior ou menor grau, já foi presenciado pelas mães perversas no passado. É assim que elas comunicam de forma regredida seu sofrimento e suas pendências emocionais, as quais tentamos compreender a seguir, partindo de características psicodinâmicas.

6.2 Aspectos Gerais Sobre a Perversão Materna

Em todos os casos descritos, ao longo deste material, é evidente o quanto as mães perversas se apossam do corpo infantil como alvo de destrutividade e humilhação para lidar com seus transbordamentos pulsionais. A magnitude das violências, nos revela uma parcela de seu sofrimento e do martírio interno que vivem e precisam externalizar por meio das atuações, como forma de obter alívio e se proteger de devastações ainda mais profundas, geradas em momentos primordiais em suas vidas. O ódio revelado nos atos dessas mulheres comunica a rachadura psíquica provocada pela falha da figura materna traumatizante. Deste modo a dinâmica sádico-perversa, no exercício da maternidade, traz a pele como zona erógena privilegiada para a execução dos atos violentos que se externalizam como recurso de proteção às angústias maternas estarrecedoras oriundas da falha do objeto primário, o qual, por meio das ações maldosas, busca-se recuperar. Temos ainda que o contato com o infante desperta os desejos polimórfico-perversos do adulto e este vive com a criança uma relação na qual ocorre o mecanismo de identificação com sua condição passiva. Sobre estes aspectos é que explanaremos a seguir.

6.2.1 A pele: via de concretização da atuação perversa

Em todos os casos aqui trazidos, parece-nos surpreendente o quanto as relações com o infante são baseadas na satisfação através dos ataques ao corpo, à pele, que viabiliza a satisfação polimórfica-perversa materna.

A pele serve como palco da reedição do trauma pela via concreta, anatômica, ao mesmo tempo em que se faz como zona erógena, fonte de prazer da sexualidade infantil cristalizada nessa mulher adulta que apresenta sua sexualidade definida pelo eixo pré-genital, a qual se revela na perversão materna como imperiosa.

A mãe perversa não compreende claramente que agride um outro por se ver fusionada à criança, como afirmou Welldon (1988). O que vemos é uma tentativa de acabar com algo existente no interior destas mulheres. A criança anuncia em sua condição de vulnerabilidade que, no passado, esta mulher também esteve assim. Desse modo, a violência se torna um meio de protestar contra a própria passividade um dia vivida, através da busca pelo controle, tanto da situação, quanto dos próprios afetos. O infante escancara à sua mãe perversa que a história dela passou por traumas tão intensos que não se pôde reagir à sua época. Talvez seja este um

dos fatos que Valquíria recebia como tão insuportável de sua filha quando nos questionamos o que ela sentia como tão difícil de ser recebido da menina e, por isso, a punia fisicamente. A dupla (agredido-agressor) internalizada por esta mulher, busca ser destruída pela via externa, através da subjugação e do aniquilamento físico da vítima. A mãe perversa saboreia do estado de soberania ao ver em sua prole a si mesma (como se a criatura espelhasse sua criadora, feita a sua imagem e semelhança) em suas emoções insuportáveis e ser capaz de dominar a cena, como quem age por uma vingança reversa e ataca o corpo do infante, nos termos de Bonnet (2008). Assim, a epiderme da criança (eleita como objeto exclusivo que proporciona prazer) tem como função concretizar a dor, uma vez que poderá ser vista, apalpada, atacada a qualquer momento.

O corpo desumanizado, descartável e ao mesmo tempo fetichizado das vítimas, se mostra como base principal para a obtenção dos prazeres perversos por meio da agressão, da violência, da destrutividade anatômica das crianças colocadas em uma posição passiva.

Em suas posições de desamparo natural, os infantes, desprovidos de subjetividade e singularidade, se tornam objetos sempre à disposição dessas mulheres, uma vez que através delas obtém a satisfação de algumas necessidades básicas pela via concreta do corpo (apenas alimentação e moradia) – já que as necessidades afetivas (que também constituem as necessidades básicas infantis) não são atendidas e quando há algum investimento afetivo, não é capaz de suprir as carências infantis. Nesses casos a criança, ao ser vista como objeto, é desapropriada de sua humanidade, sendo um fragmento para a mãe, uma parte do corpo destituída de personalidade. Na verdade, poderia ser qualquer outro objeto, animado ou inanimado, que pudesse ser tratado como alvo da maldade materna.

O destaque para esta relação tão fundamentada pelas vias corporais, demonstra o quão regredidas se encontram estas genitoras, nos faz lembrar da criança em seus primeiros momentos de vida quando alivia suas tensões pela via motora. Tais mães comunicam, de maneira muito rudimentar, que seus corpos e seu psiquismo foram violados brutalmente, de forma que a capacidade de simbolizar foi estagnada. O impacto da violência recebida provocou-lhe a cisão egóica que resultou numa organização perversa como forma de se proteger de um padecimento psíquico ainda maior que culminaria numa ruptura ainda mais radical marcante do fenômeno psicótico de uma explosão mortal pelo transbordamento de sua angústia violenta.

6.2.2 Os ataques violentos como proteção da angústia aniquiladora

A cisão egóica protege o psiquismo do mundo externo, dos registros do mundo interno e da possibilidade de novas fragmentações ao isolar a dor emocional. A experiência traumática da mãe perversa habita seu inconsciente e, juntamente ao Ego devastado, controla suas relações com o mundo e com o seu bebê. Ao filho-objeto são lançados os conteúdos insuportáveis pela via motora e, por isso, a violência e a agressividade compulsivas se fazem presentes, assim como, por não terem eficácia na elaboração, são repetidas ciclicamente.

O filho é essencial para a mãe perversa, por ser a via de fruição dos desejos. Ela se encontra aprisionada ao filho, como este está para ela, vez que é pelo infante que esta mulher se protege egóicamente e sustenta a imaginação de um controle sobre o objeto persecutório que fora internalizado.

É devido à cisão egóica que estas mulheres aparentam, por um lado, ter uma vida comum, conforme as normas sociais, mas, por outro, o que há é a permissão para a transgressão, vinculada ao sexual e aos mecanismos que visam garantir uma sensação de proteção contra as ameaças reais ou imaginadas, como a devastação e a perda do objeto que podem ser ainda mais avassaladoras ao seu psiquismo.

Fica evidente que estas mulheres passaram por traumas muito precocemente para que seu Ego fosse cindido em duas partes, inclusive uma delas, realizando, de alguma forma, a proteção que deveria ser provida pela figura materna, como pontuado por Ferenczi (1933/1992b).

A bipartição egóica se manifesta na dubiedade relacional, de tudo ou nada, tirania e sedução, como mencionado por Martin-Lavaud (2014). Aqui podemos pensar que os atos violentos para com as crianças, abarcam tanto aquilo que atinge a esfera sexual (de modo a gerar algum tipo de prazer masoquista ao infante), quanto a dor física e psíquica que compromete significativamente o desenvolvimento. Dir-se-ia que os atos apresentados nos três casos desta tese contemplam este pressuposto teórico. Observamos a alternância de comportamentos (o joguete afeto x agressividade, a mão/mãe que acaricia é a mesma mão/mãe que espanca). Temos um lado, que é o da violência extrema: Sylvia era humilhada e violentada diante de outras pessoas (crianças e adolescentes) e, talvez, na concepção de Gertrude, o afeto se expressaria pela garantia das necessidades básicas; Jodie era abusada sexualmente por um grupo de familiares, mas ganhava uma sacola de doces quando saía da casa dos genitores; Ana era destituída de sua infância, mas tinha acesso à alimentação e higiene pessoal. Tais mulheres entendem-se como afetuosas ao dirigirem afeto às crianças quando suprem o básico, e isso faz sentido quando lembramos que elas funcionam de maneira primitiva, realmente pautadas na oralidade e na segurança física que uma casa possa oferecer,

pois esta sensação mínima não existiu para elas. Por isso, talvez, se sintam frustradas quando entendem que o suposto amor não foi correspondido.

As mães perversas também atuam de maneira ambivalente e intensa, pela forma de se portar socialmente e nas relações com o objeto, ora investidas amorosamente, mesmo que pela via que supre as necessidades básicas, ora violentamente. A única forma de se portar diante do infante seria pela hostilidade, sem um leque mais diversificado de comportamentos, os quais nos apontam indiretamente às figuras primárias desamparadoras dessas mulheres.

6.2.3 Tentativas de recobrir a falha do objeto primário

O infante é colocado no lugar de um objeto de extrema relevância nos primeiros momentos da vida da genitora: sua mãe perdida abruptamente. O filho, no que ele representa para a mãe perversa, assume como que uma posição semelhante a de um objeto transicional, o qual é revestido de características perversas na psicodinâmica dessa mãe. Se a criança é tomada como um substituto da mãe perdida, ocupa a satisfação narcisista materna. Como o *doudou*, citado por Saïet (2014), pode ser manipulado, atacado, e, mesmo assim, sempre estará lá à disposição de sua mãe e, assim, não será desfeito o laço como aconteceu com seu objeto primário, ou, este objeto não se quebrará, como a figura materno de outrora. Assim, os infantes são tratados como sujeitos extremamente resistentes, inquebráveis, e isso vemos como ponto em comum nos casos aqui abordados, o tratamento das crianças como mais maduras e mais capazes de suportar os eventos do que realmente são, isso mostra que a mãe perversa busca nelas uma figura mais forte que o objeto primário (visam encontrar o objeto primário idealizado), que lhe ampare e reconstitua seu Ego despedaçado.

Ou seja, na perversão materna, o infante recobre as ausências insuportáveis do psiquismo da genitora. A criança, ao corresponder às fantasias maternas, é tomada como objeto fetichizado. Contudo, por esta fantasia ser frustrada em algum momento, tal objeto é alvo de ataques hostis por se mostrar diferente, por desfazer a fantasia de extensão entre mãe e filho, tornando-se ameaçador por fazer a mãe lembrar a perda do objeto primário.

A isto podemos concatenar o número de filhos de Gertrude. Embora eles não sejam retratados no filme como vítimas, a grande quantidade de crianças nos remete às proposições sobre o engravidar e dar à luz ao bebê como algo distinto ao ser mãe, como apontado por Wellton (2003/2018). Talvez todas as crianças (seus filhos, Sylvia e Jenny) lhe preencham uma falta irreparável referente ao objeto primário perdido outrora, que falhou ao ponto de não oferecer um eixo organizador para que alcançasse a genitalidade adulta. Pelo contrário, em

Gertrude, fica evidente a formação de uma via tirânica, presidindo sua vida pulsional.

Pela ação, o sadismo, o masoquismo, os desejos proibidos (edípicos) são vividos de forma gratificante e disfarçada. De sua forma, o perverso atua de modo a reencenar a cena primordial, “. . . a sedução infantil e a gratificação por parte dos pais. . . . [o que viabiliza] uma verdadeira gratificação através de um verdadeiro objeto substituto, de tal modo que a angústia pela perda do objeto [é] dissipada. . . .” (Stoller, 1975/2015, p. 36). A isso podemos conectar o trecho de Stoller (1975/2015), ao afirmar que o perverso, por meio de seu ato, confronta as imagens maternas idealizadas *versus* a imagem degradada. Pela perversão o sujeito evita de forma muito eficiente os sentimentos de angústia de castração e culpa por não entrar em contato com a realidade.

6.2.4 Mães sem culpa?

Não temos dados da história de vida de todas as mulheres dos casos estudados aqui, mas é admissível inferir, conforme apontado por França (2005), que marcas da sexualidade infantil em suas vidas adultas advêm de observações em tenra idade sobre o mundo adulto e o encontro de brechas para a realizações dos desejos socialmente interditos. O que temos de dados recobre a história familiar de Valquíria, permeada de abusos passíveis de se tornarem um caso policial. Para além dos casos estudados por nós, temos os relatos de Violete (André, 1993/1995) e B. (Welldon, 2003/2018), que retratam explicitamente um histórico delineado por práticas ilegais e incestuosas. Certamente, a vivência familiar e as formas de tratamento recebidas apresentaram em suas entrelinhas um caminho viável e autorizado para driblar a censura, sem remorso.

Podemos ver no filme *Um Crime Americano* um traço bastante marcante do perverso: a impressão da ausência do sentimento de culpa. A dor do outro não gera comoções no perverso, Gertrude mostrava-se acreditar realmente não ter cometido mal a alguém. Isso pode ser notado nas cenas em que perguntam sobre o desaparecimento de Sylvia, enquanto ela estava aprisionada no porão. A mulher aparenta estar muito certa de suas respostas sem deixar brechas para dúvidas daqueles que questionam. Além disso, em nenhuma cena ela se mostra incomodada com o sofrimento de Sylvia. A culpa neste caso só ocorreria se Gertrude fosse capaz de se colocar no lugar da garota e ter empatia por suas dores; porém, em razão do objeto/criança ser visto como sua própria emoção terrorífica, não há espaço para que esta mulher veja qualquer outra coisa além de si mesma. Portanto, não sente culpa. Esta mulher

provoca no corpo infantil sua própria dor, ela sofre sem saber e é deste sofrimento que se trata todo este cenário marcado por tanta frieza e falta de empatia.

Através da reflexão de Ferraz (2000/2010), sabemos que, para o perverso, “. . . o corpo não pode mostrar-se fraco ou cansado, deve ser onipotente. . . .” (p. 128). Assim, as crianças agredidas não poderiam remontar esta fantasia onipotente do corpo? De não sentir dor, não se machucar? Este movimento seria uma forma de negação da impotência e recusa do sofrimento advindo da realidade, o que é recusado é projetado na criança espancada. A mãe perversa (e a criança que um dia ela foi e carrega as marcas no seu mundo interno) não compartilha o que é vivido pelo infante. Sendo onipotente, não sofre, não se machuca, apenas goza.

Em *Infância Interrompida*, a mãe perversa satisfaz sua pulsionalidade pela pedofilia, tendo-se a criança como fetiche, objeto que se apresenta em toda a sua vulnerabilidade, que chora e grita, que sofre e, conseqüentemente, eleva a satisfação sexual da mãe perversa, que se deleita ao abusar de maneira ativa – quando introduz objetos na vagina de Jodie – e também passiva, quando assiste às cenas e não atende aos pedidos da própria filha. A satisfação perversa da mãe pode ser constatada quando ela vê sua filha ser abusada pelos tios, ou quando o pai abusa da criança no carro e a genitora em nenhum momento interfere na cena, com o objetivo de cessar qualquer sofrimento da infante (ela apenas ria, como afirmou a criança). Suas intervenções ocorrem no sentido de corroborar os abusos sexuais em relação a Jodie, por meio de fotografias e por alguma forma de gozo sexual através do corpo da garota, já que esta revela que todos faziam algo semelhante ao pai que urinava nela (o que provavelmente poderia ser uma ejaculação, mas não seria surpreendente pensar nessa mãe realmente urinando na filha, já que se trata da satisfação polimórfico-perversa).

Na situação de violência com a criança, as emoções despertadas são de prazer sexual; a criança é tudo na vida da mulher, esta sente um prazer imenso ao atacar esse objeto. A dubiedade e o antagonismo, como características do sujeito perverso, podem ser observadas nas mães (especialmente Valquíria e Gertrude) que têm o conhecimento das leis e proibições, mas, mesmo que não se portem conforme as normas sociais, não se sentem culpadas (devido ao mecanismo de recusa). Nada é descrito sobre isso no caso de Jodie. Entretanto, se a mãe não se entregou à polícia, não foi detida sequer por incongruências em seus discursos, podemos supor que seus argumentos foram convincentes ou desprovidos de provas que a condenassem.

Pela ausência da culpa se portam de modo muito natural em tribunais, ao ponto de colocar os ouvintes em dúvida sobre terem executado atos perversos, caso fossem avaliadas apenas por sua postura em gestos, tons de voz e discursos tão tranquilos e confiantes que

apontariam (se isolados do todo) para sua inocência. Assim, a única forma de saber se fizeram algo ilegal, é pelo conhecimento de sua vida paralela e secreta.

A hostilidade é sempre justificável para tais mães, assim como a não validação do sofrimento do outro, pois o que rege a ação perversa é o desejo de ferir, prejudicar, provocar dano e dor a um objeto externo que é tratado como objeto parcial (coisa). Quando as crianças manifestam dor, pedem para que parem de agredi-las, tentam pedir ajuda, mas não são atendidas; isso não causa qualquer comoção nessas mulheres. Quando Valquíria menciona querer entender as motivações de Ana para ter tomado certas atitudes, isso nos revela que a mãe não é capaz de compreender a linguagem de sua filha, suas demandas emocionais e os impactos dos maus tratos sofridos, não compreende que sua filha pedia por ajuda, por socorro.

Numa relação com a realidade pautada no mecanismo de recusa, estas mães não se importam e não se sentem tocadas com a crueldade cometida aos filhos, apenas são interrompidas quando barradas por algum elemento externo, seja uma pessoa, seja a lei, mas nunca o sentimento de culpa ou empatia para com a dor da vítima. Numa espécie de apatia emocional, a dor e o sofrimento não são reconhecidos conscientemente, mas vão para o inconsciente e podem se manifestar inesperadamente pela atuação violenta exteriorizada no movimento de destruição de si ou do objeto tomado como sua extensão. Temos assim, a perpetuação da violência.

O cenário construído por tais mulheres nutre o ideal de serem onipotentes, como figuras endeusadas. Ao entrar em contato com o corpo de um infante (ainda desprovido da sexualidade adulta e dos traços físicos advindos com a puberdade), poder-se-ia dizer que as pulsões parciais da sexualidade infantil são despertadas nessas mães e faz com que elas ajam com uma violência que se localiza no campo sexual sádico que permeia a relação.

Todas as satisfações perversas acontecem de forma escondida do meio social: uma criança é abusada no quarto com a porta fechada (Jodie); outra, no porão (Sylvia); e, por vezes, as roupas são usadas para esconder as marcas (Ana). Passa-se por um saber e um não saber ao mesmo tempo. Sabem que é proibido, mas isso não é suficiente para reprimir seus ataques. Todas essas figuras ocupantes do lugar materno têm o cenário comum à atuação de seus atos perversos: suas residências. Ali, elas mandam, não estão expostas ao olhar de ninguém, são soberanas e podem fazer aquilo que almejam, pois ficará escondido, fará parte dos segredos familiares. Fazemos menção ao epíteto de “Rainha do Lar” (Martins & Nasser, 1959), cantada por Ângela Maria e Agnaldo Timóteo, que culturalmente tem um sentido positivo, mas aqui adquire uma faceta sombria. Neste viés, trazemos alguns versos da canção, os quais poderiam

também ser tomados como a forma dessa mãe perversa se sentir no lar e em sua fantasia, sobre o que seus filhos pensam dela:

Ela é a dona de tudo
 Ela é a rainha do lar

 Mamãe, mamãe, mamãe
 Eu te lembro o chinelo na mão
 O avental todo sujo de ovo
 Se eu pudesse eu queria, outra vez, mamãe
 Começar tudo, tudo de novo

(Martins & Nasser, 1959)

Ao agredirem os infantes estas mulheres não sentem dor (a dor que a maioria de nós, expectadores, sentiremos em uma posição de empatia para com o infante que sofre). As marcas que as crianças e adolescentes carregam são escondidas de algum modo, ficam longe de vista. É como se nada acontecesse como resultado do ataque ao objeto, onde literalmente isso não é visto, muito menos sentido (o que os olhos não veem, o coração não sente); a falibilidade e o adoecimento do corpo (físico e psíquico) não existirá, portanto.

Adicionamos os apontamentos de Stoller (1975/2015) sobre a existência de um perigo nas cenas em que se agride a criança, que podem se tornar conhecidas por alguém ou denunciadas à polícia, são outro ponto de excitação, vez que são pouco denunciadas, geram a sensação de que triunfou sobre o perigo. O poderio destas mulheres pode ser representado, no caso de Valquíria, onde seu marido aparece em segundo plano. Vemos que o homem é tomado como submisso, fraco, impotente diante da figura materna onipotente, indispensável ao outro, única fonte de prazer. Alguns destes aspectos podem ser confirmados pelo caso de Ana, em que a mãe é o sujeito que decide o rumo da organização familiar, é ela quem bate (o padrasto, bateu apenas uma vez, pois a filha é sua propriedade); Gertrude também é o único adulto numa casa com tantas crianças. Estas mulheres podem ser correlacionadas ao que foi visto no caso exposto por André (1993/1995), onde Violette sustentava em seu imaginário ser mais potente e viril que qualquer homem, com um funcionamento psíquico pautado em rivalidade com o pai e cumplicidade com a condição materna que a colocava em um lugar de superpoderosa. O pai excluído desta tríade e a mãe frágil que necessitava da filha para lhe proteger, são ambos adultos que representam um ambiente desamparador à pequena garota. Nos demais casos (Sylvia e Ana), ao homem é interdito um espaço na relação com a criança, pois esta mãe ocupa um grande espaço no psiquismo de quem cuida do bebê. Sendo o pai dispensável, ela é tudo na vida do filho, assim como ele é tudo na vida dela. Desse modo, instaura-se a perversão materna, marcada por uma mulher que se vê onipotente diante da posse de um filho,

quem faz a regra é ela, não há o reconhecimento, nem espaço para a figura paterna, para a Lei e a interdição.

6.2.5 Identificações, passividade, dominância

Na vivência do evento traumático por estas mulheres perversas, a identificação com o adulto abusador se apresenta como uma saída momentânea, que terá como consequências a perpetuação das cenas de forma reversa, como apontado por Bonnet (2008), e a identificação com o mesmo, quando a mãe perversa, em tenra idade, encontrou como saída rudimentar a introjeção do agressor. Esta escapatória, devastadora ao seu psiquismo, lhe custou a perda da integridade egóica, bem como a dificuldade de lidar e reconhecer nitidamente a realidade, o que se passa em seu entorno, como afirmado por Laplanche (1980/1988).

Em Valquíria temos acesso, por meio de seus relatos, a evidências do mecanismo de identificação com seu pai, o que se manifesta pela compulsão à agressão, uma vez que praticamente qualquer comportamento de Ana motivava a genitora a ter ações violentas semelhantes às experiências vividas em sua história infantil.

Outro indicativo se manifesta quando Valquíria entende que Ana quer lhe atacar, provocar, como se instaurasse uma fantasmática persecutória em relação à filha, como uma projeção do objeto persecutório na menina. Mas o ponto que mais nos chamou à atenção foi no final, quando ela fala sobre o retorno das crianças, deixando em seu ato falho de falar apenas do filho e depois se lembrar de Ana o desejo de ter consigo apenas o menino. Contudo, na sequência de sua fala, parecia ter se lembrado de onde estava e que tinha outra criança, quando acrescentou o nome de sua filha. Assim, podemos também pensar em uma identificação com a menina. Enquanto Valquíria passa a sofrer agressões do pai, após o falecimento de sua mãe, de certo modo Ana também tem sua mãe morta, uma vez que a genitora não foi capaz de proteger a filha de si mesma, de sua própria violência. Nesse caso a repetição fica escancarada, os desamparos ocorrem nas mesmas idades, as atividades atribuídas à filha são as mesmas que a mãe realizou na mesma faixa etária.

Podemos pensar sobre as mães perversas, ao atuarem de tal forma, como reação diante do que é mobilizado nelas mesmas ao lidarem com a passividade e vulnerabilidade infantil, exerce toda sua potencialidade pulsional agora na vida adulta em uma postura ativa para com a criança, por meio da qual revive suas experiências psíquicas infantis não processadas. A não elaboração e a reencenação traumática culminam em um ciclo de violências patológicas

conforme defendido por Welldon (2003/2018), que comprometem o desenvolvimento psicossocial e libidinal da criança que se apresenta a estas mulheres adultas, como se pode observar em todos os casos aqui apresentados, especialmente em Jodie, a qual, por sofrer agressões físicas na cabeça, além da exploração sexual, teve consequências permanentes e irrecuperáveis em sua cognição e psiquismo.

Quanto a isso, podemos nos ancorar em Welldon (2008), Bonnet (2008) e Stoller (1975/2015), quando apresentam sobre a hostilidade (perversa) revelar um movimento de vingança contra um trauma vivido em uma fase pré-genital. Tal trauma poderia nos fazer pensar acerca das fantasias de espancamento mencionadas por Freud (1919/1996t), onde inconscientemente a cena seria revivida pela relação com a criança e aqui temos a possibilidade de uma mulher que se identificou com o agressor e, por isso, tomaria o lugar do pai que espanca – o pai da terceira fase da construção fantasmática –, que pela via do castigo, da humilhação e da agressão física contra a criança, retroalimenta o seu sadomasoquismo. Por uma fantasia masoquista, pode-se pensar que esteja proporcionando algo prazeroso ao infante. A mãe perversa pode substituir o homem pelos filhos e inverter sua passividade erótica na atividade violenta contra as crianças, sendo um modelo de um sadismo que imprime no psiquismo da criança: “*minha mãe bate em mim por me desejar, ela me ama*”. Ainda nesta via, podemos conjecturar que, ao associarmos esta reflexão à segunda fase da construção da fantasia de espancamento apresentada por Freud (1919/1996t), podemos pensar que, pela via do masoquismo, ao ser violenta com o infante, pratica os atos hostis contra si mesma e pela via fantasmática vivencia o prazer da cena originária, ao mesmo tempo que pensa proporcioná-lo.

Neste sentido, pautados em Laplanche (1980/1988), a identificação também se dá com a criança que é violentada, por sua impotência e pelo encontro desta mãe com o masoquismo originário, precursor do sadismo, via pela qual se obtém prazer imaginário ao se perceber em posição de dominância sobre a agressão que lhe acomete internamente desde os tempos de transbordamentos pulsionais da figura materna. A mãe perversa ataca violentamente o filho que lhe apresenta uma dependência insuportável, e lhe faz lembrar que esta posição pode ser também prazerosa (como realmente foi a ela um dia).

Quando Laplanche (1938/1992b) fala do masoquismo podemos inferir que, no caso da perversão, existe uma luta constante contra este estado originário. A mulher que maltrata seus filhos, espanca, escraviza, humilha, vive seu masoquismo de forma projetiva, para se livrar das angústias muito violentas ligadas ao masoquismo dela (o que se assemelharia à lógica freudiana do fetichismo, onde notamos que em todos os exemplos trazidos pelo autor o sadis-

mo está presente, é um fetichismo sádico, o prazer está em amassar, massacrar o objeto – como no exemplo do sapato chinês – cortar o cabelo, amarrar, enfim, exemplos brutais que apontam para esta mesma direção).

Temos um masoquismo em sua forma mais violenta possível, que redundando no sadismo de mesma magnitude fundamentado na pulsão sexual de morte, “. . . a forma mais desestruturada e desestruturante da sexualidade. . .” (Laplanche, 2015, p. 142). Contudo, todo sadismo implica em um “. . . mínimo de identificação masoquista com a vítima. . .” (p. 153). Também podemos supor nos casos apresentados, a replicação dos restos inconscientes, como pontuado por Laplanche (1968/1992c), vividos no passado, atualizados constantemente e inversamente à cena original. A mãe faz com seu filho o que fizeram com ela, projeta seus conteúdos insuportáveis, estabelece um ciclo repetitivo infinito, por ser ineficaz à elaboração. Seria uma forma de sentir a vitória sobre o agressor e afastamento dos conteúdos traumáticos, algo de durabilidade curta, pois o retorno da tensão pulsional é certo, daí o ritual repetitivo *ad infinitum* que se instala. A simbolização não acontece, a angústia insuportável e terrorífica permanece em seu mundo interno. O prazer se faz do alívio da descarga pulsional e, também, pela fantasia de superar o horror, a dor insuportável, por imaginá-la fora de seu mundo interno. Sobre as repetições incessantes, relacionamos o fato de Sylvia, num local insalubre, ser amarrada e agredida diariamente. A série de maus tratos cotidianos e a restrição alimentar, provocam a morte da adolescente, o que seria a consumação da pulsão sexual de morte (no sentido laplancheano) formada de “restos” das excitações ocorridas na situação originária do bebê. Estes resíduos inconscientes, por atacarem ininterruptamente o Ego da mãe perversa, provocam a reprodução da cena originária e atestam sua sobrevivência psíquica e seu triunfo.

Temos assim que a pulsionalidade lançada à mãe quando criança com grande intensidade (conforme os casos aqui apresentados) e internalizada, invadiu seu mundo interno de maneira prejudicial ao seu desenvolvimento, dada a carga excessiva da pulsão sexual de morte. Ressaltamos que nem tudo que invade o mundo interno da criança é excessivo ou extremamente prejudicial. Tudo do adulto invade a criança, mas não é nesta mesma medida que os conteúdos serão traumáticos ao nível do que estudamos nesta tese.

6.2.6 O despertar do polimórfico-perverso pelo contato com o infante

É importante destacarmos que a pulsão de morte (no sentido freudiano) da mãe perversa, dirigida à criança, talvez seja viabilizada pelo aspecto de que o infante é capaz de provocar algumas regressões no adulto de modo a despertar nele os conteúdos polimórfico-

perversos, dos quais os sentimentos de agressividade e hostilidade fazem parte. A criança apresenta para o adulto uma realidade sedutora, uma imagem provocante, quase um convite à satisfação pulsional. A criança suscita na maioria das pessoas a sensação de ter superpoderes, quando fazemos gracejos e ela sorri, quando a acalentamos e cessamos seu choro estridente, quando ela nos dá algum retorno que esperávamos. Na mãe perversa essa satisfação ocorreria em magnitude ainda mais acentuada, especialmente quando o infante nada responde, não reage, como se aceitasse os fatos. Por isso, muitas vezes o agressor aponta para alguma direção que culpabiliza a criança, pois pode pensar que ela é conivente com os atos envolvidos na relação, ou por inconscientemente acreditar que a criança deu o primeiro passo para tudo isso acontecer, seduzindo o adulto.

Então, no caso desta pesquisa, podemos dizer que na relação com a criança, as mães perversas regridem ao ponto de acessarem seus conteúdos não recalcados e insuportáveis de modo a cometerem atrocidades com suas crianças. Sobre isso, encontramos em Bleichmar (1994) que o adulto, ao se dirigir ao *infans*, experimenta uma sensação de prazer provocado pelo despertar de sua sexualidade infantil. A relação adulto-criança é recoberta por tal sexualidade, o que provoca a retomada de aspectos inconscientes. Laplanche (2015), pontua que a criança desperta em sua mãe o desejo sexual e, ao mesmo tempo, faz entrar em jogo o recalque sexual, o qual existe com muita dificuldade. Deste modo, a hostilidade exteriorizada pelo maltrato revela a sexualidade infantil de sua mãe que foi despertada diante dos cuidados de seu filho e o contato com satisfações erógenas, daí a regressão nestas mulheres. Por atuarem de maneira tão brutal é que muitos se espantam e se surpreendem com a mãe perversa, que antes da maternidade, jamais esboçou qualquer sinal que pudesse ser compreendido como perverso. A hostilidade entraria no campo dos “. . . crimes sexuais. . . . No sentido freudiano do termo. . .” (Laplanche, 2015, p. 141).

O fato é que todos estão propensos a ser perversos, como um potencial que existe no inconsciente de cada adulto neurótico, mas nem todos os sujeitos chegam a realizar os atos perversos. Isso se prova diante do temor adulto de que o bebê caia de seus braços (o medo não é o de deixar a criança cair e sim de realizar o desejo de que a criança caia). Quando os maus tratos se concretizam, esta fantasia sádica é externalizada; ou seja, as pulsões destrutivas se desviam do recalque, ao ponto de não serem mantidas no campo fantasmático. As pulsões passam por alguns processos no psiquismo humano, até que sejam externalizadas, por vezes, através de ações. No caso das mães perversas que cometem atrocidades com suas crianças, o estímulo da sexualidade infantil, presente na relação com o infante, passaria por algo irresistível, impossível de ser impedido pelo recalque. Tais aspectos ultrapassariam

este dique e se materializariam em ato violento, a pulsão se materializa na realidade de forma crua, menos lapidada pelos processos psíquicos, menos simbolizada. Também podemos ver em *Um Crime Americano*, o quanto a perversão tem sua capacidade de induzir, encorajar e suscitar nos que estão próximos a satisfação e o desejo de se ter um objeto que atenda a suas pulsões parciais, por instigar os conteúdos inconscientes de todos nós. A cena, que ocorre diante de todos, antecede os acontecimentos no porão e evidencia essa corrente de excitações que estimula quem está próximo a também cometer atos assim.

A perversão está em todas as mães, em graus menores ou maiores. Uma mulher que não tenha elaborado suas representações maternas e que tenha vivido situações de desamparo e hostilidade intensificadoras do seu sadismo, ódio e desejos de vingança, e que, também, não tenha recursos psíquicos para conter suas pulsões destrutivas, terá sua capacidade de exercer a função materna ameaçada ao fracasso. As mães perversas, poderiam ser descritas como sujeitos paralisados em suas ansiedades arcaicas, impedidas de se relacionar de maneira empática com seus filhos, de modo a não compreender suas fragilidades e necessidades ao mesmo tempo em que socialmente aparentem levar uma vida dentro das normas sociais e valores morais. São sujeitos que atuam de forma maldosa e sabem do mal que podem provocar, embora isso não seja fator impeditivo aos seus atos. O aprisionamento em seu próprio narcisismo deve-se à impossibilidade de elaboração dos traumas do passado que vêm à tona nestas mulheres diante da posição materna. Isso nos permite pensar que o amor materno necessário ao desenvolvimento do bebê só é atingido quando o polimórfico-perverso está controlado, ou seja, pertencente ao campo do recalcado. Tais mães representam perigo aos infantes vítimas de suas maldades.

Diríamos então que a mãe suficientemente boa é aquela que consegue, por seus mecanismos psíquicos, manter reprimidos os desejos polimórfico-perversos, excitados pelo contato com a criança. Em outras palavras, na boa relação com o filho, sobressai a pulsão de vida vinculada ao sentimento amoroso, que proporciona um ambiente salutar ao desenvolvimento do pequeno sujeito, ou seja, “. . . necessita passar daquilo que é pulsional (sexualidade, agressividade) para o que é afetivo para poder cuidar do infante.” (Lima, 2019, p. 94). No caso das mães perversas, predomina a agressividade oriunda das esferas inconscientes, sendo essa a maneira pela qual tais genitoras são capazes de lidar com suas maternidades, em busca de manter seu funcionamento psíquico. Devemos nos lembrar, sobretudo, que a perversão serve para proteger o sujeito de angústias psicóticas, devastadoras e brutais.

Sobre o ciclo repetitivo, França, Roman e Bacelete (2010) apontam para a

transgeracionalidade como um fator significativo nos ciclos de violência familiar, indicando que as mulheres que foram vítimas de violência em sua infância tendem a expor seus filhos à situações semelhantes às do seu passado. Isso representa a repetição como um fator característico do psiquismo dessas mães, pela impossibilidade de representação verbal e, por isso, reencenada de forma compulsiva, como única alternativa para estas mulheres tentarem representar, de forma muito rudimentar e inconsciente, o trauma vivido.

É de suma importância ressaltar que não se trata de uma cena traumática focada no passado. Além das experiências em tenra idade, a vida adolescente e adulta remarcam as mesmas emoções aniquiladoras e de desamparo. Portanto, além das cenas primárias, ocorrem outras vivências que cravam marcas ainda mais profundas nessas mulheres e reforçam as primeiras. Isso fica exemplificado na história de Valquiria que passou por tantas rupturas e perdas. Também se sustenta nos relatos da paciente de Welldon (2018) e em Violette (André, 1993), que além de uma infância sofrível passaram por muitas experiências dolorosas ao longo de toda a vida. Vemos assim, que os traumas desta magnitude, tão repetitivos, marcam a história do sujeito com a hostilidade e, frente à maternidade, lançará em seu filho a crueldade e a violência que habitam seu psiquismo e que elas mesmas desconhecem. França, Roman e Bacelete (2010) consideram que, pelo fato de os traumas acontecerem em um momento de tamanha prematuridade do aparelho psíquico, tais experiências dificilmente são representadas; por conseguinte, a elaboração destes eventos dificilmente ocorrerá.

Por fim, podemos compreender que a mãe perversa é este sujeito que se movimenta na via da satisfação de suas pulsões violentas, sem censura, lançadas à criança em sua condição passiva, a qual é vista com ódio. É por esta posição, ou por um mecanismo de projeção das figuras fantasmáticas terroríficas, que este infante passa a representar para esta mulher. O gosto pela violência e a humilhação do objeto criado por ela mesma, fomenta a sensação de onipotência e viabiliza a fruição das moções polimórfica-perversas, tudo isso sem culpa, pois se há o desejo de vingar-se do objeto primário, significa que inconscientemente estão fazendo justiça com as próprias mãos e se defendendo de algo que, ainda na vida adulta, é tomado como algo que pode causar novas fragmentações psíquicas. Assim, reproduzem incessantemente e de forma reversa seus traumas não elaborados, em atos que apenas provocarão alívio momentâneo, mas que não serão eficazes em solucionar seus conflitos internos. Apesar da primitividade com a qual estas mulheres agem, talvez, em algum momento, de alguma maneira, num *a posteriori*, encontrem alguma condição que possibilite simbolizar os traumas excessivos diante da falha materna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos, na trajetória desta pesquisa, que abordar a perversão materna seja uma forma possível de sair do campo da negação e do simplismo, que romantiza a maternidade como um momento de amor inato, vivido pela mulher. É fato, tratamos aqui de um objeto difícil de ser estudado, justamente por deparar-se com este paradigma da maldade materna. A fim de nos dedicarmos aos estudos deste tema e trazê-lo à tona, pudemos perpassar pelas compreensões gerais e específicas de cada autor, o que contribuiu significativamente para ampliar e aprofundar a compreensão psicanalítica sobre estas mães perversas.

Em Laplanche (1968/1992b; 1999), vimos que na perversão a relação entre o adulto e a criança é demarcada por uma sedução mortífera de intrusão da sexualidade daquele no psiquismo infantil, o que impede o infante de assimilar os conteúdos recebidos e acarreta a formação de resíduos inconscientes que realizarão ataques egóicos. Diante da realidade que se apresenta insuportável nestas condições excessivas, para que o encontro com o mundo externo não aconteça e este não seja reconhecido como fonte de violência, o Ego se cindirá e encontrará como recurso a reprodução da cena agressiva em que o adulto se identifica com o infante e obtém satisfação ao se ver capaz de sobreviver aos ataques, sem entrar em contato direto com os próprios sofrimentos já presenciados em situações tão equivalentes. Quando a mãe perversa se identifica projetivamente com a passividade da criança agredida, age violentamente para se proteger desta condição, representante do masoquismo originário.

Além dos conteúdos pulsionais excessivos que invadem a criança, por Ferenczi (1933/1992b) pudemos entender que a mãe perversa, ao internalizar seu agressor na infância, passa pela clivagem egóica, seu psiquismo perverso é dividido em duas partes, uma delas realizando a função materna de cuidado e a outra movida pelas pulsões mortíferas de tendência destrutiva, as quais permanecerão em conflito constante por serem divergentes e serão lançadas ao infante. Além disso, pela fragmentação egóica, os objetos não são reconhecidos pelo perverso como inteiros ou dotados de subjetividade; a mãe perversa não terá empatia pelo seu filho, o qual não será visto em sua humanidade.

Bonnet (2008) afirma que o trauma gerado pela violência excessiva na infância e representante da ruptura abrupta com o objeto primário, desdobra-se em desejo de vingança como estratégia de sobrevivência. Por ele podemos compreender que a mãe perversa representa risco ao infante por tentar criar com este uma cena em que seja possível inverter a

situação primária; ou seja, estabelecer um laço com este objeto por meio do qual ele possa ocupar o espaço psíquico do objeto perdido. Contudo, este vínculo será guiado pelo movimento vingativo da mãe agressora, que lança ao infante uma violência de magnitude sádica e mortífera. A vingança é lançada ao filho justamente por este ser tomado como um representante psíquico do sujeito que abusou de sua mãe quando esta era pequena. Portanto, há uma equivalência entre o objeto internalizado (persecutório) por esta mãe em sua infância e sua criança. A genitora projeta em sua criação as suas emoções insuportáveis, sentimentos desagradáveis, aquilo que rejeita em seu próprio mundo interno é lançado ao infante, o qual passará a representar externamente os objetos internos terroríficos da mãe. É pela via física, do corpo, da epiderme infantil, que a mãe satisfaz perversamente sua pulsão vingativa por meio das ações cruéis. A figura materna da mãe perversa falhou imensamente, não supriu suas necessidades básicas de cuidado e proteção, os atos perversos são vinganças contra esse primeiro objeto de amor provocador de intensa frustração.

Temos ainda Stoller (1975/2015), que atrela a perversão ao estudo da hostilidade, à realização do ódio em sua forma erótica, o qual se expressaria no mundo externo driblando-se uma diversidade de riscos fantasiados, o que elevaria a cota de gratificação sexual, pois ao realizar o ato perverso, o sujeito se sentiria triunfante. O risco verdadeiro se refere ao que vem do inconsciente, ao fato de haver um sentimento de ódio pela figura parental e isso ter relação com não ser uma criança obediente. Assim, o filho é visto como propriedade sua (a mãe é sua criadora), interdita a rebelar-se quando feita de objeto alvo de descarga do ódio e da hostilidade e, por isso, danificado.

Diante de todos estes apontamentos que foram confirmados a partir das análises dos casos aqui apresentados, tanto naqueles que investigamos, quanto aqueles trazidos a partir de outros autores, como André (1993/1995) e Welldon (2003/2018), podemos sustentar a ideia de que as mães perversas são sujeitos aprisionados em momentos arcaicos e movidas por angústias terroríficas. O encontro com seus filhos é o encontro desta mulher com seus próprios objetos fantasmáticos persecutórios e ao mesmo tempo, pela psicodinâmica perversa, estes filhos servem para tamponar os vazios maternos. Isso evidencia que tais mulheres, como mães, estão emocionalmente impedidas de atender às demandas infantis quando estas se anunciam.

Percebemos no percurso deste trabalho que evita-se tratar de assuntos sobre mães más, que agem violentamente com seus filhos. Isso se reflete na escassez literária, nas lacunas e incertezas sobre este assunto ainda pouco comentado. Talvez isso se explique por um movimento de negação geral que mantenha o ideal de maternidade vinculado ao amor

incondicional, à preservação da vida e da família, à afetividade, fragilidade, acolhimento e solidariedade; ou seja, um mecanismo de projeção da fantasia de boa mãe que cada um carrega dentro de si. Mas estas maldades existem, há muito material sobre casos policiais que sempre chocam.

O mal-estar, estranhamento e incômodo causados pelo contato com a perversão materna se explica, conforme Freud (1919/1996m), por se tratar de algo familiar, existente em cada um, mas que foi recalçado e deve assim permanecer inconsciente. O contato com estas histórias gera a possibilidade do retorno do recalçado, o que é ameaçador ao Ego, pois as mulheres perversas são tomadas como uma ameaça à organização psíquica neurótica, tal qual seus filhos o são para a estrutura delas. A raiva que nos toma conta num primeiro contato com esses casos e o desejo de alguns em tratar judicialmente essas mães, inclusive sob a pena de morte, nada mais é do que fazermos o mesmo que elas fazem com seus filhos. Entretanto, se justifica pela manutenção de uma ordem social, como seriam algumas práticas religiosas (inclusive algumas delas envolvendo rituais de sacrifício de vidas) justificadas por uma lei divina.

As barreiras pulsionais, os diques, não funcionam na mãe perversa como seria na neurótica. Pela obstrução do recalçamento, a sexualidade infantil atinge satisfação libidinal sem impedimentos. Também ficam comprometidas as capacidades de distinção das posições humanas na relação adulto-criança, a função materna se enfraquece e a identificação dos limites e das normas se mostra truncada. Nesse sentido, a mãe perversa se constitui a partir da sua experiência primária com um objeto que lhe invadiu violentamente pela ausência do cuidado e do amor necessários, ao ponto de instaurar um laço primário de desproteção de sua existência, que ameaçou sua sobrevivência e gerou um estado de ameaça de aniquilamento. O mundo externo apavorante precisa, assim, ser atacado, como um meio de se proteger, pois nunca estiveram ali por ela.

A mãe perversa atua para satisfazer seu narcisismo. Seus investimentos libidinais estão canalizados em garantir sua autoconservação, por se sentirem constantemente em perigo. As necessidades infantis não são reconhecidas, nem atendidas (caso sejam percebidas), pois o filho é um objeto vazio, que será preenchido com os fantasmas maternos e deverá contê-los. Tudo o que é rejeitado no universo psíquico da mãe perversa, é passado para a criança, como um recurso da genitora tentando controlar suas próprias emoções, numa forma de atualizar o sentimento de onipotência. Diante desta possibilidade, a mãe perversa estabelece uma relação fusional com a criança ao se apropriar da subjetividade de sua prole para satisfazer seu narcisismo.

As histórias de vida dessas mães perversas são marcadas por um lugar em que lhes eram deficientes os suprimentos das necessidades físicas básicas (casa, comida e estudos) e mais ainda as necessidades afetivas. Todas elas foram adultizadas precocemente, ao serem as únicas do contexto familiar responsabilizadas pelos cuidados da casa, dos irmãos, de suas mães, submetidas a trabalhos como prostituição e satisfação dos desejos sexuais parentais e, mesmo com toda essa carga, nunca receberam reconhecimento e amor. Desamparadas, sem outros recursos, não lhes restou outro caminho que não fosse sucumbir à recusa da realidade pela clivagem egóica para sobreviver a um mundo que se apresentou como tão aniquilador-

Quando casos desse tipo são relatados, é comum a ocorrência de se focar na história das crianças agredidas. Das mães dessas crianças, raramente se busca saber por onde passaram, qual foi sua trajetória de vida e sob quais condições se formou seu psiquismo. Este interesse, se ocorresse com mais frequência, nos permitiria sair da posição de julgamento e considerar a invisibilidade delas para lhes dar um lugar de fala, de escuta, de acolhimento e de humanidade, que talvez viabilizasse novos rumos psíquicos. Nos identificamos com a criança, pois, de alguma forma, já fomos alvos das pulsões polimórfica-perversas de nossos pais, mesmo que em diferentes graus, seja em realidade ou em fantasia. Deste modo, odiamos estas mulheres também pelo fato de que nos obrigam a lembrar que nossas mães não nos amam incondicionalmente.

Como pensar em práticas que poderiam contribuir com essa problemática? O que a Psicanálise tem a fazer sobre isso? O que compete à atuação do analista? Proporcionar espaços onde as mulheres possam falar sobre suas maternidades, sem julgamentos, compreendendo que esse momento perpassa por uma diversidade de sofrimentos e desamparos; dar-lhes voz e oferecer-lhes acolhimento, de forma interdisciplinar, pode nos permitir atuações que possibilitem transformações que diminuam a violência cometida contra crianças e dê suporte emocional às suas mães. Pelo vértice das crianças, França, Roman e Bacelete (2010) se questionam a respeito da possibilidade de interromper-se a violência transgeracional e apontam como uma medida salutar a relevância da clínica psicanalítica na infância, a qual promoverá um espaço em que a criança agredida poderá descarregar “. . . o excesso pulsional que ocasionou seu traumatismo.” (p. 71). Ademais, cabem aos adultos estarem atentos aos comportamentos infantis, que podem comunicar uma agressão vivida e que fora perturbadora. Se esta for acolhida precocemente, a criança pode encontrar outras vias para liberar de seu inconsciente mensagens que até aquele momento eram difíceis de elaboração.

É a capacidade do adulto em ouvir e dar sentido à experiência traumática infantil, que

estimula a fala da criança. Ou corrobora com o seu silenciamento, quando este ouvir não se faz com tanta receptividade. Caberá ao analista dar suporte ao que é representado para que seja transformado em palavra, de modo que o traumático seja simbolizado e este agressor não torne mais seu hospedeiro psíquico.

É preciso entender o psiquismo dessas mães perversas e dialogar com outras ciências, como a pediatria, a psiquiatria infanto-juvenil e as esferas jurídicas que atuam com os direitos da família, uma vez que a possibilidade de se detectar que a mãe e sua criança estejam em sofrimento pode partir, muitas vezes, dos profissionais que estão em contato mais direto e constante com a criança. A compreensão desta psicodinâmica e o cuidado oferecido a estas mães, pode ser uma via para que estas mulheres talvez ofereçam algum tipo de cuidado aos seus filhos. Talvez esta seja uma proposta tecida por Vera Iaconelli (2012), em *O mal-estar na maternidade*, quando a autora fomenta em suas ideias a necessidade da existência de um suporte social e cultural às mães em geral, para que o sofrimento ganhe espaço de expressão, ressignifiquem suas identidades perante à maternidade e reconheçam seus filhos como sujeitos de subjetividade.

. . . Pois é justamente no âmbito da perinatalidade que o corpo tem sido reduzido, de forma mais dramática, à sua condição de dejetivo orgânico, embora o discurso seja o de que se trata de salvar vidas, embora saibamos o quanto ser vivo e sujeito são diferentes. Essa breve diferenciação entre algumas abordagens do corpo tem por objetivo ressaltar que, ao se falar dele, há que se definir a cada passo de que corpo se trata, sob a pena de imaginarmos, por exemplo, que a concepção possa fazer pressupor o surgimento da função materna, bem como supor que o bebê pode ser tomado por sujeito, bastando para isso a evidência de sua organicidade. Por outro lado, devemos ter em mente que a experiência da gestação, quando investida libidinalmente pela mulher, tende a favorecer sua capacidade de reconhecimento do papel maternal, além de repercutir socialmente, pela força da evidência material, retroalimentando esse reconhecimento. São fatos que não devem ser negligenciados. (Iaconelli, 2012, p. 83).

Bonnet (2008) indica a intervenção analítica como possibilidade de engendrar diques às inundações pulsionais perversas. Ao analista caberia a realização de interpretações a partir das mensagens decodificadas dos atos perversos (respostas caricaturais à sedução exagerada do adulto). Para que as bases da organização psíquica sejam reveladas, é necessário que o profissional esteja disposto a tornar o *setting* favorável à manifestação dos afetos do perverso, a fim de que ele possa em algum momento, e paulatinamente, se haver com seus afetos, questionar suas maneiras violentas e vingativas de lidar com suas moções pulsionais. Isso poderia favorecer a releitura de sua forma de lidar com a realidade.

A postura do analista, conforme Molin (2017), deve oferecer a essas mães um espaço de fala sobre suas vivências, a fim de que, no lugar da culpa e do julgamento social, se insira o entendimento de que elas não são responsáveis pelos eventos ocorridos em tenra idade.

Temos que “. . . o isolamento gerado pelo sentimento de que não se pode contar com mais ninguém passa a funcionar como pedra angular do trauma, e interrompe as tentativas de comunicação e posterior elaboração de sentido. . . .” (Molin, 2017, p. 82). O que podemos também inferir é que, no contexto dessas mulheres, o ambiente negligenciou seus sofrimentos. Lembramos aqui que, nem mesmo a vizinha de Ana, que afirmou ouvir a menina chorar algumas vezes, não foi capaz de realizar qualquer denúncia.

Segundo Bacelete (2013), um dos complicadores na atuação clínica diante dos comportamentos compulsivos do perverso, está no fato de que estes impossibilitam o acesso ao mundo interno e às angústias do sujeito, barrando a possibilidade de elaboração dos mesmos. Por isso, cabe à psicanálise auxiliar estes sujeitos a engendrarem novas formas de se relacionarem com seus conteúdos internos e com o mundo externo.

De que maneira, então, os conteúdos psíquicos que angustiam o sujeito podem ser mobilizados, sem que o analista corra o risco de ser levado a integrar o elenco das cenas nas quais a atuação sobrepuja qualquer elaboração? Ele não pode simplesmente se negar a compor esse jogo, a interpretar esses papéis; suas intervenções devem buscar desfazer a “coisificação” à qual o paciente procura submetê-lo. A tendência a estabelecer relações narcísicas com o outro, transformando-o em seu prolongamento, leva o perverso a fundir todos os objetos externos num anonimato desumanizante. Mas, através da transferência, dos movimentos projetivos do sujeito, o analista procura operar uma modificação nesse padrão (Bacelete, 2013, p. 149).

Ao analista cabe se colocar como um objeto interessado e reflexivo, diferente do objeto primário. O objeto representado pela figura do analista, se internalizado, pode propiciar a reedição de sua história. As análises devem estar pautadas, especialmente, no momento presente, pois a retomada de temas pregressos pode suscitar uma angústia paralisante, prejudicial ao processo analítico. Além disso, os limites do *setting* terapêutico devem ser pensados, sem tanta rigidez, para que o desejo de transgressão não seja instigado, mas, também, não sejam tão abertos. Ou seja, exige maleabilidade do profissional e astúcia na condução do processo. Outro ponto importante, é o trabalho multiprofissional, que ameniza a possibilidade de projeções intensas e violentas, canalizadas a uma única figura, além de proporcionar ao perverso um leque mais amplo de simbolizações, viabilizado por vários sujeitos.

A análise possibilitaria a reestruturação daquilo que se constituiu, a partir do circuito pulsional anárquico do início da vida, favorecendo a organização pulsional e sua circulação de maneira mais fluída, não focada apenas em uma região, como a superfície da pele, no caso das violências aqui apresentadas; ou seja, a sexualidade encontraria outras possibilidades. Bacelete (2013) afirma que, sendo a cisão perversa um funcionamento pautado ora na neurose, ora na psicose, o trabalho analítico deve ser balizado pela via neurótica, na relação

do sujeito com o mundo externo e naquilo que for possível ser simbolizado e integrado no Ego do analisando. Isso favoreceria outras formas de lidar com a frustração, que não a atuação perversa e compulsiva. “Todas essas modificações são propiciadas pela maior integração das partes clivadas do ego, possibilitada por intervenções ou situações que predisponham o sujeito a buscar algum tipo de elaboração psíquica dos conteúdos disruptivos que fomentam sua prática compulsiva.” (Bacelete, 2013, p. 153). Contudo, se a atuação do sujeito for veementemente reprimida na análise, ocorrerá o aumento da angústia, o que não significa que o profissional deva incentivar as práticas do sujeito e, sim, realizar os movimentos conforme for possível observar sua capacidade de progressão para encontrar outros recursos. Ao mesmo tempo em que o analista trabalha para barrar as repetições compulsivas, se coloca na posição de um objeto que oferece proteção psíquica, como deveria ser o objeto primário: proporcionar continência aos excessos pulsionais e viabilizar a simbolização.

. . . a condução clínica desses casos deve evitar, quando possível, o combate direto à atuação, pois, sem o amparo de um longo processo de escuta dos conteúdos incrustados, das mensagens inconscientes não-traduzidas, a mera extinção do comportamento apenas aumentará o nível de angústia que assola o sujeito, podendo inclusive inviabilizar o prosseguimento da investigação analítica. (Bacelete, 2013, p. 154).

Trabalhos como esta tese, que visam a compreensão da estrutura perversa materna, nos encaminham para uma leitura que auxilia teórica e clinicamente tomar a perversão como uma comunicação das angústias violentas através do ato. Isso nos permite desmistificar e transpor concepções moralistas e estereotipadas acerca destas mães perversas.

Apesar de apontarmos aqui algumas possibilidades de intervenção, é válido ressaltar que o objetivo principal seja a oferta de um espaço favorável à dissolução de angústias aniquiladoras. O analista não deve ter a expectativa de promover a capacidade para a maternidade ou uma cura das mães perversas que as aproxime de uma neurose. O trabalho pretendido com essas mulheres é apenas melhorar sua forma de lidar com seus conteúdos internos, dentro daquilo que seja possível na caminhada de cada uma delas.

Reconhecemos que desconstruir a maternidade santificada é um percurso intrincado e gradual. Há sete anos estamos oficialmente empenhados neste ofício. Em 2014 tivemos um marco inicial, quando na disciplina do Programa de Pós-graduação em Psicologia (UEM), sobre “Mitologia Grega e a Dimensão Trágica do Psiquismo”, com embasamento psicanalítico, durante a apresentação do mito de Medéia ao grupo de alunos, falamos sobre esta personagem tomada pelo horror e moralismo diante de seu ato filicida. Foi quando o Professor Doutor Paulo José da Costa, em um tom muito gentil, lançou a observação: “*Você não está sendo dura demais com Medéia?*” (sic.). Tal apontamento nos abriu uma série de

indagações e reflexões que nos propulsionaram a buscar compreensões dos possíveis mecanismos psíquicos envolvidos em atos maternos impactantes. A busca por respostas resultou em nossa pesquisa de mestrado, e, por hora, na presente tese de doutoramento que chega agora em suas linhas finais, mas sem o intuito de encerrar as discussões e com a certeza de que muitos caminhos ainda hão de ser desbravados acerca da perversão materna e outras dinâmicas da relação mãe-filho, escondidas entre as quatro paredes de um lar e silenciadas pelos estigmas sociais. Algo que não passa despercebido pela escuta psicanalítica.

REFERÊNCIAS

- Abelhauser, A. (2018). *La perversion au féminin* [version audio]. Une conférence enregistrée en 2016, présenté à Conférences Université Bretagne Loire, France. Récupérer de <https://www.franceculture.fr/conferences/universite-bretagne-loire/la-perversion-au-feminin>
- Abelhauser, A. (2013). *Mal de femme. La perversion au feminine* [version online]. Paris, França: Seuil. Récupérer de <http://flipbook.cantook.net/?d=%2F%2Fwww.edenlivres.fr%2Fflipbook%2Fpublications%2F25832.js&oid=2862&c=&m=&l=&r=&f=pdf>
- Abraham, K. (1994). Observaciones sobre el psicoanálisis de un caso de fetichismo del pie y del corsé [versão online]. In K. Abraham, *Psicoanálisis clínico* (D. R. Wagner, trad., 3a ed. Cap. 5, pp. 95-104). Buenos Aires, Argentina: Lumen Hormé. (Trabalho original publicado em 1910). Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/419260300/Karl-Abraham-Psicoanalisis-Clinico-pdf>
- André, S. (1995). Deux homossexuais. In J. André, *A impostura perversa* (V. Ribeiro, trad., Cap. 2, pp. 69-108). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar (Trabalho original publicado em 1993).
- Aulagnier-Spairani, P. (1979) *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado* (M. C., Pellegrino, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1975).
- Aulagnier-Spairani, P. (1967). Remarques sur la féminité et ses avatars. In J. Claveur, J. Perrier J. & G. Rosolato (Orgs.), *Le désir et la perversion* (Cap. 4, pp. 53-89), Paris, França: Seuil.
- Badinter, E. (1980). *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel (XVII-XXIII siècle)*. Paris, France: Flammarion.
- Bacelete, L. (2013). *Repetição e Angústia: Origens da Perversão*. [E-book]. Petrópolis, SP: KBR.
- Barros, R. M. M. de, Mendonça, L. G., & Silva, F. de. (2013). Mulher perversa? *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 16(2), 218-231. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rlpf/v16n2/03.pdf>. DOI: 10.1590/S1415-47142013000200003
- Belo, F. (2010). *A perversão sob a ótica da teoria da sedução generalizada* [versão online]. Recuperado de <http://www.fabiobelo.com.br/wp-content/uploads/perversaotsg.pdf>

- Belo, F. (2018, 13 de agosto). A posição originária do masoquismo. [YouTube]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=GckMuV_aI8k
- Belo, F. (2019, 4 de dezembro). Diferença e diversidade. [YouTube]. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=DOIh_NHKaBY&t=83s.
- Belo, F. (2020a, 05 de fevereiro). Confusão de línguas. [YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=JCO7hMrXug4>
- Belo, F. (2020b, 7 de maio). *Masoquismo e mensagem enigmática - Parte 1*. [YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=igOqy5H1lfo>
- Belo, F. (2020c, 7 de maio). *Masoquismo e mensagem enigmática - Parte 2*. [YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=eMYjevoBUE8>
- Belo, F. (2020d, 7 de maio). *Masoquismo e mensagem enigmática - Parte 3*. [YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=ssR-BzODrK0>
- Benhaim, M. (2007). *Amor e ódio: A ambivalência da mãe*. (I. B. Machado, Trad.) Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud. (Trabalho original publicado em 2003).
- Birman, J. (2002). *Feminilidades*. Rio de Janeiro, RJ: Contra Capa.
- Birman, J. (2001). *Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise*. [E-book]. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. Recuperado de <https://zbukarf1.cf/book.php?id=nosBDgAAQBAJ>
- Birman, J. (1999). *Cartografias do feminino*. São Paulo, SP: Editora 34. Recuperado de <https://docero.com.br/doc/xv1e1>.
- Bleichmar, S. (1994). *A fundação do inconsciente: destinos da pulsão, destinos do sujeito* (K. B. Behr, trad., pp. 137-141). Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul. (Trabalho original publicado em 1993).
- Bonnet, G. (2008). *La perversion: se venger pour survivre*. Paris, France: Presses Universitaires de France.

- Borgo, E. (2014). *Um Crime Americano: Diretor investiga assombrosa história real de sua cidade natal*. Recuperado de <https://www.omelete.com.br/filmes/um-crime-americano>
- Campos, D. T. F. (2010). A perversão feminina e o laço social na atualidade. *Revista tempo psicanalitico*, 42(2), 287-311. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tpsi/v42n2/v42n2a03.pdf>.
- Castanet, D. (2003). La perversion au féminin. *L'En-je lacanien*, 1, 83-94. Recuperado de <https://www.cairn.info/revue-l-en-je-lacanien-2003-1-page-81.htm>.
- Chaperon, S. (2008). *La médecine du sexe et les femmes. Anthologie des perversions féminines au XIXe siècle*. Paris, France: La Musardine.
- Chasseguet-Smirgel, J. (1991). *Ética e estética da perversão* (V. Jacques, trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1984).
- Claveur, J. (1990). O casal perverso. In J. Clavreul, P. Aulagnier-Spairani, F. Perrier, G. Rosolato & J.-P. Valabrega (Orgs.), *O desejo e a perversão* (M. Appenzeller, trad., pp. 113-155), Campinas, SP: Papyrus. (Trabalho original publicado em 1967).
- Costa, J. F. (1984). *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro, RJ: Graal.
- Cromberg, R. U. (2010) Violência, pedofilia, incesto: o mal-estar na atualidade. In C. P. França (Org.), *Perversão: as engrenagens da violência sexual infanto-juvenil*. (pp.25-38). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Dametto, C. (1994). *Filicídio e considerações sobre o narcisismo*. Rio de Janeiro, RJ: Folha Carioca.
- Dicionário Online de Português (2018). *Violência*. Recuperado de <https://www.dicio.com.br/violencia/>
- Dor, J. (2001). *Structure et perversions* (S. Fairfield, trad.). New York, NY: Other Press. (Trabalho original publicado em 1987).
- Ferenczi, S. (1992a). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In S. Ferenczi, *Obras Completas Psicanálise IV*, (C. Berliner, trad., pp. 47-51). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1929).

- Ferenczi, S. (1992b). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In S. Ferenczi, *Psicanálise IV* (A. Cabral, trad., pp. 97- 106). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933).
- Ferraz, F. C. (2010). *Perversão*. (5a Ed.). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. (Trabalho original publicado em 2000).
- Ferreira, A. B. H. (1998). Perversão. In A. B. H. Ferreira. *Novo dicionário da língua portuguesa*. (2a ed., p. 1318). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Frasesdobem (2020). *Frases para mãe*. Recuperado de <https://www.frasesdobem.com.br/frases-para-mae>
- França, C. P. (2014). A mulher pedófila: impasses e desafios. In C. P. França (Org.), *Tramas da perversão: a violência sexual intrafamiliar*. (pp. 209-222), São Paulo, SP: Escuta.
- França, C. P. (2005). A montagem do cenário incestuoso. In C. P. França (Org.), *Perversão: Variações clínicas em torno de uma nota só*. (pp. 31 - 47). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- França, C. P. (2010). Restos da inundação pulsional. In C. P. França (Org.), *Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil*. (pp. 169-174). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- França, C. P.; Roman I. D. V. & Bacelete, L. (2010). “Eu não sabia”. In C. P. França (Org.), *Perversão: as engrenagens da violência sexual infantojuvenil*. (pp. 67-74). Rio de Janeiro, RJ: Imago.
- Freud, S. (1996a). A dissolução do complexo de Édipo. In J. Strachey (Ed), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIX, pp. 189-199), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1924).
- Freud, S. (1996b). A divisão do Ego no Processo de Defesa. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol., XXIII, pp. 291-296), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1940).
- Freud, S. (1996c). A hereditariedade e a etiologia das neuroses . In J. Strachey (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. III, pp. 143-159), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em

1896).

Freud, S. (1996d). A organização genital infantil: uma interpolação da teoria da sexualidade. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIX, pp.153-161), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1923).

Freud, S. (1996e). A psicoterapia da histeria. In J. Strachey (Ed.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. II, pp. 281-328), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1895).

Freud, S. (1996f). Atos obsessivos e práticas religiosas. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XI, 105-117). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1907).

Freud, S. (1996g). Carta 52. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. I, pp. 287-293), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1896).

Freud, S. (1996h). Carta 69. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. I, pp. 315-317), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1897).

Freud, S. (1996i). Conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXI: O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XVI, pp. 325-342), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1917).

Freud, S. (1996j). Feminilidade. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XXII, pp. 121-143), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1932).

Freud, S. (1996k) Fetichismo. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XXI, pp. 149-160), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1927).

Freud, S. (1996l). Fragmento da análise de um caso de histeria. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. VII, pp. 15- 118), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).

- Freud, S. (1996m). O 'estranho'. In J Strachey (Ed. E J. Salomão , Trad.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol 17, pp. 234-267). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1919).
- Freud, S. (1996n). O mal-estar na civilização. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XXI, pp. 81-178), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1929).
- Freud, S. (1996o). Os instintos e suas vicissitudes. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIV, pp. 117-144), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1996p). Sobre as teorias sexuais das crianças. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. IX, pp. 186-204), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1908).
- Freud, S. (1996q). Sobre o ensino da psicanálise nas universidades In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XVII, pp. 183-187), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1919).
- Freud, S. (1996r). Sobre o narcisismo: uma introdução. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XIV, pp. 75-108), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996s). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. VII, pp. 119-231), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1905).
- Freud, S. (1996t). Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo das perversões sexuais. In J. Strachey (Ed.), *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, trad., Vol. XVII, pp. 191-218), Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1919).
- Garcia-Roza, L. A. (2011). *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. (Trabalho original publicado em 1984).
- Glass, C. (2013). *Infância Interrompida, a Comovente História Real de Uma Criança Esquecida* (B. Sidou, trad.). São Paulo, SP: Fundamento educacional. (Trabalho original

publicado em 2007).

Graña, R. B. (1998). Além do desvio sexual: analisando a assim chamada perversão. *Revista Brasileira Psicanalítica*. 32 (1): 83-101.

Granoff, W., & Perrier, F. (1979). *Le désir et le féminin*. Paris, France: Aubier.

Gutman, L. (2018). *A maternidade e o encontro com a própria sombra* (L. C. Cabral & M. L. Corullón, trads., 13 ed.). Rio de Janeiro, RJ: BestSeller. (Trabalho original publicado em 1958).

Iaconelli, V. (2012). *Mal-estar na maternidade: do infanticídio à função materna*. (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo).

Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora*, 6(1), 115-138. doi: 10.1590/S1516-14982003000100007.

Jusarena. (2012). *O que é Violência e Agressividade*. Recuperado de <https://jusarena.wordpress.com/2012/05/05/o-que-e-violencia-e-agressividade-psicologia/>

Kernberg, O. F. (1995). *Agressão nos transtornos de personalidade e nas perversões*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Krafft-Ebing, R. V. (1995). *Psicopatía Sexual: Estudio médico-legal para uso de médicos y juristas*. (A. O. Larrauri, trad.). Buenos Aires, Argentina: El Ateneo. (Trabalho original publicado em 1886).

Lacan, J. (1959). Lição 25 (17 de junho de 1959). In J. Lacan, *O desejo e sua interpretação. Seminário 1958-1959*. (pp. 465-485). Publicação não comercial. Associação Psicanalítica de Porto Alegre.

Lanteri-Laura, R. V. (1994). *Leitura das perversões* (V. Ribeiro, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1979).

Laplanche, J. (1988). Castração: seus precursores e seu destino. In J. Laplanche. *Problemáticas II: Castração-Simbolizações*. (A. Cabral, trad., pp. 01-148). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1980).

- Laplanche, J. (1992a). A psicanálise extramuros. In J. Laplanche. *Novos fundamentos para a psicanálise* (E. Brandão, trad., pp. 11-13). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Original publicado em 1987).
- Laplanche, J. (1992b). La position originaire du masochisme dans le champ de la pulsion sexuelle In J. Laplanche. *La révolution copernicienne inachevée*. (pp. 37-58.). Paris, France: Aubier. (Original publicado em 1968).
- Laplanche, J. (1992c) Masochisme et théorie de la séduction généralisée. In J. Laplanche. *La révolution copernicienne innachevée*. (pp. 439-456). Paris, France: Aubier. (Original publicado em 1968).
- Laplanche, J. (1999). Masoquisme et sexualité. In J. André (Org.). *L'énigme du masochisme* (pp. 19-30). Paris, France: PUF.
- Laplanche, J. (2015). *Sexual: a sexualidade ampliada no sentido freudiano 2000-2006*. (M. Marques & V. Dresch, trad.). Porto Alegre, RS: Dublinense (Trabalho original publicado em 2003).
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B (1985). *Vocabulário da psicanálise* (P. Tamen, trad., p. 432). São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1967).
- Lima, L. L. (2019). *Sedução, perversão e perversidade nos cuidados maternos*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá.
- Mandelbaum, E., Mandelbaum, B., & Brito, E. (2002). De Duas Cartas de Kafka à sua Irmã Elli Sobre a Educação de Crianças. *Psicologia USP*, 13(2), 135-141. doi: 10.1590/S0103-65642002000200008
- Martin-Lavaud, V. (2014). Perversion maternelle et troubles du comportement de l'enfant: l'exemple de Dylan, objet du caprice de sa mère. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(3), 706-719. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rlpf/v17n3s1/1415-4714-rlpf-17-03-s1-00706.pdf>. DOI: 10.1590/1415-4714.2014v17n3-Suppl.p706.12
- Martin-Mattera, P. (2014). Perversão nas mulheres ou perversão feminina. Uma questão de sexuação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17 (3), 720-737. doi: 10.1590/1415-4714.2014v17n3-Suppl.p720.13

- Martinez, V. C. V. (2003). *A figura do herói: entre a falta e o excesso, por uma ruptura de campo em três tempos: a criança e o videogame, o herói mitológico e o homem psicanalítico* (Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).
- Martinez, V. C. V. (2001). A nudez. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 4(2), 41-52. doi: 10.1590/1415-47142001002005.
- Martins, E. J. P. (2015). *As Médias de ontem e de hoje: uma discussão sobre o filicídio* (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá). Recuperado de <http://www.ppi.uem.br/arquivos-para-links/teses-e-dissertacoes/2015/emanuely>
- Martins, H., & Nasser, D. (1959). *Rainha do Lar* [Gravada por Ângela Maria e Agnaldo Timóteo]. Recuperado de <https://www.letras.mus.br/angela-maria-agnaldo-timoteo/1543991/>
- Masterson, J. F., & Rinsley, D. B. (1975). The borderline syndrome: the role of the other in the genesis and psychic structure of the borderline personality. *International Journal of Psycho-Analysis*, 56, 163-177. Recuperado de <https://www.pep-web.org/document.php?Id=ijp.056.0163a&type=hitlist&num=10&query=fulltext1%2CMasterson%7Czone1%2Cparagraphs%7Czone2%2Cparagraphs%7Csort%2Cyear%2Ca#hit1>
- Mathelin, C. (1999). *O sorriso da Gioconda: clínica psicanalítica com os bebês prematuros* (P. Abreu, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Cia de Freud. (Obra original publicada em 1998).
- Mello Neto, G. A. R. (1995). Psicanálise extra-clínica: solipsismo sem fim? *Cadernos de Metodologia e técnicas de pesquisa*, Maringá, PR, 7(6) 37-47.
- Mezan, R. (2002). *A vingança da Esfinge* (3a ed.) [versão online]. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/117466702/A-vinganca-da-Esfinge-Renato-Mezan>.
- Milton, J. (1994). Abuser and abused: perverse solutions following childhood abuse. *Psychoanalytic Psychotherapy*, 8(3), 243-255. doi: 10.1080/02668739400700241
- Molin, E. C. D. (2017). Trauma, silêncio e comunicação. In França, Cassandra Pereira (Org). *Ecos do silêncio: reverberações do traumatismo sexual*. (pp. 63-86). São Paulo, SP: Blucher.

- Moraes, V. (n. d.). Soneto da Mulher Ideal. [versão on-line]. Recuperado de <https://www.letras.com.br/vinicius-de-moraes/soneto-da-mulher-ideal>.
- Moraes, V. & Powel, B. (1965). Samba da Benção [versão on-line]. Recuperado de <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1301479>.
- O'Haver, T. (Director). (2007). *An american crime*. New York, NY: Killer Films.
- Oliveira, F. R. (2006). Introdução. In *Medéia: Eurípides* (pp. 13-25). São Paulo, SP: Odysseus.
- Peixoto Jr., C. A. (1999). *Metamorfoses entre o sexual e o social*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Poiret, A. (2006). *L'ultime tabou: Femmes pédophiles, Femmes incestueuses*. Paris, France: Patrick Robin Editions.
- Pommier, G. (1985). *L'exception féminine, essai sur les impasses de la jouissance*. Paris, France: Aubier.
- Queiroz, E. F. (2002). A perversão no feminino. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 5(3), 92-108. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rlpf/v5n3/1415-4714-rlpf-5-3-0092.pdf>. DOI: 10.1590/1415-47142002003008.
- Saïet, M. (2014). Da prática (privada) da perversão. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(13), 775-786. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rlpf/v17n3s1/1415-4714-rlpf-17-03-s1-00775.pdf>.
- Sibony, D. (2000). *Perversions. Dialogues sur les folies actuelles*. Paris, France: Seuil. (Trabalho original publicado em 1987).
- Significados. (2013). *Significado de Violência*. Recuperado de <https://www.significados.com.br/violencia/>
- Sinason, V. (1987). Smiling, swallowing, sickening and stepefying: the effect of sexual abuse on the child. *Psychoanalytic Psychotherapy*, 3(2), 97-111. doi: 10.1080/02668738700700091.

- Spiegel, N. T. (1967). An infantil fetish and its persistence into young womanhood. *Psychoanalytic Study of the Child*, 22, 402-425. doi: 10.1080/00797308.1967.11822606.
- Stoller, R. J. (2015). *Perversão: a forma erótica do ódio*. [E-book]. (M. L. L. da Silva, trad.) São Paulo, SP: Hedra. (Trabalho original publicado em 1975).
- Suárez, R. M., & Romero, L. de la C. S. (2017). Hijas del desamor. Efectos de la perversión femenina materna en la constitución subjetiva de sus hijas. *Revista Latinoamericana de Psicopatología Fundamental*, 20(2), 349-367. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/rlpf/v20n2/1415-4714-rlpf-20-2-0349.pdf>. DOI: 10.1590/1415-4714.2017v20n2p349.9.
- Vanier, A. (2017). A criança entre sujeito e objeto. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 20(1), 135-146. doi:10.1590/s1516-14982017001007.
- Wellدون, E. V. (1988). *Mother, Madonna, Whore: The Idealization and Denigration of Motherhood*. London, England: Free Association Books. Recovered from https://books.google.com.br/books?id=OJtYDwAAQBAJ&pg=PT178&lpg=PT178&dq=PUBLICA%3%87%3%95ES+DE+WELLDON+MULHER+MADONA&source=bl&ots=5HmIfG07P_&sig=ACfU3U24fxFk2dEHOJt4Slxvub9L69X9aQ&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwiLnbKbgbDwAhVSA9QKHfi3DWkQ6AEwB3oECAgQAw#v=onepage&q=PUBLICA%3%87%3%95ES%20DE%20WELLDON%20MULHER%20MADONA&f=false.
- Wellدون, E. V. (2008). O mito da maternidade glorificada. *Revista Brasileira de psicanálise*, 42(4), 113-123. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v42n4/v42n4a14.pdf>.
- Wellدون, E. V. (2018). Perversão materna: avaliação das habilidades parentais dos pais. In C.S. Holovko & C. M. Cortezzi (Orgs.), *Sexualidades e Gênero: Desafios da Psicanálise* (pp 141-154). São Paulo, SP: Blucher. (Trabalho original publicado em 2003).
- Winnicott, D. W. (1993a). A preocupação materna primária. In D. W. Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. (J. Russo, trad., pp. 491-498). Rio de Janeiro, RJ: Imago. (Trabalho original publicado em 1956).
- Winnicott, D.-W. (1993b). O ódio na contratransferência. In D. W. Winnicott, *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise* (J. Russo, trad., pp. 341-354). Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves. (Trabalho original publicado em 1947).


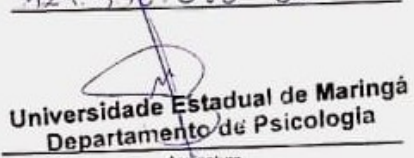
ANEXO 1

TERMO DE COMPROMISSO



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: Um estudo psicanalítico da agressão e da violência materna: uma perversão?			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 8			
3. Área Temática:			
4. Área de Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: Viviana Carola Velasco Martínez			
6. CPF: 003.590.409-22		7. Endereço (Rua, n.º): PROFESSOR NEY MARQUES JARDIM UNIVERSITARIO nr. 21 casa MARINGA PARANA 87020300	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (44) 3031-4326	10. Outro Telefone:
		11. Email: vcvmartinez@hotmail.com	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do paramProjeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao paramProjeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: 28 / 11 / 2018		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Estadual de Maringá		13. CNPJ:	14. Unidade/Orgão: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
15. Telefone: (44) 3011-4886		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: Lucas M. Soldera		CPF: 324.538.078-03	
Cargo/Função: chefe DPI			
Data: 28 / 11 / 2018		 Assinatura	
PATROCINADOR PRINCIPAL		Prof. Dr. Lucas Martins Soldera Chefe do Departamento de Psicologia	
Não se aplica.			

ANEXO 2

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Um estudo psicanalítico da agressão e da violência materna: uma perversão?

Pesquisador: Viviana Carola Velasco Martínez

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 03695818.7.0000.0104

Instituição Proponente: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.108.487

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa proposto por pesquisador vinculado à Universidade Estadual de Maringá.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Compreender a perversão feminina à luz da teoria psicanalítica de Freud e outros autores psicanalíticos que discorrem sobre o tema, tais como Flávio Carvalho Ferraz e Janine Chasseguet-Smirgel.
Objetivo Secundário: Analisar pelo viés psicanalítico casos de mães que tenham cometido atos violentos com seus filhos a fim de verificar se os mesmos podem ser entendidos como manifestações de perversão.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Avalia-se que os possíveis riscos a que estarão sujeitos os participantes da pesquisa serão suplantados pelos benefícios apontados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa destina-se ao estudo psicanalítico da perversão materna por meio da interpretação de casos reais apresentados em mídias sociais ou casos jurídicos atendidos pela Vara da Infância da cidade de Cianorte. Badinter (1985), o amor materno não é inato ou natural como muitos acreditam, trata-se de um sentimento que necessita ser desenvolvido pelo ser humano. A concepção da mãe que ama incondicionalmente seus filhos nem sempre existiu. No século XVIII, por exemplo, era natural e pouco dolorosa a vivência da morte das crianças. Apenas com os

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGÁ
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 3.108.487

preceitos da família patriarcal é que a imagem feminina ficou ligada à procriação, como se fosse função da mulher ter filhos e amá-los, acima de qualquer outra coisa. Porém, é necessário visualizar o contrário deste ideal, dirigir os estudos às mães perversas, aquelas que agem agressivamente em relação aos seus filhos para satisfazerem suas necessidades sádicas. Será utilizado o método psicanalítico como uma busca de realizar inferências acerca deste tema, com base numa leitura do tipo flutuante, mantendo uma postura aberta aos conteúdos encontrados a fim de que possíveis análises psicanalíticas sejam construídas. Isso permitirá levantar aspectos que possam ser confrontados e articulados com o que existe na teoria e na realidade. De acordo com Iribarry (2003), tendo em vista o material investigado, o pesquisador se coloca como sujeito da investigação e passa pela construções de conhecimento pautado também em seu pensamento clínico. Com isso, podemos relacionar também o que foi apresentado por Garcia-Roza (1984/2011) quando o autor refere-se à pesquisa pelo método psicanalítico como algo que vai além da mera observação dos fatos, os fenômenos são compreendidos por um atravessamento subjetivo, pelo qual se faz a observação a partir de um lugar teórico, o que possibilita produzir construções teóricas criadas com a finalidade de uma nova inteligibilidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta Folha de Rosto devidamente preenchida e assinada pelo responsável institucional. O cronograma de execução é compatível com a proposta enviada. Descreve gastos sob a responsabilidade do pesquisador. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e de assentimento contemplam as garantias mínimas preconizadas. Em relação a autorização da instituição onde será realizada a pesquisa, o documento assinado pelo responsável é um documento gerado pelos pesquisadores (UEM), não apresentando nome por extenso do profissional que está autorizando a realização da pesquisa, como também sem carimbo do profissional e ou timbre da instituição (Vara da Infância).

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá é de parecer favorável à aprovação do protocolo de pesquisa apresentado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Face ao exposto e considerando a normativa ética vigente, este Comitê se manifesta pela aprovação do protocolo de pesquisa em tela.

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
 Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900
 UF: PR Município: MARINGÁ
 Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 3.108.487

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1265626.pdf	14/12/2018 14:47:34		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_assentimento.odt	14/12/2018 14:45:46	EMANUELLY JACKELINY PISSINATI MARTINS	Aceito
Outros	RoteiroCrianças.odt	29/11/2018 10:11:07	EMANUELLY JACKELINY PISSINATI MARTINS	Aceito
Outros	RoteiroDeEntrevistaMaterna.odt	29/11/2018 10:10:40	EMANUELLY JACKELINY PISSINATI MARTINS	Aceito
Outros	Autoriza_Vara_Da_Infancia.pdf	29/11/2018 10:09:13	EMANUELLY JACKELINY PISSINATI MARTINS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.odt	29/11/2018 09:53:18	EMANUELLY JACKELINY PISSINATI MARTINS	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	29/11/2018 08:02:06	EMANUELLY JACKELINY PISSINATI MARTINS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado.docx	28/11/2018 18:45:16	EMANUELLY JACKELINY PISSINATI MARTINS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MARINGÁ, 08 de Janeiro de 2019

Assinado por:
Ricardo Cesar Gardiolo
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
 Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900
 UF: PR Município: MARINGÁ
 Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br